

Flávia Millena Biroli Tokarski

Com a corrente:  
modernidade, democracia e seus sentidos  
no jornalismo brasileiro dos anos 1950

2003.26.204

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Estadual de Campinas  
Junho de 2003

**UNICAMP**  
**BIBLIOTECA CENTRAL**  
**SEÇÃO CIRCULANTE**

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

Flávia Millena Biroli Tokarski

Com a corrente:  
modernidade, democracia e seus sentidos  
no jornalismo brasileiro dos anos 1950

Tese de Doutorado apresentada ao  
Departamento de História do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas, sob a  
orientação do Prof. Dr. Ítalo Arnaldo  
Tronca.

Este exemplar corresponde à  
redação final da tese defendida e  
aprovada pela Comissão  
Julgadora em 26/06/2003.

Prof. Dr. Ítalo Arnaldo Tronca (orientador)

Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani

Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti

Prof. Dr. Luis Felipe Miguel

Profa. Dra. Cristina Meneguello (suplente)

Profa. Dra. Izabel Andrade Marson (suplente)

UNIDADE	BE
Nº CHAMADA	UNICAMP T573c
V	EX
TOMBO BC/	54929
PROC.	16-124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 14,00
DATA	02/08/03
Nº CPD	

CM00186900-9

BIBIB 296047

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

**T 573 c Tokarski, Flávia Millena Biroli**  
**Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950 / Flávia Millena Biroli Tokarski . - - Campinas, SP : [s. n.], 2003.**

**Orientador: Ítalo Arnaldo Tronca.**  
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Jornalismo - História. 2. Modernidade. 3. Trabalho profissional. 4. Democracia. 5. Liberalismo. 6. Liberdade de imprensa - História. 7. Brasil - Política e governo, 1956-1961. I. Tronca, Ítalo Arnaldo . II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

Ao Marcelo.

A minha mãe, Marta,  
e a meu pai, José Roberto.

*“Trata-se de uma situação simples, um fato a contar e esquecer. Mas se alguém comete a imprudência de parar um instante a mais do que deveria, um pé afunda dentro e fica-se comprometido. Desde esse instante em que também nós nos arriscamos, já não se trata mais de um fato a contar, começam a faltar as palavras que não o trairiam. A essa altura, afundados demais, o fato deixou de ser um fato para tornar-se apenas a sua difusa repercussão”.*

(Clarice Lispector – “Os obedientes”, em *A legião estrangeira*)

## AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutorado não se teria realizado sem muitos auxílios, diferentes, mas todos eles indispensáveis. Para eles me volto nesses agradecimentos.

O CNPq financiou três anos e meio dos quase quatro anos e meio dedicados a este trabalho.

Meu orientador, Ítalo Arnaldo Tronca, foi uma presença importante, pelas críticas, pelo diálogo, pela amizade. Outros professores estiveram, de algum modo, presentes no processo de pensar e elaborar o trabalho, durante esses anos. Cito alguns deles. Maria Stella Bresciani e Caio Navarro de Toledo, aos quais agradeço, entre outras coisas, as críticas e comentários feitos no exame de qualificação; os que aceitaram fazer parte da banca de defesa, Luís Felipe Miguel, Marcelo Ridenti, Cristina Meneguello e Izabel Marson; e também os demais professores da linha de pesquisa *Jogos do Político*, Vavy Pacheco Borges e Iara Lis. Agradeço também à professora Margareth Rago e a outros que, em sala de aula, instigaram-me a pensar questões importantes, como Edgar de Decca e João Wanderley Geraldi. Não poderia deixar de agradecer aos funcionários do IFCH/Unicamp, em especial àqueles da Secretaria de Pós-Graduação e do Arquivo Edgar Leuenroth.

O Marcelo esteve sempre presente, de inúmeras formas, sempre necessário. A ele agradeço pelo amor e paciência cotidianas, voltados, inclusive, para o diálogo intelectual e o trabalho de revisão desta tese.

Meus pais, Marta e José Roberto, e minhas irmãs, Fernanda e Roberta, indispensáveis, sempre presentes, mesmo à distância.

Os colegas e amigos foram também importantes, por idéias que instigaram, auxiliaram ou desafiaram, pelas sugestões, pela presença, ou simplesmente pelo carinho. Foram muito especiais, nesse sentido, Fabiana Komesu, sempre presente na amizade, nas leituras, no diálogo; Roberto Baptista Júnior, que me ajudou em muitos momentos difíceis da tese, auxiliando, inclusive, no mapeamento de leituras e documentos; e Manoel Gonçalves Corrêa, que me ajudou a perceber que “largar” o curso de jornalismo não seria solução suficiente para minhas inquietações. Especiais também Guilherme Amaral Luz, Daniel Faria, Graziela Kronka, Tony Hara, Ethel Penna, Nádia Cristina Nogueira, Marilda Ionta, Luciana Lobanco Cavalini, Paula Gomes, Marcos César Alvarez, Lourenço Chacon, Cláudia Leal, Vanda Tokarski, Márcio Tokarski, Andréa Domênica, João Tokarski, Chico, Patrícia Leal, Carlos Milhor, Bill e Sheila Souza.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	P. 17
<b>PARTE 1 – Jornalismo no Brasil dos anos 1940-1960: imagens e temas na tessitura de projetos, histórias e memórias</b>	P. 23
<b>Apresentação</b>	P. 25
<b>Capítulo 1:</b> Imprensa e sociedade nos anos 1940-1960: as transformações e seus sentidos	P. 29
<b>Capítulo 2:</b> “Se é atual é moderno”: tempo e modernidade em textos escritos por jornalistas durante os anos 1940-1960	P. 75
<b>Capítulo 3:</b> Disciplinas da escrita e do olhar: concepções do autor-jornalista nos anos 1940-1960	P. 105
<b>Capítulo 4:</b> Imagens do jornalista em tempos de profissionalização: ‘o senhor quer ser jornalista por que?’	P. 137
<b>PARTE 2 – Um tecido feito de mesclas: considerações sobre jornalismo e política nos anos 1950, a partir de análises dos jornais <i>Correio da Manhã</i> e <i>O Estado de S. Paulo</i></b>	P. 183
<b>Apresentação</b>	P. 185
<b>Capítulo 1</b> <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>Correio da Manhã</i> : aspectos históricos e de memória, questões para uma história política	P. 191
<b>Capítulo 2</b> A crise de 1955 e a eleição de JK – sentidos e limites para a democracia nas páginas de <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>Correio da Manhã</i>	P. 217
<b>Capítulo 3</b> Liberdade, imprensa e democracia: algumas questões	P. 273
<b>Considerações finais</b>	P. 303
<b>Anexo I: Cursos de jornalismo e grade curricular: algumas questões</b>	P. 307
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	P. 315
<b>FONTES</b>	P. 325

## LISTA DE ABREVIATURAS

### Fundos/Arquivos Consultados:

**AEL** - Arquivo Edgar Leuenroth (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp)

**AESP** – Arquivo do Estado de S. Paulo

**ACL** – Arquivo Carlos Lacerda (Setor de Obras Raras da Biblioteca Central –  
Universidade de Brasília)

**ASMOB/AESP** – Fundo “Archivio Storico del Movimento operario brasiliano” (Séries  
Roberto Morena e Astrogildo Pereira) – Arquivo do Estado de S. Paulo

**BCL** – Biblioteca da Faculdade de Comunicação Cásper Líbero – SP – Setor de Periódicos

**ABI** – Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) – 12º andar da sede da ABI – RJ

**CMU** – Centro de Memória - Unicamp

### Jornais diários:

**CM** – Correio da Manhã

**JB** – Jornal do Brasil

**OESP** – O Estado de S. Paulo

**TI** – Tribuna da Imprensa

**UH** – Última Hora

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central discutir aspectos do jornalismo no Brasil dos anos 1950. Para tanto, divide-se em duas partes. A primeira se concentra na explicitação e análise dos sentidos atribuídos às transformações pelas quais passou a atividade jornalística no período, seja pelas narrativas históricas e sociológicas produzidas desde os anos 50, seja por textos escritos por jornalistas em atividade entre os anos 40 e 60. Nesta parte do trabalho, a noção de modernidade e uma percepção da história que toma como eixo o progresso técnico são pontos centrais às discussões sobre a “aceleração do tempo” de produção da notícia, a profissionalização e a definição de fronteiras entre o que se supôs novo e o que se supôs velho no jornalismo. Esses pontos estiveram, por sua vez, vinculados ao ideário da isenção e ao lugar-comum de que o jornalismo se tornava, então, mais técnico e informativo, e menos ideológico. A segunda parte do trabalho se volta para outra noção que participou da composição de identidades para a atividade jornalística no período, a de democracia, definida no interior dos limites do liberalismo. Para a discussão das interpretações e projeções de jornais e jornalistas sobre o papel da imprensa na política democrática, privilegiamos a análise do material publicado por dois jornais, *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, especialmente durante a crise de 1955, em torno da eleição e posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, e durante os debates relativos ao projeto de lei de imprensa apresentado ao Congresso pelo governo Kubitschek em outubro de 1956. Articulando as análises que compõem as duas partes, apontamos para a impossibilidade de considerar técnica e ideologia, profissionalização e disciplina, democracia e autoritarismo como termos contraditórios, de acordo com os sentidos que assumiram no período.

## ABSTRACT

This work aims to discuss aspects of Brazilian journalism in the years 1950. It has been divided in two parts. One of them focus on showing and analysing some of the meanings added to the changes within journalistic activity, as they were proposed by historical and sociological studies and by many texts which were written by journalists at the period. In this part of the work, the notion of modernity and a perception of history that centers on technical progress are the main points to discussions on the “speeding” in the process of producing the news, on professionalization and on the limits defined between the “new” and the “old” in journalism. These points were also tied to the idea of neutrality and to the common-place that journalism was becoming, then, more technical and factual, and less ideological. The second part focus on another notion that has been part of the constitution of identities in journalism at that moment: democracy, defined within the limits of liberalism. For discussing the interpretations and projections formulated by journalists and newspapers about the role of press in democratic politics, we analysed what was published in the papers *Correio da Manhã* and *O Estado de S. Paulo*, specially during the 1955 crisis, that referred to the election of Juscelino Kubitschek e João Goulart, and during the debates over a new law project regulating press, presented to the Congress by the Government in October 1956. Withing the analysis that make both parts, this work indicates the impossibility of considering technics and ideology, professionalization and control, democracy and authoritarianism as contradictory terms, according to the meanings that they assumed in that period.

“Nada foi mais corruptor para a classe operária alemã do que a opinião de que ela nadava com a corrente. O desenvolvimento técnico era visto como o declive da corrente, na qual ela supunha estar nadando. Daí só havia um passo para crer que o trabalho industrial, que aparecia sob os traços do progresso técnico, representava uma grande conquista política.”  
Walter Benjamin – *Sobre o conceito da história* (1940)

“O jornalismo, como o vemos hoje, ação criadora por excelência à margem dos acontecimentos, em certos casos provocadora desses acontecimentos ou simplesmente orientadora dos seus rumos, com transcendência incalculável para o destino individual e coletivo, é produto imediato da revolução da máquina, veio com a aplicação da mecânica como multiplicadora e simplificadora do trabalho humano.”  
Austregésilo de Ataíde – *O jornalismo atual* (1957)

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de pesquisas e reflexões sobre o jornalismo brasileiro dos anos 1940-60.

Voltado, inicialmente, para um tema amplo, o das relações entre jornalismo e política democrática, o trabalho de pesquisa nos indicou a necessidade de compreender e analisar qual foi o estatuto, simultaneamente concreto e simbólico, atribuído ao jornalismo daqueles anos. Juntas, a temática inicial e a discussão que se delineou no percurso de pesquisa conduziram às perspectivas, hipóteses e desdobramentos analíticos que organizam esta tese. Para introduzi-la, portanto, optamos por explicitar alguns dos aspectos organizadores das partes e capítulos em que está dividida.

As noções centrais à Parte 1 e aos quatro capítulos que a compõem são *modernização*, *desenvolvimento*, *aceleração do tempo*, *isenção* e *profissionalização*, articuladas em interpretações acerca das transformações no jornalismo brasileiro datadas dos anos 1940-60. Os sentidos nelas predominantes estão, por sua vez, vinculados a interpretações e projeções que procuraram dar conta das mudanças em curso na sociedade brasileira do período.

Partindo de estudos e memórias posteriores, e também de textos escritos por jornalistas em atividade naquele momento, procuramos expor e analisar esse movimento de atribuição de sentidos, que aponta para duas discussões às quais damos destaque ainda na primeira parte: a primeira diz respeito ao “modelo” de jornalismo que se afirmou naquele momento; a segunda diz respeito ao fato de que os recortes, proposições e exclusões presentes na afirmação desse “modelo” estejam predominantemente relacionados a percepções da história que tiveram ou têm o *progresso técnico* como eixo.

Uma outra noção, constitutiva do campo ideológico no qual se firmaram aquelas de que tratamos na primeira parte, é discutida e elaborada na Parte 2: a noção de *democracia*. Está, no entanto, presente na própria concepção do trabalho. São mesclas de um mesmo tecido, como definimos adiante.

Nosso recorte cronológico, que restringe o trabalho aos anos 1940-60, privilegiando, na segunda parte, os anos de 1954, 55 e 56, coloca, desde o princípio, questões que envolvem a noção de democracia: o período chamado democrático, assim nomeado também pelo que se

supõe dele excluído (do ponto de vista da organização tradicional dos períodos da história contemporânea do Brasil, as margens são estabelecidas pelas diferenças entre o modelo político-institucional vigente entre 1945-1964, seu *antes*, a ditadura do Estado Novo, e seu *depois*, a ditadura do pós-64), foi vinculado, em muitos dos textos de que tratamos, à afirmação de um jornalismo de novo tipo. Aos novos tempos teria correspondido um novo jornalismo, mais técnico e racionalizado, no interior de uma compreensão peculiar da *modernização* do país e da atividade jornalística.

As fronteiras entre o “velho” e o “novo”, tal como foram demarcadas nos textos escritos durante os anos 1950 ou naqueles que foram escritos em momentos posteriores ao golpe de 1964, indicam, em geral, a convivência entre uma percepção progressiva da história e uma percepção da política que vincula democracia e ordem, na perspectiva restritiva e conservadora presente em grande parte dos textos analisados na Parte 1 e, com ênfase ampliada e foco reduzido, presente também nas notícias, editoriais e ensaios que foram publicados nos jornais *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* durante os anos 1950, analisados nos capítulos finais da tese.

Jornais e jornalistas não são, aqui, parte das fontes consultadas ou dos documentos utilizados em busca de informações sobre temas e contextos selecionados pela pesquisa, no sentido em que costumam estar presentes em muitos dos trabalhos desenvolvidos no campo da História ou das Ciências Sociais em geral<sup>1</sup>.

O jornalismo é, neste caso, a matéria para a qual nos voltamos. Procuramos, assim, compreendê-lo como prática complexa, que envolveu, naquele período, mas não apenas nele, esforços para a constituição de identidades e referenciais de valor e credibilidade, procurando resguardar, para a própria atividade jornalística, um lugar de destaque em uma sociedade vista e descrita como em processo de transformação acelerada. Procuramos compreendê-lo, ainda, como prática que envolve, simultaneamente, diversas esferas da vida nas sociedades modernas: trabalho

---

<sup>1</sup> Miguel (2000; 2002) indica uma ausência da mídia em muitos dos estudos sobre o Brasil contemporâneo, ou, dizendo de outra forma, uma ausência da mídia como agente participativo, que tem um papel ativo na formulação e afirmação de imagens do presente e do passado, além de projeções e julgamentos sobre os futuros possíveis vislumbrados em um dado momento. O autor sustenta algumas hipóteses referentes à motivação dessa ausência: as tradições de pensamento herdadas por cientistas sociais e historiadores, “acostumados a ver o campo da política tomado apenas por partidos, governos, Forças Armadas, Igreja e, quando muito, sindicatos – ou seja, a política dos séculos XVII a XIX, quando os meios de comunicação ainda engatinhavam”; e a divisão corrente do campo político em “palco” e “bastidores” (refere-se a Balandier, 1992), em que “o que ocorre no palco serviria apenas para distrair a platéia e manter a estabilidade do sistema”. Nesta visão, as práticas jornalísticas e da mídia em geral pertenceriam ao “palco”, ao jogo de cena, enquanto os fatos políticos de maior relevância aconteceriam nos “bastidores”.

de “informação” no qual são indiscerníveis a estética e a política, a atuação profissional e a produção simbólica, os *registros* do cotidiano e os interesses e projetos nos quais estão ancorados.

\*

O texto a seguir se divide, como dissemos, em duas partes.

A Parte 1 analisa interpretações predominantes sobre a história do jornalismo no Brasil, dando ênfase para as discussões sobre os anos 1940-60.

São quatro os capítulos que formam a primeira parte.

O Capítulo 1 apresenta um conjunto de trabalhos sobre imprensa e jornalismo, produzidos desde os anos 1960. Sem a intenção de esgotar essa produção, procuramos discuti-la por meio de obras e autores que costumam ser referência para os estudos sobre a história da imprensa ou do jornalismo no Brasil. Dois temas são centrais à maior parte dessa produção: o da relação entre as transformações em curso na imprensa e na atividade jornalística como um todo e o desenvolvimento do país durante os anos 1950, especialmente durante os anos de governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960); e o da “evolução” do jornalismo de uma ênfase política para uma outra, na qual seriam predominantes os objetivos econômicos e o gerenciamento empresarial.

O Capítulo 2 inaugura um outro olhar, mantido nos capítulos posteriores da Parte 1: o jornalismo dos anos 1940-60 passa a ser discutido por meio de narrativas produzidas naquele período por trabalhadores do jornalismo e/ou estudiosos voltados para o assunto, com destaque para os anos 1950. Nos capítulos 2, 3 e 4, interessa-nos ressaltar as linhas de interpretação que predominaram entre aqueles que vivenciaram o período, ancoradas, a maioria delas, em apreciações positivas das mudanças em curso, marcadas pelos termos *modernização*, *técnica* e *profissionalização*. No segundo capítulo, damos destaque às formulações que se referem à temporalidade, relacionando modernidade, progresso e desenvolvimento a uma vivência mutável do tempo: a idéia de que o tempo se acelerava foi central à atribuição de novas características e demandas ao trabalho jornalístico. Nele, discutimos também as estratégias de identificação e diferenciação da atividade jornalística, por meio da demarcação de fronteiras entre jornalismo e

literatura, e entre jornalismo e história, potencializadas por uma percepção linear e homogeneizada do tempo.

O Capítulo 3 aborda as práticas definidas como legítimas para o autor-jornalista (ou as formas assumidas pela função-autor no jornalismo) em meio à normatização e ao disciplinamento da atividade e da escrita jornalística que foram característicos do período estudado. As discussões se concentram nos recursos ao ideário da isenção para a produção de efeitos de verdade e nos conteúdos disciplinadores dos primeiros manuais de redação jornalística, que foram adotados pelos grandes jornais brasileiros a partir do final dos anos 1940, inspirados nos *style books* norte-americanos.

O Capítulo 4 procura expor as imagens referentes ao “novo jornalista”, que seria adequado ao jornalismo e às demandas de uma sociedade vista como em transformação. Nele, abordamos os debates sobre a profissionalização, sobre os primeiros cursos de jornalismo em faculdades e universidades brasileiras, inaugurados a partir do final dos anos 1940, e sobre a exigência, posterior, do diploma para o exercício da profissão. Como nos capítulos anteriores, interessa-nos expor, acima de tudo, os movimentos de fixação de um “modelo” e as opções neles envolvidas.

Passamos, então, para a Parte 2, que representa, simultaneamente, uma exterioridade maior em relação ao tema e um ajuste de foco. Nela, procuramos desenvolver especificamente a questão da relação entre jornalismo e política democrática, por meio de episódios ocorridos durante os anos 1950. Limitamo-nos, desta vez, a dois jornais representativos da grande imprensa do eixo Rio-São Paulo, *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, por sua relevância para o debate político e por sua tiragem na época.

No Capítulo 1, justificamos a opção por esses dois jornais, apontando para alguns pontos importantes das histórias e memórias a eles relacionadas, expondo sua relevância para uma discussão na qual práticas jornalísticas e políticas aparecem entrelaçadas.

O Capítulo 2 analisa o material publicado pelos dois jornais selecionados, em meio a crises importantes dos anos 1950, em especial aquela que se fez em torno do questionamento, especialmente por políticos e militares ligados à União Democrática Nacional (UDN), da eleição e posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente presidente e vice-presidente vencedores nas eleições de outubro de 1955. Interessam-nos, nesse momento, as definições de democracia articuladas e veiculadas por *Correio* e *Estado*, estruturadas por percepções liberais,

conservadoras, nas quais democracia e ordem aparecem entrelaçadas na tessitura de projetos para o país. Nesse capítulo, damos ênfase aos sentidos atribuídos ao “varguismo” e às comparações entre 1956, 1954 e 1945; destacamos, ainda, a temática da “democracia incompleta” e, nela, as formulações sobre o comportamento das “massas” de eleitores e das “elites” dirigentes. Procuramos expor e analisar uma série de textos publicados no período que recorreram com frequência ao lugar-comum do descompasso entre *letra e realidade*, entre os processos políticos e as demandas dos tempos, em debates nos quais a retórica mobilizada pelos jornais criou estratégias de preservação da imprensa e da atividade jornalística em meio às sentenças de morte declaradas, com variações, contra as “elites dirigentes”, contra as “massas ignorantes”, contra o processo eleitoral e, em suma, contra a própria política.

No Capítulo 3, enfocamos um episódio que expõe questões relativas às práticas de poder que se estabelecem no entrecruzamento de duas instâncias: a política institucional governamental e a imprensa como foco de poder, especialmente no que se refere a sua constituição, nas sociedades modernas, como espaço privilegiado de seleção e publicidade de fatos, opiniões e confrontos políticos. O episódio de que tratamos é o debate que se deu em torno da apresentação ao Congresso de um novo projeto de lei de imprensa, pelo governo de Juscelino Kubitschek, no segundo semestre de 1956. Uma vez mais, privilegiamos aquilo que foi publicado nos dois jornais citados, *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, com destaque para os limites constitutivos da noção de “liberdade de imprensa”, cristalizada em enunciados que remontam ao pensamento liberal dos séculos XVIII e XIX, mobilizados em caracterizações a respeito do papel da imprensa no Brasil daquele período.

Como dizemos mais adiante, na Apresentação da Parte 2, há uma função de reciprocidade entre as duas partes da tese. Há, ainda, uma hipótese comum, que explicitamos com maior clareza já na Apresentação da Parte 1: a de que, de acordo com as posições e interpretações predominantes nos textos selecionados pela pesquisa, os jornais e jornalistas privilegiados neste estudo atribuíram sentidos à *modernização* e à *democracia* eleitoral vigente no período a partir de olhares marcados por posições que nos parecem peculiares àqueles que apostaram na possibilidade de nadar *com a corrente*.

# **PARTE 1**

**Jornalismo no Brasil dos anos 1940-1960:  
imagens e temas na tessitura de projetos, histórias e memórias**

## APRESENTAÇÃO

Nesta parte do trabalho, uma questão se impõe como central à discussão sobre as transformações ocorridas nos jornais e na profissão do jornalista durante os anos 1940-1960: a dos sentidos atribuídos à modernidade pelos próprios jornalistas que fizeram parte do processo assim compreendido, mas também pelos autores que se incumbiram posteriormente da tarefa de *contar essa história*, discutindo e analisando, de alguma forma, aquelas transformações.

Procuramos articular os capítulos aqui presentes no interior de uma perspectiva dupla. Na Parte 1 desse estudo, vista como um todo, convivem

- narrativas voltadas para um passado em que se teriam processado transformações às quais, em geral, esses olhares informados pelo futuro (próximo ou distante daqueles anos) atribuíram relevância no interior de uma cronologia mais ampla da história da imprensa e do jornalismo no Brasil; e
- narrativas que foram produzidas por jornalistas durante os anos enfocados por este estudo, e que procuraram atribuir sentido à atividade de que se ocuparam e ao tempo histórico no qual estiveram ancoradas.

Nos dois casos, e nas condições de produção diversas que constituem os textos aqui utilizados e discutidos, voltamo-nos para processos de atribuição de sentido. Com isso, queremos dizer que os textos de que tratamos estão situados no terreno frágil no qual se vinculam passado, presente e futuro. Envolvem leituras do tempo, atribuição de sentidos ao passado e ao presente, mas também a confecção de um conjunto de projeções sobre o futuro<sup>1</sup>. Todas elas, evidentemente, marcadas por ideologias, interesses e pela inserção dos autores na sociedade e no tempo em que lhes calhou viver.

Além do tema e do recorte cronológico, a seleção dos textos de que tratamos foi determinada também por algumas temáticas que lhes são comuns, entre elas a da articulação entre modernidade e progresso. Neste ponto, tocamos nas concepções de história (Capítulos 1 e 2) e

---

<sup>1</sup> Para uma abordagem dessa questão, cf. Biroli (1998), em artigo aspectos das relações entre memória e linguagem com bases em perspectivas teóricas desenvolvidas por Mikhail Bakhtin (1995; 1997).

nas percepções do tempo (Capítulo 2) nas quais se baseiam as interpretações e projeções de que lançamos mão para analisar e refletir sobre o jornalismo brasileiro, e sobre sua história.

Quando, no Capítulo 1, o jornalismo dos anos 1940-60 é identificado por diversos autores com a industrialização, a modernização e o desenvolvimento à Juscelino Kubitschek, interessamos pensar sobre os sentidos atribuídos a esse processo – vinculado, no caso da imprensa, à adoção de novas técnicas e máquinas pelas redações de jornal, de novos *modus* e *ethos* para a atividade jornalística e para os indivíduos nela envolvidos. A linha de progressão do jornalismo político ao empresarial, do jornalismo boêmio e literário ao jornalismo profissional e orientado pela técnica, presente com intensidades diferentes em diversos dos autores de que tratamos no capítulo, está vinculada a uma concepção das transformações ocorridas na sociedade brasileira durante a primeira metade do século XX e, especialmente, durante as décadas que são centrais a nosso estudo. Está, ainda mais, vinculada ao papel ocupado pelas noções de modernidade, desenvolvimento e progresso no interior das histórias que nos são contadas e das análises que nos são propostas.

A questão que se coloca, então, no decorrer do primeiro capítulo, é a seguinte: quais as percepções da história contemporânea do Brasil, e do processo de industrialização, característico dos anos 1940-60, presentes de forma marcante nas histórias sobre o jornalismo brasileiro? Adiantamos ao leitor, para não frustrá-lo, que não nos propusemos a responder essa questão de modo definitivo ou enfático, mas ela está na base da pesquisa e do trabalho de composição do capítulo.

É uma questão relevante também para a seleção e disposição das fontes e para as análises que se encontram nos capítulos posteriores. Neles, a vinculação entre modernidade e progresso nos leva a uma discussão a respeito da maneira como muitos jornalistas em atividade viram “o país que se industrializava”, o “Brasil que se desenvolvia”, “o jornalismo que se modernizava”.

Entre as conhecidas teses sobre a história escritas pelo filósofo alemão Walter Benjamin em 1940, uma observação nos parece particularmente importante para uma abordagem crítica das projeções contidas nos escritos jornalísticos com os quais trabalhamos. Segundo Benjamin,

“Nada foi mais corruptor para a classe operária alemã que a opinião de que ela nadava com a corrente. O desenvolvimento técnico era visto como o declive da corrente, na qual ela supunha estar nadando. Daí só havia um passo para crer que o trabalho industrial, que aparecia sob os traços do progresso técnico, representava uma grande conquista política”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> “Sobre o conceito da história” (Benjamin, 1985, p.227).

A essa observação, Benjamin adicionaria uma outra, referindo-se à necessidade de que se respondesse à questão de quem se beneficia desse progresso e da noção de trabalho (alienado e alienante) a ele vinculada, “de como seus produtos podem beneficiar trabalhadores que dele não dispõem”. Acreditamos que esse seja um problema que se refere também a este nosso estudo, na medida em que, nas versões dominantes do processo de transformação e intensificação de uma percepção técnica do jornalismo, ficam muitas vezes indiferenciados os lugares daqueles que possuem os meios e se beneficiam de algum modo do processo de modernização e aquisição da tecnologia, e os lugares daqueles que fornecem a força de trabalho para que ele se realize, sem dele serem beneficiados (as diferenças entre os empresários do jornalismo, os grandes jornalistas e os jornalistas que compuseram as massas das redações de jornal na época). Parece-nos que uma certa compreensão do jornalismo, ancorada, em geral, no terreno comum do pensamento liberal e da crença no progresso, pode ter trabalhado para esse efeito de elisão dos conflitos e silenciamento das diferenças nas formulações presentes em grande parte das fontes trabalhadas nesta tese.

Nos textos de que tratamos nos Capítulos 2, 3 e 4, os jornalistas se expressaram em relação às mudanças que presenciaram, muitas vezes, com o tom assumido pelos que se sentem atraídos pelo “novo”, por acreditarem que ele lhes reserva um espaço: o tom predominante é o de quem se sente nadando *com a corrente*, como na observação de Benjamin. Há, em muitos dos textos que pesquisamos, crença e confiança no progresso técnico sobrepostas aos receios motivados pelas transformações ocorridas, o que se explicita nas formulações às quais demos ênfase, que procuraram delimitar fronteiras entre o “velho” e o “novo”, o “antigo” e o “moderno” no jornalismo dos anos 50.

Os escritos sobre o jornalismo nos parecem marcados pela sempre ambígua “esperança” que o final do século XX e este início do século XXI atribuem aos anos 1950 no Brasil, permitindo colorir de dourado o período que gestou os “anos de chumbo” do pós-64. Como se as opções que marcaram os “anos dourados” pouco ou nada tivessem a ver com o cinza que dá o tom às memórias e histórias sobre os “anos de chumbo”. Na perspectiva de Benjamin, no entanto, o dourado-progresso e o cinza-chumbo (da violência que nega a autonomia dos sujeitos) são considerados inseparáveis, assim como o foram, na compreensão do autor, o progresso técnico e o nazi-fascismo, ambos característicos do século XX. “A tradição dos oprimidos nos ensina que o

‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral”<sup>3</sup>, disse Benjamin, enfatizando a necessidade de um conceito de história que correspondesse a essa compreensão, deixando de incorrer na falácia de que os limites extremos da violência e da negação do sujeito seriam detritos e descaminhos, corrigíveis, do progresso técnico inaugurado pelo capitalismo industrial.

Os escritos aos quais tivemos acesso trazem, em grande parte, a marca da crença e da esperança em um progresso que, na perspectiva frankfurtiana, de que Benjamin é o mais radical expoente, confunde-se com a catástrofe, já que seu movimento em direção ao futuro implica na produção incessante de “ruína sobre ruína”.

E não seriam catastróficas muitas das seqüências das histórias aqui presentes, muitos dos efeitos dos sentidos atribuídos ao jornalismo e à política, à atividade dos jornalistas e à ação política durante os anos de que tratamos? Pedimos que, por hora, o leitor deixe em suspenso essa questão, que aponta desde já para nossas conclusões sobre a pesquisa.

A crença no progresso e na técnica, no caso do jornalismo, esteve mesclada à perspectiva liberal que nega o catastrófico em nome da identificação entre técnica e razão, entre “esclarecimento” e liberdade. Esta identificação, assim como a tensão que lhe é intrínseca, esteve presente na convivência entre a visão do jornalismo como missão (afirmando um papel político para *aquela que escreve*) e a visão do jornalismo como técnica (orientada pelos valores de neutralidade e isenção), tal como explicitada nos Capítulos 3 e 4.

O jogo entre a busca da valorização da atividade jornalística por muitos dos que a exerciam (incluídos aí os sindicatos e associações que debateram com freqüência a questão da profissionalização) e o apego aos ideários da isenção e do aperfeiçoamento técnico expõe uma imagem pouco atraente da correnteza do progresso, no que se refere ao jornalismo. Como se, para que nela pudessem manter-se, tivesse sido necessário, àqueles que reportam e escrevem, apagar cada vez mais a si mesmos como autores, negar cada vez mais seu estatuto de sujeitos de opinião. Não seria esse o ideal do pós-64 para o jornalismo censurado? Parece-nos que essa seta estava indicada, já nos anos 50, nas discussões que delimitavam aspectos pertencentes ao “novo” e ao “velho” jornalismo.

---

<sup>3</sup> “Sobre o conceito da história” (Benjamin, 1985, p.226).

# Capítulo 1

**Imprensa e sociedade nos anos 1940-1960:  
as transformações e seus sentidos**

Os anos 1940-60 foram, no Brasil, anos de transformações relacionadas à intensificação do crescimento urbano, dos movimentos sociais, do reformismo, da industrialização, do consumo de bens duráveis, como aparelhos de rádio, geladeiras e, mais para o final do período, televisores e automóveis. Intensificação acompanhada de uma outra, não menos importante, a de uma percepção difundida de que a sociedade se transformava em diversos aspectos. Nesses dois níveis, essas transformações estiveram presentes nas páginas dos grandes jornais, de que os anúncios de produtos são o exemplo mais destacado a um primeiro olhar. A imprensa e a atividade jornalística em geral vivenciaram essas transformações, assumindo feições que foram consideradas mais “modernas” e, ao mesmo tempo, atribuindo sentido àquilo que se modificava.

Podemos dizer que existem dois elementos inseparáveis nas interpretações sobre o período: a constatação de que o país se transformava e os sentidos atribuídos a essas transformações. Na perspectiva histórica que assumimos, as transformações e os sentidos que a elas se colam, conflituosos ou não, fazem parte da tessitura das histórias e memórias sobre a sociedade brasileira daquele momento. Não só as transformações ocorridas resultaram de práticas e opções concretas (e não consensuais), mas os significados que puderam assumir foram, e são, também marcados por práticas intelectuais e políticas investidas de visões sobre a história brasileira, especialmente sobre aquela que se teria iniciado no pós-30 e que teria características peculiares no intervalo entre 1945 e 1964 – período histórico cujos limites foram determinados por uma percepção baseada nas características político-institucionais que o diferenciariam das ditaduras anterior (Estado Novo) e posterior (inaugurada pelo golpe civil-militar de 64).

É comum, nas análises e memórias voltadas para aqueles anos, especialmente para os “anos 50”, a atribuição de destaque à própria idéia de mudança, e a um suposto desejo de mudança, como sendo um dos elementos que caracterizariam o período, atribuindo a ele uma feição peculiar. Poderíamos indicar um cruzamento entre a ênfase no progresso técnico e na industrialização, característica de *alguns* grupos sociais e de *algumas das* opções políticas em disputa no período, e a ênfase posterior a esses elementos como tendo sido parte de uma espécie de expectativa *generalizada* em relação ao progresso e a seus benefícios, o que resulta, muitas vezes, em visões planificadas da sociedade do período.

Lucília de Almeida Neves afirma, em texto publicado recentemente, que a crença de que seria possível transformar o presente foi um aspecto central da história brasileira entre os anos 40

e o início dos anos 60. Aquele período teria sido marcado por uma euforia transformadora, que se encontrava em projetos diferentes para o país, mas que teriam tido em comum a esperança e o reformismo, com maior ou menor ênfase nacionalista e distributivista. Teria havido, ainda segundo a autora, “um forte sentido de esperança, caracterizado por uma marcante consciência da capacidade de intervenção humana sobre a dinâmica da História, buscando-se implementar um projeto de nação comprometido principalmente com o desenvolvimento social”<sup>1</sup>. Estas seriam marcas diferenciadoras. A “generosidade e solidariedade social” teriam sido características, por exemplo, do programa do trabalhismo para o Brasil (que teve como referência principal o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, criado em 1945), enquanto o final do século XX, momento em que a autora escreveu seu texto, é visto como marcado pelo signo do “individualismo compulsivo”<sup>2</sup>. Fica, assim, construída uma diferença (e quase oposição) entre um período no qual o desenvolvimento capitalista teria sido caracterizado por termos como esperança e solidariedade, e por uma espécie de empatia em relação ao futuro, e um outro período, o final do século XX/início do século XXI, o nosso presente, portanto, em que se teriam exacerbado o individualismo e o consumismo como características da sociedade capitalista no Brasil. Entre os dois momentos, a ditadura militar<sup>3</sup>.

As afirmações de Neves nos remetem a aspectos presentes em histórias e memórias da imprensa brasileira, das quais trataremos neste capítulo.

Novas tecnologias, novos profissionais, uma nova sociedade baseada em técnica e mais autonomia, aceleração do desenvolvimento, um futuro que parecia aproximar-se... expressões como essas são comuns em jornais e depoimentos de jornalistas, e também nos escritos de estudiosos da imprensa, ao se referirem ao período de que tratamos. Fazem parte também de um imaginário compartilhado, no final do século XX e neste início do século XXI, sobre o que teriam sido os anos 50, com suas conquistas, mas, principalmente, com suas promessas. É a elas que parecem referir-se (de modo mais ou menos saudosista) um grande número de enunciados, presentes nos mais diversos registros, que atualizam visões daquele passado e também do presente no qual são produzidos.

---

<sup>1</sup> Neves (2001), p.171.

<sup>2</sup> *Idem*, p.202.

<sup>3</sup> Parece-nos que esse tipo de formulação carrega, implícita, uma imagem: os anos 50, com seus olhos esperançosos voltados para um futuro desconhecido, e o final do século XX, com seus olhos voltados para o passado, detidos nas “ruínas” cinzentas do que se tornou o antes “futuro desconhecido”, a violência política característica da ditadura militar do pós-64. Talvez seja essa uma alegoria do próprio olhar do historiador que escreve, no final do século XX, sobre os anos 50, enquanto se confronta com o passado recente e o instante presente, incisivo e desafiador.

Assistimos, recentemente, durante a campanha às eleições presidenciais de 2002, ao esforço dos quatro principais candidatos para vincular-se à imagem do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que governou o país entre 1956 e 1960. A comemoração dos 100 anos de nascimento de JK foi ocasião para diversas referências ao período de seu governo, nas quais as palavras desenvolvimento, crescimento e esperança foram enunciadas por todos os candidatos, apagando diferenças existentes entre seus projetos e as alianças políticas que os sustentaram. Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), que venceria as eleições, disse – ao ser homenageado com a Medalha de Juscelino Kubitschek pelo então governador de Minas Gerais, Itamar Franco, em cerimônia na cidade de Diamantina – que o principal feito de JK como presidente foi o de devolver a auto-estima do país. “Mais do que isso, devolveu o sonho de que era possível crescer: JK fez de seu governo um gerador de esperança”. O ex-presidente teria sido capaz, ainda segundo o então candidato Lula, de associar planejamento de longo prazo e democracia, em um suposto ambiente de liberdade e de debate.

Destacamos algumas referências aos anos 50 e, especialmente, aos anos JK presentes no texto “Resgate da esperança”, inserido no site da campanha de Lula no dia 13 de setembro de 2002, que se refere justamente à homenagem recebida pelo candidato na comemoração dos 100 anos de JK, em Diamantina. Segundo o texto, as pessoas que se dirigiram à praça central da cidade para a comemoração encontraram ali uma “alegria com jeito de anos 50”. JK é descrito, então, como o “último presidente da República que exerceu o cargo com otimismo”, deixando na memória popular “um gosto de anos dourados até hoje lembrado com misto de nostalgia e perda”. No texto do site da campanha do PT, o ex-presidente foi definido, ainda, como alguém que “convenceu o Brasil de que tudo estava por fazer. E que era possível tornar o amanhã algo mais que uma repetição de hoje”<sup>4</sup>.

O site do candidato do PSDB à presidência, José Serra, que disputou o segundo turno das eleições com Lula, trazia, no dia anterior, considerações semelhantes, enunciadas pelo próprio candidato, para quem sua geração teria se acostumado, com Juscelino, a “olhar para a frente, para um Brasil grande”. O principal mérito do ex-presidente teria sido o de ter impulsionado o país rumo ao desenvolvimento<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> “Resgate da esperança”, em <http://www.lula.org.br/noticias>, 13/09/2002. [acesso em outubro de 2002]

<sup>5</sup> “Serra: JK se fosse vivo seria tucano”, em <http://www.joseserra.org.br/site/salaimprensa/noticias>, 12/09/2002. [acesso em outubro de 2002]

Nessas formulações, ficam apagadas não apenas as diferenças entre os dois candidatos, mas também os conflitos que dão materialidade aos anos 50 e ao período de governo de Juscelino Kubitschek. A planificação parece se ancorar no terreno comum do elogio ao “desenvolvimento” e, excedendo os termos utilizados pelos candidatos, do elogio ao “progresso” identificado com o ritmo de industrialização e urbanização do país naqueles anos.

O livro do jornalista Joaquim Ferreira dos Santos, lançado em 1997, pode ser tomado como um exemplo dos sentidos freqüentemente encontrados nos meios de comunicação e em relatos jornalísticos referentes aos anos 50, tal como enunciados nas últimas décadas do século XX ou neste início do século XXI, no Brasil<sup>6</sup>. Por várias semanas na lista dos mais vendidos da revista *Veja*, o livro se volta especificamente para o ano de 1958, mas, segundo o autor, o “clima de euforia” teria se instalado fortemente a partir de 1956, ano em que JK assumiu a presidência da República – “todos compreenderam que o futuro, se ainda não havia chegado com os mesmos sputniks que os russos lançavam ao espaço desde o ano anterior, pelo menos estava dando o ar de sua graça entre nós”. O ano de 1958 teria sido a síntese da euforia. Aos números altos da inflação naquele ano, o jornalista responde com ironia:

“Mas e daí? Foi o ano de fumaça nas indústrias: o lançamento do nosso primeiro barbeador elétrico, do nosso primeiro radinho de pilha e até de um controle remoto preso ao aparelho de televisão por um fio. No fim do ano apareceu na *Manchete* o anúncio do fusca, que seria lançado às ruas na primeira quinzena de janeiro”.

Reproduzo ainda um último trecho, com enunciados que o autor atribui a David Nasser, um dos jornalistas mais conhecidos do Brasil na época devido às reportagens que publicava na revista semanal de maior circulação durante o período, *O Cruzeiro*: “– O Brasil de 1958 é o que voa de Viscount e grita cheio de otimismo e boa-fé para o Brasil do carro de boi: ‘Quem for brasileiro que me acompanhe’.”<sup>7</sup>

As seguintes palavras do escultor Amilcar de Castro – um dos responsáveis pela reformulação gráfica pela qual passou o *Jornal do Brasil* na segunda metade dos anos 50, tratada como ícone das transformações na imprensa brasileira no período – trazem uma visão

<sup>6</sup> Nas imagens presentes na mídia, é bastante comum uma visão saudosista dos anos 50, que afirma a existência de um período democrático, mas pouco conflituoso; de um momento de transformações e de um progresso desejado por todos (consensual, portanto); de um período em que esperança e desejo de desenvolvimento teriam sido tão difundidos quanto as opções por JK e por Brasília (que, sabemos, foram investidas de inúmeros conflitos). Neste tempo/lugar dessas memórias narradas, não cabem tensões político-sociais ou divergências, que teriam sido absorvidas pela euforia geral.

<sup>7</sup> Santos (1998, 4.ed.), pp.12-13.

semelhante: “No momento da reforma [do *JB*] o Brasil vivia um grande entusiasmo. Juscelino Kubitschek construía Brasília e tudo era novo”<sup>8</sup>.

Os enunciados de Jorge Ferreira dos Santos e de Amílcar de Castro trazem a revista *Manchete* vinculada aos anúncios do Fusca; trazem o jornalista David Nasser, da revista *O Cruzeiro*, falando de Viscount e de otimismo; trazem, ainda, o *Jornal do Brasil*, em momento de reforma, relacionado a entusiasmo, JK, Brasília e novidade. São termos que não diferem daqueles que indicamos, há pouco, no trabalho historiográfico de Lucília de Almeida Neves e nos textos de campanha eleitoral de Lula e Serra em 2002. Lançamos mão dessas imagens para dar início a nosso tema central, o dos sentidos atribuídos às transformações na imprensa brasileira naqueles anos 1940-1960.

Passaremos a tratar, agora, de autores e estudos que consideramos exemplares das abordagens desenvolvidas dos anos 60 até os nossos dias, que se voltam para a imprensa dos anos 50, descrevendo e atribuindo sentidos às transformações então ocorridas<sup>9</sup>. Veremos qual o papel de noções como euforia, esperança, reformismo e desenvolvimento em trabalhos que vêm sendo referência para quem deseja conhecer um pouco do que foi aquela imprensa ou desenvolver estudos sobre algum de seus aspectos. Lembramos que a bibliografia sobre o assunto é escassa no Brasil, especialmente quando se trata de buscar estudos que apresentam reflexões sobre aspectos da grande imprensa ou do jornalismo brasileiro em perspectiva histórica.

---

<sup>8</sup> Depoimento de Amílcar de Castro ao *Jornal do Brasil*, 30/11/1984. Citado por Bahia (1990), p.381. O escultor é considerado um dos maiores expoentes do neoconcretismo no Brasil.

<sup>9</sup> Não é nossa intenção abarcar, por meio dos estudos que serão citados e discutidos no decorrer deste capítulo, a totalidade das perspectivas desenvolvidas no campo das pesquisas sobre imprensa (e mídia, de modo mais geral) entre os anos 50 e o momento em que produzimos este estudo. Deixamos claro desde já, ao contrário, que procuramos apenas tratar de estudos que consideramos exemplares pelo fato de exporem questões e perspectivas relevantes para a discussão das histórias e memórias sobre a imprensa brasileira dos anos 40-60, levantadas de acordo com os interesses desta pesquisa. Assim, poderemos deixar de lado aspectos do chamado “pensamento comunicacional latino-americano” considerados importantes por estudos que se desenvolvem no campo das chamadas Ciências da Comunicação. É o caso dos estudos referidos e/ou desenvolvidos nos cursos anuais para jornalistas e professores de Comunicação promovidos pelo Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (Ciespal), fundado em outubro de 1959, resultado de um convênio entre a Unesco e a Universidade Central do Equador, e sediado em Quito, Equador. Sobre a visão que pesquisadores ligados ao Centro têm de sua importância para os estudos de comunicação na América Latina, cf. Medina (1999).

*O país de antes e depois...  
os anos 60 observam seu passado recente*

Os estudos publicados nos anos 60 têm em comum a atribuição de papel destacado às transformações ocorridas na sociedade e na imprensa brasileira nos anos anteriores, fundando-as sobre dois aspectos principais: o progresso técnico, com a assimilação de novas tecnologias e aquisição de maquinários de novo tipo pelos veículos de comunicação, imprimindo-lhes uma nova face; e o estabelecimento de vínculos entre o desenvolvimento da imprensa e a etapa (o termo é relevante) então presente do desenvolvimento capitalista no país. Sobressai, deles, uma visão da história brasileira no século XX que confere papel central à aceleração da industrialização, assim como à criação da indústria de base, que, junto a outros aspectos, teria fornecido as condições para que o Brasil atingisse um “estágio superior” no desenvolvimento capitalista, diminuindo a distância que o separava dos objetivos almejados, que variam de acordo com os autores.

Aqui, tratamos particularmente de dois deles, Juarez Bahia e Nelson Werneck Sodré. Ambos estabelecem um *antes e depois* para a imprensa e para a sociedade brasileira como um todo, constituindo os anos 50 como marco, como divisor de águas, em estudos que antecedem a periodização que se tornaria comum alguns anos depois, definindo o bloco cronológico 1945-1964. Antecedem, portanto, o esforço de atribuição de sentido às “causas” ou ao contexto no qual se tornou possível o golpe de 64 (seriam característicos desses esforços interpretativos os estudos que destacaram a presença de práticas populistas na política, marcando as transformações sociais então ocorridas e seu esgotamento, em direção ao golpe). Nos estudos dos anos 60 de que tratamos nesse momento, no entanto, os termos-chave seriam *industrialização* e *desenvolvimento*.

Na leitura que fazemos desses estudos, torna-se particularmente importante observar o modo como estabelecem um jogo entre continuidades e discontinuidades que permite que, em alguns momentos, aspectos que depõem a favor de linhas de descontinuidade se sobreponham a outros, demarcando o *antes e depois* a que nos referíamos.

Em livro publicado pela primeira vez em 1964<sup>10</sup>, com diversas edições posteriores, o jornalista e pesquisador Juarez Bahia, apresentado muitas vezes como historiador da imprensa por estudos produzidos na área de Comunicação, afirma que “os anos 50 seccionam a história

---

<sup>10</sup> Bahia: *Jornal, história e técnica*. RJ, MEC/Serviço de Documentação. Neste texto, utilizamos a edição publicada pela Ática em 1990.

brasileira para distinguir o país de antes e depois de 1955”<sup>11</sup>. Os marcos divisores aos quais recorre para argumentar nesse sentido são políticos e econômicos, mas atentam, sobretudo, para a constituição das condições para o desenvolvimento do país.

Os novos tempos foram identificados por Bahia, acima de tudo, com Juscelino Kubitschek e com as direções assumidas por seu governo (1956-1960). A eleição e posse de JK<sup>12</sup> aparecem em conjunto com as transformações no setor da indústria, que teriam representado, segundo o autor, uma “revolução industrial” diante das condições anteriores do país. A imprensa teria sido parte integrante desse processo de inauguração dos novos tempos. Uma “outra imprensa” teria sido gerada, naqueles anos, pelo “outro país” que nascia. Do mesmo modo como o autor não se ocupa dos conflitos que marcaram a eleição e posse de Kubitschek e Goulart, não se ocuparia também dos aspectos políticos que marcaram a inserção violenta dos grandes jornais nesses conflitos e na crise de 1955. O antes e o depois são determinados por outros aspectos, descritos em tom, em geral, laudatório, como neste trecho:

“Com Três Marias e Furnas triplica a produção de energia elétrica que é de 3 milhões de kw; novas rodovias recortam o território, elevando de 73 mil km para 98 mil km as estradas federais e estaduais não pavimentadas, e de 3 mil km para 14 mil km as estradas asfaltadas. Viabiliza-se a indústria automobilística. (...)

Aumenta substancialmente o consumo de gasolina comum, de óleo diesel, de cimento e de asfalto. O país passa a depender menos das importações e estabelece o seu próprio padrão de desenvolvimento industrial.

Os sindicatos ocupam maior espaço político em decorrência da industrialização, parcelas da população antes marginalizadas têm acesso aos benefícios sociais. A Sudene trabalha para a recuperação econômica do Nordeste. Constrói-se Brasília; lançam-se as bases de uma reforma agrária”<sup>13</sup>.

O Brasil que deixara para trás o Estado Novo estaria, então, em caminhada acelerada rumo à democratização e à ascensão econômica: a imprensa se transformava porque participava dessa caminhada – “o que se conhece por novo jornalismo é também uma parte dessas transformações”, ou ainda “a palavra reforma sopra como uma rajada de vento dentro das

<sup>11</sup> *Idem* (1990), p.265.

<sup>12</sup> O chamado contra-golpe de 11 de novembro de 1955 teria sido um dos pontos de inauguração do “novo”, permitindo a posse de JK e de seu vice, João Goulart. Confrontaram-se, naquele momento, grupos ligados à UDN, que se opunham à posse, liderados pelo jornalista e deputado Carlos Lacerda e pelo deputado Aliomar Baleeiro, e os grupos vinculados à candidatura que aliou PSD e PTB, associados a Vargas e ao varguismo. O Capítulo 2 da Parte 2 discorre com mais vagar sobre esse episódio. No momento, interessa-nos apontar para o fato de que Bahia o elege como marco de inauguração do novo, enquanto vemos nele uma continuidade dos confrontos políticos que caracterizaram as eleições de 1945 e 1950 e a crise de 1954. O “novo”, portanto, está na ênfase do autor ao modelo de desenvolvimento adotado por JK em seu governo.

<sup>13</sup> Bahia (*op. cit.*), pp.265-266.

redações” naquele momento<sup>14</sup>. Nessa visão progressiva da história do Brasil da primeira metade do século XX, o autor apontava para os obstáculos a superar, sem que representassem uma “quebra” no ritmo de sua narrativa:

“O país ainda é campeão de analfabetismo, mortalidade infantil, endemias, acidentes de trânsito, violação de direitos civis. Comparada à do bloco desenvolvido, a sua renda *per capita* está entre as mais baixas. Os espasmos democráticos são mais frágeis diante do golpismo e do intervencionismo militar que se aliam à direita urbana e agrícola para cercar as liberdades fundamentais, interromper o avanço popular no rumo da independência econômica e social, garantir por mais tempo a submissão nacional a interesses políticos e econômicos estrangeiros”<sup>15</sup>.

A progressão ininterrupta rumo à consolidação de jornais e revistas como empresas, presente em sua narrativa, atenderia a essa mesma marcha, que parece inexorável, apesar de todos os obstáculos. Também nesse caso, os aspectos que não correspondem ao futuro vislumbrado, de aperfeiçoamento técnico, industrialização e desenvolvimento, parecem prestes a ceder a uma orientação que perde suas características ideológicas ou econômicas, confundindo-se com algo como *a direção dos tempos* (em uma alusão à concepção progressiva e homogênea do tempo histórico). Nesse sentido, não restaria aos grandes jornais e revistas brasileiros daquele período outra opção senão a de transformar-se, do ponto de vista técnico e empresarial, para aumentar seu público, possibilitando uma quantidade de anunciantes viável a sua manutenção (os anúncios eram, já nesse momento, sua principal fonte de renda). Outras palavras do autor revelam esse tom eufórico de adesão:

“Os grandes jornais, como *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, se antecipam na aquisição de novos equipamentos. Matutinos e vespertinos lutam para conquistar novos públicos. A propaganda ingressa numa nova era. São todos protagonistas de uma etapa de modernização que faz parte do ritmo nacional”<sup>16</sup>.

O reaparelhamento técnico da imprensa, assim como o que Bahia chama de seu redirecionamento cultural, teriam tido como função atender às exigências de uma nova sociedade,

<sup>14</sup> O autor explica, porém, que, ao falar dessas transformações, refere-se aos jornais e revistas das capitais do país, especialmente do eixo Rio-São Paulo. No interior, esse processo teria se estendido, segundo ele, até os anos 70, quando jornais de todo o Brasil absorveriam mais rapidamente tecnologias que já eram comuns aos jornais das capitais.

<sup>15</sup> Bahia (*op.cit.*), p.266.

<sup>16</sup> Bahia (*op. Cit.*), p. 379.

que se instaurava com o pós-guerra, mas, principalmente, sobrepor-se ao que define em seu estudo como “mentalidade limitada” vigente até os anos 40.

Em muitos autores, as mudanças ocorridas durante os anos 40 e 50 foram lidas como a passagem de um outro tipo de jornalismo (marcadamente político) para um jornalismo organizado e gerenciado de acordo com práticas empresariais (no qual os objetivos econômicos teriam se sobreposto aos políticos, no qual a *técnica* ganharia centralidade em relação à improvisação). Em Juarez Bahia, as “alterações de qualidade” que teriam marcado essa passagem são datadas das décadas de 20, 30 e 40, mas com a seguinte ressalva: “é na de 50 que importantes reformas que abrangem formato, composição, impressão, papel e conteúdo vão dar respostas práticas às exigências da sociedade”<sup>17</sup>. Existiriam, assim, paralelos entre uma maior eficiência técnica e empresarial e um comportamento no qual passariam a ser menos relevantes, nessa percepção, as opções políticas e os interesses pessoais dos donos dos veículos.

Esse tipo de afirmação não se sustenta, mesmo em termos de coerência interna à interpretação assumida, a não ser que os jornais pertencentes a Assis Chateaubriand, Carlos Lacerda, Samuel Wainer (e quantos outros...) sejam tomados como exceções à regra, ou como resistências à linha progressiva identificada com a história. É possível que seja este o caso da interpretação de Bahia. Um exemplo: o autor nos descreve Chateaubriand, proprietário do maior aglomerado empresarial de veículos de comunicação no Brasil entre os anos 40 e início dos 60, os *Diários Associados*, a quem pertencia a *TV Tupi*, emissora responsável pelo primeiro sinal televisivo transmitido no Brasil (em 1951), como “o derradeiro da linhagem que usa a imprensa para ações personalistas ou para atingir fins políticos obscuros”. Chateaubriand teria representado, na compreensão do autor, um momento de modernização do jornalismo brasileiro e uma “ruptura com o passado”, ao mesmo tempo em que sua proximidade em relação ao poder e o uso que fazia de seus veículos o mantinha a uma distância considerável em relação a empresários posteriores, descritos por Bahia como “mais racionais, ortodoxos e profissionais”<sup>18</sup>.

Faremos duas observações, pontuais nesse momento, que vão contra os argumentos de Bahia. A primeira diz respeito ao fato de que Chateaubriand não foi uma exceção no que se refere à indeterminação entre os limites da política e do jornalismo, entre os interesses pessoais e a

---

<sup>17</sup> *idem*, p.128.

<sup>18</sup> Bahia (*op. cit.*), p.263. Esse tipo de comentário conjuga, no livro editado em 1990, os posicionamentos e a visão geral existentes desde a edição de 1964 a argumentos adicionados pelas revisões posteriores, que permitem alargar a perspectiva cronológica e histórica do estudo.

atuação empresarial à frente de um veículo de imprensa. A biografia de Carlos Lacerda, um dos jornalistas mais destacados do período, não pode ser compreendida a não ser que se leve em conta, em conjunto, sua atuação política, ligada à UDN, e sua longa carreira jornalística, que inclui o trabalho em jornais como o *Correio da Manhã* e, posteriormente, a fundação do diário carioca *Tribuna da Imprensa*. Outro grande jornalista da época, Samuel Wainer, que fundou o jornal *Última Hora* pouco depois de inaugurada a *Tribuna* de Lacerda, não teve atuação partidária, mas não pode ser desvinculado (do dinheiro e da ideologia) do varguismo. Como eles, tantos outros, como indicamos antes. A segunda observação diz respeito ao fato de que os anos 50 não superaram essa “confusão” de termos, entre política e jornalismo, como não o superariam os nossos dias, já que ela nos parece constitutiva da atuação da grande imprensa no Brasil. Exemplos como o das empresas Globo, de Roberto Marinho, ou de *O Estado de S. Paulo*, da família Mesquita, são característicos nesse sentido. Não são menos característicos os formatos mais recentes assumidos pela revista *Veja* (editora Abril) ou pelo jornal *Folha de S. Paulo* (pertencente desde os anos 60 à família Frias)<sup>19</sup>.

Essas questões, referentes à atuação mais ou menos política da imprensa e à esfera de ação do jornalismo, não deixariam de estar presentes em outros autores, como o próprio Nelson Werneck Sodré, de que falaremos agora.

Sodré produziu a “grande narrativa” mais utilizada como referência para se tratar da história da imprensa no Brasil<sup>20</sup>. Nela, a passagem da pequena à grande imprensa, ou da imprensa artesanal à industrial, é localizada na virada do século XIX para o XX, afetando a produção e circulação e, desse modo, as relações dos jornais com anunciantes e leitores, e com a política. Ligadas à ascensão da burguesia e ao avanço das relações capitalistas no país, as transformações que caracterizaram essa passagem estariam plenamente realizadas, segundo o autor, ao fim da primeira metade do século XX (a exceção teria sido a atividade jornalística nas cidades do interior em todo o país, em que teriam permanecido processos artesanais e procedimentos políticos que Sodré caracterizaria, no entanto, como pertencentes a uma fase precedente).

---

<sup>19</sup> Sobre o envolvimento de jornalistas e diretores da *Folha* com a repressão durante a ditadura do pós-64, cf. Kushnir (2001).

<sup>20</sup> Nosso levantamento de estudos que procuram tratar de aspectos da história da imprensa no Brasil, ou que precisam recorrer a dados e caracterizações históricas para discussões sobre a mídia de modo geral, permitiu constatar que Sodré está presente, como referência bibliográfica, na maior parte deles, até os dias de hoje. Essa constatação nos permite assumir que algumas percepções sustentadas por sua história da imprensa vêm sendo atualizadas, de modo voluntário ou não. Na edição mais recente do livro, publicada em 1999 pela editora Mauad, o destaque na capa anuncia: “A mais completa obra sobre a imprensa no Brasil”.

Sodré aponta, entre outras coisas, para a redução do número de periódicos e do aparecimento de novas empresas como efeitos importantes das transformações ocorridas. Em suas palavras, “é agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal”<sup>21</sup>. O processo, que o autor caracteriza como lento e tortuoso, por meio do qual desenvolveram-se as relações capitalistas no país, marca a visão que tem das continuidades e rupturas que seriam características da história da imprensa. Para ele, as atitudes e procedimentos dos principais jornais vinculavam-se, então, às de uma burguesia que se fortalecia economicamente, mas que era ainda débil no âmbito político:

“Assim como a fase é de ascensão capitalista lenta e peculiar a país de longo passado colonial – presente em sua estrutura econômica, - por isso de acomodação entre a burguesia e o latifúndio pré-capitalista – a imprensa, embora apresente agora estrutura capitalista, é forçada a acomodar-se ao poder político que não tem ainda conteúdo capitalista, pois o Estado serve principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional”<sup>22</sup>.

Assim como o capital comercial teria sido a base para o crescimento da vida urbana no Brasil, teria sido também por meio dele que se estabeleceram as empresas jornalísticas em sua fase inicial (diferentemente, segundo o autor, do que acontecia em países de chamado capitalismo desenvolvido, onde essa “forma primitiva” de capital, ao lado de outras atividades marcadas por relações consideradas pré-capitalistas, como a lavoura e a pecuária, já teria sido historicamente superada). Essa tensão entre a empresa que, baseada em capital comercial, constituía-se em moldes capitalistas, e o Estado, considerado como formado por relações pré-capitalistas no Brasil do início do século XX, é estruturante de diversos aspectos da narrativa de Sodré, e aponta para a percepção de história por ele assumida<sup>23</sup>.

Diante das características apresentadas por novas empresas como o *Correio da Manhã*, nas quais o capital estrangeiro teria papel importante (principalmente por meio da publicidade de grandes empresas), Sodré sustenta uma posição ambivalente. Ao mesmo tempo em que se refere

---

<sup>21</sup> Sodré (1966), p.315.

<sup>22</sup> *Idem*, p.316.

<sup>23</sup> Na história da imprensa de Sodré, aparecem dois aspectos bastante comuns a visões da história do Brasil elaboradas nos anos 1940, 50 e 60: a afirmação da existência de dois Brasis (a dualidade interior-litoral, atraso-desenvolvimento, já presente em textos do início do século XX, como os de Oliveira Vianna e Euclides da Cunha – é formulada, neste caso, no interior de projetos e argumentos políticos peculiares ao período); a visão de etapas históricas rumo ao desenvolvimento, sendo ou não o socialismo previsto como etapa final (etapismo marcante nos estudos de inspiração marxista, vinculados no Brasil às leituras e tomadas de posição do PCB em relação à sociedade brasileira). A esse respeito cf. Carlos Alberto Dória, “O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira”, em João Quartim de Moraes (1998).

a críticas como as de Lima Barreto<sup>24</sup> e se estende, durante várias páginas, em uma análise crítica da publicidade como meio de sustentação das empresas, pela razão de que, neste caso específico, os recursos seriam em sua maior parte de empresas estrangeiras<sup>25</sup>, sua percepção histórica, fundada em uma compreensão peculiar do marxismo e de suas leituras e aplicações à interpretação da sociedade brasileira, produz a seguinte avaliação: a passagem ao jornalismo de empresa teria sido uma etapa historicamente necessária – “significava avanço; o jornalismo individual é que estava superado”<sup>26</sup>, o que poderia indicar a presença de uma marcha “inexorável” como aquela que apontamos na narrativa de Juarez Bahia.

Apesar disso, os dois autores ressaltam traços diferentes nas transformações em curso, já que imprimem a elas direções que não são, necessariamente, coincidentes.

Para Sodré, o que caracterizou, acima de tudo, a imprensa dos anos 50 foi a tendência às grandes corporações, agora incluindo, além de jornais, revistas e emissoras de rádio, emissoras de televisão. Essas grandes empresas, “visceradas de gigantismo”, seriam, por sua vez, dependentes de outras ainda maiores e, na maior parte dos casos, estrangeiras, o que Sodré visualiza como um reflexo do nível de desenvolvimento do capitalismo no país. A concentração de poder e dinheiro nas mãos de algumas empresas lhes permitiria manipular a opinião, conduzir as preferências, mobilizar os sentimentos (expressões do autor) – “campanhas gigantescas, preparadas meticulosamente, arrasam reputações, impõem notoriedades, derrubam governos”<sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup> Em *Memória do Escrivão Isaias Caminha* (publicado pela primeira vez em 1909), Lima Barreto toma como exemplo o *Correio da Manhã* para fazer uma crítica ácida à imprensa de sua época. Sodré diz apenas que “Lima Barreto sentia a transformação da imprensa brasileira, verificava o contraste entre aquela da fase do jornal de circunstância, arrimado a uma figura de prestígio, e a nova fase, a da empresa jornalística cada vez mais complexa” (*op.cit.*, p.329). Lima Barreto, no entanto, fala de uma imprensa que vê como mesquinha, hipócrita, dominada pela corrupção e pela vaidade. Em um dos diálogos do livro, o personagem Plínio, depois de ser acusado de exagerado ao chamar a imprensa de “quadrilha”, diz aceitar o fato de que o jornal tivesse prestado serviços à sociedade, “mas quando era manifestação individual, quando não era cousa que desse lucro”. Hoje, diz, “é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também” (o diálogo está nas páginas 145-147 da segunda edição feita pela Brasiliense, de 1961).

<sup>25</sup> Nesta discussão, refere-se ao artigo 160 da constituição de 1946, que determinava que as empresas jornalísticas deveriam ser nacionais. A posição de Sodré é de que o artigo era inócuo, já que tratava da propriedade das empresas, mas não da questão da publicidade ou das agências de notícias (pp.455-456). Cita e se embasa nas posições de Osny Duarte Pereira (*Ante-projeto para uma lei de libertação da imprensa*, 1954) e R. Magalhães Júnior (*Estrangeiros na imprensa e imprensa de estrangeiros*, Diário de Notícias, Rio, 6 de maio de 1954). Para argumento semelhante, cf. também Genival Rabelo, *O capital estrangeiro na imprensa brasileira* (RJ, Civilização Brasileira, 1966).

<sup>26</sup> Bahia (*Op.cit.*), p.330.

<sup>27</sup> *Idem*, p.447. Na visão do autor, um dos exemplos dessa ação das grandes corporações bancadas por capital estrangeiro e integradas aos interesses desse capital teria sido a campanha bastante homogênea da maior parte dos grandes jornais brasileiros contra o governo de Vargas (1951-54).

Em uma comparação entre a propriedade de empresas de comunicação e a de grandes latifúndios, no Brasil dos anos 50, Sodré estabelece continuidades, para além das transformações ocorridas. O fato de serem assim “há longo tempo”, destaca, legitimaria sua importância e seu poder – ambos herdados, já que seus proprietários não teriam, naquele momento, possibilidade de montar, com investimentos privados, empresas como as que possuíam. Ao mesmo tempo, o autor identifica um quadro de crise na imprensa quando se inaugura a segunda metade do século XX. Vale destacar a concepção de crise que assume, vinculada à afirmação de que o país passava pelo que chama de Revolução Brasileira, para que possamos compreender melhor o modo como formula as transformações em curso:

“Diz-se de qualquer fenômeno ou processo que atravessa uma crise quando as formas antigas já não satisfazem ou não correspondem ao novo conteúdo, e vão sendo quebradas, sem que se tenham definido ainda plenamente as novas formas; as crises são, assim, próprias das fases de transição”<sup>28</sup>.

A *nova etapa* da imprensa, correspondente ao momento para o qual nos voltamos neste estudo, estaria, assim, marcada por uma dinâmica de rompimento com velhas estruturas e velhas relações de produção, ao mesmo tempo em que estaria marcada pelas contradições entre uma burguesia e uma sociedade que se modernizavam e o poder proveniente, ainda e em inúmeros casos, de fontes típicas daquelas que seriam fases anteriores do capitalismo. Nesse sentido, as relações entre continuidades e descontinuidades se apresentam de modo diferente daquele que vimos em Bahia: aqui, é da tensão dialética entre o novo e o velho que resultaria a sociedade e a imprensa *em transformação*, apontando para formas de dominação e de acúmulo de capital típicas da etapa do capitalismo em curso no país.

Assim, a aceleração do desenvolvimento determinada pelo desejo de reformas produzido especialmente durante o governo de Juscelino Kubitschek (em Juarez Bahia) e as transformações em meio à crise que apontava para a superação das velhas formas ligadas a um Brasil em que o latifúndio foi a estrutura determinante do poder político (em Sodré) marcam o modo como a imprensa dos anos 50 foi descrita pelos autores citados, aqui tomados como exemplos de olhares voltados, nos anos 60, para um passado então recente.

Algumas noções ainda não estavam presentes ou, quando citadas, não tinham o status de categorias explicativas ou centrais às interpretações que se constituíram. Referimo-nos,

---

<sup>28</sup> *Ibidem*, p.450.

especialmente, aos termos “sociedade de massas” e “indústria cultural”, que se tornariam importantes nos estudos desenvolvidos posteriormente.

*Imprensa e notícia na sociedade de massas...  
os anos 70 e 80 observam os 50*

Os estudos publicados nos anos 1970 e 1980 continuariam a tratar de questões levantadas pelos autores já citados, como a análise da passagem de um jornalismo de caráter predominantemente político a um outro, de caráter empresarial e, supostamente, mais isento, questionando, no entanto, em alguns casos, a relevância conferida à perspectiva técnica/tecnológica (que vimos exemplificada pela interpretação de Bahia, especialmente) na descrição das transformações ocorridas. Articulam, nesse sentido, aspectos das reflexões que ganhariam força no final da década de 1970 e na posterior, marcadas pelas noções de indústria cultural e sociedade de massas<sup>29</sup>, algumas delas vinculadas aos então recentes cursos de pós-graduação em Comunicação e, como tal, ao esforço de elaborar uma “teoria da comunicação de massa” que desse conta de aspectos presentes na sociedade brasileira.

Nesses estudos, pode-se perceber a leitura direta ou indireta, mais ou menos explicitada, de textos de autores vinculados à Escola de Frankfurt. Carlos Nelson Coutinho localiza no final dos anos 60 a chegada ao Brasil dos textos de frankfurtianos como Walter Benjamin, Theodor Adorno e Max Horkheimer. Na bibliografia sobre imprensa (e mídia de modo geral), para a qual nos voltamos, são mais citados os dois últimos, Adorno e Horkheimer, apesar da observação de Coutinho sobre a supremacia dos textos de Herbert Marcuse nas leituras dos intelectuais brasileiros durante os anos 70<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Essas expressões, por sua vez, seriam diferenciadas, com o passar do tempo, em estudos que, adotando a primeira, indicavam sua postura crítica à perspectiva técnica e progressiva, vinculando-se aos escritos frankfurtianos.

<sup>30</sup> Segundo Coutinho (1986), os textos de Marcuse mais divulgados na época foram *Eros e Civilização*, de 1955, e *O homem unidimensional*, de 1964 (como exemplo da tradução e publicação de textos ligados à Escola de Frankfurt no Brasil, em publicações que circulavam nos meios intelectuais a partir do final dos anos 60, temos na *Revista Civilização Brasileira* de março/abril de 1968 (n.18) a tradução de “Liberdade e agressão na sociedade tecnológica”, de H. Marcuse, e de “Moda sem tempo: o jazz”, de T. Adorno; a mesma revista, no volume de setembro/dezembro de 1968 (n.21-22), traz outro texto de Marcuse, “Finalidades, formas e perspectivas da oposição estudantil nos Estados Unidos”). Coutinho aponta para a importância de duas publicações de autores brasileiros, que dão destaque a leituras e reflexões vinculadas à Escola de Frankfurt: a coletânea de textos *A sereia e o desconfiado*, de Roberto Schwartz (RJ, Civilização Brasileira, 1965), e *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*, de José Guilherme Merquior (RJ, Tempo Brasileiro, 1969).

O *Dicionário crítico de comunicação*, organizado por Chaim Samuel Katz, Francisco Antonio Dória e Luiz Costa Lima, publicado em 1971, traz como verbetes os filósofos Walter Benjamin e Theodor Adorno<sup>31</sup> e os termos *teoria da comunicação*, *meios de comunicação de massa*, *cultura de massa* e *indústria cultural*, entre outros. Para desenvolver este último termo, o Dicionário remete ao ensaio “A indústria cultural”, parte do livro *Dialética do iluminismo*, de Adorno e Horkheimer<sup>32</sup>, dizendo que, nele, os autores “procuravam mostrar como os meios de comunicação americanos não ‘comunicavam’, mas sim produziam cultura, e desta maneira podiam ser vistos como uma verdadeira indústria cultural”<sup>33</sup>. No desenvolvimento do verbe *cultura de massa*, por sua vez, a principal referência é Walter Benjamin, com seu estudo “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. Assim, no sentido primeiramente atribuído e relacionado a Benjamin, define a cultura de massa como “o conjunto de produtos culturais, industrialmente realizados, que visam ao consumo dos mais diversos segmentos sociais”; como tal, seria oposta “à cultura de elite ou superior e teria seu advento possibilitado pelo desenvolvimento técnico-industrial”. Seria, nessa concepção, a modalidade moderna por excelência da cultura (concepção matizada, na seqüência, pela referência a Roland Barthes, que não seguiremos aqui).

O desenvolvimento técnico-industrial é analisado, assim como o dos meios de comunicação, em seus vínculos indissolúveis com uma cultura capitalista do consumo, que seria, então, uma das principais características levantadas por essas interpretações.

Em estudo publicado em 1978, que resultou da dissertação de mestrado defendida na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, Cremilda Medina, referência importante para os debates da área de Comunicação, especialmente aqueles produzidos no âmbito da ECA/USP, expõe leituras de autores e textos citados pelo Dicionário de 1971. A autora fala da passagem do jornalismo artesanal para um jornalismo estruturado empresarialmente, localizando-a no final do século XIX, em movimento semelhante ao que fazia Nelson Werneck Sodré, citado na bibliografia do livro, ao referir-se ao tema. Identificada com a modernização de jornais como *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*, já tradicionais à época, e com o aparecimento de

---

<sup>31</sup> Outros filósofos estão presentes como verbetes; é o caso de Heidegger, Barthes e Eco. Marcuse e Habermas aparecem citados em verbetes como “Técnica e tecnologia”; na bibliografia, as obras desses autores citadas são, respectivamente, “Ideologia da sociedade industrial” (tradução publicada no Brasil pela editora Zahar, em 1964) e “Technik und Wissenschaft als Ideologie” (Suhrkamp, Frankfurt, 1968, traduzida no Brasil posteriormente como “Técnica e ciência como ideologia”).

<sup>32</sup> Cita a tradução italiana, de 1966, publicada pela editora Einaudi.

<sup>33</sup> Dória (1971), p.166.

outros, como *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, nascidos com estrutura empresarial, esta mudança estaria, na prática, ligada ao fato de os jornais passarem a ser vistos como negócios lucrativos, em que grande parte dos recursos era proveniente da venda de espaço publicitário.

Também aqui, apesar da diretriz teórica frankfurtiana, a “modernização” da imprensa acaba sendo enunciada como um dado histórico, vinculado a dois fatores principais: urbanização e industrialização. Com eles, o aumento da população urbana (assim como o da porcentagem alfabetizada da população) e de seu poder aquisitivo teria provocado um deslocamento: passaria a valer mais o *gosto* do leitor do que a *opinião* (política) do grupo que controlava o jornal, o que leva a autora a apontar para uma dinâmica rumo ao jornalismo noticioso (menos opinativo e político) e sensacionalista: é esta a ênfase de seu estudo<sup>34</sup>. Não há, portanto, um deslocamento significativo em relação à perspectiva que vê nas transformações ocorridas uma sucessão rumo a um perfil “menos político” ou mais técnico/factual.

A marca de diferenciação dos anos 50 e 60, na caracterização feita por Cremilda Medina, diz respeito à aceleração do progresso técnico, como nos autores anteriormente citados. É nos anos 50, com o que vê como um processo de competição/complementação com a televisão, recém-inaugurada no país, que a imprensa diversificaria seus produtos e acentuaria seu caráter empresarial, atingindo um estágio na história dos meios de comunicação que era, segundo a autora, compatível ao dos Estados Unidos no começo do século XX – “os jornais brasileiros começam a empregar os mesmos ingredientes que os internacionais. A estrutura da indústria cultural invade os centros urbanos em processo de desenvolvimento”<sup>35</sup>.

O andamento dessas mudanças resultaria, já nos anos 60, em uma imprensa mais próxima aos padrões norte-americanos, identificados como modernos:

“A revista *Fatos & Fotos* se transforma numa versão cabocla da *Life* norte-americana. O *Jornal do Brasil* funda, em 1964, seu Departamento de Pesquisa e Documentação, segundo modelo do *New York Times*, que se propõe acrescentar os dados à notícia. E nessa fermentação, a mensagem jornalística se multiplica em formas ou manifestações”<sup>36</sup>.

<sup>34</sup> No Capítulo 2 desta Parte, trataremos do modo como os autores tratam do que é definido por Cremilda Medina como o surgimento da notícia, que seria seguido pelo surgimento do repórter: trata-se de pensar de que modo ganha valor a comunicação como informação em detrimento de outras formas de transmissão da experiência e do conhecimento.

<sup>35</sup> Medina (1978), p.76.

<sup>36</sup> *Idem*.

Ligada ao Ciespal (Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina), a autora preocupa-se também em apresentar um balanço sucinto dos estudos de “teorização sobre a informação jornalística”, passando pelos teóricos da Escola de Frankfurt, que teriam gerado correntes de interpretação pessimista quanto à massificação da cultura, e chegando ao que define como a procura de compreender, “sem paixões, o que é realmente esse fenômeno novo”.

As semelhanças em relação aos estudos anteriores acabam, no entanto, sobrepondo-se às diferenças resultantes da centralidade assumida pela noção de indústria cultural e pela adesão a propostas de constituição de uma teoria da cultura de massa que possibilitasse uma reflexão produtiva sobre os fenômenos característicos da sociedade e da cultura brasileira e de outros países latino-americanos, considerados *pouco desenvolvidos* ou *em desenvolvimento*.

Nossa hipótese, nesse sentido, é de que a vinculação entre a sucessão do tempo histórico nas sociedades contemporâneas e as aquisições técnicas marcam, com maior ou menor intensidade, a visão da história assumida por esses autores, fazendo com que as semelhanças dos diagnósticos ultrapassem as divergências teóricas. Apesar da aparente contradição, apontamos para a presença de uma percepção progressiva de história em um estudo como o de Medina, que demonstra sua relação com a visão frankfurtiana do desenvolvimento das sociedades capitalistas industriais, sem, no entanto, assimilar a visão benjaminiana do progresso como catástrofe. O trecho abaixo é característico dessa ambigüidade:

“Vencida uma das principais limitações humanas, tempo/espaço, ninguém tem dúvida ao atribuir a vitória aos recursos tecnológicos que veiculam a informação. (...) Nesse momento, é preciso examinar o problema no seu enquadramento geral: informação jornalística como produto da comunicação de massa, comunicação de massa como indústria cultural e indústria cultural como fenômeno da sociedade urbana e industrializada. Naturalmente só com a expansão e maturidade dos meios, em nossa época, é que essa reflexão está tomando corpo. O jornalismo nos meios gráficos e eletrônicos, o cinema e a televisão nos programas de lazer, todos os recursos técnicos de reprodução e divulgação de informação são jogados no quadro amplo da comunicação de massa. E não é mais possível discorrer sobre a mensagem jornalística como um dado isolado dessa realidade”.

Uma outra característica parece também aproximar a visão de história presente nos autores, a de que a história brasileira parece sempre *deslocada* ou *atrasada* em relação ao presente. Como se, na história brasileira, o presente fosse uma tentativa constante de acertar o passo com o próprio tempo. No trabalho de Medina, a busca de encontrar especificidades

brasileiras no desenvolvimento da indústria cultural acaba imprimindo essa direção ao estudo. “Se encontramos elementos teóricos que possam delinear o quadro de referência da sociedade industrializada, típica do século XX, como equacionar os parâmetros teóricos de sociedades como a brasileira, *não desenvolvidas*, em relação aos *centros geradores* desses conhecimentos?”<sup>37</sup>, questiona, para diferenciar em seguida o modo de existência da indústria cultural em sociedades *plenamente industrializadas* e suas características em sociedades como a do Brasil dos anos 50, “*ainda não totalmente definidas* numa sociedade de consumo pós-industrialização”<sup>38</sup>. Sua conclusão então é a de que existiria no Brasil uma indústria cultural em que predominaria o que chama de “nível massa” da informação, mas que produziria suas mensagens de acordo com peculiaridades da sociedade brasileira daquele momento, que ainda não poderia ser caracterizada como sociedade de massas pós-industrial.

Parece-nos mantido o diagnóstico do descompasso, que indicamos antes na interpretação de Werneck Sodré, ainda que os termos e conceitos utilizados sejam outros. No texto de inspiração marxista escrito nos anos 60, vimos a afirmação de que, nos anos 50, uma imprensa plenamente capitalista, empresarial, defrontava-se com características do poder político remanescentes de um outro tempo, o que não difere muito, em termos de percepção histórica, da visão de que um tipo de informação *característica das sociedades de massa* estaria em curso em *uma sociedade na qual o capitalismo ainda não corresponderia a esse “nível”*. Parece-nos que, como em outros campos intelectuais, também nas narrativas sobre a imprensa, o “atraso”, o “descompasso” e a ausência de “coincidência” ficariam indicados como característicos da história brasileira<sup>39</sup>. Outras conclusões de Cremilda Medina, desta vez baseadas na análise de Fernando Henrique Cardoso sobre o modelo de desenvolvimento assumido durante o governo de Juscelino Kubitschek (diversificação da produção industrial, procurando atender às demandas típicas das “sociedades de consumo”), revelariam a mesma direção. Segundo a autora,

“Vemos nessa fase a expansão da indústria cultural e uma de suas condições típicas de países em desenvolvimento – a defasagem entre os propósitos-massa de grandes centros urbanos e a audiência restrita, empresas jornalísticas de infra-estrutura industrial tirando uma revista nacional para apenas 40.000 consumidores (...)”<sup>40</sup>.

<sup>37</sup> Medina (*op. Cit.*), p.21. Grifos nossos.

<sup>38</sup> *Idem*, p.153.

<sup>39</sup> Nossas observações nesse sentido estão inspiradas nas reflexões desenvolvidas por Maria Sylvania Carvalho Franco (1976; 1997) e Maria Stella Bresciani (2001).

<sup>40</sup> *Ibidem*, p.58.

O recurso às teorias referentes à cultura de massas foi, como dissemos, freqüente no período, marcando-se pelo projeto intelectual mais amplo de atribuir sentido às especificidades do desenvolvimento capitalista no Brasil. Em consonância com o trabalho de Cremilda Medina, um outro autor, Roberto Moreira, em publicação resultante também de uma Dissertação de Mestrado defendida na segunda metade dos anos 70, desta vez no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), dava destaque à relação entre comunicação e ideologia e discorria sobre os estudos inspirados nas teorias da cultura de massas da seguinte forma: “esta discussão parece ser particularmente importante para a América Latina, na medida em que a dimensão simbólica, servindo como instrumento de reprodução do modo de produção, atua aqui como instrumento de manutenção da dependência econômica e cultural”<sup>41</sup>.

Em seu estudo, as principais referências teóricas são Adorno e Horkheimer (de modo mais marcante que no de Medina), além do estudo sobre Sociologia da Comunicação publicado poucos anos antes pelo brasileiro Gabriel Cohn<sup>42</sup>. Aqui, já aparece a distinção frankfurtiana entre cultura de massa e indústria cultural, com a opção declarada pela última dessas categorias, em um texto que segue quase formalmente os termos enunciados por Adorno e Horkheimer e que é, como tal, mais preciso teoricamente que o estudo de Medina citado há pouco, mas menos incisivo em seu esforço de pensar as chamadas sociedades dependentes, como o Brasil, e os efeitos e processos dos meios de comunicação a elas peculiares.

O interessante é que a crítica feita por alguns autores em relação a essa falta de adequação ou de inserção do quadro teórico na problemática que seria peculiar à sociedade brasileira acaba se ancorando em uma concepção de história indicada antes, na qual o “deslocamento” e a falta de coincidência são apontados para o próprio pensamento. Segundo Muniz Sodré, no prefácio do estudo publicado pela primeira vez em 1972, com várias reedições durante os anos 80, os autores de estudos sobre Comunicação no Brasil estariam “muito apegados às teorias dos manuais e pouco aos fatos”, dizendo pouco ou nada sobre a chamada cultura de massa peculiar à sociedade brasileira. A razão dessa ausência seria o “velho hábito de transplante cultural por parte das elites intelectuais nativas”, perspectiva que insere o autor em uma tradição interpretativa do Brasil e em

---

<sup>41</sup> Moreira (1979), p. 16.

<sup>42</sup> *Sociologia da comunicação – teoria e ideologia*, publicado em 1973, em São Paulo, pela editora Pioneira.

um modo de pensar a produção intelectual que remonta ao século XIX e, especialmente, às primeiras décadas do século XX<sup>43</sup>.

Na mesma direção, afirma como um dos principais obstáculos aos trabalhos vinculados às teorias da comunicação, no Brasil, a carência de pesquisas e de *teoria própria*, o que comenta na passagem abaixo, que dá seqüência às afirmações do autor quanto à importância de que as pesquisas levassem em consideração o contexto brasileiro de país *em desenvolvimento* e quanto ao fato de que as transformações econômico-sociais dependeriam do que define como uma vontade nacional de transformar:

“De nada serviria ao nosso projeto de desenvolvimento, por exemplo, promover pesquisas científicas e entesourar os seus resultados sem utilizá-los na renovação das estruturas sociais. O projeto de transformação nacional está ligado a uma idéia nacional de desenvolvimento. E na nossa época, em nossa sociedade, os veículos de comunicação de massa são meios técnicos indispensáveis à transmissão dessa idéia”<sup>44</sup>.

A questão seria, assim, a do agenciamento social dos meios de comunicação (e do pensamento intelectual) em nome da transformação e do desenvolvimento nacional.

Para Muniz Sodré, a cultura de massa, que teria nascido, no Brasil, nos anos 30, seria reflexo da pouca plasticidade das estruturas sociais, políticas e econômicas nacionais e de uma política de consumo desenfreado que se colocava em curso. Após os anos 40, com a aceleração da industrialização, veriam-se acentuadas as características que, segundo o autor, apontavam para um descompasso entre a cultura do consumo e a “ideologia da produção para o desenvolvimento”, que demandaria poupança, participação nacional integral no processo de industrialização e modificação da estrutura social imobilista. É significativo o exemplo hipotético, por ele fornecido, de um nordestino que migrasse para o Rio de Janeiro nos anos 40. Poder-se-ia esperar, diz, que encontrasse mensagens verdadeiramente novas e diferenciadas daquelas presentes no tipo de comunicação vivenciada em pequenas cidades do interior:

---

<sup>43</sup> A respeito dessa tradição, cf. Bresciani: “Identidades inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar-comum”, em Bresciani e Naxara (2001). A autora indica a presença desse diagnóstico de uma “ausência” em interpretações da história brasileira presentes em Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado e Gilberto Freyre, entre outros intelectuais. Para Bresciani, a teoria da “importação das idéias” é um dos lugares-comuns que constituem o fundo de idéias e preconceitos comuns a essas interpretações, ao lado, por exemplo, do lugar-comum da afirmação de uma espécie de “pecado de origem”, localizado na colonização ibérica dos trópicos.

<sup>44</sup> Muniz Sodré (1977), p.6. Essas afirmações do autor ecoam outras, que nos anos 1930 e 1940 atribuíam ao rádio um papel de destaque nos objetivos de integração nacional. A esse respeito, cf. Haussen (1997).

“Realmente, a conversa entre vizinhos, o cochicho do cabo eleitoral, as brigas entre fazendeiros, tinham sido substituídas pelo noticiário jornalístico, pela propaganda, pelos espetáculos dos duelos verbais moral-reformistas. Em franca disponibilidade moral e intelectual, conseqüente ao seu desenraizamento comunitário, esse nordestino estaria teoricamente preparado para receber as mensagens que lhe inculcariam uma consciência nova, nacionalista e desenvolvimentista”<sup>45</sup>.

A novidade, porém, não estava, segundo Muniz Sodré, nesta nova “consciência”, mas na já citada expansão e intensificação da cultura do consumo. É este o ponto central a seu argumento: a *era do consumo* chegava, segundo ele, especialmente durante os anos 50, para pouco mais que 5% da população que, concentrada no Rio e em São Paulo, “passou a importar os padrões da cultura de massa dos países de economia desenvolvida, consumindo-os e retransmitindo-os para o resto da população”, impossibilitada de efetivar o desejo de consumo, mas “levada a pensar” que teria potencial para tanto “pelo sistema da cultura de massa brasileira”.

Concordamos com Muniz quanto à observação de que a história dos meios de comunicação no Brasil esteve e está vinculada à cultura do consumo – colocando em movimento o “rolo compressor da subjetividade capitalística”, na expressão de Félix Guattari<sup>46</sup> –, e, nela, à violência da exclusão e marginalização da maior parte da população, que vem caracterizando a estrutura da sociedade brasileira. Discordamos, no entanto, da interpretação de que esteve ou esteja em curso uma importação de estratégias culturais, em uma espécie de descompasso entre a estrutura e as idéias, entre o estágio de desenvolvimento capitalista e os aspectos culturais presentes na sociedade. Trata-se, acreditamos, das diferenciações que constituíram (e não são descompassos ou contradições, portanto) o capitalismo industrial em expansão.

Cremilda Medina, citada antes, tratava da inserção da indústria cultural no Brasil de modo semelhante ao apostar na interpretação de Fernando Henrique Cardoso<sup>47</sup> para o processo de desenvolvimento caracterizado pela exclusão da maior parte da população: a expectativa ascensional, estimulada pela “minimobilidade” que a sociedade brasileira que se industrializava passava a possibilitar, seria um aspecto importante para a compreensão do Brasil daqueles anos.

Para Muniz Sodré, entretanto, a interpretação em destaque já havia sido anunciada no prefácio do livro: a cultura de massa teria se constituído, até aquele momento, de modelos

---

<sup>45</sup> Sodré (*op.cit.*), p. 25.

<sup>46</sup> Guattari (1992; p.15), citado por Caiafa (2000, p.66).

<sup>47</sup> Refere-se a Cardoso (1973).

estrangeiros ou de valores nacionais vistos como ultrapassados, “sobrevivências da velha cultura brasileira” (entre eles, o espírito de conciliação, o otimismo generalizado, o personalismo exagerado e o gosto pelo verbalismo). Ficam, mais uma vez, evidenciados os lugares-comuns das interpretações que sustentam a visão do descompasso: a importação e as reminiscências do passado.

Alguns dos aspectos presentes nos estudos de Medina e Sodré, entre eles a atribuição de sentidos ao modelo excludente de urbanização e industrialização no Brasil dos anos 50 pelo foco na tensão entre o “novo” e as sobrevivências do passado, entre o “peculiar” à situação brasileira e a idéia de importação, estiveram presentes também nos estudos de Gisela Taschner sobre a imprensa no Brasil, publicados nos anos 80 e 90. Neles, ainda mais que naqueles produzidos nos anos 70, de que falamos há pouco, a noção de indústria cultural é central, e os escritos de autores vinculados à Escola de Frankfurt, especialmente Adorno e Horkheimer, têm papel relevante.

Em seus estudos, Taschner analisa, respectivamente, o surgimento dos jornais *Última Hora* (1951) e *Notícias Populares* (1963)<sup>48</sup> e o percurso dos jornais pertencentes à empresa *Folha da Manhã* até atingirem a estruturação que corresponde à de grande conglomerado, com estabilidade financeira e empresarial, nos anos 60<sup>49</sup>. A questão da ênfase empresarial em detrimento da política reaparece nos estudos da autora, como eixo argumentativo central.

Referindo-se a jornais como *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, Taschner observa que se organizavam como empresas no final do século XIX, mas faz duas ressalvas: em primeiro lugar, a de que, apesar disso, “estávamos longe ainda da imprensa moderna” (as provas seriam o atraso de três dias para que o primeiro número de *O Estado de S. Paulo* chegasse às bancas e a afirmação de que “o processo de composição era ainda artesanal e extremamente precário”); em segundo lugar, a ressalva de que, mesmo construído com organização empresarial sólida, *O Estado de S. Paulo* se aproximava do que chama de “jornal de causa”, isto é, de um jornal fundado para defender uma certa linha editorial e política. Nos dois quesitos haveria um diferencial em relação aos anos posteriores, nos quais a técnica se faria mais presente na produção do noticiário e o lucro seria causa primeira e motivo principal para a manutenção do

<sup>48</sup> Taschner (1987). A publicação é resultado da Dissertação de Mestrado com o mesmo título, orientada por Gabriel Cohn e defendida em 1978 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Lembramos que Cohn havia publicado, em 1971 e 1973, respectivamente, uma tradução de “A indústria cultural”, de Adorno (entre outros textos, em volume sobre indústria cultural e comunicação), e um estudo no qual procura sistematizar o campo de reflexão da chamada Sociologia da Comunicação, seus principais referenciais teóricos e seus objetivos.

<sup>49</sup> Taschner (1992). Neste caso, o livro resulta da Tese de Doutorado defendida em 1986, também no FFLCH-USP, intitulada “Folhas ao vento: contribuição ao estudo da indústria cultural no Brasil” e orientada por Aziz Simão.

jornal. Naquele final do século XIX, “a organização empresarial era arcabouço material para se realizar o objetivo político. Não era um jornal para dar lucro *independentemente* do tipo de mensagem que faria”<sup>50</sup>, diria Taschner, indicando que esses pesos se inverteriam a partir do final dos anos 40.

O título escolhido por Taschner para iniciar a segunda parte de seu livro sobre as *Folhas* é bastante significativo. “A empresa explícita” abre a parte que trata da *Folha* a partir de 1945, quando Nabantino Ramos assume a direção da empresa<sup>51</sup>. Este período, marcado por inovações técnicas, pela anexação de uma gráfica como empresa subsidiária (a Impres) e pela compra da *Rádio Excelsior*, além da explicitação de regras de trabalho e gestão de uma maneira considerada inovadora, é visto pela autora como o momento em que o jornal não só se define prioritariamente por práticas empresarias como assume, de forma explícita, esta condição. Taschner cita o item 13 do *Programa de Ação das Folhas* (1948), que diz que a empresa, pela sua atividade jornalística, não tem outras fontes de renda além de assinaturas, venda avulsa e publicidade, e comenta: “Nessa conceituação, não se trata mais de um *jornal* cuja organização tem forma de empresa, trata-se de uma *empresa* que tem atividade jornalística”; a empresa seria o sujeito do processo, enquanto a matéria jornalística seria seu produto, visando o lucro. Nesta empresa lucrativa, o produto jornal deveria se compor, principalmente, de informação, e a confecção do noticiário deveria ser guiada por normas editoriais e técnicas estabelecidas e claras<sup>52</sup>, que teriam em vista, ainda segundo a autora, o aumento do mercado, antes de opções político-ideológicas, criando as condições para que a empresa viesse a constituir um dos grandes complexos empresariais da indústria cultural no Brasil, a partir de 1962, já sob a direção da família Frias.

A ênfase nesse tipo de informação fica clara no momento em que a autora explicita sua compreensão do conceito de indústria cultural, a partir de textos de Adorno e Horkheimer, destacando que se refere a complexos empresariais com alto grau de concentração e centralização (técnicas e de capital), nos quais os bens culturais são produzidos por processos de trabalho determinados por uma subdivisão cada vez mais complexa das funções. “O importante a observar – diz Taschner – não é simplesmente que se trata de um objeto a ser vendido no mercado, ou se ele é elaborado no interior de uma organização que tem forma empresarial e, sim, se esses fatos

<sup>50</sup> Taschner (*op. cit.*), pp.30-31.

<sup>51</sup> O título anterior, que trata das *Folhas* desde seu surgimento em 1921, com a *Folha da Noite*, até a venda dos jornais por Alves de Lima, em 1945, é “A empresa emergente”.

<sup>52</sup> Sobre os profissionais considerados adequados a este jornalismo e as normas que procuraram guiar a confecção da matéria jornalística, falaremos nos Capítulos 3 e 4 desta primeira parte.

se tornam o elemento dominante na lógica de sua confecção”<sup>53</sup>. Daí a recorrência, no livro, das diferenciações entre o jornal-empresa do início do século XX e o jornal-empresa a partir dos anos 1950, com a gradual estruturação da chamada indústria cultural no Brasil.

Em seu estudo anterior, Taschner tratara já de alguns aspectos presentes na estruturação do conglomerado empresarial Folha. “Do jornalismo político à indústria cultural”, é este o título, trata, como havíamos adiantado, especificamente do surgimento de dois jornais, *Última Hora* e *Notícias Populares*, como característicos da constituição da indústria cultural no Brasil<sup>54</sup>.

O jornal *Última Hora*, que começou a circular em 1951, dirigido por Samuel Wainer, é visto pela autora como tendo *antecipado*, no noticiário e em aspectos técnicos e empresariais, elementos que se tornariam dominantes mais tarde. O jornal apresentava uma “estranha combinação”, “rescendendo a velhos pasquins do século XIX (jornais de causa) e um tipo de jornalismo inovador no Brasil”, ambigüidade que a autora não só constata, mas também relaciona a características do populismo varguista, que conteria as possibilidades desta combinação<sup>55</sup>.

O *Última Hora* foi, na visão de Taschner, um jornal fundado com objetivos políticos que dependiam de seu sucesso empresarial e comercial, visando, entre outras coisas, uma pressão em relação à linha editorial dos jornais da grande imprensa, que estiveram, nessa época, unidos na oposição a Vargas. O *Última Hora* teria, assim, apostado na possibilidade de que a concorrência comercial forçasse a veiculação de certas notícias e enfoques, especialmente no que diz respeito à cobertura do governo de Getúlio Vargas. A combinação entre “jornal de causa” e “jornal empresa” teria se dado, acima de tudo, pelo fato de o *Última Hora* ter sido porta-voz de um esquema político populista que simulava uma colaboração entre as classes – assim, suas mensagens deveriam escamotear seu conteúdo classista. Para isso, Taschner diz que o jornal “adaptou” técnicas da chamada indústria cultural visando a maximização do consumo e, assim, a possibilidade de agradar um público heterogêneo. Em resumo, diz a autora,

“o jornal tanto no conteúdo como na forma usou de dispositivos que têm em comum com os da indústria cultural técnicas de sedução do público almejado como alvo. Mas colocou-os

<sup>53</sup> Taschner (*op.cit.*), p.18.

<sup>54</sup> Taschner (1987).

<sup>55</sup> *Idem* (*Op.cit.*), p.43. O *Última Hora*, como se sabe, foi criado por Samuel Wainer durante a campanha para as eleições presidenciais de 1950, com o objetivo de auxiliar na campanha e, posteriormente, no governo do presidente eleito Getúlio Vargas. Foi estruturado, em grande parte, com recursos do Banco do Brasil, facilitados pelos aliados políticos de Vargas, entre eles o então governador de Minas, Juscelino Kubitschek. Cf. Carvalho (2000), Laurenza (1998) e Wainer (1998).

todos a serviço da veiculação da proposta política do populismo varguista, ou seja, a sedução da retórica populista combinou-se com a sedução das técnicas da indústria cultural”<sup>56</sup>.

Dentro daquela diferenciação antes citada, feita pela autora, em que o “central” seria a empresa *ou* o conteúdo jornalístico, Taschner vê no *Última Hora* uma subordinação das preocupações técnicas e empresarias (características das transformações pelas quais passava a imprensa brasileira naquele momento e na qual *U.H.* teve papel importante) à linha editorial de defesa da política de Getúlio Vargas. “A empresa estava subordinada ao jornal e existia para viabilizá-lo. E este definia-se em função de seu conteúdo político”<sup>57</sup>, o que sobrepunha, digamos, as características do “velho” às do “novo” jornalismo.

A autora parece, nesse sentido, vincular-se às interpretações que definem o capitalismo das primeiras décadas do século XX como “incompleto” ou “atrasado”. No caso da imprensa, os jornais-empresa não teriam ainda, naquela época, atingido a complexidade, do ponto de vista técnico-organizacional, que permitiria vê-los como parte das sociedades capitalistas de massas, como integrante da chamada indústria cultural.

Os argumentos de que *Última Hora* teria “adiantado” técnicas e procedimentos jornalísticos típicos da indústria cultural, sem poder realizá-los “plenamente”, vão também nesse sentido. Coincidem, de certa forma, com a visão sustentada pelo livro de João Manuel Cardoso de Mello, resultante da tese de doutorado defendida em 1975, e que fixou, entre os estudos brasileiros, a expressão “capitalismo tardio”. É possível, também, encontrar em estudos como o de Taschner o eco das teorias acerca do capitalismo dependente na América Latina, tal como foram trabalhadas por Fernando Henrique Cardoso nos anos 70, criticadas por Mello, entre outros estudos ligados ao CEPAL, por estarem ancoradas em periodizações e etapas do desenvolvimento capitalista das quais discordava. Não nos interessa, nesse momento, uma discussão específica sobre essas obras, mas devemos indicar nossa hipótese de que ambas não se desvinculam de uma concepção da história brasileira na qual as etapas do desenvolvimento do capitalismo estão

<sup>56</sup> Taschner (*op. cit.*), p.47. Para uma problematização do uso do conceito de populismo como chave para a interpretação desse período, cf. Andrade (2000) e Ferreira (2001).

<sup>57</sup> *Idem*, p.48. Também nos desdobramentos posteriores da atuação de *Última Hora*, isto é, a campanha contra o jornal encabeçada por Lacerda, mas à qual se uniram outras empresas de comunicação (especialmente *Globo* e *Diários Associados*), Taschner vê as marcas da subordinação da empresa ao conteúdo político do jornal. Sua mensagem política teria se revelado incompatível com o sucesso empresarial pretendido: “na medida em que permanecia esta mensagem, a empresa se inviabilizava economicamente”(p.57). E mais: o interesse empresarial, quando é central à relação empresa-notícia, subordinaria a mensagem a seus parâmetros, o que não ocorreu no caso de *U.H.* “A busca do lucro, através da tentativa de obtenção do maior público possível para os diversos *mass media*, tem como regra fundamental não ferir interesses estabelecidos nem suscetibilidades” (*idem*).

ancoradas em visões das relações entre centro e periferia, que acabam reeditando, em outros termos, o lugar-comum do descompasso, de que falávamos antes. Este por sua vez, acaba por encontrar-se com o outro lugar-comum indicado, da importação de idéias e técnicas, como nesta passagem de Taschner a respeito do *Última Hora*: o jornal teria sido capaz de lançar mão de técnicas *pertencentes* à indústria cultural pelo fato de “estas técnicas já terem sido desenvolvidas nos países capitalistas maduros e estarem disponíveis para importação e ‘tradução’ antes que se completasse o próprio processo de industrialização brasileiro”<sup>58</sup>.

Esse viés marcaria, em diversos momentos, as análises da autora, que acaba não explorando o fato de que essa suposta “ambigüidade” possa ser, mais do que um desafio ao modelo ou ao conceito da indústria cultural, uma demonstração de que o tempo histórico, assim como as transformações das sociedades capitalistas, não atende a uma sucessão linear, substitutiva e etapista. A insistência, no entanto, em confrontar o estado dos jornais com a visão da indústria cultural em seu modelo *pleno*, correspondente às sociedades nas quais o capitalismo industrial teria se realizado *completamente*, levaria a autora a recompor o modelo inúmeras vezes, como nessas palavras, dirigidas a uma caracterização do jornal *Notícias Populares*, fundado em 1963 pela família do então presidente da UDN, Herbert Levy, com o intuito de disputar os segmentos de mercado atingidos pelo jornal *Última Hora*: *N.P.* teria sido “uma organização industrial e empresarial extremamente tosca para a época e marcada pela improvisação”, “não teve a estrutura racional e moderna que costuma caracterizar as empresas concentradas dos anos 70”<sup>59</sup>, representando o cruzamento de tendências que Taschner acredita opostas – a “romântica” (o chamado jornal de causa teria aqui sua sobrevivência) e a mercadológica, na qual a racionalidade organizativa (inclusive nas técnicas de elaboração das mensagens) estaria a serviço do sucesso comercial, de acordo com processos vinculados aos que reconhece como próprios à indústria cultural.

Fica ausente da análise a percepção de que esses elementos representaram não tendências opostas ou contraditórias, não um descompasso marcado pela manutenção de etapas “anteriores” ou pela importação de traços que seriam típicos de etapas “posteriores”, mas de que esse jogo entre o tradicional e o moderno foi constitutivo da sociedade brasileira daqueles anos. A autoridade e o mando não fazem parte de uma tradição ultrapassada, assim como a

---

<sup>58</sup> Taschner (*op. cit.*), p.46.

<sup>59</sup> Taschner (*op. cit.*), p.85.

“modernidade” não traria a separação entre a esfera da economia e da política e a esfera da vida, como na utopia comunicacional habermasiana<sup>60</sup>.

Tanto no caso de *U.H.* como no de *N.P.*, a autora vincula o caráter supostamente subordinado dessas empresas a objetivos políticos às dificuldades que teriam para manter-se diante da crise econômica do início dos anos 60, marcada, entre outras coisas, pelo aumento dos índices inflacionários e do preço do papel. Mais um problema, acreditamos, correspondente a essa tentativa de separação entre as esferas do político e do econômico no jornalismo, do interesse e da técnica. *Última Hora* se inviabilizaria após o golpe de 64, não só pela questão econômica, mas também pela perseguição política a Samuel Wainer e outros integrantes importantes do jornal; *Notícias Populares*, segundo a autora, sofreria o desinteresse da família Levy, também após a consumação do golpe, o que pode ter ocorrido devido ao enfraquecimento do adversário que motivou a criação do jornal. Seriam ambos comprados pelo grupo Frias-Caldeira – que em 1962 comprara também as *Folhas* do grupo liderado por Nabantino Ramos<sup>61</sup>. Sobre os anos 60, Taschner diria:

“Os tempos eram outros. As mesmas transformações sociais que tinham levado à crise do populismo criariam as condições materiais que serviriam de suporte ao desenvolvimento de nossa indústria cultural. A industrialização completara-se no período Juscelino Kubitschek; a partir de então, o capitalismo no Brasil passaria a ter uma dinâmica de acumulação tipicamente monopolista; o novo ciclo de expansão que se abriu em 1967 teria no setor de duráveis o seu apoio-chave. Nesta etapa a publicidade ganharia muita relevância, e seu desenvolvimento daria base à formação e sustentação de grandes conglomerados de *mass media*. Entrávamos na fase da indústria cultural, mas nos marcos de um capitalismo retardatário e em meio a uma conjuntura marcada por um quadro político fechado.”<sup>62</sup>

Sob o grupo Frias, a relação entre mensagem e empresa (nos termos em que a coloca a autora) seria, então, invertida: agora, a empresa subordinaria a mensagem. Só a partir do início dos anos 60, portanto, as mensagens desses jornais teriam passado a ser integralmente mercadorias.

Discordamos dessa perspectiva. Acreditamos que a produção de “bens culturais” não passou a atender à lógica da produção capitalista apenas nos anos 50 ou, de forma mais completa,

<sup>60</sup> Cf. Habermas (1984; 1990). Para uma análise comparativa entre a crítica ao progresso presente nos estudos de Walter Benjamin e a visão da sociedade contemporânea assumida por Habermas, indicamos o artigo de Michael Löwy (1992).

<sup>61</sup> Segundo boletins do Ibope citados por Taschner (1987), nos anos 1970 o grupo liderado por Frias controlaria 50% do mercado jornalístico de São Paulo.

<sup>62</sup> Taschner (*op.cit.*), p.149.

a partir dos anos 60, já que não assimilamos (a) a idéia de que pudesse haver um descompasso entre a esfera cultural e a econômica e (b) a idéia de que o “capitalismo brasileiro” teria se desenvolvido de forma incompleta ou atrasada. Diferentemente, enfatizamos a posição defendida no estudo de Maria Sylvia Carvalho Franco, relativa à vinculação estrutural entre a economia nacional e o mercado capitalista de bens de produção em nível internacional. O desenvolvimento da imprensa, por sua vez, esteve intimamente vinculado às ênfases desse capitalismo, em suas facetas “nacionais” e “internacionais”, no momento em que a produção agrícola respondeu por grande parte da acumulação e circulação de capital no país ou nos momentos posteriores, em que existiu uma integração entre a produção agrícola e a produção de bens de consumo visando o mercado que se ampliava, com a urbanização crescente e o aumento do número de trabalhadores assalariados. As questões econômicas e políticas características desses diferentes momentos históricos fizeram parte da agenda dos grupos de elite proprietários dos grandes jornais brasileiros, com seus negócios voltados para a produção agrícola ou industrial (como os primeiros proprietários da *Folha*, cafeicultores, ou os atuais, com negócios ligados à criação e produção de aves no país).

Qual seria a separação possível entre essas esferas, a do jornalismo, a da política e a da economia? Preferimos a hipótese de rearranjos, em articulações correspondentes às circunstâncias históricas e às lutas e interesses que as caracterizam. E descartamos as hipóteses de rupturas ou etapas de neutralização da política em nome da técnica e da lucratividade.

***No início dos anos 80, uma “grande narrativa” sobre a imprensa no Brasil: os anos 50 no percurso das Folhas***

Referimo-nos ao estudo de Maria Helena Capelato e Carlos Guilherme Mota sobre a história da empresa Folha da Manhã, que abrange a história da empresa desde seu início, em 1921, até o momento da publicação, em 1980. O livro fornece, já na introdução, uma caracterização importante referente às questões levantadas por Taschner. Nos anos 50, as *Folhas*, sob a direção de Nabantino Ramos, teriam se tornado, “acima de tudo, uma empresa moderna” – “a modernização, a racionalidade, a eficiência no desenvolvimento, o planejamento são agora a tônica do jornal”<sup>63</sup>. Apontamos, mais uma vez, para a titulação escolhida pelos autores... no caso

---

<sup>63</sup> Capelato e Mota (1980), p. VII.

de Capelato e Mota, o título que abre a parte do livro referente ao período de 1945 a 1962 é “Uma nova visão empresarial”. A racionalização do processo do trabalho jornalístico teria sido central a esta outra visão, “que daria fisionomia moderna a esses jornais, colocando-os em termos de empresa”<sup>64</sup>.

Deliberadamente, damos espaço ao ritmo repetitivo dos autores, ao tratarem deste período do jornalismo no Brasil, diante do caso específico das *Folhas*: os esforços de Nabantino Ramos no período de 1945 a 1962, em que dirigiu a empresa, teriam sido sobretudo os de diminuir a improvisação característica do período anterior, “para reestruturar a empresa dentro de padrões modernos”. Desejava estabelecer regras claras, que, segundo os autores, significavam um esforço para adaptar o jornal a uma racionalidade burguesa – “o novo diretor das *Folhas* representava a renovação do capitalismo, e trazia sua mentalidade à empresa”<sup>65</sup>.

Para caracterizar a direção de Nabantino e as opções feitas por ele à frente das *Folhas*, os autores recorrem a uma espécie de mapeamento político do Brasil daquele período, feito por meio da imprensa. Neste esforço de caracterização, *Última Hora* aparece como representativo da política populista (sem tocar na combinação de fatores à qual se referia Taschner), enquanto *O Estado de S. Paulo* representaria o elitismo conservador, em uma sociedade e uma imprensa em transformação. Vejamos o modo como definem esses lugares e, em meio a eles, o papel atribuído por Nabantino às *Folhas*:

“Nabantino procurou encontrar fórmulas para regulamentar a atividade jornalística, tentando romper com o caráter paternalista e personalista de empresas desse tipo – seja pela vertente tradicionalista (caso de *O Estado de S. Paulo*), seja – mais tarde – pela vertente nacional-populista (caso da *Última Hora*). Nesse sentido, procurou firmar a empresa nos marcos da ordem liberal burguesa. De maneira jacobina (‘justa’) e, portanto, sem paternalismo elitista nem populismo”<sup>66</sup>.

As aproximações e semelhanças entre os jornais da empresa *Folha* e a UDN durante o período que vai de 1946 a 1964 teriam se fundado, segundo os autores, no moralismo, no temor ao comunismo, na crença compartilhada na “presciência das elites”, mas, principalmente, na postura antiestatista, antigetulista e antipopulista que veríamos presente na maior parte dos grandes jornais do eixo Rio-São Paulo durante os anos 50. Referindo-se especificamente ao antipopulismo, Capelato e Mota preocupam-se em afirmar que, se a *Folha* foi crítica do

<sup>64</sup> *Idem*, p.99.

<sup>65</sup> *Ibidem*, pp. 99 e 101.

<sup>66</sup> Capelato e Mota (*op. cit.*), p.100.

populismo na política brasileira, não foi, no entanto, contra a participação política das classes populares (postura atribuída à UDN<sup>67</sup>): “acompanhando a evolução do capitalismo e das lutas sociais e demonstrando uma visão mais realista da política brasileira, apontava para a necessidade de não se ignorar a presença das classes populares, dando atendimento a umas tantas reivindicações como forma de se evitar os conflitos”.

Ainda sobre a atuação de Nabantino à frente das *Folhas*, situada entre o Estado Novo e o período de maior polarização político-partidária posterior a 1961, os autores diriam:

“A ‘moderna empresa jornalística’ traduz, na verdade, as novas formas de operação de uma burguesia mais ágil e melhor instrumentada. Mais urbana, mais sofisticada, marcada pela racionalidade capitalista – sobretudo em sua maneira de associar a atividade econômica à política”<sup>68</sup>.

Em estudo também dos anos 70, Fernando Henrique Cardoso analisou algumas das vertentes mais destacadas da interpretação sociológica do Brasil, entre as quais destacou dois conjuntos interpretativos, fundados (1) em uma visão que conferia papel destacado aos grupos oligárquicos no controle do Estado, dando destaque aos “traços” feudais constitutivos da sociedade brasileira e às formas pré-capitalistas que marcariam a estrutura capitalista no país; e (2) em uma visão posterior, que viu nas transformações ocorridas durante os anos 40 e 60 a transformação do país feudal em uma economia parcialmente urbana e industrializada, assumindo uma visão dual do país, na qual “o aspecto arcaico encontraria seu complemento no aspecto moderno”, cada um originado e atado a uma ciclo ou etapa diferente da expansão econômica do país. Com esta última percepção é que teria entrado em cena a noção de populismo (a urbanização e industrialização teriam como uma de suas facetas essa nova forma de controle político).

As transformações ocorridas especialmente durante os anos 60 teriam imposto a necessidade de outras interpretações, que levassem em conta a modernização da sociedades latino-americanas e a reorganização das relações entre elas e os países “centrais”. As críticas, que Cardoso diz terem sido, em geral, de inspiração marxista, teriam, por sua vez, dividido-se em dois eixos, na busca da superação das ideologias do atraso e do dualismo:

---

<sup>67</sup> Nesse sentido, poderíamos ler aí a sugestão de que teria havido uma identificação maior entre UDN e *O Estado de S. Paulo*, já que é a este último que Capelato e Mota atribuíam, pouco antes, a caracterização do “paternalismo elitista”.

<sup>68</sup> Capelato e Mota (*op. cit.*), p.115.

“Neste ponto surgem outras discrepâncias. Por um lado alinham-se os que crêem numa espécie de filosofia do progresso e vêem no desenvolvimento o fio condutor da visão edênica moderna: igualitarismo, participação, mobilidade são os valores que se encontram na miragem do futuro deste tipo de “progressista”. Noutro lado estão os que insistem em que a mudança que ocorre nos países subdesenvolvidos que se industrializaram acarreta ao mesmo tempo o fortalecimento das desigualdades, a concentração crescente do poder nas mãos de poucos, a ilusão da mobilidade social mantida mais por intermédio do apelo constante ao ‘consumo de massas’ do que por uma real ascensão em escala social”<sup>69</sup>.

Sem forçar qualquer adequação dos estudos aqui citados às duas vertentes, chamadas pelo autor de “progressismo eufórico” e “catastrofismo crônico”, desejamos apontar para a permanência de alguns de seus aspectos, tal como foram enunciados nos anos 60. Se não podemos falar nos dois pólos citados por Cardoso, de maneira pura, uma hipótese plausível seria a de pensar os estudos que citamos em um *continuum* que iria de um a outro desses pólos. Mantiveram-se, no entanto, mais próximos do pólo progressista, se não por uma visão laudatória do progresso, pelo fato de que assumiram uma concepção de história que toma as transformações técnicas, o fortalecimento de uma burocracia tecnicista no comando das empresas jornalísticas e a chamada “modernização” da imprensa como eixo, como o conjunto principal de eventos que permitiriam *atribuir sentido ao tempo* e às mudanças que lhe dão corpo.

Essa opção explica outra das perspectivas comuns a eles, a assunção de uma linha progressiva para a história da imprensa, com um movimento em direção à intensificação da técnica e em detrimento da ação política, o que, como dissemos, não se sustenta diante dos aspectos concretos da ação de jornais e jornalistas durante o período e também nas décadas posteriores.

Os estudos de que tratamos não coincidem, no entanto, com um momento interpretativo posterior ao da predominância da chamada ideologia do dualismo. Ao contrário, alguns deles, como os de Sodré e Taschner, parecem trazer, fortemente arraigada, uma visão dual (daí o recurso interpretativo que assume, no caso da imprensa, a idéia da convivência entre traços típicos de momentos ou etapas diferentes do desenvolvimento das sociedades capitalistas), complementar às noções de descompasso e importação de idéias, para as quais apontamos antes.

Foram esses os principais recursos interpretativos mobilizados nas narrativas que analisam a história da imprensa e/ou do jornalismo no Brasil, especialmente daquelas privilegiadas até aqui por este nosso estudo, por concederem destaque especial ao período de

---

<sup>69</sup> Cardoso (1972), p.37. Neste ensaio, o autor não nomeia os intelectuais vinculados a cada uma das ideologias ou vertentes que expõe e analisa.

governo de Juscelino Kubitschek, aos anos 50 ou, em alguns casos, ao chamado período democrático.

### *Ao arbítrio da paixão...*

É possível separar ideologia e lucro, investimentos políticos e de mercado, em sociedades caracterizadas por relações capitalistas, como é o caso da sociedade brasileira? No que se refere aos percursos dos grandes jornais brasileiros, em toda a história da imprensa no Brasil, consideramos a separação impossível, ainda que se tratasse de definir “sobreposições”, como faz Gisela Taschner em seus estudos. Isso não significa que não consideramos, aqui, as diferenças entre o potencial mercadológico das empresas da área de comunicação no início do século XX, no período de que tratamos e posteriormente, até chegarem a suas formas mais atuais. Significa, por outro lado, que consideramos que este trajeto se faz de diferentes articulações entre ações que se caracterizam por seu investimento político e outras, mais caracterizadas pelo investimento no sentido mercadológico. Lembramos que os dois investimentos se dão nas searas do ideológico, onde se articulam produção de sentidos, confrontos por poder e reprodução/ampliação de capitais.

A visão do jornalismo como atividade isenta, que planaria sobre os conflitos, contribuindo para o progresso da Sociedade ou da Civilização, essas entidades homogêneas e a-históricas (porque despidas de conflitos), presentes em alguns matizes do discurso liberal e também nas ideologias autoritárias, esteve presente, no entanto, em diversos registros. No interior de uma retórica que buscava ocultar a parcialidade e os interesses envolvidos na atividade jornalística, como aquela que compõe as palavras de Vargas, de que falaremos abaixo; nas memórias de jornalistas, fantasias de um passado idílico e de um processo de desenvolvimento do jornalismo rumo a uma ética da isenção, como a de Villas-Bôas Corrêa, que veremos também; em estudos, nos quais aparece, de forma mais ou menos explicitada, a possibilidade da diferenciação do trabalho jornalístico em relação ao terreno mais amplo da ideologia.

Interessa-nos explorar um pouco, ainda, esses traços, agora que caminhamos para a finalização deste primeiro capítulo.

A carta assinada pelo então presidente Getúlio Vargas a Samuel Wainer, parabenizando-o pelo lançamento do jornal *Última Hora*, datada de 1º de junho de 1951 e publicada no primeiro número daquele jornal, de 12 de junho do mesmo ano, é um dos exemplos que anunciamos há pouco. Os trechos abaixo apresentam algumas formulações relevantes para nossa discussão:

“Houve época em que a política absorveu por tal forma o jornalismo, que êste se tornou ora oficioso, defensor intransigente do Governo, ora insultuoso e ao arbítrio da paixão. Não havia alternativa além do apoio incondicional ou da oposição sistemática. O jornal não era uma tribuna de ensinamento, mas um pelourinho de reputações. Imprensa governista e imprensa de oposição se dividiam em dois campos adversários de feição intolerante e apaixonada, onde eram impossíveis a crítica serena e a visão superior dos problemas de Estado. Já vai bem longe esse tempo, e a distância que dele nos separa deve encher-nos de conforto e segurança”<sup>70</sup>.

A carta apela para uma imagem retórica que procura fixar no passado um jornalismo caracterizado pelo envolvimento político, pelo “arbítrio das paixões”, no momento mesmo em que o governo participa da fundação de um jornal, buscando legitimar e defender suas posições na esfera jornalística, prevendo a oposição de grande parte da mídia a seu governo, anunciada pelo teor editorial e dos noticiários durante o período eleitoral de 1950<sup>71</sup>. Estratégia retórica que presidiu a fundação de um dos jornais conhecidos, também, pela técnica e pela orientação avançadas e vanguardistas do ponto de vista da imprensa brasileira dos anos 50.

Esse tipo de distinção parece marcar inclusive os estudos que se voltam para a análise da atuação da imprensa em meio a conflitos que não deixam qualquer margem à distinção entre jornalismo e política, entre conteúdo factual e conteúdo editorial. É o caso do estudo de Ana Maria Laurenza, que trata da oposição, violentíssima, de Carlos Lacerda e seu jornal, acompanhados de grande parte da elite proprietária dos meios de comunicação na época, a Samuel Wainer e seu jornal, em meio às iniciativas explícitas da UDN para enfraquecer e, depois, derrubar o governo presidido por Vargas, após as eleições de 1950. Laurenza assume e explicita na própria análise a visão de que seria “improvável” que, em algum momento, a imprensa

<sup>70</sup> Carta de Getúlio Vargas a Samuel Wainer. Publicada nas memórias de Samuel Wainer (1998). Também em suas memórias, Wainer diz ter pedido a Vargas que escrevesse a carta para vincular o jornal, desde seu nascimento, ao então presidente. Diz, ainda, ter descoberto mais tarde que parte dela fora escrita pelo chefe da Casa Civil de Vargas, Lourival Fontes: “de qualquer forma, Vargas a assinara como se a tivesse escrito por inteiro, e o texto resumia o que deveria ser um jornal moderno” (p. 142).

<sup>71</sup> A fundação de *Última Hora* foi possível por meio de recursos de banqueiros ou empresários como Walter Moreira Sales e Euvaldo Lodi, e de empréstimos como os que foram concedidos pelos bancos mineiros, com a autorização do então governador Juscelino Kubitschek, que mais tarde, durante seu governo (1956-1960), ajudaria a reerguer o jornal. Cf. Wainer (*op.cit.*, pp. 130 e 131).

deixasse de ser um instrumento para fins políticos. A própria presença dessa problemática apontaria para sua relevância, no momento em que a autora, analisando a atuação de *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*, nos diz que está voltada para um exemplo de como a imprensa, “em um determinado tempo e espaço, foi transformada num evidente instrumento político no Brasil”<sup>72</sup>.

É como se houvesse, mesmo em estudos críticos e fundados em questões e dados históricos plausíveis, como é o caso do estudo de Laurenza, uma espécie de esperança secreta de que se pudesse entrever, no jornalismo, uma atividade que, em um tempo-espaço desconhecido, viesse a desvencilhar-se de suas relações intrínsecas com a política e com a ideologia e, no caso da grande imprensa, com o capitalismo.

Fica indicada, e não visamos aqui especificamente o estudo de Laurenza, a existência, em diferentes registros, de uma aposta, mais ou menos explícita, no potencial civilizatório do jornalismo, em uma perspectiva liberal que, de certa forma, legitima o próprio jornalismo. Pode estar implícita (às vezes explícita, como veremos nos registros de que tratam os capítulos seguintes) a idéia de que o que é poderia não ser, de que, apesar da vinculação da grande imprensa, nas sociedades capitalistas, com o autoritarismo, o conservadorismo e as estratégias de dominação, existiria no jornalismo, sempre, um potencial crítico, “oprimido” mas não extinto<sup>73</sup>.

Essa idéia pode estar presente, por exemplo, na seguinte formulação, pertencente a um estudo recente, produzido no campo da História:

“A crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954 pode ser vista como um divisor de águas. A imprensa, que nos meses que precederam o 24 de agosto exacerbou a linguagem violenta e apaixonada utilizada no tratamento dos temas políticos, a partir desse acontecimento buscou maior objetividade na construção e transmissão da notícia. A forma de fazer oposição a Vargas foi percebida por parte da imprensa de oposição como parcialmente responsável por esse drama político, e uma nova imprensa foi surgindo, a partir de então”<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> Laurenza (1998), p.100.

<sup>73</sup> Talvez seja relevante distinguir entre os registros nos quais essa idéia faz parte da composição de uma retórica de convencimento e falseamento, e outros, nos quais, quem sabe, ela poderia funcionar como crítica ou resistência, no sentido atribuído por Guattari aos meios de comunicação e às inovações tecnológicas, que o autor considera como passíveis de agenciamentos diferentes daqueles realizados nas sociedades capitalistas. Nas palavras de Janice Caiafa, esta visão não se pauta em uma ilusão progressista, mas nega também a perspectiva pessimista (frankfurtiana?) que vincula a técnica, necessariamente, ao capitalismo. “É que as inovações tecnológicas – diz Caiafa – não trazem nenhuma marca positiva ou negativa, elas produzem seus efeitos na articulação com os agenciamentos concretos”. Cf. Caiafa (2000), p.63.

<sup>74</sup> Abreu (1996), p.10.

A autora, Alzira Alves de Abreu, traz um outro marco para nossa discussão, definidor, ainda uma vez, de um *antes* e de um *depois* que pertenceriam à história da imprensa no Brasil. Refere-se ao fato de que, durante a crise de 1954, a maior parte da imprensa (a exceção foi o *Última Hora* de Wainer, como indicamos antes) fez uma oposição direta a Getúlio Vargas, que incluía pedidos veementes para que se afastasse ou fosse afastado da presidência da República. Falaremos um pouco mais desse momento na Parte 2 deste estudo. Por hora, interessa-nos apontar para o fato de que esse tipo de marco esteja presente em um registro como este, isto é, em um estudo publicado recentemente por uma autora, historiadora, dedicada a pesquisas sobre o período e sobre a imprensa brasileira<sup>75</sup>. A observação e a divisão não se sustentam historicamente. Menos de um ano depois, os mesmos jornais, como *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, que serão analisados na Parte 2, estiveram envolvidos na crise em torno da eleição e posse de Juscelino Kubitschek, quando os argumentos mobilizados foram semelhantes àqueles publicados durante a crise de 1954. Não foram diferentes, também, as formulações em torno do papel da imprensa na política, lançadas pelos próprios jornais.

A percepção da autora, no entanto, se repetiria em outros textos que escreveu sobre o desenvolvimento da imprensa no Brasil, nos quais, assumindo como eixo as transformações técnicas, assumiria também a idéia da progressão de um jornalismo que caracteriza como mais combativo para um outro, mais informativo, de inspiração norte-americana – “um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação”. *Correio da Manhã, O Globo, Diário Carioca, Folha da Manhã e O Jornal* ganham destaque quando se trata de abordar as mudanças nas formas de transmitir a informação: “a linguagem tornou-se mais objetiva, a notícia passou a ocupar maior espaço do que a opinião”<sup>76</sup>.

Mais uma vez, são argumentos difíceis de serem sustentados, já que a questão dos limites

---

<sup>75</sup> Alzira Alves de Abreu tem livros e artigos publicados sobre aspectos da história da grande imprensa no Brasil, especialmente da carioca. Seus trabalhos podem ser relacionados ao de um grupo maior, no qual incluímos Fernando Lattmann-Weltman e Marieta de Moraes Ferreira. Este grupo pode ser vinculado, por sua vez, aos trabalhos desenvolvidos junto a e/ou em contato estreito com o Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (CpDoc), do Rio de Janeiro.

<sup>76</sup> Abreu (*op.cit.*), p.15. Outros textos da mesma coletânea fazem referência ao processo de superação do jornalismo de opinião por jornais mais informativos e de ênfase empresarial. O ensaio de Plínio de Abreu Ramos chamado a “A imprensa nacionalista no Brasil” diz que a superação da imprensa nacionalista, representada por *O Popular, O Semanário e Jornal de Debates*, teria se dado, não apenas pelas mudanças no contexto político-ideológico, mas porque “não estava preocupada em competir no mercado em termos de qualidade gráfica e de jornalismo”; “esse tipo de jornalismo, ideológico, panfletário, partidário, engajado, foi perdendo espaço e desapareceu ao longo da década de 60”. (p.103)

entre jornalismo e política, entre informação e opinião, pouco têm a ver com os espaços concedidos a notícias e editoriais, a não ser do ponto de vista técnico e da perspectiva do ideal da isenção e objetividade. Como sabemos, o posicionamento, assim como as atitudes dos veículos, ultrapassam a linha editorial, tendo relação maior com o “lugar” que ocupam e que atribuem a si mesmos na sociedade, com a perspectiva institucional que percorre todo o noticiário, já que demarca o *lugar de quem fala* (ainda que existam conflitos internos às redações e/ou conflitos de sentido no conteúdo publicado, pelo fato de os textos resultarem do trabalho de um conjunto de pessoas, inseridas em hierarquias e em uma divisão do trabalho que, na época, estava em processo de intensificação em relação ao que conhecemos hoje).

A tese de doutorado de Lavina Madeira Ribeiro aponta para uma convergência entre os estudos produzidos sobre a imprensa dos anos 50 e a identidade que foi se constituindo para o próprio jornalismo. Não desenvolve muito esse aspecto, mas sinaliza a presença de sentidos semelhantes para a modernidade e para a atuação política da imprensa nesses estudos (refere-se àqueles produzidos durante os anos 60 e 70, mas, como vimos aqui, esta percepção se estenderia a outros mais recentes) e no ideário jornalístico. Isso ficará mais claro a partir dos próximos capítulos. Há, nos estudos e no imaginário jornalístico, um paralelo comum entre a descrição das transformações empresariais e técnicas, especialmente durante o período JK, e a visão de que a imprensa passaria a ter, então, uma atuação mais isenta, uma atuação política *diferenciada*, ou uma atuação política enfraquecida, engendrada pelos marcos que vimos serem comuns aos autores (1954, governo JK etc.). Vale observar que, na maior parte dos casos, não se recorre a outros marcos possíveis: referimo-nos a 1964, com o golpe; 1968, com o alargamento da censura e da violência do regime após o Ato Institucional n.5. Uma hipótese em torno desses marcos poderia ser a de que, em comparação com o período anterior, houve uma contenção (forçada) da política, se não na atuação dos proprietários de empresas jornalísticas, no material noticiado.

Ribeiro sustenta uma visão de que as transformações técnicas e empresariais teriam convivido com a concessão de espaço privilegiado, nos jornais, ao discurso político. Discurso que teria, segundo a autora, se alterado formal e espacialmente, “adaptando-se à dinâmica gráfica, à separação mais clara entre noticiamento e opinião; [que] dividiu espaço com muitas outras editoriais, mas manteve as primeiras páginas, as principais chamadas, o envolvimento instrumental e singular com a esfera do debate político”<sup>77</sup>, sendo mais valorizado como espaço de

---

<sup>77</sup> Ribeiro (1998), p. 302.

polemização das questões nacionais do que veículos como o rádio, o cinema e a televisão à época<sup>78</sup>. Essa percepção da autora é válida para os anos 50, mas teria que ser matizada no caso de uma preocupação com o pós-64.

Um argumento que nos parece interessante, entre aqueles desenvolvidos pela autora, se refere ao fato de que essa acentuação do debate político teria convivido com o fortalecimento do ideário da isenção – mais uma vez, a censura exercida pelo governo no pós-64 poderia ser um dos fatores explicativos para essa conjunção. Teria havido, mais do que uma prática de isenção, a afirmação de princípios legitimadores da atividade jornalística, como a afirmação da autonomia em relação a partidos e governos. O eixo técnica/isenção teria sido, então, na compreensão de Ribeiro, parte das estratégias de legitimação pública do espaço jornalístico. Em suas palavras,

“a reorientação dos parâmetros de organização empresarial e de construção da informação nos moldes da objetividade técnico-científica repercutiu politicamente na legitimação de uma aparente autonomia, responsabilidade e competência científicas de representação do interesse público”<sup>79</sup>.

Essa repercussão, no entanto, deve ser matizada. Pode-se afirmar a presença de seus efeitos na relação entre os jornais e seus leitores, mas sempre dentro de certos limites. Pode-se, da mesma maneira, afirmar seus efeitos nas histórias sobre a história do jornalismo no Brasil, como fazemos, ainda que as narrativas aqui analisadas o façam com ênfases diferenciadas. Esses efeitos não podem ser descartados, no entanto, por estarem relacionados à adoção da relação entre técnica e isenção como eixo para as transformações ocorridas, como indicamos antes. Lavina Ribeiro, por exemplo, elabora pontos dessa crítica, mas, ao mesmo tempo, assume uma interpretação em relação ao caso da CPI do jornal *Última Hora* que afirma que a oposição da grande imprensa a Wainer teria sido relativa, entre outras coisas, ao fato de que esse jornalista, ao expor a submissão do jornal a um governo, romperia com os princípios fundamentais do jornalismo, isto é, com a afirmação da autonomia em relação aos poderes públicos e privados<sup>80</sup>. Por mais que a autora diferencie submissão de vinculação, ligação estrutural entre jornal e

---

<sup>78</sup> Para a autora, Carlos Lacerda e seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, exemplificariam esta conjunção: a do jornalista que alcança o estatuto de político importante através de um jornal que tem como principal objetivo a projeção de suas posições e interesses, mas que precisou conviver com as novas variáveis então presentes: novos padrões gráficos e informacionais; novas exigências quanto ao custo e à estruturação empresarial dos jornais; uma conformação diferenciada do público leitor, devido especialmente à multiplicação dos agentes de interesses e de pressão convivendo no espaço público de debates e polêmicas (*ibidem*, p.303).

<sup>79</sup> *Idem*, p. 320.

<sup>80</sup> Ribeiro (*op. cit.*). Cf. p.315.

governo e ligação circunstancial, com base nos interesses dos proprietários de empresas jornalísticas, fica difícil afirmar que o confronto que teve, de um lado, Wainer, e, de outro, Carlos Lacerda e Assis Chateaubriand, tivesse algo a ver com princípios éticos ou noções de autonomia e apartidarismo, compreendidas como legitimadoras do espaço e do discurso jornalístico nas sociedades contemporâneas.

### *Em nome da memória...*

As memórias de Samuel Wainer são interessantes nesse sentido. Esclarecedoras do emaranhado que não permite separar jornalismo e política, não deixariam de percorrer, em alguns trechos, o campo dos sentidos comuns aos autores citados até esse momento. Não permitem, no entanto, as divisões entre “novo” e “velho”, entre política e técnica, que vimos e que estão bastante presentes nas memórias de um outro jornalista, atuante desde os anos 50, Villas-Bôas Corrêa.

Nas memórias de Wainer, as descrições da atuação dos grandes jornais, especialmente durante os anos 50, estão entremeadas por duas questões centrais: qual teria sido a atuação do *Última Hora*, jornal de que Wainer foi proprietário, especialmente no que se refere a seu relacionamento com o governo de Vargas; e quais foram as razões “reais” da CPI realizada contra o *Última Hora*, na qual uniram esforços muitos partidários da UDN (liderados por Carlos Lacerda) e vários proprietários de grandes jornais cariocas. Podemos considerar essas memórias como testemunho que busca uma espécie de acerto de contas com a história, especialmente no que se refere às relações entre Wainer e Vargas.

Vale à pena acompanhar algumas das observações de Wainer sobre a imprensa dos anos 50:

“Ainda nos anos 50, a imprensa brasileira tinha como anunciantes, basicamente, pequenos comerciantes – a indústria nacional não alcançara sua maioridade, e tampouco havia grupos financeiros de grande porte. Como os recursos obtidos com as vendas em bancas e assinaturas eram insuficientes, os meios de comunicação precisavam valer-se de outras fontes de renda, utilizando como moeda de troca seu peso junto à opinião pública. Graças a esse trunfo, os barões da imprensa sempre mantiveram relações especiais com o governo, que tanto lhes prestava favores diretos como beneficiava seus amigos – amigos que sabiam retribuir a ajuda recebida”<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> Wainer (1998), p.224.

Como parte desse jogo de interesses, jornais e revistas foram contemplados com isenções fiscais, dólar subsidiado e facilidades na importação do papel. O crescimento e o aparelhamento técnico das empresas jornalísticas não podem ser desligados dessas isenções e dos empréstimos feitos, por exemplo, pelo Banco do Brasil a empresas como Última Hora, Globo e Diários Associados. Wainer utiliza os números referentes a esses empréstimos em sua defesa, alegando que essa não foi uma exclusividade sua. E o envolvimento com a política e com interesses das elites instaladas no governo ultrapassava os anos 50: se na Primeira República donos de jornais agiam no interesse dos exportadores de café, posteriormente teriam passado a agir no interesse de empreiteiros, industriais e banqueiros, com destaque para os primeiros durante o governo de Juscelino Kubitschek.

Referindo-se ao perfil do jornal constituído em meio a essas práticas e relações políticas e de interesses, Wainer se refere ao caso específico do *Correio da Manhã*, que obedecia, segundo ele, aos amores e ódios de seu proprietário, Paulo Bittencourt. A postura “imperial” do filho de Edmundo Bittencourt, sob cuja direção o *Correio* se tornara um dos jornais de maior circulação no Rio de Janeiro da primeira metade do século XX, seria exemplar das relações de poder e do lugar político ocupado pelos proprietários de veículos de comunicação de grande porte no Brasil daqueles anos:

“Paulo Bittencourt tinha um poder equivalente ao dos barões feudais da Idade Média, até porque o Brasil daqueles tempos abrigava uma sociedade colonial, desprotegida, indefesa. Para a massa popular, repleta de analfabetos, a imprensa era algo inacessível, misterioso, poderosíssimo. ‘Saiu no jornal’, dizia-se, num tom de quem afirma uma verdade incontestável, irremovível. Era natural que, na sociedade dirigente, o dono do jornal tivesse *status* de marajá”<sup>82</sup>.

As memórias de Wainer não permitem, assim, a desvinculação de três aspectos vistos como centrais à história de *Última Hora*, sobrepostos: o envolvimento político (desde as origens) entre *Última Hora* e o então presidente Getúlio Vargas e os políticos e empresários a ele aliados; a forte preocupação jornalística, que fez com que aquele jornal se marcasse tanto pela inovação de aspectos técnicos e estilísticos quanto pela formação da equipe, pagando salários acima daqueles vigentes à época; e o terceiro aspecto, que diz respeito à preocupação com a sobrevivência de *U.H.* como empresa. Sobre este último aspecto, Wainer comenta que todo o dinheiro que entrava com as vendas de anúncios, o lucro proveniente do negócio, era aplicado no

---

<sup>82</sup> *Idem*, p.136.

próprio jornal: “embora descartasse planos de enriquecimento pessoal, sabia que era importante consolidar o jornal financeiramente e fortalecer a empresa, preparando-me para a luta que se aproximava”<sup>83</sup>.

Assim, considerando as palavras de Wainer, não poderíamos apontar para critérios centralizadores da ação da imprensa que pudessem indicar sobreposições no que se refere às esferas da atividade jornalística, da política e da economia. *Última Hora* teve seu trajeto peculiar, mas não foi, no que diz respeito às relações com governos ou com a política, uma exceção, a não ser que se considere como excepcional a vinculação a Vargas em tempos nos quais a oposição foi regra na imprensa.

*Última Hora* teria sido, assim, a realização de um esforço de transformação por meio de práticas críticas ao jornalismo feito no Brasil até os anos 50 – realizado com ousadia e criatividade –, ao mesmo tempo em que nascia e se afirmava associado a uma das figuras políticas de maior permanência no cenário nacional até aquele momento e, como mostrou o período posterior à morte de Vargas, associado ao varguismo e seus principais personagens e direções. O “velho” e o “novo” foram constitutivos dessa experiência no jornalismo brasileiro: a coluna de Nelson Rodrigues, intitulada “A vida como ela é”, até hoje vista como iniciativa ousada, que recriava as colunas policiais propondo formatos e ângulos narrativos desconcertantes, nasceu no jornal que se fundou vinculado ao varguismo. E este é apenas um entre inúmeros exemplos aos quais se poderia recorrer...

As memórias de Villas-Bôas Corrêa distanciam-se da perspectiva contida nas de Wainer, aproximando-se muito, no entanto, do campo dos sentidos comuns a muitos dos estudos que citamos neste capítulo. Jornalista de longa carreira, que trabalhou na cobertura política de grandes jornais desde o final dos anos 40<sup>84</sup>, Villas-Bôas se considera parte daquela que chama de “geração de 1946”, que teria fundado um modelo de cobertura política cujos valores seriam, até hoje, centrais ao jornalismo.

Suas memórias estão repletas do desejo de deixar registros de um modelo de cobertura jornalística que correria o risco de esfacelamento: são testemunhos bastante recortados, marcados

<sup>83</sup> Wainer (*op. cit.*), p.156.

<sup>84</sup> Villas-Bôas Corrêa estreou como jornalista no diário carioca *A Notícia*, tendo trabalhado posteriormente no *Diário da Noite* e no matutino *O Dia* (cf. sua descrição do 24 de agosto de 1954, quando ocorreu o suicídio de Vargas, entremeada pelo trabalho nas redações dos dois jornais e pela caminhada matinal entre as redações de *O Dia* e do *Diário da Noite*. “Eu vi”, em Ângela de Castro Gomes (1994). No decorrer de sua carreira, trabalhou para a sucursal carioca de *O Estado de S. Paulo*, para o *Jornal do Brasil*, além de incursões pela *TV Manchete*, entre outros veículos.

pelas chamadas informações “de bastidores” (caras aos relatos jornalísticos), mas, principalmente, por um saudosismo que permite que o autor enuncie palavras como estas: “fui convencido a deixar um depoimento do muito que vi e vivi. Da despedida dos anos dourados da oratória parlamentar, do brilho da eloquência, dos costumes e hábitos da capital sediada no centro cultural e político do país, de um Rio que, como Minas, não existe.<sup>85</sup>” Nelas, os conflitos e diferenças são absorvidos pelo enredo principal anunciado pelo jornalista: o da constituição de uma cobertura jornalística política baseada em valores como imparcialidade, isenção e enfoque analítico.

Em um ensaio veiculado pouco depois do lançamento do livro, o jornalista aponta para dois marcos no que caracteriza como história do jornalismo político no Brasil: 1946 e 1960. Em 46, teria se iniciado o “período dourado da experiência democrática”, delimitado na outra ponta pelo “corte seco da transferência da capital para Brasília”; em 60, que teria fechado um ciclo e iniciado uma nova fase nas atividades parlamentares e jornalísticas<sup>86</sup>.

Mas o período entre 1946 e 1960 traria também outras marcas e lições. Para Villas-Bôas Corrêa, teria possibilitado a formação de um jornalismo político de novo tipo, que se procuraria realizar até os nossos dias: um jornalismo baseado na busca da isenção e da imparcialidade, delas dependendo a credibilidade do leitor, do ouvinte, do telespectador, segundo normas que, diz ele,

“custaram lutas surdas, com lentos avanços nas brechas das mudanças da imprensa nos últimos cinquenta anos. A derrubada do Estado Novo e o fim da abjeta censura ditatorial jogou a quase totalidade dos grandes jornais na desforra das humilhações, com o apoio maciço à UDN, com todos os excessos no noticiário das duas campanhas da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, em 45 e 50; do marechal Juarez Távora, em 55, e de Jânio Quadros, em 60. Passo a passo, com as decepções e derrotas, a revisão da linha partidária, [a imprensa] evoluiu para a isenção do noticiário, restringindo aos editoriais o espaço adequado para a opinião do jornal”<sup>87</sup>.

Reproduzimos ainda essas palavras do jornalista, apesar do risco da repetição, por considerarmos centrais ao tom assumido por suas memórias: “Pouco a pouco, com a experiência, os desencantos, o apuro da consciência profissional, o lento desengajamento partidário dos jornais, a cobertura política moldou os seus valores e cunhou o modelo da imparcialidade e da

<sup>85</sup> Corrêa (2002), p.259.

<sup>86</sup> CORRÊA, Villas-Bôas. “Não vou aderir”. Em [www.nominimo.com.br](http://www.nominimo.com.br), 5/11/2002. [Acesso em novembro de 2002]. O ensaio comenta um suposto consenso na imprensa em torno da eleição então recente do candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, à presidência da República. Faltariam os elementos vistos como necessários da crítica que se propõe isenta e livre de constrangimentos.

<sup>87</sup> *Idem*.

isenção”, que teria tido, como um de seus principais atores, o jornalista Carlos Castello Branco. “Demorou anos de imperceptíveis avanços e de recuos dos espasmos de radicalização. Quando a revolução golpista de 64 chegou, estávamos prontos para o grande desafio”<sup>88</sup>.

Dois pontos devem ser ressaltados. A visão de que, durante os anos 50 e início dos 60, o jornalismo caminhou para um “desengajamento” em relação à política partidária e a projeção de uma suposta exterioridade para a imprensa em relação ao golpe de 64. Dois pontos que não se sustentam diante da atividade dos grandes jornais da época, seja por seus vínculos com partidos e governos, seja pelo envolvimento de muitos deles com a preparação do clima ideológico do golpe – seja pelo fato mais básico de que a atividade jornalística está vinculada à orientação das elites proprietárias dessas empresas no Brasil. Fazem parte, no entanto da valorização do jornalismo feita pelas memórias do autor, cujo enquadramento une a relevância do jornalismo político com um suposto esvaziamento do viés ideológico, a importância da cobertura dos “fatos” com a valorização da técnica e do ideário da isenção.

Villas-Bôas nos interessa, particularmente, por essa estratégia, realizada por um jornalista profissional, de atribuir valor central ao jornalismo político, neutralizando a própria noção de política, por negar-lhe a parcialidade, a multiplicidade de perspectivas e interesses e o conflito como elementos que lhe são constitutivos.

\*

Terminamos o capítulo ressaltando que, como em outros campos, as histórias e análises que se produziram sobre a imprensa constituíram-se no interior de percepções acerca da história contemporânea do Brasil. Nelas, de modo peculiar, a descrição das transformações técnicas como eixo das mudanças se deveu, em nossa opinião, ao fato de não se voltarem para uma visão mais crítica da relação entre técnica e política, entre o progresso nas sociedades capitalistas industriais e a violência que lhes é característica.

É no interior desse campo de visão sobre a “modernidade” da imprensa, associado a concepções liberais do papel do jornalismo e do jornalista, que o ideário da isenção e da profissionalização ganham destaque. Também nesse campo, situaram-se muitas das interpretações escritas por jornalistas sobre as mudanças na atividade que exerciam. É para esses

---

<sup>88</sup> Corrêa (2002), p.60.

escritos, produzidos entre os anos 40 e 60, que nos voltamos nos próximos capítulos, nos quais o fio-condutor continuará a ser o dos sentidos atribuídos às mudanças ocorridas no jornalismo e à chamada modernidade.

A questão principal do Capítulo 2, que se lerá a seguir, está no jogo entre modernidade e atualidade, entre temporalidade e jornalismo.

## Capítulo 2

**“Se é atual é moderno”:  
tempo e modernidade em textos escritos  
por jornalistas durante os anos 1940-1960**

Em um artigo que analisa a noção de modernidade em autores ligados à escola de Frankfurt, Michael Löwy inicia sua discussão a partir dos sentidos atribuídos à modernidade e ao moderno pelo dicionário *Petit Robert*. Nele, o termo “moderno” tem duas significações principais: a primeira, diz que é moderno aquilo que é “atual, contemporâneo”; a segunda, mais interessante aos propósitos de Löwy (e aos nossos, neste trabalho), associa modernidade a progresso, definindo o moderno como o que “se beneficia dos progressos recentes da técnica e da ciência”<sup>1</sup>.

Fizemos o mesmo, consultando o *Novo Dicionário Aurélio*. As definições ali encontradas aproximam-se da primeira entre aquelas propostas pelo dicionário francês – “Dos tempos atuais ou mais próximos de nós”; “atual, presente”, define o dicionário brasileiro. Não existe, nele, a vinculação entre modernidade e progresso, destacada por Löwy para introduzir o contraponto entre a valorização positiva da novidade, que vem se afirmando desde o século XVIII, com a associação entre progresso e novidade industrial, técnica e científica, e a crítica à modernidade, presente na associação feita por Marx e Max Weber entre modernidade e civilização capitalista-industrial, aprofundada pela crítica radical de pensadores frankfurtianos, com destaque para Walter Benjamin.

A relação entre *atual* e *moderno* esteve presente em diferentes momentos e situações de afirmação de identidades para a prática jornalística, com um papel importante na caracterização de funções e perfis para o jornalismo no Brasil dos anos 1940-60. Para Löwy, a definição da *modernidade como atualidade* refere-se ao próprio movimento do tempo e é, portanto, uma conceituação vazia – “o que era moderno ontem é hoje obsoleto”. O esvaziamento talvez signifique, no entanto, o esvaziamento e homogeneização do próprio tempo, peculiares à percepção da história como sucessão progressiva do “novo”. Nesse sentido, a idéia de “fim da história”, proclamada pelo conservadorismo liberal no final do século XX com a desintegração da União Soviética e a queda do Muro de Berlin, seria anterior e mais abrangente, já que estaria presente no cerne da visão do tempo como progresso, indissociável do modo como o conhecimento e a técnica foram significados (e agenciados) pelo capitalismo industrial.

Essa percepção progressiva nos parece presente também em grande parte dos textos que selecionamos para este capítulo, nos quais é central a percepção de que tempo e história se aceleravam. Neles, o conceito vazio, o *flatus vocis* de que fala Löwy, nos parece ter sua

---

<sup>1</sup> Löwy (1992), p.119.

materialidade no modo como muitos dos jornalistas de que aqui tratamos conceberam o “instante” e a “novidade”, identificando-o com o próprio conjunto da sucessão temporal e com os sentidos a ela atribuídos. Se essa concepção do tempo e da história ultrapassa o momento de que tratamos, parece-nos, no entanto, ter tido uma “função” particular àqueles anos, já que esteve ligada aos sentidos que se foram imprimindo à industrialização da sociedade brasileira, e aos sentidos que foram atribuídos às transformações na atividade jornalística e nas empresas de comunicação.

\*

A expressão destacada no título deste Capítulo – “Se é atual é moderno” – é parte de um editorial que apresentou alterações gráficas, de organização e distribuição do noticiário aos leitores de um dos jornais cariocas de maior importância durante aqueles anos (em termos de circulação, mas, principalmente, de sua inserção no debate político), o *Correio da Manhã*, no ano de 1954. Abaixo, reproduzimos o enunciado maior de que foi extraída, tal como foi publicado pelo *Correio*, não em 1954, mas em 1963, quando o jornal passava por uma nova reforma:

“Romperemos com certas rotinas criadas pelo hábito e pela lei inimiga do progresso – a lei do menor esforço. Então vai se modernizar o CORREIO? Deus nos livre. O ‘moderno’, em imprensa, é cortina de fumaça... um cotidiano tem de ser atual, e se é atual é moderno. A standardização tem de ser de forma, nunca de fundo”<sup>2</sup>.

O texto de 1963 foi escrito, provavelmente, pelo jornalista Jânio de Freitas<sup>3</sup>, que ocupou o cargo de diretor-superintendente do jornal entre maio e novembro daquele ano, tendo sido responsável por reformulações que duraram poucos meses: contratado por Paulo Bittencourt para coordenar mudanças que tiveram como objetivo recuperar os números de vendas do jornal, que haviam diminuído no início dos anos 60 em relação ao que atingiram durante os anos 50, Jânio de Freitas afastou-se do *Correio* pouco depois da morte de Paulo, que aconteceu em agosto de 1963,

---

<sup>2</sup> *Correio da Manhã*, 17/07/1963, p.1.

<sup>3</sup> No momento em que finalizamos esta tese, Jânio de Freitas continua ativo na profissão, como um dos principais jornalistas brasileiros. Assina uma coluna política no jornal *Folha de S. Paulo*.

menos de um mês depois da data em que foi colocada em circulação a primeira edição modificada<sup>4</sup>.

O recurso ao editorial de 1954 tinha, segundo o texto de 1963, a intenção de mostrar aos leitores que, “de reforma em reforma” (foi esse o título do texto de 1963), o jornal se modernizava sem alterar suas linhas básicas e sua relação de confiança com o leitor: “podemos assegurar ao leitor que essa mudança é, apesar dos pesares, mais aparente do que real, só de forma – não de fundo”. Para, no termo utilizado no texto, “provar” que isso era verdade, falava da história do *Correio* desde 1901 até aquele momento, em um ritmo em que as reformas se davam pela aquisição de novas impressoras e de recursos técnicos e profissionais mais adequados. A modernização e adequação aos novos tempos teriam sido, assim, correlatas à mudança constante na história de um jornal que se transformava, mantendo-se o mesmo (acentuamos o paradoxo). “Decisivamente, o jornal não mudou”<sup>5</sup>.

O diretor do vespertino carioca *A Noite*, superintendente das Empresas Incorporadas, às quais pertencia aquele jornal, justificava as mudanças colocadas em curso nos jornais e revistas, no início dos anos 1950, da seguinte forma: um jornal “não pode ser estático. Sua vida e seu progresso estão no dinamismo com que se renova, com que cria seções, debate problemas, sugere soluções”. E, na seqüência, ao dizer que era preciso manter a característica de “jornal ligeiro” para que os vespertinos não perdessem seu espaço, afirmava: “As reformas gráficas que se fizerem necessárias, tanto no vespertino, como nos demais órgãos das Empresas Incorporadas [como a revista *A Noite Ilustrada*], serão feitas, pois depende da própria apresentação grande parte do êxito da imprensa”<sup>6</sup>.

Um outro jornalista brasileiro, Mário Hora, em suas memórias publicadas ainda nos anos 50, dizia:

“Quem for que lance um olhar para o meio século de existência da nossa imprensa, a contar de 1900, há de ficar maravilhado com o progresso e a evolução por ela conquistados. A profissão considerada um ‘bico’ é, hoje, um meio de subsistência: um repórter, um redator, um colunista têm agora um salário maior que o do secretário de um jornal de 1908 e um

<sup>4</sup> Com a morte de Paulo Bittencourt, as disputas pelo jornal entre sua filha, Sybil Bittencourt, e sua esposa, Niomar Sodré Bittencourt, duraram três meses. O comando do jornal foi assumido, em novembro de 1963, por Niomar, que entregou a chefia da redação a Osvaldo Peralva. Com o afastamento de Jânio de Freitas, o jornal voltaria a assumir a feição anterior à reforma de 1963. Para alguns detalhes e depoimentos referentes à história do *Correio da Manhã*, cf. Andrade (1991). Faremos referências mais demoradas a aspectos relevantes da história desse jornal no Capítulo 1 da Parte 2.

<sup>5</sup> *CM*, 17/07/1963, p.1.

<sup>6</sup> Seção “Imprensa”. Revista *Publicidade & Negócios*, 15/08/1951, p.40.

secretário de hoje ganha o duplo do que ganhavam um Manoel Vitorino, um Gil Vidal, um Paulo Barreto, um Felix Pacheco.

Como ponto alto dessa evolução criaram as escolas de jornalistas nas Universidades de onde saem com um preparo teórico profissional e uma cultura indispensável os moços que se destinam a renovar os quadros redacionais. Não mais terão ingresso nas redações aqueles sujeitos falhados em outras profissões, quase analfabetos que se faziam jornalistas para achacarem os comerciantes e praticar chantagens as mais deslavadas.

(...) o jornalista de 1956 não sofre a mais leve comparação com grande parte daqueles rabiscadores em cujo meio nasci para ser o que hoje sou: um ‘Dromedário’ aposentado”<sup>7</sup>.

Apesar dessa apreciação positiva, pouco antes deste trecho que reproduzimos, o jornalista citava a si mesmo, em palestra feita em 1939 no Liceu Literário Português do Rio de Janeiro, dizendo que a imprensa daqueles anos era fabricada com “fermento mais leve” e servida às pressas, “a uma freqüência que não pode esperar e não dispõe de tempo para uma deglutição longa e uma digestão demorada”. Artigos de jornalistas como Evaristo da Veiga e Gonçalves Lêdo não mais teriam espaço em uma imprensa que se afastava da fase que assinala: em seqüência, dispõe Independência, Abolição, proclamação da República. O jornalismo teria perdido um pouco “sua função doutrinária e erudita”, sendo alterada sua dinâmica e a mentalidade dos que o dirigiam. Isso se manteria nos anos 50<sup>8</sup>.

### *Informação servida às pressas*

Modernização foi, assim, palavra freqüente nas referências à imprensa brasileira posterior aos anos 30 e, especialmente, à dos anos 50. Em geral, os jornalistas e estudiosos da imprensa destacaram as transformações técnicas e estilísticas por meio de termos como objetividade, concisão, abrangência e atualidade da notícia. Este último, no entanto, é que traria as explicações últimas para as mudanças: tempo de produção e tempo de leitura não seriam mais os mesmos. O jornalismo, assim como outras atividades desenvolvidas na modernidade, caracterizar-se-ia por uma remodelação incessante baseada na aceleração do tempo.

A informação, cada vez mais, como um artigo servido às pressas... Danton Jobim compara o leitor de antes da Primeira Guerra com o do período posterior às duas guerras mundiais. Este último, simbolizado no habitante de uma grande cidade, que “vive pouco em casa”, não deixaria de lado “o momento de intimidade com o seu jornal”, mas veria diminuída a qualidade de sua

---

<sup>7</sup> Hora (1958), p.14.

<sup>8</sup> *Idem*, p.11.

leitura – “leitor apressado, que não pode deter-se muito a meditar, durante a leitura, sobre o significado do que lê”. Enquanto isso, a imagem daquele primeiro leitor é, para o jornalista, a de sua avó “sentada numa cadeira de balanço e lendo o *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*, desde a primeira página até a ‘página dos anúncios’, que era a última”<sup>9</sup>.

Nas imagens de bondes e trens em movimento, Jobim encontra mais uma vinculação entre as modificações na prática jornalística e aquelas que aconteciam na cidade e nos costumes de seus habitantes. Até meados dos anos 1930, boa parte das vendas de vespertinos no Rio de Janeiro se fazia em trens e bondes: em trânsito, o leitor iniciava seu percurso pelo noticiário. Uma modalidade de leitor e de leitura desaparecida nos anos 50, de acordo com seu relato:

“Não só os ônibus não a permitem, como em muitas cidades, São Paulo e Porto Alegre, por exemplo, se introduziram bondes fechados. Por outro lado, o crescimento demográfico das cidades, superlotando as conduções, tornou impossível a leitura. A população, de volta do trabalho, chega muito tarde aos seus lares. Isso, a par das dificuldades de transporte dos maços de jornal, impede que se faça a venda a domicílio, após o jantar, como fizera com êxito o vespertino *A Noite* na segunda década deste século”<sup>10</sup>.

Tratava-se, assim, de perceber as mudanças nas demandas do leitor e encontrar uma correspondência no modo de produção da notícia (com variações para as atribuições de estatuto de causa e efeito, de antecedência e seqüência): a leitura adquiria, de qualquer modo, características diferenciadas, com a diversificação dos conteúdos e a renovação no estilo de apresentação e redação da notícia. Foi em meio a esse tipo de discurso da mudança, que materializa as demandas supostamente novas na relação entre a produção da notícia e seu alvo, o leitor-consumidor, que foram enunciadas as palavras seguintes, retiradas do editorial de primeira página da revista semanal *O Cruzeiro* de 17 de setembro de 1960:

“A notícia, afinal de contas, não está na esquina. Hoje, o mundo é mesmo um só, como desejou Wendel Wilkie, e a notícia sobre o gato que morre na China interessa ao leitor desta Revista, que, de pijama ou não, quer saber o que está acontecendo no seu mundo tão surpreendente. Por isto, nossos repórteres, nesses últimos quinze dias, estiveram espalhados por toda parte, à procura de fatos. Helder Martins foi a Moscou e Veneza, Luiz Carlos Barreto voou para Roma, David Nasser, Benedito Coutinho e Eugênio Silva andaram por Lisboa, Ed

<sup>9</sup> Danton Jobim (1992) foi diretor do *Diário Carioca*, referência para as reformas gráficas e de texto na imprensa carioca dos anos 1950. Assessorou Juscelino Kubitschek durante sua campanha, em 1955, ocupando esse cargo no governo JK. Os textos presentes na coletânea que utilizamos referem-se a cursos ministrados pelo jornalista e professor Danton Jobim em 1953 e 1957, na Universidade do Texas (Austin, EUA) e na Sorbonne (Paris, França), respectivamente. Os trechos reproduzidos são de “Jornalismo e Técnica”, pp.72-75.

<sup>10</sup> *idem*.

Keffel fez uma revisita à Alemanha, onde nasceu, e eu acabei de chegar dos Estados Unidos. Nós todos pensamos que é assim que se faz uma revista de circulação nacional para o público de hoje, ávido por notícias sobre o que se passa no planeta (e fora dele). Tentamos atendê-lo. No front interno, as colunas de *O Cruzeiro* imitam, neste número, o Hyde Park dos londrinos, com o convite feito aos três candidatos à Presidência da República para utilizá-las como tribuna, num debate sobre os grandes problemas brasileiros. Lott, Jânio e Adhemar estão presentes a esse diferente torneio democrático. E, por fim, João Martins, que não viajou para parte alguma, entrou em contato com o mundo da lua, hoje propriedade dos cientistas, depois que as cadelinhas ‘Belka’ e ‘Strelka’ fizeram seu turismo cósmico, retornando tranqüilamente à terra dos homens, onde milhões trafegam perigosamente de lotação. Não é isso uma revista?”<sup>11</sup>

Falando do jornalismo brasileiro posterior aos anos 1930, Juarez Bahia, bastante citado no capítulo anterior, associava, em uma mesma caracterização, três aspectos: as “grandes cidades que se modernizam” e ampliam suas “áreas saneadas” e serviços de transporte coletivo; o chamado progresso da imprensa (diz que “o jornalismo já entrara, ainda que timidamente, numa faixa de operação industrial” que contrastaria com a fase anterior, chamada de idealista e boêmia); a substituição gradual dos “jornalistas boêmios” pelos “jornalistas profissionais”. “O progresso da imprensa – diz – reflete o do país”<sup>12</sup>.

Deslocamos a afirmação de Bahia: as percepções sobre a imprensa e aquelas mais abrangentes, sobre o país, nos parecem envoltas em um mesmo campo, o dos discursos constituídos pela valorização do progresso técnico e de uma suposta integração entre indivíduos, culturas e lugares que teriam sido por ele possibilitadas – e colocadas em funcionamento por um jornalismo que se atualizava... Atualidade, modernidade, progresso, desenvolvimento. Intensificação do consumo: esta última expressão é um acréscimo nosso às outras, presentes nas apreciações para as quais nos voltamos.

Raramente nos deparamos com enunciados dando conta de casos como alguns dos que Carlos Heitor Cony nos conta, em romance no qual dialoga com suas memórias a respeito de seu pai, o também jornalista Ernesto Cony. Em *Quase memória*, um desses casos diz respeito à morte de Mário Flores, que foi crítico de teatro no *Jornal do Brasil* durante mais de 30 anos e que, ao ser substituído bruscamente, teve dois enfartos, morrendo no prédio do jornal. Flores se recuperava, então, de uma esquemia que Cony descreve como resultado do choque que teve no

<sup>11</sup> Assinado por J.A. (José Amádio, nessa época secretário de redação da revista, um dos jornalistas de maior poder na redação entre os anos de 1948, quando entrou para *O Cruzeiro* na posição de assistente de Accioly Netto, e 1957, quando deixou a revista).

<sup>12</sup> Bahia (1990), p. 203.

dia em que comemoraria seus 40 anos de crítica teatral. Ao abrir o jornal, leu que a partir daquele dia a crônica teatral sairia na primeira página do segundo caderno; leu, então, o comunicado que não havia sido feito a ele: “A partir de hoje, Ana Maria Gonçalves assume a crítica teatral deste jornal”. Ao chegar ao jornal, depois de três meses em tratamento e recuperação, e ainda sem qualquer comunicação do *JB*, que passava então por modificações encabeçadas por Odylo Costa Filho, não encontrou mais a mesa que ocupava ou os colegas conhecidos de redação.

“A redação estava cheia, jovens que ele não conhecia, muitas moças, moças demais aos telefones, nas máquinas de escrever. Os móveis tinham mudado de lugar, só havia mesas simples, pequeninas, impessoais.

Não fazia muito, aquela era uma redação solene. Os redatores tinham mesas enormes, em estilo colonial, escuras, cada uma ficava em cima de um tapete que dava ao redator a aparência de uma autoridade. Tudo aquilo, solenidade, mesas coloniais e tapetes, tinha desaparecido”<sup>13</sup>.

Foi o dia em que Mário Flores sofreu o infarto que o matou, quando chamava o elevador para ir embora do prédio do *JB*.

Referem-se à mesma época, ao final dos anos 1950, os relatos de Cony sobre a saída de seu pai do *JB*, caminho que ele seguiria, alegando insatisfação com o tratamento dedicado aos jornalistas antigos da casa. Sobre esse episódio, faria o seguinte relato:

“Uma tarde, ele [Ernesto Cony] passou na tesouraria, tinha um extraordinário a receber (...). Com o cheque, recebeu o aviso para procurar um dos advogados da empresa.

Havia uma porção de advogados para isso ou aquilo, o jornal se expandia, tornava-se grande e tecnicamente aparelhado para novos tempos e desafios.

Não conhecia o advogado, nem era conhecido por ele. A comunicação foi breve. Não sabendo escrever à máquina, com a portaria do Ministério do Trabalho que dispensava os gráficos de receberem originais manuscritos, ele teria de pedir aposentadoria. Como havia, na época, a lei de estabilidade, ele receberia uma indenização proporcional a seu tempo de serviço, que era mais de trinta anos”<sup>14</sup>.

De maneira geral, no entanto, os enunciados de que tratamos associam os termos aos quais nos referimos, especialmente modernização e progresso, unidos a um suposto alargamento do espaço e do tempo, excluindo casos como esses. Muitas das fontes pesquisadas sugeriram, ainda, a existência de um consenso (exposto como uma espécie de efeito “dos tempos”) em torno dos métodos e práticas que seriam adotados pelas empresas.

<sup>13</sup> Cony (1995), p. 197.

<sup>14</sup> Cony (*op. cit.*), pp. 199-200.

Indicamos a permanência de muitas dessas percepções em estudos posteriores, voltados para os meios de comunicação na sociedade brasileira daqueles anos, especialmente no que se refere ao modo como enunciam as transformações ocorridas nos anos 50 e 60. É o caso de muitos dos estudos aos quais já nos referimos no Capítulo 1, entre eles o de Cremilda Medina<sup>15</sup>, que, apesar de ter abordado criticamente as mudanças então ocorridas, não deixaria de envolver suas descrições em uma espécie de euforia, como no trecho que reproduzimos abaixo:

“As transformações vividas no Rio de Janeiro na virada do século e, a seguir, o impacto de uma Guerra Mundial e a invenção do rádio, vieram abrir espaço para um novo conteúdo jornalístico atual, universal e com significação imediatamente referida a uma massa em formação. A pressa em ficar sabendo o que ocorre em todo o país, no mundo, começa a tomar corpo e cria um universo de leitores até então inexistente. A notícia empurra a opinião de grande parte das páginas dos jornais; a necessidade de a cada dia conseguir levantar um novo mar de novidades, via telegrama, vai montar a manifestação-núcleo do jornal-notícia. Internacionalmente formam-se as agências de notícias, o telégrafo encurta distâncias, o rádio dá informações ‘em cima da hora’ (...).”<sup>16</sup>

A necessidade da novidade... a relação entre os termos, assim como aquela entre jornalismo e atualidade, talvez por ser constitutiva da possibilidade de valorização da atividade jornalística nas sociedades industrializadas, fica intocada pela crítica elaborada por Medina, pesquisadora, professora universitária e jornalista.

A autora (que, reafirmo, não deixaria de tratar criticamente do advento da chamada indústria cultural no Brasil), ao descrever as modificações ocorridas nos anos 50 e 60, falaria em tom semelhante ao de diversos enunciados produzidos naquele período: progresso técnico, aumento e diversificação do público-leitor; brusca redução da distância e do tempo na produção e veiculação das notícias; factualização do noticiário, com modificações no padrão de informação que estiveram ligadas à introdução e expansão da TV.

No texto de apresentação de uma coletânea publicada em 1980, que apresenta textos de diversos jornalistas que atuavam na profissão durante os anos 50, como Mário de Moraes, Hideo Onaga, Otto Lara Resende e Carlos Castello Branco, entre outros, os anos 50 foram referência importante para a interpretação do jornalismo das décadas posteriores e das transformações na imprensa. As mudanças mais abrangentes na sociedade, vistas como uma evolução

---

<sup>15</sup> Medina (1978).

<sup>16</sup> *Idem*, p. 61.

socioeconômica que se refletia nas mais diversas áreas, teriam obrigado a imprensa a esforços de adaptação.

O que mais nos interessa, nessa coletânea, é o destaque que foi conferido à relação entre produção da notícia (com a formatação de texto e a periodicidade do noticiário) e tempo de leitura: o homem passava, cada vez, a ter menos tempo de leitura, afirmava-se, sem vincular esse acontecimento às transformações no processo do trabalho<sup>17</sup>. “A partir daí [o ano citado é 1955], derrubado o conceito de quantidade, estabeleceram-se novos valores: a síntese, a seleção e a interpretação das notícias eram imprescindíveis à sobrevivência do jornalismo escrito, que já começava a ser ameaçado pelo jornalismo enriquecido pela imagem e pela velocidade de transmissão”<sup>18</sup>. As conseqüências dessas adaptações teriam sido as reformulações colocadas em curso, concentradas naquilo que o texto define como “a busca do compacto”.

Predomina, em formulações como as que reproduzimos, a imagem de que o jornal, modificado para acompanhar as transformações em curso, manteria seu lugar, sua razão de ser. Segundo uma espécie de manual escrito pelo jornalista e professor de jornalismo da Universidade de Nova Iorque Fraser Bond, e publicado no Brasil em 1959<sup>19</sup>, o jornal moderno teria, naquele momento, quatro finalidades: informar, interpretar, servir (a comunidade, o leitor e o anunciante) e divertir.

A relação entre a intensificação dos aspectos informativos e as modificações na gestão e percepção do tempo esteve no centro de formulações que indicam um modo de assimilação da

---

<sup>17</sup> A crítica marxista não deixaria de apontar, nessas alterações na vivência do tempo, uma relação estrutural com a expansão do capitalismo. No século XIX, referindo-se à exploração extensiva do trabalho, Marx falava do “paradoxo econômico que torna o mais poderoso meio de encurtar o tempo de trabalho no meio mais infalível de transformar todo o tempo da vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho de que pode lançar mão o capital para expandir seu valor” (*O Capital*, L.1, Pate IV, Cap.12, item 3). A crítica posterior, inclusive aquela vinculada à Escola de Frankfurt, com Adorno e Horkheimer, estaria atenta ao fato de que todo o tempo (inclusive aquele dedicado ao lazer, vinculado no século XX à cultura de massas) ficaria submetido à lógica alienante do capitalismo. Em estudo recente, Antunes (1999) faz uma discussão importante a esse respeito. Indicamos um paradoxo presente no jornalismo, em seu desenvolvimento mais atual, a partir do modelo que se definia nos anos 1950: a adoção de novas tecnologias permitiu a extensão maior do dia de trabalho, já que o jornal pode ser impresso e distribuído com mais rapidez. O “fechamento” se estendeu, sendo realizado, em alguns casos, às 10 ou 11 horas da noite, pela possibilidade técnica de incluir no jornal do dia seguinte os fatos ocorridos no final do dia ou à noite. O horário e o desgaste do trabalho nas redações se viram, assim, ampliados pelo “progresso técnico”.

<sup>18</sup> Olavo Luz (1980).

<sup>19</sup> O jornalista Lago Burnett, em ensaio sobre a venda comercial de manuais de redação após os anos 1980, no Brasil, diz que “em 1959, o único roteiro para a comunidade jornalística brasileira era a *Introdução ao jornalismo*, de Fraser Bond”, que caracteriza como um “tratado didático” (*Revista de Comunicação*, ano 6, n.23, dezembro de 1990; p.11). José Marques de Melo (1985, pp.17-18) cita uma segunda edição brasileira do livro de Bond, de 1962, também pela editora Agir, destacando o modo como aquele autor caracteriza jornalismo informativo e opinativo, propondo também as categorias de jornalismo interpretativo e de entretenimento.

modernidade por parte dos jornalistas brasileiros – assimilação no sentido de que predominou, com as devidas exceções, a idéia de que se nadava “com a corrente”, nas palavras de Benjamin às quais nos referimos na apresentação desta parte do trabalho. A importância da “novidade” foi vista, e o é até os nossos dias, como intrinsecamente vinculada à importância do jornalismo na sociedade. A “subjetividade capitalística”, na expressão de Guattari, envolve, entre outras coisas, a necessidade da “novidade” planejada, expressão do tipo de contato estabelecido com o cotidiano e com a comunidade. Na relação entre autor e leitor estabelecida no jornalismo informativo, no modelo de noticiário que se definia durante os anos 40 e 50, está presente uma projeção da recepção passiva e distanciada de acontecimentos que, nesse movimento do tornar-se notícia, esvazia-se do que poderíamos considerar o seu real potencial de novidade – contido no instante que irrompe como possibilidade de transformação.

Também nesse ponto, Walter Benjamin desenvolveu uma reflexão que nos parece indispensável para a análise dos escritos nos quais se baseia este capítulo e para uma discussão mais ampla sobre a centralidade da “informação” em relação a outras possibilidades de discurso. Em texto de 1937, indica, como pistas sobre um mesmo momento da história dos homens, a lenta decadência da *narrativa* e o fortalecimento da *comunicação como informação*, em uma análise que nos permite visualizar a imprensa como objeto histórico-cultural que corresponde a uma sociabilidade moderna marcada, entre outras coisas, pela diminuição do intercâmbio de experiências por meio das interações face-a-face e das vivências que se contam e ganham significado nas teias da narrativa: a diminuição do valor da tradição oral e da tessitura de conselhos, saberes, valores, ao ritmo lento do trabalho artesanal.

O predomínio do modo informativo, com a consolidação da burguesia e, com ela, da imprensa, teria sido o golpe maior na narrativa. Por mais antigas que fossem suas raízes, é com seu fortalecimento no alto-capitalismo, segundo Benjamin, que esse tipo de comunicação passaria a influenciar fortemente a forma épica. Com isso, perderia sentido o saber que vem de longe, em seus dois tipos simbólicos: o do viajante, que representa o saber que se tece na distância geográfica e a novidade da experiência comunicável aos que ficaram; e o do camponês sedentário, que representa o saber tecido na distância temporal da tradição, que se renova ao ser comunicada e engendrada em um novo tempo.

O saber que vem de longe, em sua forma narrativa, tecia-se lentamente, em camadas sobrepostas em que *contar de novo* significava preservar as histórias e os modos de comunicá-las.

Narrar e ouvir aparecem como atividades que compartilhavam de um mesmo encadeamento do tempo: o do trabalho artesanal.

O advento da informação como forma predominante de comunicação correspondeu, assim, à transformação e intensificação dos ritmos de produção, constituindo outras percepções do tempo, outras formas de subjetivação (desaparece a comunidade de ouvintes, segundo o diagnóstico de Benjamin). Constitui-se um homem para quem o tempo *importa*, um homem que “não cultiva o que não pode ser abreviado”<sup>20</sup>. Não seria mais possível a arte de narrar:

“Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual”<sup>21</sup>.

A narrativa, “lenta superposição de camadas finas e translúcidas”, se vê gradativamente substituída pela informação verificável, pela importância da novidade. Enquanto na tradição oral que constituía a narrativa importava o acúmulo (sua renovação estava justamente na possibilidade de que a repetição fosse comunicável), “a informação só tem valor no momento em que é nova”. Ainda segundo Benjamin, “ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele”<sup>22</sup>.

O ritmo de trabalho de que fala Benjamin diz respeito, em nossa visão, menos a uma questão de duração do que a uma questão de autonomia. Parece-nos que o fortalecimento da comunicação como informação se relaciona às mudanças no processo do trabalho, que correspondem, por sua vez, a uma dessubjetivação ou à constituição das “subjetividades capitalísticas” de que falávamos. A narrativa, no sentido benjaminiano, implica na possibilidade de um distanciamento não alienado em relação à própria subjetividade, repleta de histórias, memórias e *estórias que podem ser contadas*. A informação, assim como o trabalho industrial, agiria, diferentemente, no sentido de uma planificação da *experiência*, sem a qual o narrar se

---

<sup>20</sup> Paul Valéry *apud* Benjamin (1985), p.206.

<sup>21</sup> Benjamin (*op.cit.*), p.205.

<sup>22</sup> Benjamin (*op.cit.*), p.204.

esvazia e aquilo que é contado (assim como o cotidiano de trabalho nessas sociedades) ganha a cadência da repetição<sup>23</sup>.

A crítica benjaminiana à modernidade reverte, nesse sentido, o próprio instante. Nos mesmos anos 1930 em que o avanço técnico e tecnológico é destacado e valorizado em argumentos que o relacionam a uma maior possibilidade de aproximação dos homens no tempo e no espaço, Benjamin aponta para o esvaziamento e o risco da comunicação como *informação*, na qual a diminuição das distâncias temporais e geográficas (no sentido proporcionado pelas tecnologias então recentes) conviveria com um enfraquecimento brutal da troca de experiências e de uma vivência do tempo que apontava para sua própria extinção. “Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes”<sup>24</sup>, já que as informações estariam desvinculadas da tradição que permitiria atribuir-lhes sentido.

Foram outros, como dissemos, os sentidos assumidos em muitos dos textos escritos por jornalistas brasileiros no período para o qual nos voltamos.

Produto da “revolução da máquina”, resultado da “aplicação da mecânica como multiplicadora do trabalho humano”, a imprensa moderna se caracterizaria, nas palavras do jornalista e escritor Austregésilo de Ataíde, por tornar possível ao homem o tipo de conhecimento de que agora necessitaria. O próximo e o longínquo estariam integrados, mas em um sentido bastante diferente daquele proporcionado pela tradição e pela percepção fantástica daquilo que é distante e, como tal, desconhecido. Em palestra feita na Associação Brasileira de Letras em agosto de 1957, Ataíde formula, como uma das características de sua atualidade, a possibilidade de os homens serem afetados diariamente “pelos fatos mais remotos de nossa existência pessoal”, já que se teria alargado a participação dos homens e dos povos na vida uns dos outros<sup>25</sup>.

“Não bastam – diz – em nossas preocupações diárias os temores e insucessos que nos assediam nas condições de nossa contingência. O jornal noticioso, comunicando-se pelas técnicas mais velozes com o mundo inteiro, em apenas alguns minutos de leitura, fornece-nos matéria das mais refinadas emoções e faz-nos solidários com as angústias de todo o universo. Assim completa-se o homem moderno, realiza-se, integra-se no dinamismo do seu tempo.”<sup>26</sup>

<sup>23</sup> O jornalismo diário parece, cada vez mais, imerso nessa cadência de repetição, que tem como um de seus efeitos um tempo histórico esvaziado e um cotidiano despido das potencialidades do “novo”.

<sup>24</sup> Benjamin (*op. cit.*), p. 203.

<sup>25</sup> Ataíde (1958), p.141.

<sup>26</sup> *Idem*, pp.155-156.

Danton Jobim, contemporâneo de Ataíde, citado antes, fala de dois tempos para a produção impressa: um primeiro, situado entre a invenção dos tipos móveis em metal, com Gutenberg, no século XV<sup>27</sup>, e a invenção do linotipo no final do século XIX; e um segundo, a partir desta invenção que permitiu uma aceleração sem precedentes e sem perda da qualidade de impressão. O aumento da pressão do tempo sobre o trabalho jornalístico marcaria as mudanças que esta atividade sofreu e operou no século XX. Jobim as enunciava desta forma, na segunda metade dos anos 1950:

“A parte mais viva, mais atual, mais típica do jornal se faz em poucas horas. A ‘hora de fechar’, o limite máximo para a apresentação da matéria, avançou muito naturalmente. As notícias de última hora podem ser compostas realmente no último minuto, quando as páginas já estão prontas sobre o *mármore*. Em certos casos pode-se parar a rotativa e imprimir um segundo *clichê*”<sup>28</sup>.

Nessa percepção, progresso e aceleração do tempo, vistos como coincidentes, vão se afirmando em seu valor positivo e conferindo novos sentidos à própria atividade jornalística, na qual a competência passaria a ser, cada vez mais, medida pela rapidez com que são executadas as tarefas, pela velocidade da escrita e pela adaptação do profissional à periodicidade e aos horários de “fechamento” do veículo em que trabalha.

O também jornalista Alberto Dines, bastante ativo na profissão já nos final dos anos 50 e início dos 60, quando ocupou cargos de chefia durante as reformulações dos jornais cariocas *Diário da Noite* (1960 e 1961) e, posteriormente, *Jornal do Brasil* (a partir de 1962, até os anos 70), caminha em um sentido parecido ao descrever a relação entre o trabalho jornalístico e o tempo de sua execução e consumo, em estudo publicado pela primeira vez em 1974<sup>29</sup>. Sua reflexão se desdobra em imagens que vinculam as características do fazer jornal às percepções e modos de existência do jornalista, por meio das noções de tempo e velocidade.

“O jornalista trabalha com rapidez para completar cada edição, mas aquela edição se completa com as seguintes até o infinito. Esta noção do tempo distendido, intercalada com o tempo sincopado, faz parte do comportamento físico e psíquico do jornalista”<sup>30</sup>, diz. Para ele, o jornalista deve incorporar a noção temporal fornecida pela periodicidade do veículo em que trabalha. Isto significaria desde uma assimilação do tempo de transformação do cotidiano em

<sup>27</sup> Sobre a invenção dos tipos móveis em metal ou os inícios da arte tipográfica, cf. Carlos Rizzini (1968).

<sup>28</sup> Jobim (*op.cit.*), p.71.

<sup>29</sup> Dines (1986).

<sup>30</sup> *Idem*, p.45.

material noticiável e composição do noticiário na página, até uma projeção do tempo em que a notícia se efetiva e se completa, ao ser percorrida pelo leitor. Mas, mais do que isso, significaria também uma assimilação entre o tempo da notícia tal como é imposto pelo veículo (diferente em diários, semanários etc.) e a vivência do tempo pelo homem de jornal.

Esta formulação de Dines pertence a um mesmo conjunto de imagens comuns nos anos 1950, entre as quais destacamos esta:

“Nesta fábrica trepidante que se tornou um grande diário, onde turbilhonam rumores, notícias, informações muitas vezes confusas e descontroladas que trazem sem cessar repórteres, agências, ciclistas e teletipistas, com o vaivém de visitas e os incessantes chamados telefônicos, o jornalista, qualquer que seja seu humor ou sua fadiga, executa um trabalho esgotante. E quando, acabada a sua noite, atravessa a cidade adormecida em busca de um tardio sono, seu espírito tenso evoca já o número do dia seguinte e a matéria que deverá escrever”<sup>31</sup>.

A “fábrica trepidante” e a expressão “sem cessar” são interessantes: parecem-nos características de um certo assombro em relação à intensificação cada vez maior do período de trabalho, em uma atividade na qual a exploração intensiva do trabalho se sobrepôs à extensiva, com a justificativa, que vimos, muitas vezes, ser fornecida pelos próprios trabalhadores, de que os fatos não cessam de ocorrer, de que o cotidiano é acelerado e “provoca”, em ritmo alucinante, uma suposta necessidade de reportar que legitimaria o próprio jornalismo. Por outro lado, parece-nos que esse assombro dificilmente se transformou em crítica em nossas fontes, mantendo-se uma confusão de limites entre a concepção do tempo progressivo e acelerado, necessária aos objetivos da produção industrial capitalista (isto é, aos objetivos de manutenção e ampliação do sistema), e a formulação de identidades para o jornalismo, visto como em processo de transformação.

O próprio esgotamento nos parece, assim, ter sido tratado como marca valorativa, como atrativo. Mesmo quando o ritmo de trabalho e os plantões ganham descrições mais negativas, elas não se distanciam muito de uma espécie de marca valorativa de diferenciação em relação a outras profissões. É como se a ideologia da produtividade estivesse instalada, de tal modo, no processo de atribuição de sentidos para o trabalho jornalístico, no Brasil contemporâneo, que a extenuação

---

<sup>31</sup> Gilbert Henry-Coston, citado por Raul Lima (s/d; apresentada como coletânea de textos escritos entre 1943 e 1958), p.41. Lima comenta que considera esta caracterização um pouco romantizada, já que uma das principais características dos grandes jornais de sua época seria “a extrema separação das tarefas, a especialização, a divisão em setores autônomos e convergentes”.

pudesse ser descrita em tom eufórico ou romântico, o que nos parece característico do período com o qual trabalhamos.

Duas imagens merecem destaque.

Na primeira, temos uma formulação de João do Rio, da primeira década do século XX, na qual o jornalista é visto como aquele que tem “diante de si essa coisa aflitiva e atroz que se chama: a boemia do trabalho. Trabalha hoje pela manhã, trabalha amanhã imprevisivelmente, até a madrugada. Não almoça hoje por falta de tempo; ceia amanhã em vez de jantar”<sup>32</sup>. João do Rio, com sua capacidade de flagrar, muitas vezes, a potência do instante, como um *flâneur* a caminhar pelas ruas do Rio, descreveu aí, com ironia, um modelo de jornalismo que, paradoxalmente, o fixaria em suas memórias e histórias como o primeiro entre os repórteres modernos no Brasil, uma referência comum nos escritos dos anos 1950 e também em estudos posteriores<sup>33</sup>.

Algumas décadas depois, a segunda imagem. No *Correio da Manhã* de 12/03/1957, uma entrevista com o jornalista veterano Manoel Bastos Tigre<sup>34</sup>, comemorando seus 75 anos de vida, toca também neste ponto, ainda que de maneira um pouco diversa, ao referir-se aos “plantões” que se estendiam até a madrugada. Bastos Tigre rememora sua vida de jornalista, iniciada com colaborações ao *Correio*, em 1902, e diz que, se tivesse que começar novamente, não ficaria distante do que chama de atividade intelectual – “Mas, confesso-lhe, redação de jornal, com plantão até a uma hora da manhã, não me pegava mais”. Diz, ao mesmo tempo, ter ingressado no jornalismo, no *Correio* especificamente, por ter sido um jovem atrevido, “que gostava de dizer inconveniências a políticos”. E volta ao assunto dos plantões, de maneira considerada maliciosa pelo repórter que transcreveu a entrevista – “os plantões eram ruins porque, depois deles, nunca se ia para casa, ficando-se com os colegas, para umas cervejinhas” –, ao mesmo tempo em que diz sobre suas saudades de um “Rio antigo, com a Colombo e a Paschoal”, onde se encontrava com Emilio de Menezes, Olavo Bilac e Guimarães Passos.

O recurso ao tempo de produção e duração da notícia foi também central ao modo como, em geral, foram diferenciadas as atividades jornalística e literária, procurando distinguir essas escritas em um momento em que seus limites estiveram esfumados pelo fato de que muitos

<sup>32</sup> Rio, *Vida vertiginosa* (p.176) *apud* Ribeiro (p.235).

<sup>33</sup> Essa referência a João do Rio aparece, entre outros estudos, em Ribeiro (*op.cit.*) e Medina (1978). Para outras abordagens da produção jornalística e literária de João do Rio, cf. as teses de doutorado, em fase de conclusão, de Tony Hara e Virgínia Camilotti (Pós-graduação em História, IFCH, Unicamp).

<sup>34</sup> Integrante da equipe do *Correio da Manhã* desde 1904. Neste ano de 1957, Bastos Tigre assinava, sob o pseudônimo de Cyrano e Cia., uma coluna sobre o cotidiano da cidade, com algumas incursões políticas, intitulada “Pingos & Respingos”.

ficcionistas obtiveram, do trabalho jornalístico, sua forma regular de sustento. Isso se deu, especialmente, até os anos de que tratamos, já que a profissionalização não acabaria com essa possibilidade, mas a diminuiria. Parece-nos que a separação gradativa entre esses campos de escrita se deu em meio à profissionalização, como dissemos, mas não necessariamente no sentido jurídico, restritivo do campo à atuação de profissionais formados em faculdades de jornalismo. Um outro ponto, correlato em termos cronológicos e de sentido àquele, nos parece ter sido o de que o jornalismo brasileiro, no caso da grande imprensa, foi sendo cada vez mais homogeneizado, ao mesmo tempo em que se acentuou, nele, a divisão do trabalho.

Como lembra Ortiz (1999), foi característico da situação brasileira, por muito tempo, o trânsito entre esferas regidas por lógicas diferentes, como o jornalismo e a literatura. Esta espécie de simbiose teria duas conseqüências, segundo o autor. Uma primeira, positiva, diz respeito à abertura de espaços de criação aproveitados em alguns momentos; uma segunda, negativa, diz respeito ao fato de que, desse modo, os intelectuais, dependentes da lógica comercial e fazendo parte de um sistema empresarial, teriam dificuldade na elaboração da crítica à produção cultural. Cita Machado Neto, dizendo que, no Brasil, “devido à insuficiente institucionalização da esfera literária, temos um caso no qual um órgão voltado para a produção de massa se transforma em instância consagradora da legitimidade da obra literária”<sup>35</sup>.

Foram freqüentes, no período a que nos referimos neste trabalho, discussões que apontavam para a necessidade de distinção entre as duas práticas. Os casos que citaremos adiante parecem inserir-se nos esforços para a legitimação do jornalismo como profissão, e da escrita jornalística como portadora de especificidades que se acentuariam no ritmo do chamado “jornalismo factual” e da aceleração do processo de produção da notícia.

---

<sup>35</sup> Machado Neto (1973), *apud* Ortiz (1999), p. 28. O autor compara essa situação de imbricação entre diferentes atividades (literária, jornalística, governamental-burocrática), no Brasil, a uma situação que seria característica da modernidade na Europa do século XIX, quando diferentes esferas procuraram afirmar-se como legítimas, portadoras de lógicas, possibilidades de existência e intervenção diferenciadas (cita como exemplo a afirmação da Sociologia como ciência). Esta diferença é um dos elementos de que o autor se utiliza para argumentar que, no caso brasileiro, o Modernismo teria ocorrido antes da “modernidade” propriamente dita, o discurso de modernidade se adiantaria em relação a um processo de modernização da sociedade. Para isso, recorre a Roberto Schwartz e seu argumento sobre “as idéias fora do lugar”. Se vemos no trabalho de Ortiz muitas contribuições para se pensar o advento da cultura de massas no Brasil, temos, no entanto, que expressar nossa discordância quanto ao argumento a que acabamos de nos referir. Para nós, os discursos e projetos de modernidade, no Brasil, não se “adiantam” ou têm caráter ornamental; não estão deslocados, mas são constitutivos de modos de refletir sobre o país e a cultura brasileira, são parte constitutiva dos processos de modernização de que fala o autor – não são a sua simulação, mas, sim, alguns de seus modos de expressar-se, algumas de suas facetas, apontando para aspectos da chamada Modernidade para os quais nem sempre os olhares desejam voltar-se.

Em 1960, ao comentar a publicação da primeira edição do livro de Danton Jobim de onde extraímos os trechos antes citados, o jornalista Josué Montello constrói um trajeto de reflexão em que demarca diferenças entre dois produtos impressos: o livro e o jornal. Termina elogiando a publicação, em livro, de textos de Jobim, por tratar-se de reflexão sobre o jornalismo como trabalho diário. Mas, antes, faz questão de denunciar a impossibilidade de confundir as duas práticas, já que uma buscaria a perenidade, enquanto a outra teria como características essenciais efemeridade, brevidade, fugacidade. É assim que contrapõe o jornalista e escritor francês Leon Daudet, que, por ter-se dedicado ao livro como seu principal campo de ação, não é considerado um jornalista “perfeito”, ao já citado Danton Jobim, visto como um “autêntico jornalista”.

Para Montello, “o perfeito jornalista não sai nunca de seu jornal. O que escreve tem de viver o seu instante efêmero. Nada mais. De modo que, ao transpor da gazeta para o livro os seus escritos, está transgredindo com isto uma das peculiaridades normativas do jornal: a transitoriedade”<sup>36</sup>.

Barbosa Lima Sobrinho, em texto no qual discute justamente as semelhanças e diferenciações entre as atividades jornalística e literária, aponta para o fato de terem sido frequentes, até então, as distinções baseadas no tempo de confecção e duração dos produtos delas resultantes, como exemplificam as palavras de Montello<sup>37</sup>. Sobrinho recorreria a outros exemplos, como o dessas palavras de T. S. Eliot:

“há um tipo de espírito, e eu simpatizo muito com ele, que só consegue escrever, ou que só produz seus melhores escritos, sob a pressão de uma ocasião imediata; e é esse tipo de espírito que proponho considerar como o dos jornalistas”<sup>38</sup>.

Em um mesmo sentido, dá destaque às seguintes palavras de Brunetière: “A imprensa é escrava da atualidade”. Dele, diz que tinha severas restrições à atividade jornalística, vendo nela “o prato do dia” – “Tudo o que há de transitório, de passageiro, de efêmero, o que perecerá

<sup>36</sup> Josué Montello, “Areia do tempo: entre o jornal e o livro”. In: *Boletim da Associação Brasileira de Imprensa*, n.98, junho de 1960.

<sup>37</sup> Em alguns casos, as distinções e aproximações entre essas duas escritas parecem atender, até hoje, a linhas de continuidade em relação aos sentidos predominantes nesses textos dos anos 50 e 60. Quando terminávamos a revisão desta tese, uma mensagem divulgando a 11ª Bienal do Livro (Rio, 11 a 25/05/2003) trazia as seguintes palavras: “A discussão sobre a relação entre o jornalismo e a literatura ganha mais um capítulo na entrevista com o professor de Comunicação Social do Centro Universitário de Brasília e doutor em Antropologia pela PUC-SP Gustavo de Castro, organizador do livro *Jornalismo e Literatura: a sedução da palavra* (Escrituras). Para ele, ‘O jornalismo deve aprender com a literatura a capacidade narrativa, assim como a literatura pode aprender com o jornalismo a rapidez e a busca pela objetividade’.” [recebida em 16/05/2003, via Brasalist, originado de [www.traconline.com.br](http://www.traconline.com.br)]

<sup>38</sup> Sobrinho (1958), p.21, não fornece a referência para a citação de Eliot.

amanhã com a ocasião de que nasceu, o elemento móvel ou relativo das coisas” –, enquanto via na literatura a possibilidade de, afastando-se do imediato e do aparente, alcançar o que haveria de mais permanente “para fixá-lo sob o aspecto da eternidade”<sup>39</sup>.

O autor do texto, por sua vez, procura relativizar as imagens citadas, baseadas no tempo (de produção e de duração) dessas duas atividades de escrita. Considerando aquelas caracterizações precárias, já que não levariam em conta a complexidade e variedade da produção jornalística, diz que nesta nem tudo perece com o momento. Nas gazetas, “há estudos, contos, confissões de interesse mais duradouro”, obras de literatura. Os exemplos que fornece, neste caso, são Guy de Maupassant e Machado de Assis. Exemplos que são, por sua vez, muito diversos dos perfis descritos e valorizados para o “novo jornalista” no Brasil dos anos 1950, como veremos nos próximos capítulos.

Um outro fator levantado por Sobrinho, que seria, durante muitos anos na segunda metade do século, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), é o interesse que alguns autores possam despertar no futuro, que justificaria a publicação em livro de textos antes publicados em diários e ligados a acontecimentos presentes. Também aqui o exemplo não coincide com os perfis da profissionalização: cita Rui Barbosa, que teve muitos de seus textos jornalísticos publicados em coletâneas nos mesmos anos 1950 nos quais Barbosa Lima Sobrinho desenvolve este seu argumento.

Ainda segundo o autor, naqueles dias,

“A duração é excepcional tanto para o jornalismo quanto para a própria literatura, sobretudo com o formidável movimento editorial moderno. O tempo, como uma enxurrada, vai arrastando as frágeis realizações dos homens e o êxito perdurável está sujeito a leis misteriosas, como as que presidem os aplausos da atualidade”<sup>40</sup>.

O recurso ao fator tempo para distinguir o jornalismo de outras atividades de escrita ou como marca valorativa de identidade nos permite continuar esta discussão por meio de uma outra comparação, que pode fornecer mais aspectos interessantes sobre o modo como a atividade jornalística foi vista e enunciada por jornalistas nos anos a que nos referimos.

A comparação de que passamos a tratar é entre jornalismo e história, entre jornalistas e historiadores em suas atividades peculiares.

<sup>39</sup> *Idem*, não fornece a referência para a citação de Brunetière.

<sup>40</sup> Sobrinho (*op.cit.*), p.22.

**“O passado, para ele, é o dia de ontem”**

Danton Jobim, em outro ensaio presente na coletânea a que antes nos referimos<sup>41</sup>, adota, de modo geral, o tempo cronológico como principal fator de diferenciação entre jornalismo e história. Enquanto o primeiro teria uma vinculação essencial com o presente, o que leva o jornalista a atribuir-lhe as definições de provisório e inacabado, a história, ao voltar os olhos para o passado, para o *já ocorrido*, teria a possibilidade de construir um retrato mais fiel e objetivo dos fatos.

O texto de Jobim passa por três caracterizações da atividade jornalística, em sua comparação com o que chama de ciência histórica: (1) o jornalismo se moveria dentro dos limites (temporais e de sentido) do presente, “move-se na realidade de hoje”, diz, sendo impossível exigir-lhe “perspectiva histórica”; (2) caracterizar-se-ia, assim, pela provisoriedade e contingência de suas verdades, que não seriam verificáveis por meio dos processos de que se serve o historiador em busca de uma verdade mais exata e duradoura; (3) por outro lado, os jornais seriam instrumentos para o conhecimento da época em que se produziram, registros que contribuiriam muito para o conhecimento de historiadores futuros, uma “enciclopédia cotidiana”, fornecendo um “retrato dinâmico” e oferecendo “a imagem viva e cambiante da nossa existência cultural, política, econômica, bem como de nossos costumes”.

Quanto ao primeiro aspecto, afirma que, para o jornalista, o passado “é o dia de ontem – até menos”, sendo notícia apenas na medida em que circunstâncias presentes o atualizem ou quando a referência ao passado possa funcionar como recurso de autoridade para um argumento sustentado no presente. Ainda assim, diz que esse “passado”, reconhecido como parte legítima do “hoje” das páginas dos jornais, vinha se encurtando cada vez mais:

“O que já não se usa é buscá-lo em tempos recuados. O leitor de hoje já tem mentalidade histórica; sabe que a realidade social e política está sempre em mutação e que um estadista de há mais de cem anos, se vivesse hoje, não poderia falar e agir do mesmo modo por que falava e agia no seu tempo. Por isso o articulista procura exemplos num passado relativamente próximo, em que as condições sociais e políticas coincidem até certo ponto com as atuais. Quanto mais distante se acha o leitor do precedente histórico, menos será influenciado por ele”<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> “Jornalismo e História”, In: Jobim (1992), pp. 25-37. Conferência realizada em 1957 no Instituto de Altos Estudos sobre a América Latina, em Paris.

<sup>42</sup> Jobim (*op. cit.*), p.32.

O segundo aspecto, que diz respeito à contingência das verdades publicadas, é tratado como algo que se transformava na imprensa daqueles anos 1950. Segundo Jobim, os jornais de seu tempo, se comparados aos de décadas antes, eram mais objetivos e rigorosos no tratamento dos fatos cotidianos. O aumento da importância do repórter em relação ao comentarista ou ao editorialista teria contribuído para esse efeito, assim como a louvada influência do modelo norte-americano – no qual, diz, “os fatos são sagrados” –, em contraposição a um suposto “temperamento latino”, resistente às separações entre fatos e opiniões<sup>43</sup>.

Estas observações conduzem à apreciação do autor sobre a importância da utilização do jornal para a escrita da história, que é parte do terceiro aspecto a que nos referimos. Para ele, o jornalismo de seu tempo seria cada vez mais imprescindível para o saber histórico futuro. O jornalista, diz, “faz história” ao noticiar os fatos. Mas, ressalta, “não a escreve, limitando-se a fornecer aos historiadores os fatos concretos – pedra e tijolos que, ligados a materiais de outras origens, vão permitir as grande obras interpretativas”<sup>44</sup>.

Se “buscar a verdade” seria função de ambos, para Jobim esta busca se faria, no caso do historiador, lutando com “as dificuldades opostas pela distância no tempo”, porém munido de métodos; no caso do jornalista, “investigando a olho nu, desarmado, quase, de qualquer outro instrumento que não a sua intuição, beneficiando-se enganosamente do fato de ser ‘testemunha ocular da história’”<sup>45</sup>.

De acordo com essas formulações, a distância no tempo, entre aquele que observa e o “real” observado, significaria a possibilidade de apreciação mais isenta e de produção de uma verdade mais rigorosa e resistente (ao próprio tempo...). No caso do jornalista, no entanto, o envolvimento com o cotidiano e com os eventos que nele se tecem representaria, simultaneamente, sua fraqueza e sua força. Fraqueza, já que a apreensão dos sentidos dos acontecimentos seria bastante restrita, seja pela falta de perspectiva passada das causas, seja pela

---

<sup>43</sup> Para uma visão laudatória do “modelo norte-americano” e da idéia de progresso que o caracteriza, em um estudo sobre o jornalismo no Brasil, cf. Lins da Silva (1991). O autor, responsável pela elaboração de manuais de redação recentes da *Folha de S. Paulo* e um dos jornalistas que estiveram à frente das reformulações daquele jornal durante os anos 1980 (caracterizadas pela informatização e por demissões em massa), assume no livro um tom que nos permitiria caracterizá-lo como uma versão contemporânea, e menos sofisticada, da “tragédia de Nabuco” (*apud* Rouanet, 2000) – “na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo o que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana; (...) na Europa nos falta a pátria, isto é, a fôrma em que cada um de nós foi vazado ao nascer. De um lado do mar, sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país”. Só que, no caso de Carlos Eduardo Lins da Silva, a melancolia eurocêntrica de Nabuco, ironizada por Mário de Andrade, está voltada para os Estados Unidos.

<sup>44</sup> Jobim (*op.cit.*), p.37.

<sup>45</sup> *Idem*, p.33.

falta de uma distância que permitisse ver, no desenrolar futuro do ocorrido, seus sentidos mais profundos. Mas também força, já que é seu envolvimento e absorção pelo ritmo cotidiano dos eventos que permitiria que sua escrita fosse, ela mesma, produto e expressão dos modos de vida e da cultura em que se tecem.

A vinculação entre a distância cronológica e a possibilidade de apreensão fiel do “real” se ancora em uma percepção linear da história, na qual os sentidos do passado se definiriam independentemente das condições constitutivas do olhar que, do presente, para ele se volta. É uma visão, de certo modo, asséptica, que permite visualizar tempos e contextos de sentido separadamente, ao invés de linhas de sentido que, ao que nos parece, pouco respeitam as cronologias e delimitações no interior das quais procuramos limitá-las e controlá-las. Poderia ser uma visão apenas ingênua ou comprometida de Danton Jobim, jornalista e professor de jornalismo, com o objetivo de “explicar”, sem desvalorizar, a atividade que exercia. Essas noções, no entanto, estão presentes também em reflexões elaboradas no campo da história.

Alguns dos historiadores ligados ao *Institut d’Histoire de Temp Présent*, criado em Paris no final dos anos 1970, por exemplo, dedicaram-se também a comparações entre o jornalismo e a história, a partir de sua preocupação de delimitar um campo para a chamada história do presente<sup>46</sup>. É nesse sentido que Agnès Chaveau e Philippe Tétard distinguem entre a “história do presente” e a “história imediata”. A primeira seria parte legítima do campo da história, enquanto a segunda seria um gênero híbrido resultante da pressão jornalística e da demanda social por explicações a partir, principalmente, da segunda metade dos anos 1950 (as razões alegadas para essa cronologia já são familiares aos leitores desta tese: introdução de novas técnicas e tecnologias na imprensa, acelerando o tempo de produção da notícia e da escrita voltada para os fatos cotidianos).

A história imediata, seja ela produzida pelo historiador ou pelo jornalista, estaria fadada à escassez de rigor científico, já que, como em Jobim, o grau de verdade dos relatos parece medir-se, nesses autores, pela distância cronológica entre observador e objeto de observação. Segundo Chaveau e Tétard, ainda que o observador lance mão do método e do rigor característicos do melhor trabalho de história, o fato de seu tempo de vida coincidir com o dos acontecimentos que relata reduziria sua possibilidade de apreciação isenta. Assim, comentando um dos estudos de Marc Bloch (*L'étrange défaite*, de 1939), observam que, nele, o autor não deixa de ser historiador

---

<sup>46</sup> Para a produção recente do Instituto, cf. <http://www.ihtp.cnrs.fr> [acesso em abril de 2003].

e “observador perspicaz” ao voltar-se para o imediato, mas o fato de que seja, igualmente, *testemunha e ator* imprimiria ao estudo, “apesar da clarividência de suas análises”, esperanças e inquietações “de seu tempo, sobretudo porque não está instruído pelo futuro”<sup>47</sup>.

A “história do presente”<sup>48</sup>, por outro lado, poderia atender a essa exigência de *futuro* (isto é, de perspectiva histórica e distanciamento). Repetimos, então, que a equação essencial à diferenciação entre jornalismo e história não difere daquela apresentada pela reflexão do jornalista Danton Jobim: distância no tempo = perspectiva histórica = possibilidade de produção de verdades. Aos cronistas e jornalistas, destituídos da perspectiva e do distanciamento necessários para transformar o “testemunho”/envolvimento em análise histórica, restaria trabalhar com a trama factual que compõe o instante presente, o imediato. É como se, com setas invertidas, a afirmação se repetisse em relação ao jornalismo: “o passado, para ele, é o dia de ontem”.

Serge Bernstein e Pierre Milza, historiadores ligados também ao *Institut d’Histoire de Temp Présent*, afirmariam:

“O jornalista (o bom jornalista) esforça-se para reconstituir e explicar a seu leitor a trama dos eventos quotidianos que o assaltam e faz trabalho útil de informação. O historiador tenta restituir a evolução na duração que permite compreender porque processo chegou-se à situação presente: ele se dedica a descrever as estruturas cujas transformações dão conta da emergência factual de fenômenos cuja gênese se situa sempre a médio ou longo prazo”<sup>49</sup>.

No cotidiano do trabalho jornalístico (ou, quem sabe, de qualquer vivência excluída do campo da ciência), o trabalho possível seria o da *informação*. A *interpretação* válida dos fenômenos ficaria restrita aos portadores de métodos adequados, recursos e estratégias para a produção de narrativas mais factíveis e confiáveis.

Perguntamos-nos se não estão, aí, o avesso e o direito de uma mesma concepção de verdade, e de história.

De um lado, o jornalismo procura legitimar seu *dizer* por meio da idéia de que a quase-simultaneidade entre o *olhar* e o *ocorrido* produz verdade. A informação seria necessária às sociedades contemporâneas também nesse sentido. E os recursos e métodos seriam, nada mais nada menos, que as tecnologias de “aceleração” do tempo de produção e circulação da notícia.

<sup>47</sup> Chaveau e Tétard (1999), p.25.

<sup>48</sup> Para esses autores, o marco inaugural do presente seria 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial.

<sup>49</sup> Bernstein e Milza, *apud* Chaveau e Tétard (*op.cit.*), p. 127.

De outro lado, uma certa percepção da história, exemplificada por meio dos historiadores franceses citados há pouco, procura legitimar seu *dizer* por meio da idéia de que o distanciamento entre o *olhar* e o *ocorrido* (ainda que reduzido, no caso da história do presente) produz verdade. A *interpretação na duração* possibilitaria destrinchar, desenrolar os novelos de sentidos constituídos pelos fatos cotidianos.

No primeiro caso, um paralelo entre a “aceleração” permitida pela tecnologia e uma suposta possibilidade de *fixação do instante* constituiria a razão de ser da comunicação como informação. No segundo caso, a imagem é outra: como se o foco da lente fosse ampliado a ponto de explicitar a defasagem entre o instante e o sentido, entre o presente e o passado – em uma visão quase asséptica, mais uma vez, como indicamos em Jobim.

É possível que nenhum dos campos discursivos constituídos por essas percepções se afaste da noção benjaminiana de “comunicação como informação”. Ambos parecem negar o emaranhado de sentidos que ultrapassa a percepção cronológica do tempo, assim como parecem negar a potência do instante – o “novo” como a possibilidade de deslocamento e desestruturação do que se supõe, em um dado momento, ser a seqüência da história. Estaríamos, assim, em um mesmo campo. Nele, para o jornalista, “o passado é o dia de ontem, talvez menos que isso”, enquanto, para o historiador, o potencial político e transformador do presente tende a neutralizar-se devido à vinculação vista como necessária entre distanciamento e interpretação.

### ***Retrato dinâmico?***

Diante dessas percepções, o dinamismo associado às transformações tecnológicas e à suposta aceleração do tempo fica atado ao paradoxo contido na expressão destacada, que une *retrato e movimento*.

As seguintes palavras de Danton Jobim parecem trabalhar justamente no campo em que se constitui esse paradoxo: “todo o universo em um retrato dinâmico, em incessante mudança, eis o que essas enciclopédias cotidianas parecem querer aprisionar em suas páginas”<sup>50</sup>. Do mesmo modo, algumas palavras citadas por Barbosa Lima Sobrinho, antes neste capítulo, explicitam o paradoxo ao atribuir aos tempos modernos, com seus recursos técnicos, a possibilidade de uma

---

<sup>50</sup> Jobim (*op.cit.*), p.29.

maior perenidade para o jornalismo e a literatura, enquanto os admite frágeis ao considerá-los sujeitos à “enxurrada do tempo” e aos “aplausos da atualidade”.

Em um texto publicado em um *Boletim da ABI* do mesmo período, produzido em circunstâncias bastante diferentes daquelas do texto de Jobim (que foi, lembramos, uma palestra feita pelo jornalista em uma universidade francesa) ou do de Sobrinho (um debate na Associação Brasileira de Letras), podemos encontrar imagens semelhantes. O *Boletim*, após uma breve introdução, reproduz a sentença na qual o juiz Eliezer Rosa absolveu dois jornalistas acusados de causar danos morais aos envolvidos em um flagrante de adultério por eles noticiado. No texto introdutório, anuncia-se que, em seu julgamento, o juiz teria examinado acima de tudo “o papel da imprensa na vida moderna e os limites da liberdade de informar e criticar”.

De acordo com a sentença, os malefícios causados aos envolvidos e seus familiares pela exposição de seus nomes, assim como o recurso a um “lar desmoronado” para a reportagem que se oferece à leitura popular e procura cativá-la com traços e cores fortes, não poderiam ser considerados senão à luz da importância da imprensa para a sociedade. Mais do que isso, o tom da reportagem seria aquele por “exigência da própria vida, por imposição da própria existência da imprensa, sem a qual a sociedade mesma não pode subsistir”.

Para o juiz Rosa, em sua sentença de 1958, a imprensa é “o teatro das ruas. E somos todos nós os personagens e os espectadores. Hoje lemos. Amanhã somos lidos. Somos o próprio material das peças, na montagem vertiginosa de cada ato, de cada cena, caleidoscópio volubilíssimo da vida”<sup>51</sup>.

A visão de que o tempo corre, constantemente, vertiginosamente, é que parece conduzir à afirmação de que os “flagrantes” cotidianos, realizados pela atividade jornalística, sejam tão imprescindíveis. Podemos, baseados nas mesmas imagens, arriscar esta avaliação: a de que estão fundadas em um susto/êxtase, envoltas em uma vertigem que torna tão importante a valorização de quadros de fixação *do que é o dia, o que é o hoje* – ainda que se saiba, pela própria vertigem, da fragilidade desta fixação. O tempo da e na modernidade não permitiria paradas mais longas que aquelas, já que os sentidos fixados amanheceriam, sempre, condenados à defasagem. Ao olhar do historiador, voltando à afirmação de Jobim, seria permitida uma outra percepção – visualização da longa duração, de causas e conseqüências –, porém, envolto também na percepção vertiginosa do tempo, a este não restaria outra possibilidade senão valorizar os

<sup>51</sup> “Sem imprensa livre a sociedade não viverá”. *Boletim da ABI*, n.69, janeiro de 1958.

flagrantes instantâneos e frágeis para apreender aspectos da vivência móvel e instável da cultura contemporânea, tomando os jornais como fontes.

O manual de Fraser Bond dizia algo semelhante, em palavras atribuídas ao então gerente do jornal *New York Times*, Louis Wiley:

“O secretário do jornal publica a versão mais digna de crédito que pode obter de um acontecimento, levando em conta que as máquinas precisam rodar numa determinada hora, e que as testemunhas que dão aos repórteres o relato dos fatos são humanas, afinal de contas. Se o jornal tivesse que esperar até confirmar todos os detalhes, talvez o mundo ainda ignorasse acontecimentos históricos de séculos passados, sobre os quais os historiadores ainda não concordaram totalmente”<sup>52</sup>.

Acentuando que o “milagre das comunicações” em seu tempo teria possibilitado a coincidência entre a divulgação da notícia e o acontecimento, Bond proporia ainda essas caracterizações, atribuídas a Edmund Burke: “Na verdade – diz – o jornal é uma fonte de valor real, não somente como material para futuros historiadores, mas como um prontuário vivo da natureza humana, no presente. Leva-nos por toda parte. Conta-nos tudo”<sup>53</sup>.

Toda essa mobilidade, essa dinâmica extenuante que seria característica do moderno, parece-nos esvaziada em seu potencial de novidade pela própria idéia de que é preciso *dizê-la* por meio da *informação*. Isto é, a valorização de cada fragmento de cotidiano como novidade que *deve ser dita*, constituindo assim uma suposta dependência em relação ao discurso “informativo” por excelência, o do jornalismo, teria como um de seus efeitos o esvaziamento e planificação do tempo, característicos do capitalismo industrial.

Repetimos a imagem antes invocada, da fábrica trepidante de notícias, que, a nosso ver, foi característica dos sentidos assumidos pelas transformações na imprensa, no Brasil, a partir dos anos 1950. Nela, a repetição em ritmo acelerado dos movimentos (no caso, do olhar que transforma, cotidianamente, os “fatos” em relatos e, esses, em *news*) não remete à repetição característica da concepção de narrativa de Benjamin, que se vincula, diferentemente, à possibilidade de que o dizer se marque pela experiência daquele que diz. Para seguir com as imagens de Benjamin acerca da modernidade, essa dinâmica de aceleração e repetição poderia ser, sim, aquela presente na tempestade do progresso, de que fala o filósofo na conhecida imagem do anjo que tem os olhos fixados nas ruínas que se acumulam no passado, enquanto suas asas

---

<sup>52</sup> Bond (1959), p.5

<sup>53</sup> Bond (*op. cit.*), p.112.

estão presas pelo vento que sopra, impelindo-o, ininterruptamente, na direção do futuro. Acumulam-se as ruínas, mas o tempo da modernidade não permitiria paradas mais longas também nesse sentido: o de observá-las, cuidar dos feridos, recolher os mortos.

Esse sopro, e a impossibilidade de “parar”, estariam presentes, em nossa opinião, também na imposição do tempo acelerado da técnica à comunicação, às formas predominantes do dizer nas sociedades contemporâneas, aproximando a tese de Benjamin sobre o anjo do progresso à discussão presente em *O Narrador*.

Quando o passado é o dia de ontem, ou o presente é descartado em nome do não-envolvimento e da contingência, como mobilizar o estranhamento tão característico às interpretações que podem carregar, em si, o potencial de deslocar e instaurar, quem sabe, um “novo” que nada tem a ver com a valorização moderna da novidade, presente no jornalismo<sup>54</sup>?

Nessa direção, parece-nos coincidir o acúmulo acelerado das *news*, o modelo de “desenvolvimento” à Kubitschek e a exclusão característica do processo de “modernização” da sociedade brasileira, cuja cronologia remete aos anos 1950. Talvez tenha sido também nesse sentido, mais amplo do que a referência aos padrões assumidos pelo texto jornalístico, que predominaram as opções pelo chamado modelo norte-americano. As páginas dos jornais e revistas, assim como as transformações técnicas que sofreram desde aqueles anos, poderiam ser consideradas um espelho, não do “desenvolvimento” e da “modernização” do país, tal como procuram afirmar as histórias e memórias oficiais das empresas de comunicação, mas da convivência de que fala Benjamin entre o moderno e suas ruínas – sem paradas mais longas<sup>55</sup>.

---

<sup>54</sup> A novidade potencial (elidida no modelo de produção da notícia de que tratamos aqui) corresponde, na discussão que fazemos, à reflexão de Benjamin sobre a “interrupção da ação” no teatro de Brecht. O autor dá destaque ao efeito da montagem brechtiana de interromper o contexto no qual é montada, permitindo “tratar os elementos da realidade no sentido de um ordenamento experimental” – a interrupção “imobiliza os acontecimentos e com isso obriga o espectador a tomar uma posição quanto à ação, e o ator, a tomar uma posição quanto ao seu papel”. O teatro de Brecht é, assim, considerado como gênero épico, na medida em que potencializa o estranhamento, mesmo em relação às cenas mais habituais da vida contemporânea (“O autor como produtor”, em Benjamin, 1985, pp. 132-133).

<sup>55</sup> Ainda que de um ponto de vista apenas factual, indicamos a convivência curiosa nas páginas de revistas ilustradas, como *Manchete* e *O Cruzeiro*, entre as imagens de Vargas morto (uma delas reproduz o rosto do então presidente pouco depois do suicídio, com uma faixa segurando o maxilar e um fio de sangue a escorrer-lhe do canto da boca), lado a lado com aquelas das multidões chorando sua morte pelas ruas do Rio e de outras capitais, e as imagens do pavilhão comemorativo do IV centenário de São Paulo, em que o Brasil aparece como as torres das indústrias, com *closes* valorizando a fumaça (que ainda não se chamava poluição nas páginas das revistas) e os carros, os grandes viadutos e a iluminação noturna. É exemplar nesse sentido a revista *O Cruzeiro* de 04/09/1954. Um ano depois, outra convivência curiosa. As multidões voltam às ruas do Rio para acompanhar o corpo de Carmem Miranda no trajeto para o cemitério – lado a lado com o noticiário que demarcava que se passara um ano desde a morte de Vargas, e relatava, cheio de ausências, as articulações golpistas da UDN (assim entendidas pela *Manchete*, mas descritas em termos de oposição política por *O Cruzeiro*), lideradas por Carlos Lacerda e Aliomar Baleeiro, com o objetivo de obstruir a candidatura e eleição provável de Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Convivência tênue também entre o “dourado” dos anos 50 e o “cinza-chumbo” do autoritarismo característico do pós-64, assim como nos parecem tênues os limites entre a democracia política do período 1945-64 e as ditaduras que o ladearam, como indicaremos na Parte 2, em que predomina o debate sobre a noção de democracia.

Essa trama do moderno com suas ruínas (e da democracia com seus limites e sentenças de morte), no interior do modelo de desenvolvimento capitalista que foi sendo afirmado no país, se teceu também nas páginas dos jornais, e nas interpretações sobre a história da imprensa no país, tal como foram feitas pelos próprios jornalistas.

Diversas exclusões marcaram esse processo. No campo específico do jornalismo, uma delas talvez tenha se dado por meio do enrijecimento das normas estabelecidas pelas empresas, em busca de um disciplinamento maior do *olhar* e do *dizer* dos jornalistas que compuseram a massa das redações no período. É dessa exclusão, do *jornalista como autor*, que falaremos um pouco no próximo capítulo.

## **Capítulo 3**

**Disciplinas da escrita e do olhar:  
concepções do autor-jornalista nos anos 1940-1960**

No final dos anos 1940 e início dos 1950, começou a tomar corpo, entre os jornais brasileiros, a prática de editar manuais ou conjuntos de regras, visando a normatização do trabalho jornalístico. Foram editados, nessa época, os primeiros manuais ou normas explícitas para a redação e publicação de textos nos grandes jornais, contendo regras que ultrapassavam aspectos formais, procurando organizar e disciplinar o trabalho nas redações. Com isso, não queremos dizer que esse trabalho se realizasse, antes, sem normas ou hierarquias. Foi nesse momento, no entanto, coincidente com a ampliação das empresas, com uma divisão maior das funções e com o surgimento das primeiras escolas de jornalismo, que houve uma maior explicitação dessas normas, inspiradas no estilo norte-americano de jornalismo, que se firmou como modelo para o brasileiro pelo menos desde os anos 1920.

A valorização da técnica, unida ao ideário da isenção, foi um dos componentes principais da projeção do *jornalista como autor*, presente entre as fontes pesquisadas. Fez parte dessa projeção a percepção positiva da *disciplina* como parte integrante da profissionalização que, por sua vez, seria um dos sinais, no campo jornalístico, do país que se desenvolvia e modernizava. Trata-se, nesse caso, de uma relação mais ou menos explícita entre disciplina, produtividade e ordem, no campo do jornalismo.

Michelle Perrot, tratando das mudanças que se deram com as revoluções industriais, na França dos séculos XVIII e XIX, faz uma reflexão que indica alguns caminhos importantes para nossa análise. Ao discorrer sobre as normas estabelecidas então para o disciplinamento dos trabalhadores nas fábricas, isto é, para a constituição de sujeitos adequados à *nova racionalidade* peculiar à sociedade capitalista industrial de que fizeram parte as transformações no processo do trabalho, com a mecanização das fábricas, a autora se refere à dinâmica mais ampla por meio da qual o capitalismo procurou criar “corpos dóceis”, que atendessem a ritmos ditados pela produtividade<sup>1</sup>.

Perrot não deixaria, no entanto, de observar que o sistema disciplinar, por mais efetivo que seja, nunca se realiza plenamente. Os esforços disciplinares corresponderiam, acima de tudo, a conteúdos programáticos ou projetos, definidos pelo olhar e pelos interesses dos patrões, dos possuidores dos meios de produção, existindo, portanto, em relação dialética com as resistências e formas assumidas pelo cotidiano dos trabalhadores.

---

<sup>1</sup> “As três eras da revolução industrial na França”, em Perrot (1992).

Referimo-nos às análises da historiadora francesa por considerarmos que estabelecem um olhar interessante para esse jogo entre a norma e o cotidiano de trabalho, sem inseri-lo em uma suposta oposição entre a *letra* e o *fato*, que negamos neste trabalho, seja nesse momento em que trabalhamos com a questão da autoria no jornalismo dos anos 1950, seja nas discussões a respeito do conceito de democracia, na qual ficarão explícitas diversas tensões que consideramos constitutivas do pensamento liberal. Assim, no caso do jornalismo, se as normas explicitadas não coincidem, necessariamente ou totalmente, com o trabalho realizado durante o período, não podem, no entanto, ser pensadas como elementos exteriores ou contraditórios em relação ao cotidiano do trabalho jornalístico, mas como um dos elementos constitutivos dessa atividade no período de que tratamos. As ambigüidades de que trataremos lhe foram constitutivas.

Maria Helena Capelato e Carlos Guilherme Mota, em seu estudo sobre a empresa Folha da Manhã, ao qual nos referimos antes, no Capítulo 1, tratam desses esforços disciplinadores naquela empresa e nos jornais à ela pertencentes. Eles teriam se iniciado quando José Nabantino Ramos assumiu os jornais *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*, dirigindo-os por cerca de dezoito anos (de 1945 a 1962). A racionalidade empresarial capitalista, predominante, segundo os autores, no Brasil daqueles anos, teria dado a direção à reestruturação da empresa, diminuindo o grau de improvisação que teria sido característico da atividade jornalística até aquele momento. Não existem referências, feitas por Nabantino ou por Capelato e Mota, a uma diminuição do grau de autonomia: os pólos, nesses autores, são, de um lado, improvisação, e, de outro, racionalidade, sem um questionamento do que possa significar essa racionalidade na esfera do trabalho, vinculada a concepções valorativas do progresso técnico.

Consideramos significativas algumas palavras de Nabantino referentes à adoção de normas de trabalho e redação durante o período em que esteve à frente das *Folhas*:

“Um tal poder, assim extenso e grave, não deveria funcionar à mercê da negligência ou do zelo, da cupidez ou do despreendimento, do ódio ou da amizade de nenhum jornalista”;

“Procedendo eu da advocacia, que se desenvolve sob a disciplina de normas, sentia, como diretor de jornal, a falta de regras, tanto para o trabalho diário, como para reger as relações do periódico com o meio em que atuava”<sup>2</sup>.

No prefácio ao *Dicionário Enciclopédico* de jornalismo que organizou e publicou em 1970, Nabantino falava das “Normas de Trabalho para a divisão de redação”, de 1959, como

---

<sup>2</sup> Capelato e Mota (1980), p.99 e 100.

resultantes da associação entre prática e teoria (ressaltava suas reuniões constantes com jornalistas que chefiavam seções dos jornais por ele comandados) e da leitura de manuais elaborados por jornais norte-americanos (os chamados *style books*, bastante citados). Nabantino avalia que “a elaboração das *Folhas*, e mais tarde da *Folha de S. Paulo*, ganhou em eficiência e segurança, à proporção que era disciplinada por Normas de Trabalho escritas”, complementadas pela “Carta de Princípios” que foi, em sua definição, “o caminho que escolhíamos, como jornalistas, para estimular o progresso político, econômico, social e moral do povo brasileiro”<sup>3</sup>.

No verbete “Normas de Trabalho” do *Dicionário*, Nabantino explicaria a ampliação da rigidez normativa e da padronização nas redações dos jornais que comandava da seguinte forma:

“O pequeno jornal, que é feito por poucas pessoas, situadas em uma ou poucas salas, não precisa de Normas de Trabalho. O dono é a lei e sua presença basta para orientar o serviço da Redação, quando ele queira que seja feito dentro de certo padrão.

Mas isso não acontece com o grande jornal, feito por muita gente. Ou se faz trabalho contraditório, incoerente e até mesmo anárquico, para o que não se precisa de Normas, ou se quer trabalho coerente, coordenado, dentro de determinada orientação, e para isso elas se tornam imprescindíveis. As Normas são para um jornal o que o Código de Processo é para a Justiça. (...)

A imprensa adulta também opera dentro de Normas, em todas as etapas de seu trabalho. As atribuições de cada chefe estão escritas. A maneira de escrever, de usar certas palavras, está disciplinada. O que se deve e o que não se deve publicar, também está previsto”<sup>4</sup>.

Estas considerações de Nabantino constituem a percepção de jornalismo que, mais tarde, teria sua versão mais acabada no “modelo *Folha*” de jornalismo, implementado no início dos anos 1980 e que influenciou muitas das reformas gráficas e de texto dos grandes jornais a partir de então. Parece-nos que, neste caso, como em outros aspectos aos quais nos referimos neste trabalho, as percepções dos anos 1950 foram determinantes do modelo de jornalismo que pode ser considerado vencedor na segunda metade do século XX, acentuado pelo alcance cada vez maior dos noticiários televisivos, que acabaram impondo um novo ritmo ao jornalismo impresso (por meio da idéia de que o jornalismo se aproximava cada vez mais do “tempo real” e de níveis mínimos de “interferência” entre o ocorrido e o noticiado).

Uma curiosidade, no que se refere à relação entre as visões explicitadas por Nabantino e o chamado “modelo *Folha*”, é que, durante o levantamento dos documentos para a discussão presente neste capítulo, consultamos o serviço de arquivo e documentação da *Folha de S. Paulo*

<sup>3</sup> Ramos (1970), p.14.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 171, verbete “Normas de Trabalho”.

em busca de cópias das “Normas de Trabalho”, de 1959, e do “Programa de Ação das Folhas”, de 1948. Fomos informados, então, que o jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva os havia retirado, junto a outros documentos, para a elaboração de uma nova edição (de 2001) do “Manual de Redação” da *Folha de S. Paulo*. As linhas de sentido que unem os projetos disciplinadores explicitados por Nabantino ao jornalismo brasileiro dos nossos dias ultrapassam, obviamente, a ligação entre Lins da Silva e as projeções de Nabantino, entre os manuais atuais da *Folha* e aqueles documentos. O exemplo de Lins da Silva nos parece significativo, no entanto, por tratar-se de um jornalista em cujos argumentos a opção por um modelo (o norte-americano) e a adoção de certos procedimentos (para o aumento da “qualidade” e “produtividade” no trabalho jornalístico) estão dissimuladas sob uma idéia de modernização que representaria o acesso progressivo e quase natural a níveis “técnicos” desejados<sup>5</sup>.

### *O disciplinamento e a função-autor*

Fez parte dessa concepção disciplinar uma certa concepção do jornalista como autor, ou da “função-autor” no jornalismo. Para estabelecermos um paralelo com a discussão feita por Michelle Perrot, que destaca, nas regras impostas para o trabalho nas fábricas, esforços para a constituição de sujeitos adequados ao trabalho nas sociedades industriais (no qual heteronomia e alienação são termos-chave da perspectiva da afirmação e ampliação do capital), nas regras elaboradas para o trabalho jornalístico no Brasil estiveram presentes esforços para a constituição de “autores” adequados ao modelo de trabalho jornalístico que se afirmava (e que nos parece ter sido marcado por uma diminuição dos níveis, sempre limitados, da autonomia daquele que escreve, considerando-se, especialmente, os operários da notícia).

A noção de autoria, tal como a concebemos, inspirados em estudos que se voltam para a posição enunciativa do sujeito na linguagem<sup>6</sup>, modifica-se de acordo com as peculiaridades históricas e sociais que envolvem a produção dos enunciados. Tem matizes diferentes de acordo com o gênero textual no qual e para o qual constituem-se, de maneira mais ou menos estável, autores. Varia, ainda, na medida em que são também variáveis os efeitos buscados pelos textos e

<sup>5</sup> Cf. Lins da Silva (1991).

<sup>6</sup> Referimo-nos especialmente a Bakhtin (1997), Corrêa (1994), Geraldi (1997), Foucault (1992; 1996), Possenti (1994).

pelos diferentes gêneros discursivos, assim como são móveis e significativas as formas neles assumidas pela relação entre autor e destinatário.

Desse ponto de vista, a constituição do autor em um campo discursivo determinado investe-se de sentidos tanto quanto o conteúdo das mensagens que se compõem e circulam nesse mesmo campo. Na concepção de Michel Foucault, as modificações na configuração do autor podem ser uma chave importante para acessar, se não a expressividade dos textos e seus conteúdos, as modalidades de sua existência e a maneira como se articulam sobre relações sociais (modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação dos discursos). Parece-nos, assim, importante refletir sobre o modo como a função-autor apareceu enunciada nos textos pesquisados.

É desse modo, como função, que Foucault define a autoria em um ensaio no qual se propõe a mapear e discutir alguns procedimentos pelos quais se materializam, cotidianamente, os discursos nas sociedades modernas (vistas como sociedades disciplinares)<sup>7</sup>.

A função-autor, diz, “é característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior da sociedade”<sup>8</sup>. Existem, e existiram, domínios nos quais a produção dos discursos se faz sem a necessidade da atribuição daquilo que se diz a um autor; são as conversas cotidianas, os decretos ou contratos que precisam de signatários, mas não de autores, entre outras modalidades citadas por Foucault. Mas há campos nos quais a atribuição a um autor é usual e, em certo sentido, necessária. Neste caso, Foucault cita a literatura, a filosofia, a ciência. Poderíamos, assim, propor a seguinte questão: existe no jornalismo, e referimo-nos aqui às designações dos anos 1940-60, a necessidade de atribuição do texto a um autor? De que modo ela se deu então, quais foram suas características, a que efeitos esteve vinculada?

---

<sup>7</sup> Foucault (1996). A função autor está, segundo o filósofo, entre aquelas que constituem os procedimentos internos de controle das aparições dos discursos; entre as funções que, “de dentro”, procuram dominar o acaso que constitui estas aparições. As outras funções que se somam a ela, como parte desses procedimentos, são aquelas chamadas de disciplina e de comentário. As formas de autoria seriam, assim, princípios de agrupamento do discurso, mais do que a unidade subjetiva designada como “eu” nos enunciados. Nessa concepção, o indivíduo que se propõe a escrever o texto retoma e mobiliza a função do autor, “tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica” (p.29).

<sup>8</sup> Foucault (1992), p.46. Historicamente, essa função ganharia relevância como um modo de apropriação, que surgiu na medida em que o autor passou a se constituir como figura jurídica, passível de punição, o que teria se dado, segundo Foucault, na passagem do século XVIII para o XIX. Encontramos, no entanto, uma concepção semelhante no panfleto escrito por John Milton no século XVII – *Areopagítica*, de 1644 –, direcionado ao parlamento inglês, no qual a defesa da liberdade de imprensa (sem censura prévia) se vinculava à atribuição de responsabilidade ao autor, segundo limites morais, éticos e políticos considerados legítimos (Milton, 1999).

*Pense que não exerce apenas uma função, mas uma missão...*

Há sempre, no jornalismo, no mínimo dois níveis de autoria: o empresarial/institucional e o dos repórteres/redatores que produzem as notícias. Este segundo nível pode estar, em sua diversidade, em maior ou menor sintonia com o primeiro, que se sobrepõe, em termos de poder e controle, ao segundo (embora a atividade cotidiana de produção do sentido por meio da reportagem e da escrita esteja nas mãos do segundo). As normas elaboradas pelos grandes jornais podem ser, assim, consideradas como uma das maneiras de controlar a produção, de atar o segundo nível ao primeiro, reduzindo e homogeneizando o espaço de afirmação dos repórteres e redatores no interior do trabalho de produção da notícia.

O conjunto de normas editado pela *Tribuna da Imprensa*<sup>9</sup>, jornal que pertenceu a Carlos Lacerda, dispunha de orientações como escrever à máquina, numerar as folhas de acordo com os padrões apontados, deixar margens, assinar o nome do redator logo após a “retranca” (palavras-chave que indicam o assunto da matéria), até outras, que podem ser consideradas como pertencentes a domínios diferentes – ou como referentes a outros aspectos do exercício de disciplinamento de textos e autores, do noticiário e do jornalista, que, acreditamos, esteve intimamente vinculado à ênfase organizativa e modernizadora das empresas jornalísticas no período, que não excluiu os esforços de orientação ideológica, para dentro (no regramento do que se produz no interior do espaço institucional do jornal) e para fora (nos efeitos de credibilidade e convencimento que se deseja imprimir à leitura).

Nas normas da *Tribuna*, alguns itens seguem a designação *Intelectuais*, outros seguem a designação *Morais*. Entre os primeiros estão

“Escreva com naturalidade a notícia, com boa gramática, sem afetação nem pompa”;

“Nunca use duas palavras se pode usar uma”;

“Forme frases curtas”;

“Evite usar palavras difíceis”.

---

<sup>9</sup> “Tribuna da Imprensa – Normas da Redação” [ACL – UnB].

Está também este outro item, que consideramos bastante peculiar ao período: “Se tem vontade de comentar, escreva um tópico<sup>10</sup>. O leitor tem o direito de julgar por conta própria. Dê-lhe, isto sim, todos os elementos necessários à formação do julgamento (ou da informação)”.

Entre os *Morais* estão, por sua vez, os seguintes:

“Pense que não exerce apenas uma função, mas uma missão. Sua função é informar-se. Sua missão, informar”;

“Seja jornalista todo o tempo – ou nunca será jornalista”;

“Quem vê no jornal apenas um emprego deve empregar-se na Prefeitura”;

“Quando tiver de prejudicar alguém no interesse público, pense duas vezes. Quando tiver de favorecer alguém, em particular, pense duas vezes. Quando tiver de prejudicar o interesse público, nem precisa pensar: rasgue o que escreveu”;

“O seu melhor crítico é o editor imediatamente responsável pelo seu trabalho”;

“Não faça gastar tempo e dinheiro com originais mal escritos, mal revistos, desordenados”.

Algumas outras instruções, referentes a questões específicas de redação, estabelecem como norma o que depois seria comumente chamado de *lead*, aqui ainda nomeado “guia”<sup>11</sup>, assim como a pirâmide invertida (as informações principais, “objetivas” digamos, precedendo o desenvolvimento da notícia). Mas, além delas, existem algumas como a que reproduzimos abaixo, em seu estilo peculiar:

“Chame de mulher do sr. Fulano a mulher do sr. Fulano, e não a esposa. A mãe é mãe e não genitora. Quem volta não regressa. Doença não é enfermidade. Não use expressões como ‘segundo informou o mesmo’ ou ‘disse que o mesmo estava’. Abraço não é amplexo. Deitado de costas não é decúbito dorsal. Evite o pernosticismo de expressões do jargão profissional salvo aquelas já correntes na linguagem. Não castigue o estilo. Escreva enxuto como Graciliano e ameno como Eça. Leia os bons autores: mas não os imite ao escrever uma notícia, salvo se for intencional a imitação, para determinado efeito”.

Chama-nos a atenção o fato de que, entremeada a regras apresentadas como de redação, esteja presente uma observação como esta, “O horário legal é de 5 horas. Mas só se é jornalista 24 horas por dia”, assim como a afirmação indicada antes, que descreve a função do jornalista como missão.

<sup>10</sup> Era freqüente a referência aos artigos assinados como “tópicos”, nomeando-se os editoriais, na mesma época, como “artigos de fundo”.

<sup>11</sup> Nos manuais de orientação para a redação jornalística, é comum encontrar-se, até os nossos dias, a indicação que começou a aparecer, no Brasil, nos anos 1940: o texto deveria iniciar-se por um *lead* composto de respostas às seguintes questões: quem?, o que?, onde?, quando?, por que?, como?. Em orientações aos funcionários da Agência Meridional de Notícias, o autor/compilador das normas explica o termo *lead* da seguinte forma: “*Lead* é uma espécie de nariz de cera, mas que, em vez de conter introito [sic] inexpressivo, como se verifica em nosso jornalismo, contém, ao contrário, em resumo, os principais itens da notícia, que em seguida são desenvolvidos no corpo da mesma” [Regulamento da sucursal de Belo Horizonte – Agência Meridional, s/d, p.1. ACL – UnB].

Estamos diante de transformações que carregaram, segundo acreditamos, suas ambigüidades no que se refere à atribuição de limites ao jornalista como autor. Ao mesmo tempo em que foram sendo fixadas normas cada vez mais rígidas para o olhar e a escrita, nelas estiveram presentes as idéias de missão e vocação, que demarcam uma tensão entre o viés técnico e o viés liberal tradicional na caracterização da própria atividade jornalística.

A figura do “jornalista 24 horas” parece ser, por um lado, complementar aos efeitos buscados pela normatização, no sentido de que está em jogo, nela, uma sobreposição “produtiva” da atividade de trabalho a outras atividades que compõem o cotidiano do trabalhador (o “jornalista 24 horas” receberia, muitas vezes, pelas 5 horas regulamentares, como atestam muitas das reivindicações feitas por sindicatos de jornalistas e por documentos reivindicatórios aprovados por congressos de jornalistas na época). Por outro lado, as idéias de vocação e missão, também presentes, podem remeter à definição do *periodista* peculiar ao liberalismo nos séculos XVIII e XIX, na qual coincidem *sujeito de escrita* e *sujeito de opinião*, pressupondo, portanto, níveis maiores de autonomia e racionalidade para o autor e, em alguns casos, a sobreposição ou indefinição dos limites existentes entre os dois níveis de autoria de que falávamos (conferindo, assim, um estatuto ampliado para o segundo nível de autoria, o do repórter/redator, em uma concepção do jornalista como autor que não corresponde às hierarquias e à divisão do trabalho presentes nas empresas jornalísticas)<sup>12</sup>.

Fizeram parte de um mesmo conjunto de formulações a noção do *jornalismo como vocação* e uma outra, que poderia até mesmo ser tomada como excludente ou oposta àquela, que afirmava que o jornalista caminhava – e a percepção é em geral evolutiva – para o estatuto de profissional e técnico. Estamos diante de um emaranhado de sentidos que nos parece peculiar ao período de que tratamos: a convivência entre a imagem do jornalista “vocacionado”, que nasceu para a profissão e para escrever, e a do jornalista como profissional regrado e disciplinado por normas “iguais para todos”, por regras de padronização da escrita e do olhar.

Nos manuais de redação, vírgulas, pontos, maiúsculas e a exigência do *lead* confundiram-se com o direcionamento do que deveria ser visto e reportado pelo jornalista, não durante o

<sup>12</sup> Quando apontamos para a possibilidade de que a idéia de vocação se contraponha à anulação cada vez maior do sujeito que escreve, que nos parece presente nas normas de que tratamos, não temos a intenção de compor um momento anterior, de autonomia e “pureza”, para a atividade jornalística. Em *As ilusões perdidas*, um dos volumes de sua *Comédia Humana*, Honoré de Balzac produz uma sátira da imprensa e do papel de destaque conferido aos periodistas na França da primeira metade do século XIX, apontando para a presença do vínculo entre *opinião* e *poder*, e da tensão entre *sujeito de escrita* e *sujeito de opinião* no alvorecer do jornalismo. Nesse romance, Balzac aborda com ironia os limites entre “vocação literária”, vaidade e ambição na sociedade burguesa.

período de trabalho, mas durante todos os momentos de seu dia: profissão missão, intenção totalizadora a favor da imagem das empresas, do rendimento, da constituição da credibilidade como um dos focos de poder e de lucro desta atividade. Esta vinculação entre objetivos empresariais e a missão ou competência individual do jornalista nem sempre foi explicitada nos compêndios de normas editados pelos grandes jornais da época. Mesmo a concepção hierárquica do processo de produção da notícia esteve, muitas vezes, apenas implícita nesses textos. As normas da *Tribuna da Imprensa*, por exemplo, apresentaram apenas observações como esta: “Quando tiver dúvidas sobre a responsabilidade que uma matéria acarreta ao jornal, consulte o responsável pela sua seção: lembre-se que o jornal pode pagar pela sua distração ou leviandade”<sup>13</sup>. Não mais que isso...

Não seria possível, também aqui, desvincular a inserção política da inserção técnica no jornalismo daqueles anos, apesar de a aquisição de normas ter sido citada, por muitos autores dos quais tratamos no primeiro capítulo, como parte do desenvolvimento do jornalismo rumo a uma atuação mais empresarial/técnica e menos política. Entre os jornais que publicaram compêndios de normas estiveram, por exemplo, a *Tribuna* ou o *Diário Carioca*, que é até hoje uma referência para as narrativas sobre a modernização do jornalismo no período<sup>14</sup>. Ambos estiveram, com seus proprietários, editores e, especialmente no primeiro caso, redatores e colunistas, envolvidos na oposição (*Tribuna*) ou na articulação de estratégias para a eleição e posse de Juscelino Kubitschek (*Diário*), de que falaremos adiante. Podemos apontar, assim, para uma diferença de ênfases entre a perspectiva institucional (marcadamente política e “envolvida”) e a perspectiva autoral do jornalista, à qual se impuseram normas baseadas nas idéias de aperfeiçoamento técnico e isenção.

Na suposição, bastante plausível, de um *continuum* entre os anos 1950 e os dias atuais, no que se refere ao estabelecimento de normas para o olhar e para a escrita, poderíamos pensar na

---

<sup>13</sup> Normas – *Tribuna da Imprensa* – Distribuição interna. ACL – UnB.

<sup>14</sup> As “Normas de redação do *Diário Carioca*” foram editadas, para uso interno, na segunda metade dos anos 1950 (publicadas na *Publicidade e Negócios* de 31/10/1957 e também em Marques de Melo, 1972). O *Diário* é constantemente citado como tendo sido importante para a modernização da imprensa brasileira, no interior da qual a normatização e a padronização do trabalho jornalístico são consideradas. Fundado em 1928, o jornal que foi durante a maior parte do tempo propriedade de José Eduardo de Macedo Soares ficou conhecido como o introdutor do *lead* no jornalismo brasileiro, ao mesmo tempo em que sua atuação se marcou por tomadas de posicionamento, visando benefícios próprios e, em um sentido mais geral e cambiante, a defesa das elites brasileiras. Passaram pelo *Diário Carioca* Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino, Antonio Maria, Rubem Braga, Otávio Bonfim, Otto Lara Resende, Hermano Alves e Paulo Francis, entre outros. Para outras informações gerais sobre o *Diário Carioca*, cf. o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do CPDOC-FGV.

prevalência, cada vez maior, do trabalho jornalístico planejado e normatizado. O jornalista Eugênio Bucci, em análise sobre o trabalho jornalístico na redação da revista *Veja*, no início dos anos 1990, aponta para um processo no qual controle e disciplina teriam sido, cada vez mais, internalizados e assumidos pelos próprios jornalistas, com uma necessidade cada vez menor do exercício da autoridade e do cerceamento por aqueles que ocupam postos hierárquicos superiores nas redações ou pelos diretores das empresas. A máquina ideológica do jornalismo, bem “azeitada”, na imagem utilizada por Bucci em sua crítica<sup>15</sup>, funcionaria com uma tensão cada vez menor entre os dois níveis de autoria para os quais apontávamos antes, o que poderíamos considerar como um dos efeitos possíveis dos modelos predominantes adotados para o jornalismo e para o “profissional jornalista” a partir do final dos anos 1940, que deixaram inúmeros vestígios nos compêndios de normas de que falamos neste capítulo e nos debates sobre os primeiros cursos de jornalismo dos quais trataremos no capítulo seguinte. Não se pode, no entanto, separar esses efeitos de outros, resultantes da violência política exercida, por meio da censura, sobre jornais e jornalistas, com maior ou menor intensidade, durante o período da ditadura militar inaugurada em 1964<sup>16</sup>.

Diante desse quadro, em que a normatização apontou para uma acentuação da heteronomia do olhar e da escrita no jornalismo informativo, a idéia de vocação poderia ter sido, talvez, um modo de resistência, por implicar a projeção de um grau maior de autonomia (já que, nela, não se distinguem *função e individualidade*, trabalho e missão, em uma noção mais próxima à de ofício do que ao processo predominante do trabalho nas sociedades capitalistas, hierarquizado, homogeneizado e alienado). Na articulação entre essas duas linhas de sentido, nos textos e depoimentos aos quais recorreremos para essa discussão, há, porém, superposições claras que anulam, ao menos em parte, um hipotético potencial de resistência contido, nessas circunstâncias (e, de maneira alguma, em sentido ontológico), na idéia de vocação.

No contexto de sentido de que tratamos, o recurso às idéias de vocação e missão nos parece, no entanto, participante, e não resistente, à configuração de um sujeito de escrita que, na circulação do texto e na relação com o leitor, deve investir-se dos atributos da *isenção de interesses pessoais, da superioridade de interesses e valores e da credibilidade*.

<sup>15</sup> “O peixe morre pela boca”, em Bucci (1993).

<sup>16</sup> A esse respeito, indicamos mais uma vez o trabalho de Kushnir (2001), que deixa clara a impossibilidade de opor, de forma simplista, a censura exercida pelo governo e as empresas jornalísticas, engajadas em uma suposta resistência. A violência contra aqueles que se opuseram ao regime, assim como as práticas políticas autoritárias, deve ser analisada também em sua presença no interior das empresas jornalísticas e das redações dos jornais.

Vejamos alguns exemplos.

Em entrevista à autora deste trabalho, Nivaldo Paschoal Carrazone, formado pela primeira turma de jornalismo do Brasil (a turma de alunos de jornalismo da Escola de Jornalismo Casper Líbero, que ingressou em 1947, diplomando-se no início de 1951), conta que fez parte das comitivas da Escola que se dirigiam ao Rio de Janeiro na época em busca do registro para o curso e em defesa da formação universitária do jornalista. Em seus movimentos de memorização, surgem, lado a lado, profissionalização, modernização dos jornais e vocação. Formado em jornalismo e em Direito (neste último caso, pela Faculdade São Francisco, em São Paulo, em 1952), fala do gosto pela escrita “desde que nasceu”, brincando com a idéia de que teria usado “fraldas de papel com linhas de olho d’água”<sup>17</sup>.

Lemos algo semelhante ao que nos propuseram essas memórias no livro escrito pelo jornalista Natalício Norberto, na mesma época em que Carrazone concluía o curso de jornalismo e iniciava sua carreira. Norberto escreveu, segundo a apresentação do livro, com o intuito de orientar aqueles que desejassem dedicar-se à profissão, procurando passar a eles aquilo que, ao chegar às redações, teria aprendido a duras penas no trabalho cotidiano, pouco auxiliado pelos colegas envolvidos com reportagens e *dead lines*<sup>18</sup>.

“Atualmente, no Brasil, [o jornalismo] já é uma profissão”, anunciava o jornalista nas primeiras linhas, adicionando que envolvia também negócio, dinheiro, prestígio, o que fazia com que muitos quisessem ser jornalistas pelo salário, para “ter cartaz”, para não pagar imposto de renda. Na seqüência, porém, afirmava: “Na realidade, jornalismo é luta, sonho, corre-corre, vibração, obstáculo, dificuldade. E muito mais: é vocação. Talento aliado à prática e a uma boa dose de cultura geral. Tarimba acima de tudo. (...) para ser jornalista é preciso ter queda”<sup>19</sup>.

Dentro da mesma dubiedade de sentidos, o “faro da notícia” foi descrito como indispensável, mas junto a ele foram enfatizadas regras de apuração e a indicação de que a escrita breve, precisa e honesta é que faria, mais do que tudo, o repórter, o bom jornalista. Esta última foi acompanhada da seguinte observação:

<sup>17</sup> Entrevista realizada na tarde de 09/02/2003, na cidade de São José do Rio Preto-SP, onde o jornalista reside atualmente.

<sup>18</sup> *Dead line* é a expressão usada para designar o “horário limite” de conclusão da edição, vinculado ao horário de envio para impressão do jornal na gráfica.

<sup>19</sup> Norberto (s/d), p.11. Na ficha da Biblioteca da ABI, consta que o livro seja do ano de 1953, o que consideramos bastante possível e provável devido a referências existentes.

“Elas [precisão e honestidade das informações] são imprescindíveis também no sentido de captar a confiança do leitor alfabetizado, isto é, aquele que toma conhecimento tanto da notícia em si como da forma por que foi escrita. Se o repórter negligencia na colocação de um simples pronome, esse tipo de leitor poderá – e com plena razão – julgar que as informações contidas na notícia são, também, imprecisas ou falsas, ou, quando menos, claudicantes como o próprio erro de linguagem”<sup>20</sup>.

Nesta última afirmação, Norberto demonstrava uma percepção da relação entre norma (neste caso, a norma gramatical) e credibilidade que, ampliada, se aproximaria da vinculação entre disciplina (padronização e ordenação da escrita e da configuração do autor-jornalista) e busca de eficiência empresarial que significaria maior lucratividade, seguida, em alguns casos, do agigantamento de empresas concentradoras e monopolizadoras do mercado.

O ideário da objetividade e da isenção, que foi um dos pilares dos esforços normatizadores e das definições da “função-autor” no jornalismo daquela época, não ficaria de fora dessas ambigüidades.

### ***Outro traço marcante de sua personalidade é a objetividade...***

Duas questões ficam, em geral, do lado de fora dos debates ancorados no ideário da isenção: quais os seus efeitos sobre aquele que escreve e sobre a escrita, no caso do jornalismo? A quem e a quais estratégias interessam o olhar e a escrita “objetivos”? Se considerarmos, como o fazemos, a impossibilidade do exercício objetivo da escrita jornalística, seja porque as empresas de comunicação (estamos no primeiro nível de autoria para o qual apontamos) estão estruturalmente comprometidas com perspectivas conservadoras de interpretação da sociedade, seja porque, do ponto de vista da relação entre sujeito e atividade de escrita, deve-se sempre considerar a perspectiva e as condições de produção do dizer (estamos mais próximos do segundo nível de autoria), de que modo se configura e quais os efeitos pretendidos pela simulação de uma escrita isenta, diante da constatação de práticas concretas de envolvimento e parcialidade?

O “Programa de Ação das *Folhas*” (1948), pioneiro nos esforços de padronização e disciplinamento de jornais e jornalistas no Brasil, preocupava-se pouco com questões formais, que estariam presentes em maior quantidade e com maior determinação nas Normas de 1959. Sua

---

<sup>20</sup> Norberto (*op. cit.*), p.19.

ênfase esteve nos posicionamentos da empresa referentes a políticas nacional e internacional, “questão social” e fontes de recursos para os jornais. Não deixaria, porém, de tocar em um dos temas que seriam recorrentes, de maneira mais ou menos explícita, nos manuais que surgiram a partir dos anos 1950, nas discussões de jornalistas ativos na época ou em suas memórias: o tema da delimitação entre informação e opinião.

No “Programa”, o item Informação enfatiza, como um dos propósitos explicitados pelos jornais da empresa Folha, a “fidelidade aos acontecimentos”. Seguem abaixo os termos utilizados:

“As *Folhas* noticiam tudo que de importante acontece no País, no Interior e na capital do Estado, e o fazem de maneira objetiva, para que suas páginas espelhem fielmente os fatos. Não os inventam, não os omitem, não os alteram, para servir a quaisquer propósitos ocultos (...). Sejam bons ou maus, agradem ou não a quem quer que seja, os fatos aparecerão sempre nas *Folhas*, com o relevo adequado, conforme se trate do matutino ou do vespertino”<sup>21</sup>.

O item Opinião, por sua vez, discorre sobre os problemas a que os três jornais deveriam dedicar-se. No caso da *Folha da Noite*, os da cidade de São Paulo, no da *Folha da Manhã*, fatos mundiais e assuntos considerados importantes da atualidade: ainda que a rubrica, repetimos, fosse opinião, o “Programa” enfatizava que esses assuntos deveriam ser abordados “sem paixão”, preferindo opiniões “mais seguras do que brilhantes”. Esse ponto se articula com a novidade implementada por Nabantino, as comissões de “especialistas” que debateriam os temas, indicando a orientação dos editoriais e artigos e que, segundo a perspectiva institucional contida no texto, deveriam ter como preocupação principal a conveniência dos fatos noticiados e de seus desdobramentos para o “interesse público”.

De um lado, opiniões. De outro, informações<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> Em Capelato e Mota (*op. cit.*), p. 134.

<sup>22</sup> Esta separação é comum, como dissemos, em escritos de jornalistas brasileiros da época. Hohenberg (1962, p. 31), porém, no manual traduzido e utilizado nos cursos de jornalismo no Brasil naquela época, fala do orgulho da distinção entre notícia e opinião como pertencente a uma outra época, na qual *predominava* o “mito da objetividade”. O processo decisório, a seleção do material a ser publicado etc. são tomados como exemplos da impossibilidade dessa distinção no processo de produção da notícia. Contraditoriamente, diz que, apesar disso, seria possível apresentar as matérias de modo imparcial, nos noticiários, deixando aos editorialistas o esforço persuasivo. Seu acréscimo à concepção objetiva do jornalismo se faz por meio do princípio de que os fatos devem conter uma “explicação”: “Para que servirá uma notícia exata, interessante e oportuna se os leitores são incapazes de entendê-la?” (p.89), pergunta, em uma aproximação da imagem tradicional de uma suposta missão pedagógica e esclarecedora do jornalismo. No interior das ambigüidades que marcam seu texto, Hohenberg recompõe, pouco depois, a possibilidade de “exterioridade” do autor em relação ao evento que relata: “deve ser frio, distante, e mesmo cético” (p.113). Ainda em suas elaborações a respeito do *new journalism*, que teria surgido no período do *New Deal* nos Estados Unidos, afirmando-se após a Segunda Guerra, o professor de jornalismo da Columbia University pouco

O recurso à técnica, personificado nos “especialistas”, e a formulação de uma espécie de “crítica isenta” (com toda a ambigüidade presente nessa associação de termos) garantiriam a “vigilância desinteressada” (mais uma ambigüidade, como se o olhar pudesse não carregar, junto dele, a perspectiva daquele que observa) em favor do “interesse público”, sempre pouco definido. Mais adiante, trabalharemos um pouco com a noção de representação aí contida, muitas vezes chamada a legitimar a “crítica isenta” e os projetos políticos que mobiliza, como veremos nas discussões referentes à crise de 1955.

Nesse momento, interessa-nos apontar para esse atrelar da “técnica” à figura do jornalista “vacionado” e imbuído da missão pedagógica de orientar o país (e os leitores) para idéias de desenvolvimento, fazendo parte de uma mesma corrente, das variantes de um mesmo projeto.

Luiz Beltrão, em texto de 1960, nos apresenta um cruzamento interessante entre essas imagens. Nele, o jornalista foi definido como precursor no que se refere à utilização da técnica e à “libertação do tempo” que ela permitiria, foi caracterizado como “máquina humana pensante”, mas figurou também como “intérprete e orientador dos demais homens”, ao exercer uma profissão que se caracterizaria pela união de dois termos, “vocação” e “objetividade”<sup>23</sup>.

Segundo Beltrão, o trabalho jornalístico, em sua suposta centralidade nas sociedades modernas e, especialmente, nas democracias, precisaria do jornalista como aquele que “encontrou a sua vocação no servir de porta-voz e intérprete dos fatos sociais”. Essa “voz interior”, esses “dons inatos e magníficos da alma e da personalidade”, deveriam ser aprimorados pela formação cultural e pelos conhecimentos técnicos, pela prática do jornalismo, através da qual seriam consolidados e desenvolvidos. Mas determinariam, de antemão, uma característica essencial e indispensável ao jornalista: a aspiração de servir<sup>24</sup>. Só não questiona – “servir a quem?” –, como se estivesse implícita a essas concepções a idéia de que é possível a representação do todo (e, portanto, a elisão dos conflitos).

Quando o assunto é “objetividade”, assim como no tópico referente à “vocação”, aparece novamente uma definição de características *essenciais* que comporiam o jornalista: “outro traço

---

ultrapassa as imagens tradicionais: “O novo jornalismo não procura apenas explicar e informar, mas ousa até ensinar, medir, avaliar” (420). A edição brasileira do livro de Hohenberg trazia ainda um apêndice contendo as normas de redação do *Diário Carioca* e da *Tribuna da Imprensa*, que citamos neste capítulo.

<sup>23</sup> Beltrão (1960), pp. 158-159.

<sup>24</sup> *Idem*, p. 160. Para o desenvolvimento desta questão, Beltrão se apóia em Octávio de la Suarée (*Psicologia aplicada al periodismo*, La Habana, 1944).

marcante de sua personalidade é a objetividade, o apego à verdade, ao realismo, ao sucedido”<sup>25</sup>. Entre citações de Tristão de Ataíde, de Antonio Olinto e do Papa Pio XII, Beltrão afirma o ideal da objetividade e da isenção, indicando os obstáculos que a ele se imporiam (todos eles considerados “ruídos” a serem superados). Damos destaque a algumas das imagens presentes nas formulações de Tristão de Ataíde, que foram reproduzidas pelo autor:

“Tudo deriva daí: a informação do fato; a formação pelo fato; a atualidade do fato; o estilo determinado pelo fato. O fato, o acontecimento, é a medida do jornalista... A veracidade, o realismo, é a sua grande força. O mau jornalista é o sofisticado ou o fanático, ou o mal informado, ou o divagante ou o vernaculista. Todos eles perdem de vista o objeto, o fato, a realidade para se prenderem apenas no modo de o retratarem ou nas suas segundas intenções mais ou menos ocultas”<sup>26</sup>.

Alguns anos antes, uma consideração semelhante à de Ataíde fez parte das orientações da Agência Meridional de Notícias, pertencente aos Diários Associados, a seus redatores. Apresentada como norma para a escrita, pertenceria a esse mesmo campo: “Não serão permitidos adjetivos no noticiário, bem como insinuações ou comentários do autor de cada notícia”<sup>27</sup>. Fatos, apenas...

Um outro aspecto dessa mesma questão foi sinalizado, naqueles anos, pelas diferenciações entre jornalismo europeu e jornalismo norte-americano, em debates freqüentes sobre as vantagens e desvantagens dos modelos francês e norte-americano de jornalismo. A favor deste último, estariam os apelos da técnica, da eficiência e, especialmente, da factualidade, assim como o ideal da separação entre informação e opinião, em um processo histórico de afirmação, no Brasil, da ascendência cultural norte-americana<sup>28</sup>. Em um artigo publicado em 1961, o jornalista Victor da Cunha Rêgo fez diversas considerações a esse respeito.

Uma Europa decadente, “velha, cansada”, com uma imprensa envelhecida e cínica, aparece, no texto de Cunha Rêgo, contraposta aos Estados Unidos e à “primeira linha” do jornalismo mundial. O contraponto inclui, ainda, afirmações de que na Europa (a França é o exemplo principal) o jornalismo se fazia então sem regras, “muito mais subordinado à forma

<sup>25</sup> Beltrão (*op. cit.*), p.163.

<sup>26</sup> Tristão de Ataíde (“O jornalismo como gênero literário”, *Diário de Notícias*, RJ, 10/11/1957), *apud* Beltrão (*op. cit.*), p. 163.

<sup>27</sup> Agência Meridional de Notícias – Regulamento da Sucursal de Belo Horizonte, p. 3, s/d. Pressupomos que seja da segunda metade dos anos 1940, quando Carlos Lacerda exerceu cargos de chefia nessa que foi durante aqueles anos a maior agência de notícias brasileira, pertencente a Assis Chateaubriand. [ACL]

<sup>28</sup> Cf. Tota (2000).

literária, ao barroco da composição gramatical, do que à exposição dos fatos reais”: as inovações técnicas eram, segundo o jornalista, combatidas, as notícias eram fortemente editoriais e os editoriais poderiam ser considerados notícias, em um modelo de jornalismo no qual “a auto-suficiência é o lema do dia-a-dia profissional”. A este último ponto é que Cunha Rêgo direcionava, em especial, sua crítica, já que estariam aí os motivos da falta de padronização e de uma suposta falta de critérios dele decorrente.

Na outra ponta dos argumentos do jornalista estariam os Estados Unidos: fatos, e não impressões, comporiam o noticiário – “Não há demagogia que lhe estrague o estilo, não há redatores que façam a guerra ‘por su cuenta’, não há presunção”; fazia-se, ali, na opinião de Cunha Rêgo, o melhor dos noticiários. E a razão, segundo ele, diz respeito ao tema principal deste nosso capítulo: “Não poderemos afirmar que é ‘por isto ou por aquilo’. Mas somos levados a acreditar que a existência de uma série de regras na feitura dos periódicos constitui a principal razão”<sup>29</sup>.

Cunha Rêgo não deixaria de apontar para pontos frágeis no modelo norte-americano, que se fariam, segundo ele, de um excesso de preocupação com os pequenos fatos, com uma eficiência padronizada que o fez perguntar sobre como seriam os repórteres norte-americanos quando “desligados da função mecânica de colher e transmitir dados sem análise”. A “mecanização” os teria reduzido a uma certa banalidade... “Os jovens repórteres acreditam piamente no seu trabalho e no entanto a burocracia, ou melhor, a mecanização, toma-lhes conta da vida”. Enquanto isso, no caso dos europeus, o jornalista e sua função como autor teriam outros desenhos:

“Os jornalistas [europeus] são céticos, cínicos, não acreditam no que fazem, nem que o simples ato de fazer tenha importância. No entanto, escolhem o estilo livremente, anarquizam a notícia, comentam ferozmente os fatos (...) Na Europa, um repórter a quem se proíba dizer quem é o culpado e apontar o melhor caminho num caso de que foi incumbido, demite-se”<sup>30</sup>.

O que nos parece mais relevante, para além das características (e fantasias) acerca desses dois modelos de jornalismo, são as considerações finais, nas quais Cunha Rêgo emitiria, de maneira mais conclusiva, seu julgamento:

<sup>29</sup> Cunha Rêgo, Victor. “Jornais e Jornalistas”. *Órgão Oficial da APISP* (Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo). Dezembro de 1961; p. 72. [CMU]

<sup>30</sup> *Idem*, p. 73.

“devemos dizer que preferimos a ‘solução norte-americana’ porque sempre acreditamos mais nas investigações de rotina com bons fichários, bons laboratórios e sentido de responsabilidade do que na auto-suficiência. Mas julgamos não ser preciso chegar a tal. Tudo parece indicar que a América Latina tem um papel a desempenhar na equação”<sup>31</sup>.

É uma pena que, no texto, o autor não nos tenha indicado com maior clareza qual seria esse papel, limitando-se, como, de resto, em todo o texto, ao elogio de uma perspectiva que nos remete aos efeitos de um suposto olhar científico, em um viés positivista, no qual a catalogação e a “colheita dos fatos” se sobrepõe à crítica, apenas ensaiada, em relação à mecanização e diminuição da autonomia daqueles que reportam e escrevem, nos limites do modelo norte-americano de jornalismo. Preferia, reforçamos, a “responsabilidade” à auto-suficiência, o que, diante da percepção de que os fatos não podem ser “colhidos”, mas são sempre selecionados, incluídos ou excluídos, significados de acordo com perspectivas e interesses, nos obriga a questionar: responsabilidade diante de que ou de quem? A pergunta não pertence ao campo trabalhado por Cunha Rêgo, no entanto, já que a coerência de seu texto depende da idéia de que é possível conceber a recepção e transmissão assépticas dos “fatos coletados”. Essa idéia corresponde àquela que indicamos antes, no texto de Beltrão, da representação total e, portanto, não-conflituosa. Aqui, trata-se de efeito semelhante: o olhar que capta os fatos seria, digamos, um olhar total, porque excluído dos conflitos constitutivos das sociedades.

Outros, como Austregésilo de Ataíde, atestaram essa idéia de uma progressão rumo à técnica e à objetividade (utilizadas, muitas vezes, como termos correlatos): “como sucede em outras ciências e em outras artes, foi se saindo do empirismo de concepções mais ou menos abstratas para o estabelecimento de regras, métodos e normas”, formando concepções técnicas e éticas do exercício do jornalismo<sup>32</sup>. Para trás, nos jornais do Brasil do século XIX, do Brasil da propaganda republicana, teriam ficado os “aborrecidos conflitos”, as “mesquinhas querelas” e a projeção jornalística das personalidades neles envolvidas. A evolução, diria Austregésilo de Ataíde, teria consistido em dar à notícia a preponderância sobre o comentário, em um processo no qual os norte-americanos teriam sido pioneiros, em percepção não apenas semelhante à de Cunha

<sup>31</sup> Cunha Rêgo (*op. cit.*), p.74. Danton Jobim (1992; pp. 29 e 166), citado em capítulos anteriores, ao discorrer sobre o mesmo assunto, apontava também para a influência dos *style books* norte-americanos e do ideal de objetividade presente naquele modelo. Lia-o como responsável por mudanças positivas no jornalismo brasileiro; por outro lado, atribuía a nosso “temperamento latino”, como citamos antes, no Capítulo 2, as inúmeras resistências. Não seria, vejam, uma questão da disposição dos poderes na sociedade, mas do determinante “latinidade”, a correr no sangue de jornalistas e leitores...

<sup>32</sup> Ataíde (1958), p. 141.

Rêgo, mas à de grande parte dos jornalistas e estudiosos de imprensa que nos deixaram reflexões escritas em meio às mudanças que projetavam ou constatavam na imprensa daqueles anos. Como em outros campos, é comum, neste tipo de posicionamento, uma confusão explícita entre um modelo de avanços técnicos (o norte-americano) e as noções de modernidade e progresso. Vale a pena acompanhar um pouco mais o texto de Ataíde:

“Eis a chave do jornalismo da nossa atualidade, o elemento revolucionário que lançou uma linha divisória entre a velha imprensa e a imprensa moderna e que coloca quase como antípodas o editorialista que, pela sua energia, tenacidade e bravura pessoal, pelas qualidades do seu raciocínio, firmeza e teimosia em expô-lo, era, sozinho, o jornal (...), e o próprio jornal de agora, que supera o jornalista, é maior que ele, sobrevive à sua ação (...) Foi preciso transcorrer muito tempo, mais de três séculos, antes que a imprensa encontrasse elementos substanciais e próprios de sua expressão, antes que o jornalismo se emancipasse de conexões desfiguradoras, da tirania obsessiva do jornalista com as suas qualidades pessoais, para ser uma entidade autônoma, apoiado principalmente na soberania e indiscutibilidade do fato”<sup>33</sup>.

A superposição do jornal ao jornalista, “alforreando-o do personalismo”, teria sido, assim, um desses elementos de modernização. E essa espécie de esvaziamento do jornalista como *autor que formula opiniões* teria correspondido, nos argumentos desse jornalista, a uma maior autonomia do “povo”, que demandaria dos jornais, acima de tudo, fatos – e não mais do que isso, em uma concepção rasa de informação, que corresponde, em certa medida, à crítica feita por W. Benjamin em “O Narrador”.

A interpretação, vista como contrária à “objetividade e clareza dos fatos”, disporia, nesse jornalismo em transformação, contra a credibilidade do jornal. Como conjugar, no entanto, a “informação” planificada pela regra, liberta da “tirania” das opiniões dos indivíduos que se fazem jornalistas, e a idéia de que o jornalismo se comparava ao “sacerdócio”? Austregésilo de Ataíde as conjugava com tranquilidade, oscilando entre o elogio a um jornalismo que se tornava, supostamente, mais autônomo em relação às opiniões dos jornalistas e a afirmação de que os autênticos jornalistas, entre os quais estaria incluído, carregariam uma “marca indelével da natureza”. Que marca seria essa? Nesse contexto de sentidos, seria talvez a da orientação que procura dissimular o próprio conteúdo, a do esfumaçamento das condições de produção do texto (já que o nível empresarial/institucional de autoria é elidido nesses argumentos) sob o

---

<sup>33</sup> Ataíde (*op. cit.*), p. 146.

emaranhado no qual técnica e “essência”, gerência e sacerdócio, estão juntos em busca de efeitos de credibilidade.

Daí o risco de se assumir, como o faz Ana Paula Goulart, a perspectiva de que os anos 1950 foram o momento no qual o jornalismo teria se afirmado como *campo discursivo*, por meio de padrões que lhe garantiriam uma maior *autonomia* em relação aos campos do discurso literário e do político. A redação de normas disciplinares como aquelas de que tratamos antes, iniciada no final dos anos 40, aponta, sim, para essa perspectiva, no que diz respeito à constituição de uma linguagem identificada como jornalística. Do nosso ponto de vista, ainda que nesse sentido, essa mudança só se afirmaria com maior rigor durante o período da ditadura militar do pós-64. Nos anos 50 e mesmo nos 60, antes da ampliação do rigor da censura, a partir de 1967 e 68, a *letra* conviveu, em diversos sentidos, com um emaranhado que permite apontar tendências, mas, de maneira alguma, falar na delimitação de campos discursivos, como o faz Goulart, e, ainda menos, ideológicos.

São tênues os limites: as transformações – ou a indicação de que se gestava ali um modelo que ganharia força a partir dos anos 1970, mais “informativo” – estiveram presentes nos textos produzidos por jornalistas na época. Não as negamos. Por outro lado, não assumiríamos em nossa discussão a palavra “autonomia”. Parecem-nos presentes, nos anos 50, gestos de disciplinamento do olhar e da escrita que trabalharam no sentido de uma homogeneização e planificação cada vez maior do discurso jornalístico. A profissionalização, vista por muitos jornalistas como parte do processo de valorização da atividade, é correlata desse disciplinamento do trabalho, e nos parece ter tido como um de seus efeitos uma heteronomia cada vez maior dos sujeitos de escrita no jornalismo<sup>34</sup>.

Outras características, mesmo que pontuais, negariam a idéia de autonomização da esfera do discurso jornalístico durante os anos 1950. Estão incluídas, entre elas, a atuação político-ideológica dos jornais, marcante durante todo o período, e que correspondeu, no que se refere à escrita, ao tom polêmico assumido pelos grandes jornais em meio a crises como as de 1954, 1955

---

<sup>34</sup> A relação mais característica desse jornalismo que se transformava, entre a “necessidade/demanda” de informações e o crescimento empresarial, foi visualizada por Assis Chateaubriand décadas antes. O jornalista, proprietário do maior conglomerado de veículos de comunicação existente durante o período de que tratamos, os Diários Associados, escreveu, décadas antes: “O público de nossos dias não quer saber apenas de doutrinas. Ele deseja ser informado. (...) O raciocínio das massas quase nada reclama em comparação ao que os seus nervos exigem diariamente do jornalista (...) Se dentro de cada homem da imprensa contemporânea não existir um caçador de fatos, um pesquisador de notícias, um policial de detalhes (...) o jornal será abatido no primeiro encontro com os concorrentes que surgem armados delas” (publicado no *Diário de S.Paulo* e citado por Capelato, 1990).

e 1964. Essa indistinção esteve presente, ainda, no fato de que nessa época os discursos feitos na Câmara, os pareceres de juristas e as declarações de militares importantes ocupavam grande parte do noticiário político, em uma articulação que torna difícil a descrição dos limites entre o jornalismo e a política, mesmo no terreno dos *efeitos discursivos* e da linguagem, o que poderia nos conduzir à hipótese de que, naquela época, a credibilidade estivesse menos ligada ao ideário da isenção do que no jornalismo atual, ainda que esse ideário tenha sido tão presente nas caracterizações da profissão e nos compêndios normativos de que tratamos. Outra característica peculiar àquele jornalismo, em que a separação de domínios fez parte das normas, foi o fato de que muitos dos redatores e chefes de redação de sucesso tenham sido ficcionistas de renome (na época ou *a posteriori*), como Antonio Callado e Carlos Heitor Cony.

Isso não significa, no entanto, que os parâmetros de credibilidade e veracidade não estivessem em movimento, como indicam as passagens que destacamos abaixo, ligadas de algum modo ao repórter David Nasser, que foi um dos jornalistas mais conhecidos durante os anos 1940-60 no Brasil, especialmente pelas reportagens que resultaram dos trabalhos com o fotógrafo Jean Manzon, para a revista *O Cruzeiro*, que teve seus picos de circulação vinculados às reportagens no estilo inaugurado, no Brasil, pela dupla.

Em 1955, quando Nasser completava sua 600<sup>a</sup> reportagem publicada em *O Cruzeiro*, onde começara a atuar em 1943, um texto do então diretor de Redação da revista, José Amádio, elogiava Nasser fazendo referência discreta ao sensacionalismo – e às invenções, mesmo – de David em tantas das diversas reportagens que compunham as 600 comemoradas:

“Hoje, que o jornalismo no Brasil atingiu fase adulta, certas reportagens de David que, na época, fizeram sucesso absoluto, não encontrariam mais guarida nas páginas de *O Cruzeiro*. Sinal dos tempos, talvez. Ele próprio evoluiu no sentido da perfeita correção profissional em relação à notícia e aprendeu a aquilatar a importância da palavra escrita. Um repórter completo não pode errar, não pode enganar – pode, quando muito silenciar”<sup>35</sup>.

Apesar desse atestado de José Amádio de que a função de repórter e jornalista pudesse estar sofrendo questionamentos e mudanças em suas estratégias de veracidade e legitimidade, Nasser continuava realizando seu trabalho de acordo com padrões que pouco condiziam com esse

---

<sup>35</sup> Da reportagem “David, o repórter”, *O Cruzeiro*, 27/08/1955. Citada por Carvalho (2001). Além de textos elogiosos e trechos das reportagens de Nasser, a matéria comemorativa contou com 81 fotos, bem ao estilo da revista – e das reportagens de Nasser, na época.

“jornalismo moderno”, que se basearia na técnica e na “crítica isenta” em sua busca de credibilidade.

Além de envolvimento com políticos e empresários, que marcaram muitas de suas pautas e das posições assumidas em suas reportagens, Nasser montava seus textos, com frequência, sobre comentários bastante subjetivos ou fontes não nomeadas, “citadas” apenas. Quando eram nomeadas, podiam fazer parte de diálogos como o seguinte, da reportagem “Banzai, Japão!”, também de 1955, quando foi o único repórter integrante da *Brazilian Industrial Mission for Japan*:

“– Mas o senhor, Ministro [do Trabalho, senador eleito pelo PTB nas eleições de 1950, Napoleão de Alencastro Guimarães], saindo de um banho turco ministrado por senhoritas japonesas!

– Silêncio, árabe! Que tem com isso?

– Posso, inclusive, publicar a história desse banho?

Napoleão sorriu. Pegou-me pelo braço. E disse isso que parece condensar a sabedoria de Confúcio à realidade trabalhista brasileira:

– Acaso, velho repórter, o fato de amar o lado alegre da vida constitui motivo de vexame? Nunca escondi minha simpatia pela noite. Adoro a noite no Rio. Gosto de ver as suas mulheres bonitas, as mais bonitas do mundo. Fiz do Vogue o quartel-general de minha campanha eleitoral, dizem. O Rio me censurou por isso? Não. O Rio me elegeu Senador. Sou o Senador da Noite, o Senador do Vogue, sou o que quiserem. Mas, para mim, para os meus amigos, sou um homem sóbrio. Não um cínico. Nem um sonso. Afinal de contas, sou gaúcho e brasileiro. Despedimo-nos. Ele quis saber:

– Aonde vai você, ó bode do Líbano?

– Vou tomar um banho turco”<sup>36</sup>.

Como se vê, pouco ou nada aqui remete à assepsia do olhar e da escrita que vimos ter sido proclamada, então, por diversos jornalistas. Ainda que o texto tenha sido publicado em uma revista semanal, o que o diferencia dos textos publicados nos jornais diários, não deixa de ser uma referência para se pensar na tensão entre as normas baseadas na isenção e a atividade jornalística, tal como era exercida. Não foram exteriores umas à outra, como indicou o comentário de José Amádio sobre Nasser, como indicam alguns dos relatos selecionados por Maklouf Carvalho, nos quais o próprio Nasser parece tocar na questão da identidade, ou de um *ethos*, do jornalista e, mais especificamente, do repórter, nesse momento em que os esforços de delimitação entre o “velho” e o “novo” fizeram parte do processo de afirmação de um *perfil* e de um modelo de jornalismo. Dois enunciados trazem essa temática.

<sup>36</sup> *O Cruzeiro*, RJ, 10/09/1955, citada por Maklouf Carvalho (*op. cit.*), p.331.

No primeiro deles – uma carta datada de 18 de agosto de 1958, dirigida ao então diretor-geral de *O Cruzeiro*, Leão Gondin, em um momento em que sentia ameaçado seu poder pela ascendência de Wilson Aguiar na redação –, Nasser elogiava Gondin e fazia auto-elogios e considerações sobre a diminuição dos números da circulação da revista, que não voltaria a atingir os picos de 1952, 1953. Referindo-se a críticas que estaria recebendo como cronista e como repórter, questionava, retoricamente, se teriam a ver com estilo, autenticidade ou honestidade profissional. Respondia que não, que diziam (não cita, como em suas reportagens, a fonte desse dizer) que o problema dele, David Nasser, era que tratava dos assuntos com superficialidade. “Eu sou o mesmo”, enfatizava, insinuando mudanças negativas em *O Cruzeiro* e em suas diretrizes:

“Trato o assunto com a mesma aparente superficialidade, pois não sou sociólogo, antropólogo, arqueólogo, ou filósofo, mas apenas um contador de histórias, um narrador de fatos que os seus olhos, a sua alma, o seu coração, a sua epiderme podem alcançar, dentro das possibilidades de sua cultura horizontal.  
Um repórter, Leão – você antes sabia disso –, não precisa ser um Rui Barbosa. Basta que ele sinta e narre”<sup>37</sup>.

Na outra situação a que nos referimos, menos de seis meses depois, Nasser fazia uma homenagem a Luciano Carneiro, repórter da revista, que morreu em acidente aéreo no dia 22 de dezembro de 1960, quando voltava da cobertura de um baile de debutantes na recém-inaugurada Brasília<sup>38</sup>. O texto de Nasser foi publicado na revista *O Cruzeiro* de 9 de janeiro de 1960. Nele, dizia que as fotografias e textos do jovem Luciano Carneiro (“impessoais, corretos e cheios de uma sobriedade que fazia questão de frisar”) ressaltavam o interesse humano, que seria ponto de concordância entre eles. Noutros pontos, teriam discordâncias. Nasser atribui palavras a Luciano – “Somos duas escolas que se chocam, na maneira de apresentar os fatos. Prefiro o jornalismo frio na apresentação, na superfície, na forma, porém objetivo e intenso no conteúdo”, às quais acrescentaria as seguintes: “É que Luciano Carneiro, de uma geração de repórteres sem os vícios da nossa, trazia, intactas, qualidades apreciáveis, virtudes imensas de um jornalismo mais puro e sincero. Agora, que está morto, gostaria que soubesse que nunca pude ser o repórter moderno que ele foi”.

O jornalista Jânio de Freitas, que passou por *O Cruzeiro* no final dos anos 1950, em entrevista ao já citado autor de *Cobras criadas – David Nasser e O Cruzeiro*, define Nasser como

<sup>37</sup> Em Maklouf Carvalho (*op.cit.*), p.359.

<sup>38</sup> Sobre o acidente e a trajetória de Luciano Carneiro, cf. entre outros os relatos de seu irmão, também jornalista, Glauco Carneiro (1999), em sua história dos Diários Associados.

tendo sido mais ficcionista do que repórter. “Não foi o único”, diz, mas teria criado escola, legitimando a prática do jornalista que ganhava por matérias pagas. “Nisso ele foi um precursor, e não um retardatário”, adicionava, afirmando ainda: “Pesa, sobre ele, a imensa responsabilidade de ter feito essa escola de jornalismo absolutamente irresponsável em relação ao que afirma; o falso testemunho no sentido mais amplo dessa expressão”<sup>39</sup>.

Apesar de Nasser ter sido um dos jornalistas mais conhecidos durante o período de que tratamos, ao lado, entre outros, de Carlos Lacerda, tanto um como o outro costumam ser excluídos dos relatos que trabalham com aquele período, afirmando ter nascido ali um jornalismo mais técnico e isento. São, muitas vezes, citados como exceções à regra ou esquecidos em nome dos sentidos que predominam nas memórias sobre o jornalismo da época, sobre a “minha geração” de jornalistas<sup>40</sup>.

Precisariam, mesmo, ser “esquecidos” para que outros relatos, como este, do jornalista Danton Jobim, mantivessem sua legitimidade. O noticiário daqueles dias, dizia Jobim, em texto dos anos 1950, era incomparavelmente mais objetivo do que o das décadas anteriores: “Deixamos para trás o tempo em que era um recurso legítimo inventar de cabo a rabo um discurso do presidente da República, estropiar propositadamente a fala de um deputado ou deixar de registrar um pronunciamento de importância em nossa vida pública”<sup>41</sup>.

Não deixa de ser interessante que o livro que traz esta e outras formulações semelhantes de Jobim, todas provenientes de conferências, cursos ou artigos escritos durante os anos 50 e início dos 60, ganhasse, no início dos anos 90, um prefácio escrito por Carlos Eduardo Lins da Silva, ao qual nos referimos antes, no qual Jobim aparece como modelo, inclusive, para o jornalismo atual, em referências que carregam os termos modernização, isenção e outros afins — “Ou Jobim foi muito avançado para o seu tempo ou os jornalistas brasileiros atuais estão muito atrasados para o deles”; “Danton Jobim lutou pela concisão, pela simplicidade, pela exatidão, pela objetividade, pelo método no jornalismo”<sup>42</sup>, diria Lins da Silva, ressaltando seu trabalho à frente do *Diário Carioca* no período em que aquele jornal passou pelas reformas bastante citadas e suas atividades como professor de jornalismo. Ficam de fora possíveis referências ao envolvimento de Jobim com a candidatura de Juscelino Kubitschek e seu trabalho no governo.

<sup>39</sup> Entrevista concedida por Jânio de Freitas a Maklouf Carvalho (*op.cit.*), p. 357.

<sup>40</sup> Nesse sentido, cf. especialmente Villas-Bôas Corrêa (2002).

<sup>41</sup> “O fenômeno jornalístico na cultura brasileira”, Conferência realizada na Escola Brasileira de Administração da Fundação Getúlio Vargas, em 1958. In: Jobim (1992, p. 166).

<sup>42</sup> “Prefácio”. Lins da Silva *apud* Jobim (*op.cit.*), pp. 14-15.

Fica de fora, ainda, a linha editorial do *Diário*, sempre engajada nos debates e crises políticas do período, que teve à frente, durante um longo período, o próprio Danton Jobim<sup>43</sup>.

### *Voz do dono*

Em suas memórias referentes ao mesmo período, Samuel Wainer, que foi proprietário do jornal *Última Hora*, atribuía ao jornalismo brasileiro outra característica: a de ter sido sempre, ou quase sempre, já que procurava isentar-se da imagem e das críticas que lançava, a voz do dono. Esta seria a perspectiva autoral predominante no noticiário:

“No Brasil é diferente [do exemplo norte-americano]. Por trás da aparente independência que ostentam, já que não são ligados a partidos, os jornais são o que seus donos desejam que sejam. A *Última Hora* representaria uma exceção a essa regra, na medida em que pretendia transformar-se na expressão do getulismo. Evidentemente, eu influiria na linha do jornal, mas ele não obedeceria exclusivamente a meus interesses, impulsos, ódios e amores, como acontecia, por exemplo, com o *Correio da Manhã*”<sup>44</sup>.

Nesta observação de Wainer, no entanto, fica implícita a idéia de que existia, no cotidiano de produção da notícia, um controle que garantiria a predominância da voz do dono sobre o conjunto da redação. Sabemos, por diversos exemplos, mas principalmente pelos de *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, para os quais nos voltamos com mais vagar, que esta predominância (da linha editorial do jornal, dos projetos e percepções políticas nela contidos) se faz, nas páginas diárias do jornal, de variações de perspectiva, de tensões e ambigüidades de sentido, como no caso de que trataremos adiante, na Parte 2, do modo de articulação entre a linha editorial do conservador *O Estado de S. Paulo* e as crônicas de Mário Pedrosa e Gustavo Corção durante a crise de 1955. As variações e as ambigüidades, no entanto, se situam no interior dos limites definidos pela linha editorial do jornal para a “polêmica”. O confronto de sentidos seria, assim, possível, desde que se mantivesse no interior de uma espécie de “discordância legítima”.

Além disso, o noticiário se faz com intensidades variáveis de controle, o que não significa que não há luta entre perspectivas e sentidos diferentes no interior dos veículos, mas que algumas concepções e direções estão “ditas” ou interditas para além do exercício cotidiano da autoridade

<sup>43</sup> Com o passar do tempo e os problemas de saúde de José Eduardo de Macedo Soares, proprietário do jornal, Danton Jobim assumiu os então conhecidos e polêmicos editoriais de primeira página do *Diário Carioca*.

<sup>44</sup> Wainer (1998, p.136).

hierárquica, como na imagem antes citada da máquina bem azeitada, mobilizada por Eugênio Bucci<sup>45</sup>. Atingem, diferentemente, as atividades de produção da notícia.

Carlos Heitor Cony, que também ocupou cargos de chefia (no *Correio da Manhã*) e participou de momentos de reforma em jornais como *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, no final dos anos 50 e início dos 60, diz que o jornalismo brasileiro daqueles anos, referindo-se então mais especificamente ao final dos anos 40 e ao início dos 50, quando começava sua carreira jornalística, era bastante amadorístico, “com alguns escritores que não eram jornalistas e alguns jornalistas que nem sabiam escrever”<sup>46</sup>. A mesma modernização que modificaria as condições de trabalho, permitindo que o jornalismo não fosse mais um “bico” e elevando a qualidade do que era noticiado, faria com que a imprensa assumisse, segundo ele, uma postura mais truculenta: “Posso falar isso porque, dos 18 anos para cá — hoje estou com bastante mais idade —, notei que, à medida que a imprensa tornou-se empresa e essa empresa organizou-se de forma economicamente viável, tornou-se cada vez mais truculenta, e hoje é essencialmente truculenta”<sup>47</sup>.

Para além da imagem recorrente, de que o jornal se tornava empresa naqueles anos, podemos extrair das palavras de Cony a idéia de que o “improvisado” pudesse estar relacionado a um grau maior de autonomia dos repórteres e redatores, enquanto a intensificação da perspectiva empresarial e, com ela, da ênfase disciplinar na organização e divisão do trabalho jornalístico, demarcaria, para os jornalistas, não um olhar mais “técnico”, mas um olhar mais submetido a controles e constituído por regras para o dizer.

### *Voz de quem?*

Ainda que o mais relevante, da perspectiva assumida neste trabalho, possa ser os limites do noticiário, isto é, a constatação do que “cabe” e do que não “cabe” em um certo momento, nas páginas de determinados jornais<sup>48</sup>, para este capítulo procuramos também observar, nas páginas

---

<sup>45</sup> Um ponto de difícil esclarecimento se refere às diferenças de perspectiva e interesses presentes entre as diferentes camadas hierárquicas do trabalho jornalístico. Apesar de considerarmos sua relevância, esta pesquisa se concentrou nas predominâncias ou nos efeitos de “unidade” que se sobrepueram aos conflitos, seja pelos limites atuais da pesquisa, seja pelo fato de que as fontes trabalhadas nos indicaram, neste momento, esta direção.

<sup>46</sup> Carlos Heitor Cony, em depoimentos à autora. Janeiro de 2003.

<sup>47</sup> Cony: “Mídia, democracia e parlamento brasileiro”. Debate na Câmara dos Deputados. Parte dos eventos oficiais comemorativos dos 500 anos de descobrimento do Brasil. [http://www.camara.gov.br/internet/Camara500/Seminarios/PB\\_CarlosHCony.htm](http://www.camara.gov.br/internet/Camara500/Seminarios/PB_CarlosHCony.htm) [acesso em novembro de 2002].

<sup>48</sup> Nossa análise esteve atenta a essa dinâmica de delimitação de perspectivas e sentidos nos debates acerca das noções de democracia e liberdade de imprensa, em *OESP* e *CM*, presentes na Parte 2.

dos jornais, a quem e de que modo o conteúdo foi atribuído aos diversos jornalistas que participam do processo de produção da notícia.

O *jornalista* que tinha seu nome nos jornais, que assinava os textos que escrevia, era o articulista: de modo geral, mais próximo do político ou do ficcionista em sua escrita. Para utilizarmos o *Correio da Manhã* como exemplo, poderíamos citar as crônicas políticas de Augusto Frederico Schmidt ou as crônicas sobre assuntos gerais ou do Rio de Janeiro, escritas por Carlos Drummond de Andrade. O repórter e/ou redator das notícias raramente assinava os textos que publicava nos jornais diários, diferentemente da regra predominante nos dias de hoje<sup>49</sup>. Às vezes, uma entrevista. Heráclio Assis de Salles, por exemplo, apontado por Villas-Bôas Corrêa como um dos jornalistas políticos mais importantes do período, repórter e redator principal de política do *Correio da Manhã* durante muitos anos, não foi um nome presente naquele jornal. Não assinava o que escrevia. As revistas semanais, por sua vez, tinham um outro padrão: *O Cruzeiro* e *Manchete* não só traziam os textos assinados, como tinham no autor um rótulo significativo, uma estratégia de publicidade e credibilidade, que adicionava pontos à imagem institucional e ao sucesso empresarial.

A atribuição a um autor não era, assim, regra no noticiário diário. Fazia-se necessária no terreno delimitado como sendo o da “opinião”, mas não no da “informação”, o que não significa, entretanto, que a credibilidade não estivesse, no jornal como um todo, vinculada a uma forma de autoria. Aqui remetemos, para além dos dois níveis apontados e concretos da instituição/empresa e dos jornalistas que realizam as reportagens e as redigem, para a própria imagem do *jornalista e do jornal*, idealizações interessadas, já que responsáveis pela manutenção de um lugar de destaque para o jornalismo nas sociedades contemporâneas. Dizem respeito à suposta *necessidade da informação* na modernidade; à suposta necessidade de uma “orientação imparcial” das opiniões para a conservação da ordem, que poderia ser realizada pelo jornalismo, caracterizado, por sua vez, pela mescla que apontamos neste capítulo entre as noções de técnica/isenção e vocação/missão pedagógica. A possibilidade de representação da opinião

---

<sup>49</sup> Quando nos referimos ao fato de que os textos veiculados pelos jornais, hoje, trazem, predominantemente, a assinatura de seu redator, podemos pensar que existe aí a função-autor, no sentido jurídico, a atrelar o autor a sua escrita, responsabilizando-a por ela. Por outro lado, o jornalista que assina as notícias informativas pode ser pensado em uma função de autoria que se aproxima da do “signatário” de um texto, mais do que do autor como “nú de sentidos” do dizer, para remetermos a Foucault. Essa situação é, a nosso ver, correspondente aos níveis de padronização adotados por alguns jornais para o noticiário diário informativo, entre os quais destacamos a *Folha de S. Paulo*.

pública, dentro da idéia de totalização das expectativas e opiniões contidas na sociedade, de que falamos antes, pode ser adicionada aos pontos levantados aqui.

Para além das tensões entre norma e trabalho cotidiano, presentes no cerne da atividade jornalística no período de que tratamos, *o jornal* vem funcionando como lugar privilegiado de “transcrição da vida cotidiana”<sup>50</sup> nas sociedades contemporâneas, o que confere, às empresas jornalísticas, a possibilidade de simular, para si, um lugar de exterioridade em relação aos embates entre projetos de Brasil e confrontos de interesses, mais ou menos circunstanciais; conferindo um lugar à parte para o “produto” notícia.

A distância entre o ideal de objetividade e o exercício do jornalismo, ou entre a norma e o exercício efetivo do trabalho, não significa que a normatividade e, nela, o tema da objetividade tenham exercido funções menos concretas na valorização do jornalismo como agente político e social, naqueles anos.

### ***Liberdade para dizer a verdade***

A questão da objetividade carrega, também, outras ambigüidades. Ao mesmo tempo em que fez parte dos esforços disciplinadores, que caminhariam no sentido da diminuição da autonomia daquele que escreve, assim como da abrangência da “função-autor” no jornalismo, poderia, talvez, atender a efeitos bastante diversos, protegendo, em certo sentido, a “verdade” e honestidade do noticiário contra práticas de manipulação, falseamento e/ou silenciamento por parte da direção das empresas.

São duas possibilidades para o trabalho no campo do ideário da isenção e imparcialidade: de um lado, uma garantia maior de controle das empresas sobre aquilo que se produz, pela delimitação da autonomia do jornalista como autor; de outro, a possibilidade de uma defesa da ética no jornalismo por parte dos trabalhadores da notícia. O problema nos parece estar no fato de que esta defesa da ética recorra ao mesmo campo, falacioso, da possibilidade de reprodução dos “fatos” e produção de uma verdade não conflituosa.

Algumas referências presentes nos documentos pesquisados apontam para uma convivência desses sentidos durante os anos 1940-60.

---

<sup>50</sup> Gumbrecht (1998), p. 71.

Seja na defesa de parâmetros éticos, seja nas discussões sobre leis de liberdade de imprensa, nas quais esteve presente a questão da atribuição de responsabilidade ao *autor* (ao jornalista; ao chefe de seção, posteriormente chamado de editor; aos proprietários da empresa jornalística), parece-nos ter existido um ponto de convergência entre os aspectos normativos do recurso à noção de “objetividade” e as concepções de autoria às quais os jornalistas recorreram, inclusive, em sua própria defesa ou como meio de resistência à perda de autonomia e de *liberdade* na produção da notícia. Nossa hipótese a esse respeito se refere ao fato de que, nos dois casos, os sentidos assumidos se atrelam a concepções de verdade, transparência, autonomia e liberdade pertencentes ao campo do liberalismo.

O primeiro item da “Declaração de Londrina”, resultante do I Encontro de Jornalistas do Paraná, realizado em Londrina entre 29 de junho e 1º de julho de 1962, dizia:

“Impõe-se a criação de uma consciência profissional de que o jornalista é, cada vez mais, um trabalhador assalariado e cada vez menos responsável quer pela opinião difundida pela empresa em que trabalha, quer pela deformação interessada da notícia”<sup>51</sup>,

em uma demonstração de que a concepção da autoria no jornalismo se transformava. Nesse caso, a caracterização do jornalista como “trabalhador assalariado”, inserido em uma situação em que se sente estranho em relação ao produto final de seu trabalho (o jornal do dia seguinte), é mobilizada em defesa do próprio jornalista, que não poderia, assim, ser responsabilizado legalmente pelos textos veiculados nos jornais.

Resoluções de um outro encontro, o X Congresso Nacional de Jornalistas, que aconteceu em Brasília entre os dias 3 e 7 de julho de 1963, afirmavam, por sua vez, que

- “a) o jornalista deve desfrutar, como trabalhador intelectual, de liberdade intelectual e de convicção, liberdade essa que deve se traduzir na prática, pelo direito de não escrever contra sua própria consciência e contra o que julga serem os interesses da comunidade, a serviço da qual deve estar;
- b) o jornalista deve sempre dar a informação verídica, sem deformações interessadas, sem subordinação a grupos contrários ao conhecimento dos fatos, que devem ser apresentados tal como ocorreram”<sup>52</sup>.

Nesse último caso, a defesa da *liberdade intelectual* carrega uma concepção de autoria bastante diferente daquela presente na “Declaração de Londrina”. Defende-se, aqui, a

<sup>51</sup> *Boletim da Federação Nacional de Jornalistas Profissionais*, ano III, n.3, julho de 1962. [AEL]

<sup>52</sup> *Boletim da Federação Nacional de Jornalistas Profissionais*, ano IV, n.5, setembro/outubro de 1963. [AEL]

possibilidade de que o jornalista seja, para além de repórter, redator ou editor de textos, *sujeito de opinião*, que não deve ser constrangido à posição de um estranho em relação à própria escrita e ao conteúdo noticiado. A potencialidade da opinião, no entanto, se dissolve na idéia de que falaria, assim, de um lugar neutro e desinteressado.

Curiosa trança em que verdade e desinteresse se conjugaram à idéia, ora de que a *autoria interessada* era a das empresas (e que, portanto, os jornalistas não deveriam ser responsabilizados pelas opiniões publicadas nos jornais), ora de que o jornalista deveria defender seu estatuto de *sujeito de opinião* em nome de sua autonomia e “liberdade intelectual”, caracterizadas por atributos de verdade e neutralidade que não escapam aos sentidos que vimos afirmados em textos anteriores, com teor normativo e disciplinador.

Marcos Paulo Filho, diretor do *Correio da Manhã* durante os anos 1950, fez afirmações que remetem também a esta discussão, em texto no qual defendia, para o jornalista, o direito de manter em segredo fontes e/ou informações, sempre que considerasse necessário. Segundo ele, o jornalista “não é somente um observador-narrador. É também um crítico nas sociedades cada vez mais policiadas e civilizadas. Se como observador-narrador precisa de faro psicológico, como crítico carece de absoluta liberdade para dizer a verdade”<sup>53</sup>.

Podemos associar, aqui, a “liberdade intelectual”, tal como foi citada antes, ao campo da crítica, tal como definido por M. Paulo Filho.

Ao jornalista, como autor que sistematicamente colhe, reporta e transmite fatos, a exterioridade seria possível. Ao “crítico”, seria necessária uma autonomia maior. Seriam, digamos, “níveis” diferentes da autoria no jornalismo. As formulações De M. Paulo Filho, entretanto, não tocam em um outro desses “níveis” de autoria, o do jornal como instituição na qual organizam-se as relações profissionais e de poder, em cujos limites se dá a seleção dos “fatos” e a transformação desses mesmos fatos em relatos repletos de sentidos. É também no interior dos limites desse nível de autoria que se distinguem “relatores” de *sujeitos de opinião*, de acordo com as hierarquias internas e com a direção editorial assumida pelo veículo.

Mais uma vez, foi Nabantino Ramos, proprietário e diretor das *Folhas* durante os anos 1950, ao qual já nos referimos, que explicitou uma posição que nos parece, simultaneamente, funcionar em continuidade com perspectivas liberais de duração considerável e pertencer, em seus sentidos e efeitos, ao estado da configuração do jornalista como autor naquele momento. De

---

<sup>53</sup> “Sigilo Profissional”. Boletim da ABI, n. 92, dezembro de 1959, p. 5. [ABI]

acordo com Nabantino, os abusos na liberdade de imprensa não justificariam, jamais, formas de cerceamento e censura aos veículos de imprensa. A “experiência dos séculos” mostrava, segundo ele, que era necessário assegurar a liberdade e castigar seus abusos, o que não passaria de um ideal, segundo suas considerações. As normas de disciplina internas, entretanto, poderiam funcionar para estabelecer e delimitar, impondo “autodisciplina” moral, formal e intelectual, para sanar uma suposta ausência de disciplina legal. É aí que surge uma imagem presente, com intensidade, nos recursos à tradição liberal presentes nos debates peculiares ao momento para o qual nos voltamos – com as normas, dizia Nabantino, visava-se a transparência: “Sincero esforço, enfim, para abrir as cortinas que vedam o funcionamento da Redação. Paredes de vidro, não apenas para os linotipos e reportagem, campanha, editorial etc.”<sup>54</sup>.

Paredes de vidro. Imagem comum em textos publicados na época, ao procurarem definir o papel do jornalismo na política democrática, a idéia de transparência aparece, aqui, transportada para um ideal organizativo da empresa jornalística, expresso por Nabantino Ramos. Transparência, no entanto, da perspectiva de quem comanda, e observa a engrenagem de produção da notícia. Opacidade da perspectiva do trabalho disciplinado, delimitado, regido por normas que participaram, segundo acreditamos, do movimento de restrição das potencialidades da “função-autor” no jornalismo.

\*

Este foi também um momento de discussões acaloradas sobre a profissionalização, motivadas, entre outras coisas, pela criação dos primeiros cursos de jornalismo. É por meio delas que nos propomos a continuar este nosso debate. A questão que se propõe, então, refere-se ao perfil formulado para o “novo jornalista”, diante da percepção corrente de que essa atividade se transformava. A assunção de um “ritmo”, assim como as ambigüidades constitutivas do campo de sentidos no qual estiveram, juntas, a idéia de objetividade e a de vocação, fizeram parte desse perfil. Veremos, no próximo capítulo, outros aspectos que o constituíram, procurando elucidar, minimamente, a questão referente à composição das redações dos jornais no período.

---

<sup>54</sup> Ramos (1970), p.15.

## Capítulo 4

**Imagens do jornalista em tempos de profissionalização:  
“o senhor quer ser jornalista por que?”**

O “Exame de vocação e capacitação jornalística” apresentado aos candidatos a vagas na redação da Agência Meridional de notícias, pertencente a Assis Chateaubriand, apresentava a pergunta que faz parte do título atribuído a este capítulo, inserida no item “Vocação”. Para respondê-la, em junho de 1943, Ruy Manoel Fernandes de Miranda, natural de Pernambuco, de 17 anos (dos quais os últimos quatro haviam sido vividos no Rio de Janeiro), tinha as seguintes alternativas:

- I – Ouviu dizer que é bom
- II – Pensa que o jornalismo lhe oferece uma vida de aventuras
- III – Pensa obter fama e fortuna com o jornalismo
- IV – Considera o jornalismo um bom caminho para melhores empregos
- V – Precisa de emprego
- VI – Quer dar sua opinião sobre os assuntos do dia”

Miranda optou pela terceira delas, fama e fortuna. Nesse ponto específico, não convenceu o jornalista Carlos Lacerda, editor da Agência Meridional na época, que comentou: “apesar de sua declaração de que pretende fama e fortuna no jornalismo, temos a impressão de que ele pretende realmente um ‘bico’.”<sup>1</sup>

Depois de ponderar sobre a falta de disponibilidade – “tem horários disponíveis apenas até as 18 horas” – e sobre a falta de experiência do candidato – “Muito criança, ainda não tem prática de trabalho nem conhecimento geral dos assuntos que despertam a atenção do jornalista nato (...) sua letra é de colegial” –, Lacerda considerou possível aproveitá-lo como “aprendiz ou praticante de jornalismo”, com ordenado de 250 a 300 cruzeiros<sup>2</sup>, “mandando-o colher pequenas notas em repartições públicas, fazer pequenas reportagens e auxiliar a cobertura de acontecimentos de caráter público como incêndios, casamentos, inaugurações”.

<sup>1</sup> “Resultado do exame de vocação e capacitação jornalística de Ruy Manoel Fernandes de Miranda”. Nele, consta que o candidato foi apresentado por Assis Chateaubriand. As informações iniciais, além da referência à apresentação, são as seguintes: “Não menciona quanto deseja ganhar./Nunca trabalhou na imprensa ou noutra qualquer profissão./Tem apenas 17 anos./Tem o curso secundário./Não escreve à máquina.”. A avaliação foi assinada por Carlos Lacerda e datada por ele de 27/7/43. Os dados pessoais do questionário estão completos, assim como as questões, faltando, porém, algumas respostas que parecem ter sido entregues pelo candidato em páginas anexas. [ACL]

<sup>2</sup> Um relatório de 1944, discutindo a reorganização do diário *O Jornal*, também pertencente aos Diários Associados de Chateaubriand, traz uma listagem dos salários em vigor. Entre os redatores ativos naquele momento, os salários variavam de Cr\$380,00 a Cr\$1.000,00. Uma tabela de “padrões” sugere, entretanto, salários mensais que vão de Cr\$600,00 (para a função de “redator para refundir noticiário”) a Cr\$900,00 (para o nível mais alto de “redator de serviço telegráfico”). No caso dos repórteres, o relatório aconselha que os casos sejam analisados individualmente, mas cita Edmar Morel, com salário vigente de Cr\$605,00, que deveria ser aumentado para Cr\$800,00. O relatório foi encaminhado a Leão Gondim e datado de 27/04/1944, sem identificação do autor. [ACL]

Àquelas observações, seguiram-se estas, finalizando o parecer dado por Lacerda:

“Entretanto deveria melhorar sua redação lendo *Eça de Queiroz*, os jornais da manhã (não os vespertinos) e sapeando a redação da Meridional até dominar os pequenos e elementares segredos da redação para imprensa. Conviria também praticar um pouco a datilografia, no seu próprio interesse.

Depois desse aprendizado se poderá chegar a uma conclusão definitiva. Não se lhe deve recusar uma oportunidade, pois ele tem qualidades para vir a ser um jornalista pelo menos mediano, caso consiga vencer a tendência para a retórica”.

No que se refere aos itens que procuravam checar os conhecimentos gerais do candidato a jornalista, destacamos alguns dos assuntos levantados: a razão da presença do Brasil na guerra (lembramos que o questionário é de 1943), o tabelamento de preços de alimentos, a cooperação da imprensa na defesa nacional, entre outros. Algumas questões pediam respostas pontuais, indagando sobre o local de residência de Sigmund Freud (já morto à época), o nome do bairro operário de São Paulo ou o livro que mais impressionou o candidato até aquele momento (“Os sertões”, de Euclides da Cunha, foi a resposta para esta última).

No Exame, há também questões relacionadas especificamente a jornais e ao trabalho jornalístico, como “Qual é a orientação do *Jornal do Comércio* do Rio?” (a ausência de resposta do candidato foi criticada pelo parecer de Lacerda), ou a seguinte:

“Que é mais importante para mandar pelo telefone ao *Diário de S. Paulo*:

- a) uma entrevista coletiva do presidente da ABI,
- b) o que declarou à imprensa um corretor de algodão,
- c) a colocação da pedra fundamental de uma nova escola no Leblon?”<sup>3</sup>

O candidato escolheu a segunda, correta segundo Lacerda. Sobre outras duas questões, o editor-chefe da Agência Meridional comentaria: “convidado a redigir 10 linhas sobre a inauguração de uma nova linha de vapores no São Francisco caiu novamente na retórica, sem incluir informações concretas”; “a entrevista imaginária com o general Smith sobre o canal do Panamá também se ressentia de retórica sem objetividade”.

Não conhecemos o futuro profissional de Ruy Miranda, não sabemos se trabalhou realmente como jornalista, naquele momento ou nos anos posteriores. O que pudemos conhecer de seu perfil a partir do questionário preenchido em busca de trabalho como jornalista, na

---

<sup>3</sup> A Agência Meridional atendia a diversos jornais, pertencentes ou não aos Diários Associados, ainda que os periódicos do grupo fossem maioria.

Agência Meridional, nos remete, entretanto, a outros perfis, ao “comum” dos jornalistas que povoavam as redações de publicações impressas e radiofônicas na época. Alguns, como pode ter ocorrido com Miranda, começavam a trabalhar muito cedo, em busca de sucesso (como ele próprio respondeu) ou de um “bico” (como avaliou Lacerda). Eram também freqüentes nas redações os chamados “literatos”, rótulo pejorativo entre os jornalistas na época – poetas, cronistas, romancistas, em busca de rendimentos mensais ou de projeção. Além deles, advogados e políticos eram figuras freqüentes, especialmente nas capitais.

Carlos Lacerda, diferentemente de Miranda, tem trajetória conhecida: foi jornalista e político de atuação intensa, especialmente entre as décadas de 40 e 60. Seu perfil nos remete também às redações da época, ainda que tenha se alçado a uma carreira política e de proprietário de jornal, destacando-se, portanto, dos inúmeros jornalistas que nunca passaram do cargo de redator ou de repórter e que tiveram seus nomes diluídos pelos anos.

Lacerda começou a trabalhar como jornalista em 1929, no *Diário de Notícias*. Durante a década de 30, esteve ligado ao Partido Comunista e escreveu para publicações a ele vinculadas, como *A Marcha*; trabalharia, ainda, com Samuel Wainer, na revista *Diretrizes*, antes de ser desligado do Partido, em 1939. Em 1943, assumiu a direção da *Agência Meridional de Notícias*, pertencente a Assis Chateaubriand; trabalhou em diários importantes como *O Jornal e Correio da Manhã* ainda durante os anos 40, até que fundasse seu próprio jornal, *Tribuna da Imprensa*, em 1949. Em 1932, iniciara o curso de Direito na Universidade do Rio de Janeiro, abandonado dois anos depois. Elegeu-se vereador no Distrito Federal pela UDN em 1947, antes mesmo da fundação da *Tribuna*. Mantendo-se filiado ao partido até sua extinção, foi deputado federal na segunda metade dos anos 50 e governador da Guanabara entre 1960 e 1965<sup>4</sup>. Jornalista e político – não saberíamos distinguir essas atividades na biografia de Lacerda; esteve envolvido como personagem central em crises importantes daquele período, como a de 1954, que culminou no suicídio de Vargas, e a tentativa de impedimento da posse dos eleitos para a presidência e vice-presidência da República em outubro de 1955, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Teve presença destacada em nas articulações golpistas durante o período, inclusive naquelas que resultaram no golpe de 1964.

---

<sup>4</sup> Para outras informações biográficas referentes a Carlos Lacerda, consultar o verbete com seu nome no Dicionário Histórico-Biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CpDoc, FGV, RJ).

Como dissemos antes de passar a esse conjunto breve e incompleto de informações biográficas sobre Lacerda, seu perfil remete às redações. O fato de ter se destacado e atuado como protagonista de diversas passagens importantes da história política do período não o faz, no entanto, uma exceção. Especialmente se estivermos atentos à pluralidade que marcava o campo do jornalismo naquele momento: “repórteres” foram, muitos deles, profissionais que, como Lacerda, construíram sua carreira nos limites entre o jornalismo e a política.

Vinculando o jornalismo a outros campos, os jornais cariocas contaram, em períodos dos anos 40 aos 60, com escritores como Clarice Lispector<sup>5</sup>, Nelson Rodrigues<sup>6</sup> e Antonio Callado<sup>7</sup>, entre outros, para trabalhos de redação e reportagem e, posteriormente, para a produção de crônicas para jornais diários e revistas semanais. Contaram com artistas plásticos como Amilcar de Castro<sup>8</sup> para a elaboração de novos padrões gráficos; com cartunistas como Millôr Fernandes, com quadros e personagens que circulavam por todo o Brasil nas páginas de *O Cruzeiro*; com fotógrafos como Jean Manzon, José Medeiros e Luís Carlos Barreto, que passaria da revista *O Cruzeiro* a trabalhos no cinema, junto a Glauber Rocha. Misturavam-se a eles, nos anos 50, uma minoria de jornalistas saídos dos cursos de jornalismo, recém-criados e polêmicos, em geral

---

<sup>5</sup> Sobre a atuação de Clarice Lispector como jornalista, cf. Nádia Gotlib (1995). Clarice fez seu primeiro trabalho neste campo no ano de 1940, como redatora da Agência Nacional, no Rio. Seu registro profissional de jornalista é do ano de 1942 (pp. 150-151). Durante os anos finais da década de 50 e iniciais da de 60, escreveria colunas em seções ou suplementos femininos de jornais e revistas: assinando Helen Palmer, escreveu a coluna intitulada *Correio Feminino – Feira de utilidades* no *Correio da Manhã*, entre agosto de 1959 e fevereiro de 1961; assinando Ilka Soares, escreveu a coluna “Só para mulheres” no *Diário da Noite*, entre abril de 1960 e março de 1961, época em que aquele diário foi dirigido por Alberto Dines (pp. 330-335). Durante boa parte dos anos 60 e início dos anos 70, escreveu crônicas semanais para o *Jornal do Brasil*, reunidas posteriormente no livro *A descoberta do mundo* (Lispector, 1999).

<sup>6</sup> Nelson Rodrigues começou a trabalhar aos 13 anos nos jornais cariocas *A Manhã* e *Crítica*, de propriedade de seu pai, Mário Rodrigues. Trabalhou em *O Globo Juvenil* e *O Jornal*, este último o principal veículo dos *Diários Associados* no Rio de Janeiro, durante os anos 40 e 50. Entre 1951 e 1961, redigiu a coluna diária “A vida como ela é...”, no jornal *Última Hora*.

<sup>7</sup> Callado iniciou seu trabalho como repórter e redator no jornal *Correio da Manhã* aos 17 anos, em 1937, formando-se em Direito, profissão que não exerceu, em 1939. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi contratado pela British Broadcasting Corporation (a BBC), em Londres, lá permanecendo entre os anos de 1941 e 1947. Nos anos de 1944 e 45, trabalhou também para o Serviço Brasileiro da Radio Diffusion Française, em Paris. De volta ao Brasil, ocupou o cargo de redator-chefe do *Correio da Manhã* entre os anos de 1954 e 1960. Foi também redator do *Jornal do Brasil* nos anos 60, tendo sido enviado por esse jornal ao Vietnã para cobrir a guerra, em 1968, um ano depois do lançamento de uma de suas obras literárias de maior sucesso, *Quarup*. Escreveu para jornais até os anos 90, tendo contribuído nos últimos anos de sua vida para o jornal *Folha de S. Paulo*.

<sup>8</sup> O artista plástico, escultor, Amilcar de Castro participou da reformulação gráfica do *Jornal do Brasil* no final dos anos 50, tida até hoje como momento importante das transformações no padrão visual dos jornais diários neste século, no Brasil.

pouco aceitos por aqueles que se constituíram como profissionais do jornalismo pela experiência nas redações, que seriam maioria pelo menos até os anos 60<sup>9</sup>.

\*

Naquele mesmo ano de 1943 em que Ruy Miranda pleiteava um emprego na Meridional, mais especificamente no dia 13 de maio, o então presidente Getúlio Vargas assinava o decreto de aprovação dos cursos de jornalismo em nível universitário, sem o apoio dos grandes jornais diários que dominavam o mercado na época. O curso de jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro (uma das Faculdades que constituíam a Universidade do Brasil) começou a ser organizado em dezembro de 1946, mas foi inaugurado apenas em abril de 1948. O da Escola de Jornalismo Cásper Líbero começou a funcionar cerca de um ano antes, em maio de 1947, tendo sido o primeiro curso no gênero no Brasil.

A exigência do diploma para o exercício do trabalho jornalístico viria apenas em 1969, por meio do Decreto-lei 972, de 17 de outubro, regulamentado pelo Decreto-lei 65.912, de 22 de dezembro do mesmo ano. Nele, foi definida a categoria de jornalista provisionado, dispensado do diploma de curso superior, podendo compor até um terço das admissões feitas pelas empresas a partir daquele momento. Definia, ainda, a possibilidade de que aqueles que vinham exercendo o jornalismo sem diploma ou registro obtivessem seu registro junto ao Ministério do Trabalho no prazo de até 90 dias após a regulamentação do Decreto, desde que provassem, entre outras coisas, que haviam exercido a profissão durante 12 meses corridos ou 24 intercalados. Previa também a revisão dos registros já concedidos, alegando a necessidade de cancelamento de “registros viciados por irregularidade insanável”. O Decreto de 1969 não foi, entretanto, o primeiro a versar sobre a necessidade do diploma: cerca de 30 anos antes, em novembro de 1938, o Decreto-lei 910 previa, no artigo 17, a criação de escolas de jornalismo pelo Governo Federal, determinando em Parágrafo Único que “Criadas as escolas de que trata este artigo, a inscrição no registro de profissão Jornalística só se fará para os novos profissionais em face do diploma do curso feito ou exames prestados em tais escolas”. Daí, seriam mais cinco anos até a criação do Curso de

---

<sup>9</sup> Segundo Maklouf Carvalho (2001), em maio de 1951 a revista *O Cruzeiro* teve seu primeiro repórter diplomado, Elias Nasser, formado pelo Curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia. Era o irmão caçula daquele que foi, possivelmente, o jornalista mais conhecido no Brasil durante os anos 50, David Nasser, de que falamos no capítulo anterior (p.162).

Jornalismo pelo Decreto-lei n. 5.480, de 1943; nove anos até a inauguração do primeiro curso, em 1947; trinta e um anos até a determinação da obrigatoriedade do diploma pelo decreto de 1969.

A idéia de profissionalização foi, assim, central aos anos 1940-60, para os quais nos voltamos nesta pesquisa. Interessa-nos jogar luz sobre os sentidos que assumiu, especialmente por ter mobilizado, como se verá, a demarcação de fronteiras entre o “velho” e o “novo”, para a imprensa e para o perfil do jornalista que seria, de acordo com as formulações com as quais trabalhamos neste capítulo, considerado necessário e adequado a um jornalismo que se transformava.

Esteve, predominantemente, vinculada a outras, com as quais já trabalhamos. As afirmações de que a sociedade se transformava uniram, em muitos dos textos pesquisados, uma noção de desenvolvimento (vinculado ao aprimoramento e progresso técnico-industrial) à suposição da existência de uma demanda *social* pelo aprimoramento dos trabalhadores e do trabalho jornalístico. Procuramos analisar de que modo se vincularam esses termos e, ainda, que tipo de resistência suscitou a idéia, que podemos considerar vencedora, de que os *tempos*, isto é, aquela que foi proposta como a *corrente da história*, tomava a direção, assim identificada, da profissionalização e da técnica.

Nossa atenção aos debates sobre os primeiros cursos de jornalismo se deve ao fato de que, entre os que os defenderam e também entre aqueles que os criticaram e que foram contra sua criação, mobilizaram-se concepções acerca do perfil de jornalista desejado para os *novos tempos*. A polêmica sobre a formação do jornalista fez parte do momento de criação dos cursos e se estende até hoje.

### *Os novos e os velhos jornalistas*

Recuando um pouco em relação ao período com o qual trabalhamos, citamos algumas imagens que nos remetem a um imaginário mais amplo, heterogêneo, mas de duração considerável, sobre jornalistas e sua atuação na sociedade contemporânea.

A primeira foi escrita por João do Rio<sup>10</sup>, profissional lembrado por sua atuação marcante no jornalismo do início do século e, acima de tudo, pelo estilo de suas reportagens – gênero por si só considerado uma inovação na época. Este trecho é de um texto publicado em 1909:

“Para ser jornalista em qualquer parte do mundo civilizado, é preciso ter vocação e prática. Já se dispensa o bom senso, como se dispensa o estilo e a impertinente gramática. Aqui não há estilo, não há gramática, não há prática, não há bom senso, não há vocação. Um pequeno estudante, naturalmente poeta, tem crise monetária. A revisão incomoda – É difícil emendar o que os outros escrevem, quando não se tem absoluta certeza. O povoamento do solo já não tem empregos, nem para os mineiros. Que fazer? Um pequeno estudante arranja um empenho político e amanhece repórter. Um cidadão qualquer fracassou em todas as profissões, quebrou, foi posto fora de um clube de jogo. Que faz? É jornalista. Aquele moço bonito, cuja bolsa parca só se compara à opulência da vontade de freqüentar as rodas chiques, vê-se à beira do abismo? Não há hesitações. Faz-se jornalista. O idiota que quer gastar dinheiro, o industrial esperto, o político com apetites de chefe, estão em crise? Surge imediatamente o jornal para lançá-los, lançado por eles”<sup>11</sup>.

A segunda imagem a que recorremos faz parte do romance de Lima Barreto, *Memórias do escrivão Isaías Caminha*, publicado pela primeira vez, como livro, no mesmo ano em que foi escrito o texto de que extraímos o trecho acima. Suas observações, ainda mais ácidas que as de João do Rio, têm tons semelhante ao desta, enunciada pelo personagem Plínio:

“Fiquem vocês sabendo que, se o Barba-Roxa ressuscitasse, agora com os nossos velozes cruzadores e formidáveis couraçados, só poderia dar plena expansão à sua atividade se se fizesse jornalista. Nada há tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno: a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de senso moral a toda a prova... E assim dominam tudo, aterram, fazem que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do assentimento e da sua aprovação... Todos nós temos que nos submeter a eles, adúlá-los, chamá-los gênios, embora intimamente os sintamos ignorantes, parvos, imorais e bestas... Só se é geômetra com o seu *placet*, só se é calista com a sua confirmação e se o sol nasce é porque eles afirmam tal cousa... E como eles aproveitam esse poder que lhes dá a fatal estupidez das multidões!”<sup>12</sup>

Nos dois casos, podemos observar um ponto que estaria presente nos anos 1950, nos debates sobre a profissionalização. A idéia de que “qualquer um” poderia se tornar jornalista, na qual esse “qualquer um” significava falta de honestidade e ética profissional, falta de talento e

<sup>10</sup> Nome jornalístico e literário pelo qual ficou conhecido Paulo Barreto, jornalista, cronista e romancista, que viveu no Rio de Janeiro entre os anos de 1881 e 1921. João do Rio é, até hoje, citado como uma espécie de inventor da “reportagem moderna” no Brasil. Cf. Medina (1978); Ribeiro (1998), entre outras.

<sup>11</sup> De *O Cinematographo*, citado por Medina (1978), p.65.

<sup>12</sup> Barreto (1961), p.145.

inteligência, à qual se adicionaria, depois, falta de *estilo jornalístico* e *padrões* de comportamento, observação e escrita, seria mobilizada em muitos argumentos presentes nos debates dos anos 50. Foi chamada, no entanto, a representar o passado, em formulações que indicavam rupturas entre as práticas consideradas anteriores e aquelas consideradas *modernas* ou *novas*, que seriam marcadas por uma carga menor de subjetividade e interesses pessoais, por uma ênfase maior na técnica e na atuação profissional – o jornalismo, diziam, mudara, não seria mais um bico ou um ponto de escalada para ambições políticas ou literárias.

Uma outra imagem, de um texto escrito por Olavo Bilac nos anos 1920, ironiza e antecipa uma percepção que seria freqüente, mas que, diferentemente da imagem saborosa de Bilac, se proporia, em geral, com o objetivo de valorizar a atividade jornalística. Abaixo, o jornalista de Bilac:

“O jornalista é um aparelho receptor e condensador das comoções, dos abalos, das paixões de toda uma população. Imaginemos um exemplo. O jornalista x, bem dormido e bem almoçado, sai de casa, a caminho do seu jornal. Toma um bonde elétrico. Abre todas as folhas e começa a ler. Já essa leitura principia a desorganizar-lhe o sistema nervoso. Em meio da viagem, o bonde elétrico (não fosse ele elétrico!) reduz a pó impalpável o corpo de um transeunte. X toma do lápis e registra o fato: e já é o seu próprio corpo de jornalista que sente a dor terrível do despedaçamento...

Depois, X vai à Câmara fazer o seu extrato dos debates: e, posto no meio daquela multidão que discute, que se irrita, que se arrepela, X condensa dentro de sua rede nervosa toda aquela explosão de opiniões: e, ao cabo da sessão, parece que x é que descompôs e foi descomposto. X é o homem-Congresso: dentro do seu cérebro toda a política do país se baralha e confunde...

Depois, na sala de redação, X começa a receber as reclamações do público. Este, demitido injustamente por um diretor prepotente, vem pedir a defesa da imprensa: X fica com a alma cheia de indignação. Aquele outro, criador da roça, vem dizer que uma porca deu à luz, na sua fazenda, 846 porquinhos de uma só vez: X quase morre de espanto.

Depois, chegam as notícias políticas: queijos furtados, cabeças quebradas, bêbados apanhados na via pública, assassinatos, desastres, roubos – tudo isso entra precipitadamente e atabalhoadamente no sistema nervoso de X: X é o homem-multidão.

Depois chegam os telegramas da Havas.

E é X quem experimenta os abalos revolucionários de Cuba, quem fica estraçalhado pelas bombas dos anarquistas, quem é condecorado com a Grã-Cruz da Legião de Honra (...).

Ao fim da noite, X não é mais um homem, X é o mundo inteiro”<sup>13</sup>.

A passagem dessas imagens para aquelas que foram freqüentes nos anos para os quais nos voltamos nesta pesquisa é feita de permanências e de rupturas. As permanências dizem respeito, acima de tudo, à imagem heróica e multifacetada de representante da opinião pública e

<sup>13</sup> Trecho de “Sem nervos”, in Bilac (1996).

conhecedor dos diversos aspectos da vida humana, atribuída ao jornalista. Seria mantida também a idéia de que o trabalho jornalístico permitia uma posição de relevo a facilitar-lhe o papel de aproveitador, chantageador ou receptor de prestações políticas e financeiras as mais variadas<sup>14</sup>. As rupturas estariam, acima de tudo, no argumento, cada vez mais enunciado, de que o jornalista se profissionalizava: no recurso a aspectos legitimadores dessa “profissionalização” (ou das opções assim anunciadas), entre eles a discussão sobre a educação especializada e as funções do *novo* jornalista na sociedade.

Tocamos, portanto, no emaranhado de sentidos que se estende entre as palavras de Olavo Bilac, com toda ironia ali contida – “o jornalista é um aparelho receptor e condensador das comoções, dos abalos, das paixões de toda uma população” –, e as do jornalista Luiz Beltrão, proferidas no ano de 1960 com objetivos didáticos – “a informação que colhe é mais completa e tem aplicação imediata porque ele lhe dá forma, julga-a, pesa-a, não em função dos seus próprios interesses mas da sociedade de que se sente receptor e transmissor”<sup>15</sup>. Continuando com Beltrão, veremos que os termos, bastante semelhantes aos de Bilac, compõem argumentos diferenciados. Algumas imagens, bastante duradouras, são articuladas às idéias de técnica e isenção, permitindo enunciar o ponto de cisão – a diferenciação entre “velhos” e “novos”, que permitiria que a temática da mudança e da modernização fosse central a esse imaginário no período em que o jornalista pernambucano escrevia seu texto<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> O Dicionário Enciclopédico de jornalismo publicado em 1970 por Nabantino Ramos, que dirigiu a empresa Folha da Manhã entre 1947 e 1962, reinterpreta parte das definições e normas elaboradas para as *Folhas* naquele período. Nele, o verbete JORNALISTA traria, entre outros, o seguinte comentário: “A sociedade é ambivalente em face do jornalista. De um lado o acata, por sentir que ele tem o poder de noticiar, de projetar pessoas e mesmo o de atacá-las, quando se trata de diretores ou proprietários de jornal. Mas de outro o despreza, por exercer atividade econômica frágil, e não raro abusar impunemente dos poderes que tem. A história do jornalismo não está marcada apenas por figuras de alta expressão moral e intelectual, que as tem havido em bom número. Mas também por muita ignorância, arrogância e desonestidade, encasteladas em jornais pouco escrupulosos, agressivos e irresponsáveis. Como em toda profissão, há no jornalismo figuras dignas e indignas. Mas com a diferença de o jornalista dispor de um instrumento – o jornal – que lhe permite prejudicar ou ferir terceiros. E isso basta para explicar o desapareço que o persegue. Tão grande foi esse desapareço, que durante longos anos havia, nas ordens internas e reservadas do Banco do Brasil, proibição formal de fazer empréstimos a jornalistas e empresas jornalísticas”. (p.150)

<sup>15</sup> Beltrão (1960), p.161.

<sup>16</sup> Luiz Beltrão começou sua carreira no *Diário de Pernambuco*, em 1936. Em 1963, já ligado ao Ciespal, fundaria o Instituto de Ciências da Informação (ICINFORM), anexo ao Curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, que ajudara a fundar. Foi editor responsável pela revista *Comunicação e Problemas*, considerada a primeira revista com enfoque acadêmico na área de Comunicação no Brasil, e que teve seu primeiro número publicado em 1965, no mesmo ano em que o jornalista se transferiu para a Universidade de Brasília (UnB), convidado pelo assessor de imprensa do governo Castelo Branco, José Castelo Assunção, para coordenar a Faculdade de Comunicação daquela Universidade, após a demissão de 265 professores por razões políticas e de perseguição pelo governo militar recém-instalado. As informações aqui presentes foram colhidas das obras do autor

Em 1957, Luiz Beltrão apresentou o trabalho “Imprensa e Juventude” no VII Congresso de Jornalistas, realizado no Rio. Nele, fazia distinções entre um jornalismo considerado ultrapassado e um outro, moderno, que demandaria novos e jovens profissionais.

Segundo Beltrão, os velhos jornalistas, aqueles assim considerados naquele ano de 1957, teriam adquirido experiência profissional de acordo com “os padrões ultrapassados do jornalismo individualista, político ou literário do princípio do século”, não sendo capazes de modificar-se e, principalmente, de conceber o jornalismo como um *serviço público*, noção apresentada como *nova*, apesar de estar enraizada na tradição liberal que estabelece a relação entre jornalismo e opinião pública<sup>17</sup>. Caberia aos jovens a função de renovar o jornalismo, recebendo uma formação adequada (universitária, porém associada a estudos especializados na área de jornalismo), procurando o contato com as massas e com as fontes mais autorizadas e analisando as idéias correntes. No jornalismo moderno, dizia,

“não há mais lugar para o escritor em busca de prestígio nas rodas literárias; para o aspirante a cargos eletivos à procura de degraus que o levem a postos políticos; para o oportunista, perseguindo a fortuna e transformando o jornal (se proprietário) ou a sua coluna (se assalariado) em mercadoria lançada ao sabor da oferta e da procura. Sendo um técnico, um profissional, um homem que possui os conhecimentos teóricos e práticos e a consciência da sua missão, como parcela de um todo homogêneo que é a redação, o jornalista de hoje tem de subordinar os seus atos à tirania do dever, sem dúvida a maior garantia ao exercício da liberdade de imprensa.”<sup>18</sup>

Homogeneização, especialização, técnica e missão caminham juntas, como apontamos no capítulo anterior.

Poucos anos depois, Beltrão publicaria *A filosofia do jornalismo*, que ganhou o prêmio Orlando Dantas de 1959. No livro, o jornalista é definido por meio dos seguintes termos: vocação, curiosidade comunicativa, fecundidade jornalística, objetividade, discrição e senso estético. Neles, chamam-nos a atenção alguns pontos.

No quesito *curiosidade jornalística*, o jornalista é definido como receptor e transmissor na e da sociedade na qual vive e exerce sua profissão. A chamada curiosidade não seria, assim, uma

---

e também de MARANINI, Nicolau. *A trajetória de um pioneiro*, disponível no site [www.metodista.br/PCLA/revista1/perfis](http://www.metodista.br/PCLA/revista1/perfis) [Acesso em novembro de 2002].

<sup>17</sup> Cf. o prefácio de Marilena Chauí, em Nascimento (1989).

<sup>18</sup> O trabalho apresentado por Beltrão no VII Congresso foi publicado na íntegra, com o mesmo título, pelo *Indicador dos Profissionais da Imprensa* do primeiro semestre de 1958 (ano III, n.4, p.72). Nesse mesmo número do indicador, há outros trabalhos apresentados no Congresso de 1957, como “Estilo Jornalístico”, de Arnaldo Sampaio, de que falaremos no próximo capítulo. [AEL]

atitude profissional apenas, mas um atributo do homem jornalista, que, diferentemente do médico ou do advogado (profissões citadas por Beltrão), estaria “sempre em função”, não se permitindo tréguas, já que “os fatos se sucedem numa aglutinação dinâmica que provoca, sempre, no observador, uma reação que culmina na criação da notícia”<sup>19</sup>.

Sob o item *fecundidade jornalística* destacamos a defesa de que o jornalista adquirisse conhecimentos gerais, informando-se incessantemente, expressa da seguinte forma: “Não é imprescindível que seja um enciclopédico, que tenha uma excepcional bagagem cultural; mas que sua mentalidade represente ‘a média aritmética das mentalidades às quais se dirige’”<sup>20</sup>. Não deveria ser vulgar, mas “extraordinariamente corrente”. Corrente porque factual, mas, também, corrente porque atrelado ao progresso técnico que, segundo ele, inspirava admiração do público em geral, permitindo que a “coleta” e “transmissão” estivessem em sintonia com o público leitor:

“O que o jornalista vê, antes de tudo, no desenvolvimento da técnica é a sua libertação do tempo, daquela pressão e daquela opressão do tempo, com que já Renaudot, no século XVII, justificava as claudicâncias do seu trabalho jornalístico, frente à objetividade que deveria informá-lo; é o fato de que o progresso técnico deve implicar sempre na liberação do espírito, numa transcendentalização que vem sendo o ideal perseguido pelo homem e pelas sociedades, desde as épocas mais remotas, na sua luta incessante contra as forças da natureza, visando colocá-las ao seu serviço.”<sup>21</sup>

O homem de jornal teria uma posição de vanguarda na experimentação dessa nova relação com o tempo, já que é considerado por Beltrão como intérprete e orientador dos demais, dos homens que o lêem e escutam. Como diria o autor mais adiante, em um item do livro que tem título bastante significativo, “Os reclamos do presente”, o jornalista deveria lançar-se não apenas individualmente, mas através do coletivo da imprensa, à frente das campanhas que chama de cívicas, pelo desenvolvimento do país. Já teriam sido, eles, os jornalistas, peça-chave nas campanhas pela nacionalização do petróleo, por Volta Redonda, pela barragem de Paulo Afonso. Acentuam-se, assim, as projeções quase heróicas: “é aos jornalistas – e não aos políticos e técnicos – que o povo confia os seus mais ardentes anseios, como a independência, como a abolição, como a república, como o civilismo, como o liberalismo de 30”<sup>22</sup>.

<sup>19</sup> Beltrão (1960), p.161.

<sup>20</sup> Esta noção é atribuída a Ismael Heráiz (1948), p.37.

<sup>21</sup> Beltrão (1960), p.159.

<sup>22</sup> *Idem*, p.209. Nesta parte do livro, Beltrão cita trabalhos apresentados no VII Congresso de Jornalistas, realizado no Rio em 1957, que citamos há pouco justamente por termos recorrido a trabalho apresentado pelo próprio autor naquele Congresso. Os trabalhos citados são de Paulo Cajás (“O papel criador da imprensa”, in *Anais do VII Congresso Nacional de Jornalistas*, Rio, 1958, vol.II, p.521) e de Walfrido Morais (“O dever da imprensa em face

Consideramos interessante verificar que o mesmo autor que no artigo de 1957 projetava, como uma das características do jornalismo moderno, a presença de jornalistas como “técnicos”, como “parcela de um todo homogêneo que é a redação”, traga no livro de 1960 imagens que poderiam ser vistas como opostas ou em situação de contradição em relação àquelas suscitadas pelo artigo. As publicações citadas como exemplos de um jornalismo a ser seguido, favorável ao país, foram *Diretrizes*<sup>23</sup> e *Jornal de Debates*<sup>24</sup>. O jornalista citado foi, por sua vez, Monteiro Lobato, que, acompanhado de outros não nomeados, mas também “conscientes de sua responsabilidade”, teria lançado a campanha do monopólio estatal do petróleo<sup>25</sup>.

Preferimos, no entanto, pensar que as formulações diferenciadas de Beltrão, que foi, no Brasil daqueles anos, um dos grandes defensores do ensino de jornalismo nas Universidades e da profissionalização do trabalho nas redações, não significam oposição ou contradição de termos. A convivência entre o elogio da técnica e o recurso a Monteiro Lobato como modelo de jornalista combatente; e a convivência entre a descrição do jornalismo moderno como aquele que se compõe de um conjunto de profissionais mais ou menos homogêneo em busca de informações noticiadas objetivamente e o recurso a publicações como *Diretrizes* e *Jornal de Debates* indicam as variações que compõem os discursos a respeito da imprensa e do *dever ser* do jornalismo e do jornalista naqueles anos 1950.

Todas elas, no entanto, atrelam o jornalista aos movimentos “presentes”, às necessidades correntes: o jogo de imagens preserva a idéia de que, para que as transformações acontecessem

---

dos problemas do desenvolvimento econômico nacional”, in *Anais do VII Congresso Nacional de Jornalistas*, Rio, 1958, vol.II, p.398).

<sup>23</sup> *Diretrizes* nasceu como revista semanal, lançada em 1938 por Samuel Wainer. Segundo o verbete *Diretrizes* do Dicionário Histórico-Biográfico do CpDoc-FGV, “seus primeiros números foram marcados por um caráter exclusivamente acadêmico. Tratando de assuntos literários, políticos, econômicos e sociais, *Diretrizes* pretendia atingir um público intelectualmente preparado”. Em 1941, passaria a ser um jornal, de periodicidade semanal. Teve suas atividades encerradas devido a cortes no suprimento do papel, após desentendimentos com o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, em 1944, resultantes de uma entrevista de Lindolfo Collor ao jornal, com críticas à ditadura de Vargas. Reaberto em 1945, com periodicidade diária, seria vendido e, em seguida, extinto, ainda nos anos 40. *Diretrizes* contou com jornalistas como Carlos Lacerda, Francisco de Assis Barbosa, Joel Silveira, Rubem Braga e Astrogildo Pereira.

<sup>24</sup> O *Jornal de Debates*, jornal carioca, semanal, foi fundado por Augusto de Matos Pimenta em 1946, tendo sido extinto em 1951, devido a problemas financeiros, já que se propunha ser um jornal sem fins lucrativos, não aceitando publicar anúncios (a não ser os da Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro, à qual estava ligado Matos Pimenta). Trazia no alto da primeira a seguinte frase de Voltaire: “Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte vosso direito de dizê-lo”. Teve como colaboradores, entre outros, Rafael Correia de Oliveira, Osório Borba e Álvaro Moreira.

<sup>25</sup> Lembramos que o escritor e jornalista Monteiro Lobato, autor de muitos textos e campanhas veiculadas na imprensa nos anos 30 e 40 a favor da exploração do petróleo por empresas nacionais, foi um dos proprietários da Companhia de Petróleo do Brasil, entre outras empresas que se dedicaram à pesquisa e procuraram realizar a exploração do petróleo em território nacional.

dentro dos limites desejados, para que o desenvolvimento se fizesse em ordem, como nos discursos de Juscelino Kubitschek no período, a imprensa e o jornalista deveriam ocupar um lugar central – coleta, transmissão e atribuição de sentidos à mudança, no interior de concepções conservadoras da ordem e do progresso.

Uma publicação do governo norte-americano do ano de 1948 trazia a questão de quem deveria ou não se tornar um repórter ou editor, para a qual apresentava a seguinte resposta:

*“To become a reporter or editor you should, first of all, be able to write interesting copy rapidly and accurately with respect to spelling and grammar, and to facts. You should be interested in a wide range of general information, and should be able to carry on conversations on varied topics with all kinds of people such as politicians, business-men, and labor leaders in order to draw out material for a story. You should have the inquiring mind that takes nothing for granted and looks for real causes and facts. You will need a ‘nose for news’, that is, an ability to determine what makes a story that will interest readers. You should have the capacity for keen observation of people and their behaviour, and be able to write clearly, briefly and accurately, descriptions and interpretations of events, things and people. Good health and endurance are important, because of irregular hours of work, and the necessity for working under pressure in order to meet deadlines”<sup>26</sup>.*

Como ela, as publicações norte-americanas que foram traduzidas para o português no período trabalhariam na cristalização dessas imagens: trabalho sob pressão, missão de orientação e interpretação, que permitiria ao público conhecer e compreender os “fatos”. Sem os jornalistas, formados para tal, isto é, para serem a antena que recolhe fatos e atribui sentido, a *experiência moderna* ficaria desconfigurada... Os principais exemplos, nesse sentido, são o *Manual de Jornalismo* de John Hohenberg, que teve sua primeira edição brasileira em 1962, e o “guia” de Fraser Bond, publicado no Brasil em 1959, ao qual nos referimos antes. Não nos deparamos, durante a pesquisa, com “manuais” ou orientações para a formação de jornalistas escritos por autores europeus ou de outras nacionalidades: um dado, apenas, mas que vem complementar outros referentes à sobreposição das idéias de jornalismo (de progresso e de representação política) que parecem ter orientado ideologicamente muitos dos jornalistas que escreveram sobre o assunto.

O manual de Hohenberg traz algumas descrições interessantes sobre as mudanças na profissão, sobre “o que distingue o profissional de hoje do artesão de ontem”, como dizia no texto elaborado no final da década de 50. As principais podem ser relacionadas a dois grandes grupos,

---

<sup>26</sup> U.S. Government Printing Office, 1948. Preparada pelo *National Roster of Scientific and Specialized Personnel of the War Manpower Commission* para uso de programas educacionais das Forças Armadas do país. [ACL]

que define: o das mudanças de atitude mental e o das mudanças na preparação do trabalhador das redações. Os anos 20 foram, neste caso, o “ontem” mais freqüentemente utilizado pelo autor. Neles é que a expressão “vida jornalística” teria sido mais freqüente do que “a nossa profissão”; naqueles dias “alegres, e mais simples”, teriam sido raros os que considerassem seu trabalho mais do que um simples ofício ou negócio, ainda que existissem profissionais competentes e até brilhantes, ainda que carentes de treinamento específico – “de maneira geral, por uma séria de razões, não se consideravam membros de uma profissão”<sup>27</sup>. O encanto seria, então, substituído por um maior prestígio profissional, conquista devida, segundo Hohenberg, à formação dos jornalistas em cursos universitários. “A geração mais nova de jornalistas, de maneira geral, tende a ser bem educada, bem treinada, com sólida base de humanidades e conhecimentos de ciências sociais e línguas estrangeiras”<sup>28</sup>; esta seria, nos anos 50, maioria nos jornais estadunidenses. Um suposto desejo de ser jornalista, para além de seu perfil mais técnico ou dos interesses vinculados à profissão, continuaria, no emaranhado de sentidos trabalhados por Hohenberg, a ser a motivação principal para o exercício da profissão: “um desejo insopitável, absorvente, de ser jornalista, e nada mais. Há, afinal de contas, tanto o lado artístico como o profissional no jornalista, e quem pode explicar o artista?”<sup>29</sup>

Na Apresentação do outro manual antes citado, o de Fraser Bond, o então diretor do Curso de Jornalismo da PUC-RJ, Walter Ramos Poyares, explicitava ainda mais a vinculação freqüentemente estabelecida entre uma suposta mudança de perfil dos trabalhadores dos jornais e a opção pela formação do jornalista em cursos específicos, dentro ou fora da universidade. “Aquela figura boêmia dos tempos românticos do jornalismo ficou para o passado. Essa mudança de planos entre nós não é muito antiga, mas aí está”, dizia. Os cursos de jornalismo deveriam atender, segundo Poyares, à demanda crescente por maior eficiência nas redações, sem a intenção de formar “doutores em jornalismo” (como sempre, a defesa dos cursos e da profissionalização era acompanhada dos contra-argumentos, com suas devidas respostas). Com os cursos, explicava, “simplesmente estamos vencendo o tempo, reduzindo o período de adaptação, praticamente ultrapassando a era do ‘foca’. O bom curso apresentará o diplomado já apto a trabalhar com bom rendimento. Porque o jornalista é hoje um especialista em comunicação”<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> Hohenberg (1962), pp.18-19.

<sup>28</sup> *Idem*, p.21.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p.24.

<sup>30</sup> Bond (1959), Apresentação, p.VII.

Os argumentos quanto à necessidade de uma “cultura geral” e de conhecimentos heterogêneos mantinham-se, agora transferidos para o campo da educação formal e específica, mas repetindo-se no que diz respeito à caracterização de uma espécie de essência ou natureza do trabalho jornalístico, antes presente na imagem irônica de Bilac, em seu retrato do jornalista que é *o mundo todo*: “Não poderá saber tudo – é claro – mas tem que ser multiversado e deverá revelar permanente curiosidade de saber”<sup>31</sup>.

As discussões sobre os novos cursos, e especialmente os argumentos em sua defesa, deveriam, assim, dar conta dessa permanência. Não explicitariam a crueza do trabalho que se acelerava, que se homogeneizava e que permitia níveis cada vez menores de autonomia ao olhar e à escrita do jornalista. Ao contrário, trabalhariam com a idéia de que era preciso muni-lo de capacidades específicas, de conhecimentos especializados, para que pudesse atender melhor a essa estranha suposição da necessidade de representar a complexidade moderna, por meio da fantasia da informação “total”. Complexificavam-se as sociedades: deveriam ser mais aptas, então, suas “antenas”, na falaciosa idéia de que o conjunto (inclusive o conjunto do tempo que passa) poderia ser representado – e melhor representado caso se desse, ao jornalista, a formação adequada.

O que mais reforça, a nosso ver, os limites desse campo de visão, desse campo ideológico, é o fato de que seja constitutivo do debate, a ponto de dificultar, em muitos casos, a diferenciação entre os argumentos favoráveis e os contrários aos cursos de jornalismo.

### *Pode-se ensinar jornalismo?*

Vejamos como essa temática se apresenta no texto “A formação do jornalista”, de Júlio de Mesquita Filho, publicado em 24 de março de 1957, no jornal *O Estado de S. Paulo*, de propriedade de sua família e comandado por ele à época.

O texto resultou da aula inaugural ministrada pelo jornalista aos estudantes do Curso de Jornalismo da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba, no dia 16 daquele mesmo mês. Começa com um esclarecimento: o jornalista teria tido dúvidas sobre a possibilidade de aceitar a incumbência de falar a estudantes de jornalismo, já que não considerava suficiente a formação

---

<sup>31</sup> Bond (*op. cit.*), p.VIII.

dos profissionais em escolas de jornalismo. Julgava difícil e até impossível que as funções exigidas de um jornalista fossem condensadas em um conjunto de disciplinas capazes de formá-lo de modo satisfatório, o que expressava em forma de alerta:

“Atentai para a variedade de problemas com que se defronta cotidianamente a sociedade. Pensai na imperiosa obrigação em que está um grande diário de abordar simultaneamente questões, como por exemplo, a exploração do petróleo pelo Estado ou pelos indivíduos, a situação do mercado cafeeiro, a necessidade ou não de se criar uma nova Faculdade de Filosofia, a posição de nosso País em face das nossas obrigações para com a ONU, a oportunidade ou não, diante da crise inflacionista, de se dar início às obras da nova Capital do País ou às usinas hidráulicas de Furnas.”

Uma redação formada por profissionais saídos das escolas de jornalismo, com diplomas de jornalistas, não teria condições de abordar tantas questões, segundo Júlio de Mesquita Filho. As transformações nas sociedades, especialmente em aglomerados urbanos como São Paulo, teriam criado leitores mais exigentes, demandando, dos diários, a capacidade de esclarecer e intervir em questões que existiriam em maior quantidade e que seriam de maior complexidade que em tempos passados. Fazia-se necessária, além da modernização técnica, a contratação de *especialistas*, que vimos ter sido defendida pelo diretor das *Folhas* na mesma época, Nabantino Ramos. “Vivemos sob o signo da técnica e cada vez mais a civilização se orienta para a especialização. O conceito do saber humano já se não compadece com aquilo que até há pouco se denominava idéias gerais. E é o que reflete o corpo redatorial do órgão que dirijo”, dizia Mesquita Filho.

De acordo com o texto, a redação do *Estadão* contava na época com 76 membros, dos quais 27 foram definidos como “técnicos” em assuntos considerados de relevância para o desenvolvimento do país: política nacional e internacional, educação, Medicina, Agronomia, Engenharia, Direito, música, teatro, cinema e turfe. Foram esses os campos de conhecimento citados nesse texto de 1957. Os locais privilegiados para a formação de profissionais capazes de entender e versar sobre eles seriam, assim, as Faculdades de Filosofia, tidas então como capazes de atender com competência à diversidade de áreas e assuntos que formaria um jornal moderno. Para acompanhar “o movimento geral” que se processaria na sociedade, o jornal não poderia abrir mão da contratação de economistas, juristas, médicos, engenheiros, licenciados em letras, em ciências sociais, em agronomia...

“É uma conseqüência da evolução dos povos do Ocidente, da extraordinária multiplicidade de aspectos que apresenta a vida nas sociedades modernas. Já não se contenta o público com o jornal em si, com a folha diária que o informa e põe em contato com a cidade, com o Estado, com o País e, por cima das fronteiras deste, com o mundo todo. Exige ainda suplementos de toda sorte, que o tragam ao corrente das atividades em que se desdobra a vida coletiva. As escolas profissionais, é evidente, não desaparecerão, mas, como acabais de ver, em si mesmas não mais poderão suprir as necessidades multiformes dessa nova e poderosíssima indústria que é o jornal moderno.”

Mais uma vez, um modelo de sociedade se confunde, nos argumentos, com o próprio tempo, com a corrente da história. A formação deveria corresponder a essa corrente – tratava-se de estar nela, ou fora dela, já que a desconsideração das tensões e conflitos apaga uma outra opção, isto é, a de estar com ela ou contra ela, já que não se trataria de *uma opção*, mas do próprio *tempo*. Em palavras que finalizaram o texto, Mesquita afirmaria: “a rapidez com que se modificaram as condições em que devem atuar os jornais de hoje impôs-lhes uma revisão na maneira de conceber os métodos de recrutamento do pessoal técnico. Era fatal. A vida não pára. O ritmo em que se processa é cada vez mais rápido”.

O modelo a seguir seria, mais uma vez, e com ênfase no caso de *O Estado de S. Paulo*, em sua tradicional adesão à “civilização ocidental” identificada com as opções políticas e econômicas norte-americanas, seria o estadunidense, já que o Brasil daqueles anos poderia ser comparado, ainda segundo o jornalista, aos Estados Unidos de 30 ou 40 anos antes, seja pela “insuficiência cultural das massas”, pela composição heterogênea da população nas diversas regiões ou pela inexistência (ainda segundo o texto) de revistas especializadas. O caminho estava trilhado... precisaríamos construir, no país, as condições necessárias para que fosse seguido. Restaria, assim, aos jornais diários a missão de orientar as opiniões e, no caso de São Paulo, a necessidade de acompanhar “seu espantoso desenvolvimento econômico e cultural”.

Os debates relacionados ao tipo de formação adequada ao exercício do jornalismo, entretanto, iniciaram-se, no Brasil, décadas antes da publicação do texto a que acabamos de nos referir, ultrapassando aquele momento e alcançado os dias atuais<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> A exigência do diploma em Comunicação Social ou Jornalismo para a obtenção do registro profissional e exercício da profissão foi estabelecida, como dissemos antes, pelo artigo 4º do decreto-lei de nº 972, de 1969. Em outubro de 2001, a juíza Carla Abrantkoski Rister, da 16ª Vara Federal em São Paulo, concedeu uma liminar em Ação Civil Pública do Ministério Público suspendendo a exigência do diploma de graduação em Comunicação Social para a concessão do registro profissional. As discussões sobre o assunto, sempre presentes, se acentuaram nesse momento: a diferença desta ação em relação a muitas outras é que, pela primeira vez, partiu do Ministério Público Federal, sendo dirigida ao Ministério do Trabalho. No “Manifesto em defesa do jornalismo”, assinado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), em conjunto com os Sindicatos de Jornalistas de todo o país, afirmou-se que a

A primeira proposta de ensino superior de Jornalismo no Brasil parece ter sido feita, publicamente, em 1908, por Gustavo Lacerda, ao fundar a ABI<sup>33</sup>. Mais adiante, foi elaborada uma outra proposta, pioneira, segundo temos conhecimento, no sentido de apresentar um esboço das linhas gerais que deveriam ser seguidas na formação dos profissionais. Foi apresentada por João Guedes de Melo ao I Congresso Brasileiro de Jornalistas, reunido no Rio de Janeiro em 1918<sup>34</sup>. Melo, então presidente da Associação Brasileira de Imprensa, propunha que o curso abordasse as diversas etapas do trabalho nas redações, da tipografia à reportagem, da fotografia à paginação. Inspirado no Curso de Jornalismo da Universidade norte-americana de Missouri, o curso teria três anos, precedidos de um “curso vestibular” de dois anos, em que disciplinas de formação (equivalentes ao atual ensino médio) preparariam o aluno para aquelas oferecidas no chamado curso geral: português, francês, inglês, psicologia moral, literatura, desenho, história das artes, higiene, medicina legal, enciclopédia do direito, economia política, finanças, história parlamentar e história do jornalismo.

Como dissemos antes, o Curso de Jornalismo não seria instituído pelo Estado brasileiro até o ano de 1943 e não funcionaria antes de 1947, quando foi iniciado o da Escola de Jornalismo Cásper Líbero, em São Paulo. Foi, no entanto, considerado uma “premente necessidade” pelo jornalista Antonio Cícero, no artigo publicado no *Jornal do Comércio* em 16 de fevereiro de 1930<sup>35</sup>, no qual encontramos as informações sobre o Curso proposto por João Guedes de Melo, a que nos referimos há pouco. O enunciado com o qual Antonio Cícero abriu o artigo de 1930 é bastante significativo: “Pode-se ensinar jornalismo?”, seguido de uma outra questão, que explicita as opções com as quais o jornalista trabalharia no texto: “Devemos ensinar aos

---

liminar favoreceria interesses patronais (de pagamento de salários inferiores aos patamares atuais) e trabalharia contra interesses sociais referentes à liberdade e qualidade das informações veiculadas: “É nosso dever lembrar que nas últimas décadas o jornalismo foi reconhecido e se firmou como um modo de ser profissional - um ethos profissional -, cuja atividade passou a ser fortemente vinculada ao interesse público, com crescente reflexão sobre a ética e as habilidades próprias das funções exercidas no jornalismo, nos seus mais variados formatos. É por isso que entendemos o caráter indispensável da formação profissional, base para o exercício regular da nossa atividade”. Chamamos a atenção para a afirmação da existência de um *ethos profissional*, que estaria vinculado a patamares éticos e de formação profissional atingidos “nas últimas décadas”.

<sup>33</sup> Cf. Nuzzi (2000), p.20. Segundo o autor, Gustavo Lacerda propôs, em seu discurso de posse como primeiro presidente da ABI, no dia 07/04/1908, a criação de uma escola de jornalismo “para que a profissão de redator ocupasse o lugar de relevo que lhe cabia dentre as demais atividades”; para que o Jornalismo deixasse de ser “uma profissão subalterna”. No ano de 1915, ainda segundo Nuzzi, membros da ABI teriam elaborado, sem êxito, um projeto inicial de Curso de Jornalismo.

<sup>34</sup> Segundo informações presentes no texto “Escolas de jornalismo”, de Antonio Cícero, em Timotheo (1944), pp. 67-73. De acordo com as informações de Nuzzi (*op.cit.*, p.20), a proposta apresentada no 1º Congresso, em 18, teria sido a mesma elaborada em 1915.

<sup>35</sup> No artigo já citado, “Escolas de Jornalismo”, em Timotheo (*op.cit.*).

candidatos a jornalista matéria especializada que possa servir à profissão a que pretendem dedicar-se ou ministrar-lhes ensinamentos de humanidade, em que uma ou outra disciplina, de interesse mais direto, exija cuidados maiores?”.

Cícero considerava duas opções. Uma primeira, e, segundo ele, mais comum, referia-se àqueles que optavam pela carreira de jornalista após terem concluído o chamado secundário: a esses, bastariam aulas práticas de redação, ampliando seus conhecimentos de acordo com as necessidades diárias do trabalho. “E a melhor escola – dizia – é, ainda, a aprendizagem diária no jornal, com as suas surpresas, decepções, alegrias, em que se deve melhorar incessantemente o trabalho, sempre variado e imprevisto”. A segunda opção se referia aos que se interessavam pelo jornalismo sem ter passado por ou concluído o ensino secundário, demonstrando, por outro lado, “o senso investigador, que é a razão de ser da profissão”. Para esses, dizia, a escola de jornalismo deveria ser uma escola de humanidades, “que terá de aperfeiçoar essas tendências, dar base segura a essas revelações prometedoras, que permita, com a cultura indispensável que lhes será ministrada, transformar em elementos capazes esses encantados pela sedução da imprensa e que a ela poderão prestar excelentes serviços”. Em outros termos, as duas opções seriam dar ao curso de jornalismo um caráter técnico (o primeiro caso) ou considerá-lo, nas palavras do autor, um colégio secundário. A definição principal a que chegou Cícero nesse texto foi, entretanto, favorável à necessidade do curso, independentemente de seus contornos, que demonstrava serem vários através de exemplos de cursos existentes na época nos Estados Unidos e em países da Europa.

### ***Nada adianta saber como se faz jornal – é preciso saber fazê-lo***

Fernando Tude de Souza, jornalista, professor de jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia durante os anos 1950, ex-diretor da estação de rádio do Ministério da Educação (cargo ocupado durante o primeiro governo de Vargas), preferiu dar destaque a outros aspectos da relação entre jornalismo e educação em seu discurso como paraninfo dos formandos da Universidade do Brasil, em 1951<sup>36</sup>. Acima de tudo, procurou enfatizar a relação entre jornalismo

---

<sup>36</sup> O texto foi publicado posteriormente como livro, com o título *Jornalismo e educação*. Cf. Fernando Tude de Souza (1955). No dia 19 de outubro de 1955, o *Correio da Manhã* anunciava a publicação do livro, de maneira

e democracia, mantendo-se dentro de referências e enunciados freqüentes naqueles anos. A formação dos jornalistas, nos cursos universitários, seria o recurso para a preparação moral e profissional de “educadores das massas”: jornalista “não nasce feito de maneira alguma”, reforçava o autor. E o aperfeiçoamento da política democrática, pela transformação das *massas* em *povo*<sup>37</sup>, segundo observamos em formulações presentes em textos publicados em jornais da época, seria, ao mesmo tempo, efeito e função da imprensa nas sociedades modernas.

Souza, que foi delegado brasileiro junto à Segunda Comissão de Necessidades Técnicas das Nações Unidas, reunida no segundo pós-guerra para discutir o papel dos meios de comunicação para uma cultura da paz, segundo se definia, cita o seguinte trecho da declaração publicada pela Comissão em 1948:

“o treinamento profissional adequado para os que praticam o jornalismo é condição *sine qua non*. A profissão tem uma relação vital com o bem estar da sociedade e a compreensão mútua entre as nações. Nenhuma outra profissão requer mais ampla base de conhecimento e compreensão, além da habilidade de aplicar tais conhecimentos à informação corrente, do que a do jornalismo. A adequada preparação, por isso mesmo, deve ser suficientemente ampla no seu escopo, para familiarizar o futuro jornalista com os campos importantes do saber humano, e suficientemente prática para assegurar aplicação dos conhecimentos na prática do jornalismo”<sup>38</sup>.

No Brasil de 1952, segundo a observação de Souza, esse assunto ainda parecia “invenção da mocidade”. Apesar dessa avaliação do autor, foi, como vemos, debatido e enfocado de maneiras diversas, seja em textos voltados para o assunto e produzidos por autores vinculados aos cursos em andamento (como é o caso dos textos de que trataremos adiante, escritos por Carlos Rizzini e Danton Jobim), seja em comentários rápidos em meio a registros produzidos em esforços de organização e disciplinamento do trabalho jornalístico na época. A seguinte consideração, escrita, muito provavelmente, pelo jornalista Carlos Lacerda, se encaixa nessa última modalidade: “NOTA DA DIREÇÃO DA MERIDIONAL – Não pretendemos apresentar estas considerações sobre a teoria e a prática do jornalismo como algo dogmático e definitivo, defeito básico das ‘escolas de jornalismo’. Muito ao contrário, desejamos que elas provoquem

---

bastante elogiosa, em nota na seção “Escritores e livros” (p.12), na qual a necessidade de profissionalização do jornalismo é anunciada como tema central do livro.

<sup>37</sup> Ou em público, segundo a definição de Gabriel Tarde (1992).

<sup>38</sup> Souza (*op.cit.*), p.19.

reações e animem a controvérsia, baseada na experiência diária de cada um”<sup>39</sup>. A Nota encerrava o “Regulamento da sucursal de Belo Horizonte” da Agência Meridional, escrito no período em que Lacerda ocupava a diretoria da Agência. Vinha após algumas considerações sobre a relação entre fato e notícia, sobre como definir a importância jornalística dos acontecimentos, que fixavam lugares-comuns como o de que os fatos são a matéria-prima do repórter, comentando: “Isto requer o exercício de um sexto sentido, habilmente chamado ‘faro para notícias’, o qual posto que falte de todo a alguns indivíduos pode ser desenvolvido até certo ponto em outros, pela experiência e pelo estudo, e constitui dote natural dos bem dotados”.

Em 1953, o jornalista e então professor do Curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia Carlos Rizzini (que seria, posteriormente, professor do Curso da Cásper Líbero) publicaria o livro *O ensino do jornalismo*, no qual procurava tratar, entre outras coisas, dos resultados dos cursos já existentes, no Brasil e nos Estados Unidos, e das razões para a oposição ou indiferença de profissionais e donos de jornais aos cursos recém-criados.

Versando, em um primeiro momento, sobre a imprensa norte-americana e as transformações por ela sofridas durante as últimas décadas do século XIX e o início do XX, Rizzini afirma ter sido esse o momento, também, da formação de uma consciência profissional: “as inteligências, atraídas de outros setores, convertiam-se em inteligências jornalísticas”. Os diversos gêneros da comunicação jornalística passavam a ser, segundo o autor, especializações nas quais contariam, mais e mais, a instrução adequada e a formação específica.

“Diante da permanente contingência de alistar calouros numa atividade dia a dia mais árdua e complexa, dividiam-se os veteranos. Entendiam uns, sufragando a velha opinião de ser o jornalismo uma arte, como a poesia, que, com aptidão e conhecimentos ordinários, qualquer pessoa acabaria jornalista, praticando nas redações. Outros entendiam que, mesmo com acentuada vocação, ninguém chegaria a bom jornalista, sem receber conhecimentos próprios e peculiares, os quais só numa escola especializada poderiam ser ministrados. Quando os defensores do ensino jornalístico subjugarão os seus antagonistas, rompeu entre eles funda discórdia: deveria o ensino ser técnico ou profissional, isto é, circunscrito ao mister de redigir e publicar gazetas, ou ampliado no universitário?”<sup>40</sup>

Nos Estados Unidos, teriam predominado as opiniões favoráveis aos cursos universitários de jornalismo, tendo como exemplo mais destacado, não apenas em Rizzini, mas nos diversos autores que trataram do tema na época, o Curso de Jornalismo da Universidade de Missouri,

<sup>39</sup> “Regulamento da sucursal de Belo Horizonte” – Agência Meridional, s/d, p.6. A data provável do documento deve estar entre os anos de 1943-1944. [ACL]

<sup>40</sup> Rizzini (1953), p.19.

iniciado em 1908. Nele – e também no da Universidade de Columbia, que data de 1912 –, o jornalista e professor brasileiro enfatizou dois aspectos: o das aulas práticas (com a existência de laboratórios e oficinas nas instalações das universidades) e o da ajuda de jornais e jornalistas (através do *American Council on Education for Journalism*, ACEJ, realizavam-se os estágios para treinamento dos alunos nas redações). O sucesso dos cursos teria sido reconhecido por uma pesquisa feita pela ACEJ acerca do rendimento profissional de jornalistas formados pelos cursos universitários, divulgada nos Estados Unidos em 1951. Segundo Rizzini, essa pesquisa teria demonstrado “a importância dos melhoramentos introduzidos pelo ensino; a pronta colocação dos alunos saídos das escolas, e o bom conceito em que são tidos pelos empregadores, que os reputam de capacidade acima da média”<sup>41</sup>.

No Brasil, o debate seria ainda o anterior, sobre a necessidade ou não de estudos específicos para a formação do jornalista. O motivo da persistência estaria, segundo o autor, em um aspecto cultural mais amplo, descrito como o desprezo generalizado pelos diplomas, que faria degenerar o termo *bacharel* em *bacharelismo* ou *bacharelise*, de acordo com uma definição proveniente do Império, a saber, “um estado fagueiro de semi-ignorância empavezada e protegida, palavrosa e fútil”. No Brasil, dizia Rizzini nesse texto de 1953,

“predomina o velho e safado, e cômodo, e consolador preconceito de que ‘quem é bom já nasce feito’. Gostamos da improvisação, do empirismo, do jeito, e confiamos cegamente na bossa. Simpatizamos com o sucesso fácil, fruto saboroso da lei do menor esforço. Amamos os poetas espontâneos e repentistas, os desafiadores de modas e cantigas, todo gênero de intuitivos, como se eles representassem o máximo e não o mínimo do próprio talento, e não passassem, realmente, de amostras do que poderiam ser. Chegamos a afirmar candidamente que as crianças que tocam de ouvido não devem estudar música para não estragar a vocação”<sup>42</sup>.

Esses aspectos culturais estariam arraigados na cultura e pensamento dos jornalistas brasileiros, formados no cotidiano das redações; daí sua oposição aos cursos e à formação especializada. Em momento algum Rizzini falaria dessa oposição como resistência, no sentido de

---

<sup>41</sup> Rizzini (*op. cit.*), p.38. Segundo cálculos atribuídos a Frank S. Adams, jornalista do *New York Times* na época, metade dos profissionais da imprensa norte-americana tinha diplomas dos cursos universitários ou escolas profissionalizantes no início dos anos 1950. A imprensa norte-americana é, claramente, em Rizzini e também na maior parte das publicações da época, projetada como o modelo a ser seguido: “a imprensa norte-americana não tem paralelo – dizia – é a mais opulenta, a mais informativa, a mais ilustrada, a mais célere, a melhor equipada, a melhor impressa e a melhor distribuída do universo” (p.40).

<sup>42</sup> *Idem*, p.44.

que pudesse conter outras opções, ou mesmo no sentido de que pudesse representar a defesa de práticas comuns e menos normatizadas.

Danton Jobim, jornalista atuante na imprensa carioca daqueles anos, que foi um dos organizadores do Curso de Jornalismo da Universidade Nacional de Filosofia, confirmava o ceticismo em relação aos cursos, vindo, especialmente, dos próprios jornalistas, treinados em grande parte nas redações de jornais, revistas e rádios. Também não o tratava como uma possível resistência. Escrevendo em 1958<sup>43</sup>, dez anos depois de iniciado o Curso, o jornalista afirmava que o ensino que ali se fazia começava a se difundir por meio dos ex-alunos, agora empregados em diversos veículos. O principal efeito da escolarização do ensino do jornalismo teria sido, segundo ele, uma revisão dos métodos vigentes na imprensa – antes, dizia, “não se notava esforço maior no sentido de melhorar o padrão do estilo das notícias e de sua titulação. Hoje é, sem dúvida, notável o progresso que os jornais e revistas vão mostrando no modo de elaborar e apresentar a matéria jornalística”<sup>44</sup>, mais homogênea e dotada de técnica.

A recorrência de argumentos favoráveis aos cursos, em tom defensivo, aponta para a manutenção do debate durante um período bastante longo. Um *folder* contendo informações para a matrícula no concurso vestibular para o Curso de Jornalismo da Cásper Líbero do ano de 1963, 16 anos após o concurso inaugural, iniciava-se com as seguintes palavras: “Afirmamos como Pulitzer, sem o menor receio de erro, aos inveterados descrentes da formação universitária dos jornalistas: ‘Só há uma especialidade para a qual os homens já nascem feitos: é a do idiota’.”<sup>45</sup>

<sup>43</sup> O texto, já citado em nota no início deste capítulo, tem como título “O ensino de jornalismo nas Universidades Brasileiras”. Resulta de uma exposição sobre o assunto feita pelo autor durante o Seminário sobre Formação de Jornalismo (sic), realizado em Quito, Equador, de 29 de setembro a 4 de outubro de 1958, e foi publicado em Jobim (1992).

<sup>44</sup> Jobim (*op. cit.*), p.212. Acrescentamos que, apesar dessas afirmações, os principais responsáveis pelas mudanças ocorridas nesse período, ocupando cargos de chefia em jornais e revistas (entre eles o próprio Jobim, na direção do *Diário Carioca*), estavam entre os *velhos jornalistas*. Seu exemplo nos diz sobre um deles, bem sucedido: Danton Jobim era bacharel em Direito pela Universidade do Brasil. Iniciou sua carreira jornalística no diário comunista *O Trabalho*, em 1923. Meses depois, foi contratado por *A Noite*, de Irineu Marinho, passando ao *A Manhã*, de Mário Rodrigues, onde fez modificações na paginação e apresentação gráfica consideradas avançadas para os padrões da época. Em 1929, foi contratado por Assis Chateaubriand para secretariar o recém-criado *Diário de S. Paulo*, onde ficaria apenas um ano. Trabalhou, então, na Agência Meridional, pertencente também aos Diários Associados de Chateaubriand, até que entrasse para o *Diário Carioca*, de José Eduardo Macedo Soares, onde trabalhou durante 33 anos. Lá, atuou, primeiramente, como repórter, passando então a secretário de redação e assumindo, depois de 1934, a responsabilidade pelos editoriais políticos do jornal, antes escritos pelo próprio Macedo Soares. Atuou também como professor de jornalismo, como conselheiro de imprensa do presidente Juscelino Kubitschek (1956-61) e, posteriormente, durante a ditadura do pós-64, como senador da República pelo MDB (1960-1978) e presidente da Associação Brasileira de Imprensa (1966-1972; 1978). Para mais informações, cf. o *Dicionário Histórico Biográfico do CpDoc*, da Fundação Getúlio Vargas.

<sup>45</sup> “Faculdade de Jornalismo ‘Cásper Líbero’ (Universidade Católica) – Informações (matrícula) – Vestibular (programas) – São Paulo, 1963”. [BCL]

Rizzini, e muitos outros, recorriam, como o folheto da Cásper Líbero, ao jornalista norte-americano Joseph Pulitzer, modelo para a defesa do ensino do jornalismo em seu país, ainda no final do século XIX – “O que um jornal precisa no seu noticiário, títulos e artigos – dizia – é de concisão, humor, poder descritivo, sátira, originalidade, bom estilo literário, condensação inteligente, e exatidão, exatidão, exatidão. ‘É o jornalismo – aduzia – a mais exata das profissões, a que requer o conhecimento mais largo e profundo e os mais firmes fundamentos de caráter’. E perguntava: pode a prática de tantas responsabilidades ser deixada aos azares da auto-educação?”<sup>46</sup>. Entre todos esses argumentos, Rizzini se repete naquele que funciona como uma espécie de alerta – ou ameaça – aos cursos, para que não formassem profissionais desligados das demandas do cotidiano do trabalho jornalístico. É dele o enunciado a que demos destaque há pouco, utilizado como intertítulo: “nada adianta saber como se faz jornal – é preciso saber fazê-lo”<sup>47</sup>.

A ênfase na prática ou na formação acadêmica, nesses debates, não ultrapassou os limites do campo no qual a atividade jornalística se definiu pelo acesso à técnica, pelo ideário de isenção e pela aderência à noção de desenvolvimento. Os debates a que tivemos acesso, sobre as grades curriculares das primeiras décadas dos cursos de jornalismo no Brasil, se deram em meio a essas discussões. Estiveram, também eles, presos à oposição entre prática e ensino formal e, como tal, distantes da possibilidade de que o ensino mobilizasse reflexões e questionamentos sobre a própria atividade jornalística e o modelo de sociedade no qual a *comunicação como informação*, no sentido benjaminiano, se tornou predominante<sup>48</sup>.

### ***“Pois bem: vamos fazer nesse 1951 um jornal objetivo”***

O curso da Cásper Líbero tinha, entre outras características consideradas desejáveis por Rizzini e Jobim, um jornal mensal feito pelos alunos, que começou a circular em 1949<sup>49</sup>. Em

<sup>46</sup> *idem*, p.5. Rizzini cita, em especial, o artigo “The college of journalism”, de autoria de Joseph Pulitzer, publicado na *North American Review* em maio de 1904, considerado no ensaio “a pedra ângular do ensino jornalístico”.

<sup>47</sup> *ibidem*, p.56.

<sup>48</sup> Algumas questões a respeito das grades curriculares propostas e/ou aprovadas durante os anos 40 e 50 podem ser encontradas no Anexo I.

<sup>49</sup> Um outro diferencial em relação a outros cursos em atividade na época foi o Curso de Pós-Graduação em Jornalismo, o primeiro no País, com duração de um ano, que foi instituído em 1959. Pelas determinações do edital do curso para o ano letivo de 1959, podiam matricular-se nele alunos diplomados por Escolas de Jornalismo ou, ainda,

1951, quando entraria em seu terceiro ano de funcionamento, *A imprensa* foi apresentado pelos alunos que comporiam a equipe responsável pelo jornal, em suma, com o enunciado que acabamos de destacar e repetimos aqui: “vamos fazer nesse 1951 um jornal objetivo”. O autor do texto, o aluno Valter Zanini, tocava na discussão sobre os Cursos de Jornalismo recém-iniciados, ainda que para anunciar que não o faria:

“Não queremos discutir aqui, uma vez ainda, se é possível ensinar jornalismo. Da mesma forma como não vamos discutir se se pode dar base a um professor numa Faculdade de Filosofia ou a um economista numa Faculdade de Economia. Não vamos polemizar o assunto, embora saibamos muito bem que numa escola de jornalismo se ganha um roteiro cultural e ético seguro, motivação principal da razão de ser de sua existência.”<sup>50</sup>

No mesmo número em que se encontra o texto acima, há outras referências ao mesmo assunto, que nos dão mais pistas sobre o debate acerca da formação universitária de jornalistas durante os anos 1950.

O jornalista Carlos Lacerda foi o paraninfo da segunda turma de jornalistas diplomados pela Cásper Líbero, em 1951. Na cerimônia de formatura, Lacerda abordou a questão do ensino formal do jornalismo da seguinte forma:

“A necessidade e a conveniência da transformação do jornalismo em carreira de grau universitário é evidente, pois representa um novo esforço para romper com a regra do autodidatismo que tem sido, no Brasil, a única fonte de formação de suas elites. Este país precisa mais de Universidades até do que de escolas e hospitais. (...) Que há de mais lógico, de mais justo que a formação universitária dos que são, por assim dizer, professores de democracia, os jornalistas?”<sup>51</sup>

Os “professores de democracia” deveriam freqüentar cursos especializados com o objetivo de atender a uma demanda mais ampla, anunciada por Lacerda e bastante presente no pensamento conservador da época: a da formação de elites adequadas à *direção* do “país real”, como diria Augusto Frederico Schmidt em textos publicados no *Correio da Manhã*, de *novas elites dirigentes*, que estivessem em sintonia com as transformações – imprimindo a elas a direção desejada. No caso do jornalismo, o papel anunciado era premente. Tratava-se, de um

---

diplomados por escolas de nível superior, e que fossem jornalistas profissionais registrados no Ministério do Trabalho. O curso foi suspenso em 1963 e retomado, com outra estrutura, nos anos 1970.

<sup>50</sup> *A imprensa* (Mensário dos alunos da Escola de Jornalismo Cásper Líbero), n.20, abril de 1951, p.3. [AEL]

<sup>51</sup> *A imprensa*, n.20, abril de 1951, p.6. [AEL]

lado, da formação das *novas elites*; de outro, da formação do *povo*, para que correspondesse aos tempos, tornando possível a *verdadeira* política democrática<sup>52</sup>.

Carlos Lacerda dava notícias do convite para paraninfo dos formandos da Cásper Líbero em carta a Jules Dubois, do *The Chicago Tribune*, datada de 12 de dezembro de 1950. Como ele, Dubois compunha naquele momento a diretoria da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Em um dos itens da carta, Lacerda tratava de uma suposta demanda, não especificada, de direito a voto para as escolas de jornalismo nas deliberações da SIP, expondo sua opinião de que não seria sensato, da parte da Associação, negar-lhes esse direito – comenta:

*“Maybe it is wise in the States. Speaking from a brazilian view, I think the best hope of a sound journalism is based on a better and more active participation of schools of journalism on the journalistic battlefiels. They will introduze, if any, a conception of ethics, since they are what remains of the old but insisient id of journalism as a public service”*<sup>53</sup>.

Nos textos escritos pelos primeiros alunos de jornalismo do país, entre os quais estavam advogados, jornalistas atuantes ou recém-egressos nos dois campos, no universitário e no do jornalismo, que, em muitos casos, iniciavam o curso e, simultaneamente, o trabalho na rádio ou no jornal *A Gazeta*<sup>54</sup>, não esteve presente uma percepção mais política do papel das faculdades.

<sup>52</sup> Foi recorrente, entre políticos udenistas e entre jornalistas de diversas filiações, em sua oposição a Vargas e ao varguismo, a afirmação de que não havia democracia porque não havia, no país, um eleitorado preparado para o exercício do voto. A frustração com as eleições de partidários de Vargas ou do próprio Vargas, em 1950, e com os fracassos eleitorais da UDN se materializou, inúmeras vezes, na idéia de uma democracia falsa ou incompleta, já que faltariam, a ela, os pólos principais: governantes bem preparados e eleitores. O pensamento liberal conservador, em sua oposição a Vargas, não aceitaria que os votos destinados ao varguismo pudessem conter uma opção ou adesão à política trabalhista de Vargas. Esse foi um dos sentidos predominantes para a definição liberal, presente com tanta frequência nos jornais da época, que atribuía ao jornalismo a função de esclarecimento e desmistificação das massas. Caio Navarro de Toledo (1997; pp. 54-55) indica a presença de formulações semelhantes na ideologia desenvolvimentista, tal como foi articulada por alguns dos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como Hélio Jaguaribe, no qual está presente a visão de que era necessário instruir as massas, conscientizá-las para o desenvolvimento. Na Parte2/Capítulo 2 desta tese, discutimos a presença de percepções semelhantes, em jornais brasileiros, durante a crise de 1955.

<sup>53</sup> Carta de Carlos Lacerda a Jules Dubois, 12/12/1950, p.4 [ACL]. Não é demais lembrar que este que falava em formação e ética teve uma biografia marcada por experiências questionáveis, no que diz respeito à ética ou às posições assumidas e defendidas também por meio do jornalismo. Poderíamos citar sua expulsão do Partido Comunista, em 1939, devido a uma reportagem encomendada pelo DIP sobre a história do partido, na qual citou nomes de diversos dirigentes e membros; poderíamos também nos referir às articulações golpistas que liderou ou das quais participou durante os anos 50 e 60, entre outros episódios.

<sup>54</sup> Segundo a entrevista concedida à autora por Nivaldo Carrazone, aluno da primeira turma de jornalismo da Cásper Líbero (09/02/2003). Alguns textos posteriores trariam notícias sobre os primeiros diplomados pelo curso na época, muitos empregados em *A Gazeta*, outros no *Jornal de Notícias*, *Tribuna da Imprensa* (sucursal de São Paulo) e *Diário da Noite*. Outros, ainda, seriam responsáveis por publicações institucionais da General Motors e da Ford, também em São Paulo. Carrazone, recém-formado, trabalhou para o *Jornal de Notícias* e para o jornal da *General Motors*, seguindo, pouco depois, para um curso em Roma, na área de Direito. De volta ao país, exerceu, durante todo

Não estiveram presentes, da mesma forma, questões sobre o modelo de jornalismo predominante nos cursos.

*A Imprensa* trazia, mensalmente, um mosaico limitado de elogios românticos e pouco críticos ao papel de jornais e jornalistas na sociedade brasileira, nos quais foi central a defesa do próprio curso (já que foram escritos por alunos) e da profissionalização.

Reproduzimos alguns desses textos, por serem exemplares do que ali se encontra.

A aluna “veterana” Maria Regina Rodrigues saudava as alunas recém-ingressas no Curso da Cásper Líbero através do texto “Sejam bem-vindas colegas”, procurando dialogar com elas nos seguintes termos:

“Ninguém melhor que nós, que representamos a segunda turma feminina da Escola, podemos avaliar o que de lutas e de sofrimentos, conflitos familiares e sentimentais, sacrifícios de lazeres, de conforto e de comodidade – já representa, de início, o ingresso num curso superior que é uma autêntica novidade no nosso meio. Não terá faltado quem as acoimasse de vaidosas, de extravagantes, de emancipadas, de recalçadas, quem desanimasse em relação às probabilidades de êxito na carreira profissional – alegando: ‘jornalista’ já nasce feito!

Claro. Jornalista já nasce feito, pois jornalismo é vocação, é dom – ainda mais, é apostolado, ‘muitos são os chamados, mais poucos os escolhidos’.

A Escola aprimora, canaliza, condensa em pouco tempo a aprendizagem de anos a fio no próprio jornal; aparelhando os mais bem dotados, as vocações autênticas para ‘combater o bom combate’.”<sup>55</sup>

Ainda no mesmo número, outro aluno, Dario de Lorenzo, assinava o texto “Escolas de jornalismo”, no qual dizia:

“O jornalismo é uma escola da vida: prepara os homens. Para muitos é considerado como algo descarável; é, no entanto, um dos difíceis empreendimentos do espírito que se pode enfrentar em nossos dias. Para sua boa execução é preciso um perfeito conhecimento de nossa língua, facilidade de escrever e habilidade na narração dos fatos. Mister se faz que o homem da pena saiba tratar os mais diversos argumentos com desembaraço e sutileza, conhecer a filosofia, a história, a geografia, a política, bem como os usos e costumes de todos os países do mundo. Daí a necessidade do ensino do jornalismo.”<sup>56</sup>

São uma amostra a mais dos termos que compuseram os esforços de legitimação do ensino formal do jornalismo em instituições de ensino de nível universitário entre alunos e

---

o tempo, a advocacia e o jornalismo. O primeiro, diz, para o sustento da família; o segundo, porque “foi ele sua vida”.

<sup>55</sup> *A imprensa*, n.20, abril de 1951, p.10. [AEL]

<sup>56</sup> *Idem*, p.4.

jornalistas envolvidos nos cursos em funcionamento, em textos que não deixaram de lado, como outros abordados neste capítulo, a idéia de vocação e as fantasias que configuram o jornalista como figura à parte na sociedade, já que deveria ser capaz de ver, conhecer e representar a *totalidade* da vida cotidiana.

Na cerimônia de formatura da primeira turma de Jornalismo da Cásper Líbero, no dia 21 de abril de 1950, o discurso do professor daquela Escola e deputado João Baptista de Carvalho defendia a existência de cursos de jornalismo, necessários, segundo ele, para “aprimorar os sentimentos cívicos dos candidatos à profissão e ensinar-lhes as regras de ética profissional”, em texto no qual explicitou, ainda uma vez, o emaranhado entre o “velho” e o “novo”, que vemos terem sido constitutivos dos esforços de definição no período:

“Cumpre, também, não esquecer que cada dia se firma o conceito de que o jornalismo é mais uma missão do que uma profissão, a finalidade de uma escola de jornalismo é justamente a de preparar menos o profissional do que o fator social, o elemento de construção social, o instrumento de condução política e espiritual”<sup>57</sup>.

No mesmo sentido, a aluna recém-formada pela Cásper Líbero, então redatora de *O Estado de S. Paulo*, pronunciaria essas palavras, com as quais encerramos este ponto do debate: “É uma necessidade a escola de jornalismo, para aqueles que desejarem fazer carreira. Ela dá preparo e orientação, mas não devem esquecer o ponto primordial na carreira – jornalismo é vocação”<sup>58</sup>, o que complementaria, referindo-se, em especial, ao exercício do jornalismo por mulheres com a seguinte afirmação: “Escrever, apenas, para ver seu nome em jornal é contra a ética profissional. Jornalismo é profissão, tem seu prestígio e deve ser remunerada”.

### ***Profissão capaz de assegurar o sustento de uma família...***

A afirmação de que se encontrava em processo a profissionalização do jornalismo foi investida de muitos sentidos, como expusemos até aqui. Nas discussões referentes às condições de trabalho e remuneração, a questão da profissionalização esteve presente em argumentos dos

<sup>57</sup> “Discurso do Representante do Corpo Docente”, em Nucci (*op. cit.*), pp. 72-80.

<sup>58</sup> “A dobradinha de *O Estado de S. Paulo*”, em *A imprensa*, ano VIII, n.45, junho/julho de 1956, p.14. [BCL]

jornalistas e de seus sindicatos e federações, dos proprietários de veículos de comunicação e de seus órgãos de agrupamento de interesses.

Um relatório da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, apresentado à Convenção Nacional de Jornalistas que aconteceu no Rio de Janeiro em março de 1959, constatava as perdas salariais do ano de 1958 e afirmava: “Tudo parece demonstrar que aos proprietários das empresas jornalísticas o que interessa é manter o jornalismo como um ‘bico’. Não permitir que se constitua, realmente, em profissão capaz de assegurar o sustento de uma família”. Os principais problemas apontados, além dos baixos salários – “miseráveis mesmo” –, foram a desigualdade de salários para trabalhadores que ocupavam funções idênticas, a não observância da jornada diária de 5 horas de trabalho e a ausência do pagamento devido das horas trabalhadas além desse limite legal. Por outro lado, o documento observava o crescimento dos lucros das empresas, chegando a conclusões como a seguinte:

“na medida em que as empresas jornalísticas vão adquirindo características cada vez mais claras e definidas de empresas industriais, organizadas à base de grandes investimentos, o jornalismo características igualmente cada vez mais definidas de profissão, e os órgãos de classe, conseqüentemente, maior representatividade, maior prestígio e maior combatividade na defesa de seus representados, crescem as dificuldades para a solução pacífica, harmoniosa e justa das divergências originadas na reclamação de salários condignos”<sup>59</sup>.

A profissionalização seria, nesse sentido, favorável aos trabalhadores, por permitir maior representatividade e definição de seus interesses.

Argumentos semelhantes estiveram presentes, anos antes, nos debates acerca do Projeto-lei n. 11/51, publicado no *Diário do Congresso* de 12 de maio de 1951. De autoria do jornalista e então deputado federal Dário de Barros (PTN-SP), o projeto determinava os salários dos jornalistas profissionais de acordo com os cargos exercidos e o local de trabalho (neste caso, a diferenciação se dava de acordo com índices populacionais). Não pretendemos, aqui, descrever em detalhes ou expor juízos de valor sobre o Projeto, mas lançar mão do debate que suscitou para expor as definições e caracterizações do trabalho e dos trabalhadores do jornalismo então enunciadas.

O Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo foi terminantemente contrário ao Projeto. Entre as razões expostas estiveram a de que os aumentos

---

<sup>59</sup> Relatório apresentado pela Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais à Convenção Nacional de Jornalistas, Rio de Janeiro, 5-7 de março de 1959, pp. 3-4. [ASMOB/APSP]

de até 50% nos salários dos jornalistas levariam grande parte das empresas, especialmente os jornais do interior, à falência; a de que o Projeto visava, acima de tudo, estabelecer privilégios para a classe jornalística por interesses políticos dos deputados; e a de que o Projeto 11/51 era inconstitucional, o que se argumentou por meio de pareceres de juristas. Sem atermo-nos a questões constitucionais específicas referentes ao Projeto, interessa-nos ressaltar alguns “momentos” dessa oposição.

Sob o título de “Jornalistas de hoje e de ontem” (diferenciação já familiar aos leitores deste Capítulo), o Sindicato das Empresas Proprietárias apontava para supostos conflitos entre velhos e novos jornalistas, os primeiros pouco crentes no futuro e nos moços e estes, por sua vez, movendo acusações aos “de ontem” por imprevidência, falta de espírito prático, ignorância do dia de amanhã. Tudo isso, diz o texto, porque agonizava o respeito à Constituição, enquanto cada classe buscava leis singulares, favores. Estariam em questão também as transformações na imprensa e na profissão, além do que o texto define como um “medo” proveniente dos tempos da ditadura de Vargas (1937-1945), que colocava os trabalhadores uns contra os outros, trabalhadores contra patrões, e assim por diante: a expressão utilizada foi quebra dos vínculos de lealdade; os termos mais comuns foram isolamento, pavor, desconfiança generalizada, nesta formulação que dissimulava os conflitos constitutivos das relações de trabalho como invenções da política trabalhista de Vargas. “Ora, os jornalistas de ontem dispunham de uma pena, alguma tinta e a noite inteira para se matarem de trabalho. Os de hoje dão às empresas cinco horas de trabalhos forçados pela legislação vigente. Durante essas horas cultivam a máquina de escrever e o medo. Vivem impressos”<sup>60</sup>, dizia o texto. Um outro trecho explicitava ainda mais a visão presente nos argumentos das empresas:

“Não andam satisfeitos os jornalistas. Agitam-se inquietos e desejosos de obterem leis de melhoria, leis que lhes garantam salários altos, leis que os libertem do jugo do salário mínimo. Nesse caso, os redatores, repórteres e revisores põem o Sindicato dos Jornalistas entre a espada e a parede. (...) alega esta entidade que o pagamento de salários altos aos jornalistas decorre da ‘visível prosperidade das empresas jornalísticas’. O argumento apresentado é inconsistente. Não resiste a uma análise honesta e séria”<sup>61</sup>.

<sup>60</sup> “Jornalistas de hoje e de ontem”, em *Considerações em torno de um projeto ilegal invadindo a propriedade privada*, de autoria do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo. Consta que o texto foi encaminhado à imprensa. S/d [ACL]

<sup>61</sup> “Os jornalistas e os salários altos”, em *Considerações em torno de um projeto ilegal invadindo a propriedade privada*, de autoria do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo. Consta que o texto foi encaminhado à imprensa. S/d [ACL]. Os dados publicados apontam para o crescimento das empresas jornalísticas na época, ao mesmo tempo em que dão indicações de sua vinculação com empresas e governos, devido aos grandes empréstimos que possibilitaram a renovação de equipamentos e ao vaivém nas taxas de isenção de impostos e nas

Poucas seriam as empresas que teriam aumentado seus rendimentos no período, muitas seriam as deficitárias, segundo o texto, que chama os proprietários de jornais paulistas de “verdadeiros heróis da imprensa” em seu enfrentamento com crises permanentes. E quanto aos jornalistas, a consideração do órgão defensor dos interesses dos proprietários das empresas faria as seguintes considerações:

“Hoje em dia reina certa confusão entre as classes liberais. Nelas se enquadram o advogado, o médico, o professor, o engenheiro, o economista e o jornalista. Formam, assim, núcleos profissionais. Agrupam-se os advogados. Os demais em sindicatos patronais e de trabalhadores. No entanto os jornalistas, além do sindicato e de outras entidades de classe, se multiplicam em associações de cronistas especializados. Cronistas parlamentares, cronistas de turfe, cronistas policiais, cronistas de esportes, etc. Cada uma dessas organizações quer favores, vantagens e benefícios. Falam em nome de direitos”<sup>62</sup>.

Logo adiante, o texto voltaria à afirmação repetida naquele momento: são já privilegiados<sup>63</sup>. As conclusões hipotéticas em caso de manutenção do projeto também não variam muito: a miséria seria dividida entre proprietários e jornalistas. Mais do que em qualquer outra atividade, ameaçavam, são entrelaçados os interesses de empregados e empregadores; em nenhuma, mais do que no jornalismo, dependeriam tanto uns dos outros<sup>64</sup>.

Tanto o texto citado acima quanto o Memorial então impresso pelo Sindicato das Empresas Proprietárias estabeleciam um vínculo entre o Projeto de 1951 e o decreto-lei nº 7.037, de 10 de novembro de 1944, que, baseado na Constituição de 1937, legislava sobre a remuneração dos jornalistas e outros pontos do trabalho nas empresas, amparando-se na atribuição de *função pública* à imprensa. Esse argumento permitia estabelecer um vínculo de

---

facilidades cambias para a importação de papel, que teve seu nível máximo de tensão durante os meses da presidência de Jânio Quadros, que determinou a redução das isenções. A ampliação do volume de publicidade nos jornais (algumas edições de domingo de *O Estado de S. Paulo* tinham, já naquela época, cerca de 100 páginas) é outro indicativo a esse respeito. Durante o período do governo Kubitschek, por exemplo, salta aos olhos o número de anúncios vinculados à indústria automobilística. A esse respeito, cf. Rabelo (1966), Sodré (1977), Wainer (1998) e a tese de Aloysio H. C. de Carvalho (2000) sobre a CPI do *Última Hora*.

<sup>62</sup> “Os jornalistas e as classes liberais”, em *Considerações em torno de um projeto ilegal invadindo a propriedade privada*, de autoria do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo. Consta que o texto foi encaminhado à imprensa. S/d. [ACL]

<sup>63</sup> Naquele momento, os jornalistas com registro profissional estavam isentos do pagamento do imposto de renda (como professores e magistrados) e haviam conquistado isenção no pagamento dos impostos na compra da casa própria, além da isenção dos impostos prediais (nesses pontos, estavam sozinhos, sem nenhuma outra classe a acompanhar-lhes). Foram comuns as notícias, nos boletins da ABI, versando sobre reduções nos valores de passagens aéreas e rodoviárias e outros diferenciais, que dão argumentos às críticas que confundiam, deliberadamente, direitos e privilégios.

<sup>64</sup> “O Projeto n. 11/51: instrumento de separação entre empregados e empregadores”, em *Considerações em torno de um projeto ilegal invadindo a propriedade privada*, de autoria do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo. Consta que o texto foi encaminhado à imprensa. S/d. [ACL]

sentido, mais do que jurídico, entre práticas de intervenção do Estado comuns durante o período da ditadura de Vargas e aquelas que, contidas no projeto em questão, não seriam convenientes ou aceitáveis em período de vigência de uma democracia constitucional<sup>65</sup>. A ingerência estaria, nesse caso, na fixação, pela lei, de níveis salariais a serem pagos aos funcionários de empresas privadas. O abuso maior estaria, por sua vez, no fato de o Projeto estabelecer diferenciação entre classes de trabalhadores, privilegiando os jornalistas com o abandono de critérios gerais constitucionais previstos pelas leis trabalhistas existentes, determinando, inclusive, a possibilidade de acúmulo da função de jornalista em empresa privada com o exercício de função pública remunerada. “É o regime diferencial: para todos os trabalhadores, o acúmulo de funções dependendo da livre convenção ou autorização do empregador; para os intelectuais da pena a prerrogativa inexplicável de poderem até reduzir suas horas de trabalho, quando assim melhor lhes convir aos interesses”, dizia o texto do Memorial, referindo-se aos artigos 8º e 9º do Projeto<sup>66</sup>.

O memorial oferecia, em anexo, dois pareceres contrários a um projeto anterior, o de nº 254/47, de autoria do então deputado João Café Filho, publicado no *Diário do Congresso* em 3 de junho de 1947. O projeto, vetado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra na época, deu base ao projeto de 1951, daí a exposição dos pareceres contrários e do veto de Dutra. Em um dos pareceres, o do Ministro da Suprema Corte Eduardo Espínola, datado de 7 de julho de 1947, o ponto de maior destaque se refere à interpretação de que havia no projeto uma confusão entre a relação entre imprensa oficial e pública e empresas jornalísticas privadas. No caso dessas últimas, a ingerência do projeto foi considerada intervenção: alegando o objetivo de “proteger e amparar todos aqueles que se dedicam à profissão jornalística”, o projeto de 1947 (e o Memorial expunha esses argumentos, direcionando-os ao de 1951), dizia o parecer,

“vai muito além, reincidindo, até certo ponto, no vezo totalitário de estabelecer, em todas as suas particularidades, o regime das empresas jornalísticas, penetrando no âmago de sua organização técnica, intervindo no domínio de sua economia própria, com uma regulamentação análoga à dos departamentos de serviços públicos”<sup>67</sup>.

<sup>65</sup> Esse argumento seria retomado nos debates acerca do projeto de lei de imprensa apresentado pelo governo Kubitschek em outubro de 1956, como indicamos nesta tese. Cf. Parte 2/Capítulo 3.

<sup>66</sup> “Memorial – Apresentado pelo Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado de S. Paulo – Da inconstitucionalidade do Projeto-lei n. 11/51, relativo à majoração dos salários de jornalistas e intervenção governamental nas empresas privadas”, SP, 1951, p.4. [ACL]

<sup>67</sup> *Idem*, p.12.

Ainda mais interessante nos parece o “Parecer da Consultoria Geral da República”, também anexo ao Memorial. Nele, a consideração de que o projeto estabelecia vantagens injustificáveis para a classe jornalística foi acompanhada da lembrança de que, de acordo com a Constituição de 1946 (em vigor na época), a imprensa não exerce *função pública* e o jornalista não poderia ser considerado empregado público. O Parecer assinado por Haroldo Teixeira Valladão e datado de 18 de dezembro de 1947 destaca que estava presente no projeto “ainda a antiga e inconstitucional mentalidade de que os jornalistas profissionais não são trabalhadores sujeitos aos princípios gerais da legislação trabalhista, mas verdadeiros serventários do Estado, com funções, quadros, vencimentos, vantagens, especiais e superiores, só alteráveis por lei”<sup>68</sup>.

Vale observar que, em debates desse tipo, a situação das empresas jornalísticas como empresas privadas foi ressaltada, enquanto, em outros debates, foi inúmeras vezes dissimulada pelas noções de serviço público e representatividade (da opinião pública) que estariam contidas na atividade jornalística, diferenciando-a de outras atividades controladas pelo capital e pelos interesses privados. Aqui, no entanto, *função pública* seria uma caracterização autoritária, determinante da intenção de ingerência do Estado sobre negócios privados.

Os jornalistas profissionais organizados tratavam, por sua vez, de defender o aumento salarial proposto no projeto e de marcar posição diante da ofensiva das empresas. O projeto do jornalista e deputado Dario de Barros e, principalmente, o substitutivo do deputado Breno Silveira baseavam-se nas deliberações aprovadas no IV Congresso Nacional de Jornalistas, ocorrido em Recife em maio de 1951, o que atesta sua vinculação aos interesses dos jornalistas sindicalizados. Buscava-se apenas, diziam, uma atualização dos índices salariais mínimos estabelecidos pelo Decreto-lei 7.037, de 1944, que as empresas não teriam jamais cumprido. Os proprietários de empresas jornalísticas, por sua vez, tratavam não só de elaborar memoriais como o que citamos há pouco, mas também de demitir jornalistas alegando a necessidade de cortes de gasto devido ao projeto prestes a ser votado, o que acirrava o conflito<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> “Memorial – Apresentado pelo Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado de S. Paulo – Da inconstitucionalidade do Projeto-lei n. 11/51, relativo à majoração dos salários de jornalistas e intervenção governamental nas empresas privadas”, SP, 1951, p.24. [ACL] O veto do então presidente da República Eurico Gaspar Dutra consta da Mensagem nº 176, publicada no *Diário do Congresso* de 23/12/1947, p.9.225.

<sup>69</sup> “Manifesto aos jornalistas profissionais”, publicado em *O Popular* no dia 13/08/1951, assinado pela Comissão Permanente do IV Congresso e resultante, segundo o texto, de reunião realizada na sede da ABI com a presença de representantes da classe. O texto não especifica qual ou quais jornais teriam realizado as demissões.

Pareceres contrários (como o do deputado Daniel Carvalho) e pareceres favoráveis (como o do deputado petebista Vieira Lins<sup>70</sup>) alternaram-se, e o projeto ficou retido na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara até meados de 1952. Um folheto do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro reproduz carta enviada ao então Presidente da Câmara dos Deputados, Nereu Ramos, datada de 2 de fevereiro de 1952, na qual pedia que se retomasse o andamento do projeto do qual dependia, segundo o Sindicato, a atualização dos salários dos jornalistas. O folheto, datado, por sua vez, de 15 de fevereiro (quase um ano, dizia, depois da apresentação do projeto, que aconteceu em 26 de março de 1951), ressaltava: “Enquanto isso os profissionais de imprensa experimentam dificuldades cada dia maiores para viver com os salários atuais”<sup>71</sup>.

O *Diário do Congresso Nacional* de 6 de novembro de 1952 traria a redação final do projeto, com os níveis salariais então fixados, abaixo daqueles que constavam no substitutivo do deputado Breno Silveira, defendido pelos sindicatos de jornalistas. Mantinha, porém, várias das características e artigos condenados pelo sindicato dos proprietários, como a determinação das funções e dos salários, legislando inclusive em relação a salário de correspondentes situados em localidades diversas da do veículo (jornal ou rádio); divisão dos níveis salariais pela distinção de localidades por critério de número de habitantes; previsão de aumento mínimo de 50% nos salários dos jornalistas profissionais que não sofressem alteração pela entrada em vigor da nova lei. Além disso, mantinha-se o criticado artigo 8º, que dizia: “Não haverá incompatibilidade entre o exercício da profissão de jornalista e o de qualquer outra função remunerada, ainda que pública”.

O texto aprovado definia a profissão de jornalista<sup>72</sup> e classificava as funções às quais se aplicava a lei – redator, repórter, repórter de setor, revisor, ilustrador ou desenhista, repórter fotográfico e arquivista<sup>73</sup>. O desfecho foi, entretanto, desfavorável à posição dos sindicatos de

<sup>70</sup> “Constitucional o projeto de aumento de salários dos jornalistas”, parecer do Deputado Vieira Lins. *Diário de Notícias*, 13/12/1951.

<sup>71</sup> “Os jornalistas esperam que o Congresso cumpra o seu dever”, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, 15/02/1952. [Fundo Roberto]

<sup>72</sup> “Considera-se jornalista aquele cuja função remunerada e habitual compreenda a busca ou documentação da informação, inclusive fotograficamente, a redação da matéria a ser publicada, contenha ou não comentários, a revisão da matéria quando já composta tipograficamente, a ilustração por desenho ou por outro meio que for publicado, a recepção radiotelegráfica e telefônica de noticiário nas redações de empresas jornalísticas, a organização e conservação cultural e técnica do arquivo redatorial, bem como a organização, orientação e direção de todos esses trabalhos e serviços”. *Diário do Congresso Nacional*, 06/11/1952, p.12.343.

<sup>73</sup> A primeira categoria, pelo critério já citado de localidade por número de habitantes, determinava os salários para as cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. Nelas, o mínimo

jornalistas: não se transformou em lei, sendo mantidos os índices salariais mínimos previstos pelos Decretos-lei de 1944 e 45. Como no relatório com o qual abrimos este item, do ano de 1959, manter-se-iam nos anos seguintes as reivindicações salariais atreladas à percepção de que as empresas aumentavam seu lucro, preocupando-se pouco ou nada, porém, com a profissionalização do jornalista ou suas condições mínimas de trabalho.

Vários documentos do VI Congresso Nacional de Jornalistas, realizado em Belo Horizonte em setembro de 1955, atestam essa percepção. No parecer a uma tese sobre o assunto, apresentada ao Congresso, lê-se que sua autora, a jornalista Maria da Graça Dutra, teria discorrido não apenas sobre a questão específica dos salários, mas também sobre a situação das empresas durante os 10 anos que separavam os Decretos-lei 7.037 (1944) e 7.858 (1945) e o Congresso de 1955. A definição para o período, presente na tese, nos lembra muitas daquelas encontradas na bibliografia sobre a história da imprensa brasileira, discutida no Capítulo 1 deste estudo: “apogeu das empresas jornalísticas” é a expressão utilizada. Aqui, porém, une-se a esta consideração uma outra, a de que a modernização lucrativa mantinha à margem a maior parte dos trabalhadores das empresas. Sigamos o parecer à tese, assinado pelo jornalista Gerson Daniel de Deus:

“esse desenvolvimento [das empresas jornalísticas] se tem dado com a aquisição de maquinaria moderna cara, construção de edificios suntuosos mas sem que procurem dar um pouco de conforto aos seus empregados, já que essas instalações têm por objetivo a exibição”<sup>74</sup>.

A tese da autora, adicionava o parecerista, abordava também as vantagens dessas empresas – “isenção de impostos, facilidades cambiais e creditícias e a desfaçatez com que freqüentemente aumentam suas tabelas de publicidade alegando que a isso são obrigadas por concederem aumento aos seus empregados, coisa que raramente acontece”<sup>75</sup>. O apogeu comportaria ainda, segundo a tese relatada pelo parecer, o desaparecimento de empresas de

---

estabelecido foi de Cr\$ 4.500,00 para redatores; de Cr\$ 3.800,00 para repórteres, fotógrafos, repórteres fotográficos, revisores, ilustradores ou desenhistas e arquivistas; de Cr\$ 3.000,00 para repórteres de setor e radiotelegrafistas ou telefonistas. Esses salários chegavam, no caso da função de redator, a Cr\$ 2.200,00 para cidades entre 15 e 50 mil habitantes e a Cr\$ 1.800,00 para cidades abaixo de 15 mil habitantes. A lei previa a revisão desses níveis a cada três anos, por comissões de composição já designada, de acordo com os índices de custo de vida apresentados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o período. Uma vez feita e homologada pelo Ministro do Trabalho, a revisão teria efeito de contrato coletivo de trabalho.

<sup>74</sup> Parecer assinado por Gerson Daniel de Deus à tese “Campanha Nacional pela revisão e reajustamento dos salários da lei 7.037”, de autoria de Maria de Graça Dutra, apresentada ao VI Congresso Nacional de Jornalistas. Belo Horizonte, 11/09/1955. [Fundo Roberto Morena, ASMOB/APSP]

<sup>75</sup> *Idem*.

acordo com os seguintes casos: os de jornais fundados para atender a fins determinados, em geral políticos; os de jornais dissolvidos por incapacidade administrativa; os de jornais asfixiados pelas grandes empresas. A este último caso, o jornalista concedia especial atenção, já que seria, segundo ele, o mais comum em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro naquele momento.

As Resoluções do VI Congresso também tocaram nesse tema. Reivindicavam aumentos de 500% a 700% nos índices salariais mínimos congelados desde 1944 e afirmavam que a classe jornalística teria sido a única a não receber ajustes salariais durante todo esse tempo (a exceção anunciada foi o Rio de Janeiro). A principal reivindicação, no entanto, é de que o Decreto-lei de 1945 fosse cumprido no que diz respeito às reuniões periódicas da Comissão Paritária ali prevista para negociações salariais. Quanto à situação das empresas, os argumentos seriam similares àqueles que expusemos há pouco:

“enquanto que, de um lado os lucros das empresas jornalísticas aumentam de ano para ano, os seus proprietários invertem somas fabulosas na construção de sedes próprias – arranha-céus – com instalações luxuosas, e na aquisição de novas, modernas e mais rendosas oficinas, os profissionais de imprensa, de modo geral, atravessam uma situação de penúria extrema”<sup>76</sup>.

Um outro debate presente nos documentos do VI Congresso se refere à proposição da Ordem dos Jornalistas, contida em projeto apresentado à Câmara cerca de um mês antes. O chamado projeto Prado Kelly estabelecia a Ordem como espaço representativo e disciplinador que congregaria trabalhadores e proprietários de jornais. Teria sido apoiado por grande parte das empresas e recusado pelos sindicatos de jornalistas, que o consideraram uma tentativa de minar as atividades sindicais dos jornalistas e de transformar o “profissional de imprensa num profissional liberal”<sup>77</sup>, devidamente ‘selecionado’ e ‘disciplinado’<sup>78</sup>. Foi este, entre os documentos pesquisados, um dos poucos (e raros) a associar profissionalização e disciplinarização, associação que não predominou mesmo entre os documentos mais críticos elaborados pelos sindicatos de trabalhadores de jornais. É que, na maior parte das vezes, o recurso à profissionalização foi utilizado para demandar direitos ou aumentos salariais.

<sup>76</sup> “Resoluções do VI Congresso Nacional de Jornalistas”, Belo Horizonte, 12/09/1955. [Fundo Roberto Morena, ASMOB/APSP].

<sup>77</sup> O “jornalista liberal” existiria como categoria criada pouco depois, em setembro de 1956, pelo Departamento Nacional do Trabalho, para os diplomados pelos cursos de jornalismo. “Criada a categoria de jornalista liberal”. *Correio da Manhã*, 01/10/1955.

<sup>78</sup> “Considerações à margem da Ordem dos Jornalistas”, de autoria de Jurandir Bezerra e Raimundo Macedo, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Pará, p.2. VI Congresso, Belo Horizonte, 08/09/1955. [Fundo Roberto Morena, ASMOB/APSP]

A Ordem dos Jornalistas, no entanto, foi considerada uma tentativa de controle dos jornalistas pelo Governo Federal e pelas empresas empregadoras<sup>79</sup>, simulando a conciliação de interesses diferentes, “dois interesses opostos, nunca se uniram, opõem-se sempre, ou um absorve o outro ao primeiro contato”<sup>80</sup>. Referindo-se ainda ao projeto que criava a Ordem dos Jornalistas, o texto dizia:

“estabelece todo um sistema de normas que vai desde a apuração das condições de capacidade para o exercício do jornalismo até a privação desse exercício – A Ordem teria poderes para dar certidão de nascimento profissional e, também, atestados de óbito aos jornalistas”<sup>81</sup>.

No que se refere a outras linhas desse disciplinamento, porém, parece-nos que os pesos e perspectivas que conformaram os argumentos foram outros. É o caso da criação dos cursos de jornalismo, de que temos tratado neste Capítulo. É também o caso da adoção e apreciação de normas de redação que erigiram os valores da objetividade e da isenção, o texto “enxuto” e o modelo norte-americano de jornalismo, ponto discutido no Capítulo 3.

A profissionalização foi, assim, interpretada, predominantemente, como passagem do estatuto de “bico” ao de profissão, do improvisado à técnica, de um menor grau de organização a uma racionalização maior, diferindo pouco, portanto, das interpretações que vincularam a história do jornalismo, positivamente, à do desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira e a uma concepção de história que enfatiza o progresso técnico. Foi esta interpretação que extravasou, predominantemente, o momento (os anos 1950), marcando as histórias e memórias posteriores.

---

<sup>79</sup> Encontramos, entretanto, posicionamentos contrários à Ordem em alguns jornais. O *Correio da Manhã*, por exemplo, publicou notas editoriais e textos informativos sobre a Ordem, em geral com desconfiança em relação a seus propósitos. Uma nota editorial publicada quando o projeto ainda tramitava na Câmara dizia: “O ponto essencial do projeto é a redação de um código de ética profissional, a cujas normas os jornalistas teriam de obedecer, sob pena de ficarem excluídos da Ordem e do exercício da profissão. Sendo esse código imutável, como os Dez Mandamentos de Deus, seria uma camisa de força, incompatível com a liberdade de imprensa. Reconhecendo esse perigo, os autores do projeto prevêm um código de ética que será, de cinco em cinco anos, revisto. Já se vê que suas normas não são, portanto, imutáveis como as da lei moral. São regras empíricas, adaptadas às circunstâncias. E quem nos garantirá, daí a cinco ou dez anos, contra a adoção de regras arbitrárias?”. Referindo-se ao deputado udenista Adauto Cardoso, defensor do projeto, fazia uma questão irônica sobre a separação entre objetivos morais e políticos (o país vinha de uma tentativa udenista de impedimento da candidatura e posse do presidente recém-eleito Juscelino Kubitschek). A nota perguntava, então, em uma referência implícita ao jornalista Carlos Lacerda, quem seria o primeiro expulso das fileiras do jornalismo brasileiro caso a Ordem se limitasse “a proibir crimes como as afirmações levianas, contra a honra alheia e a calúnia sistematizada, a publicação de fatos inverídicos e documentos falsificados e a incitação da opinião pública estrangeira a intervir nos negócios internos do Brasil”. *Correio da Manhã*, 11/01/1956, p.6.

<sup>80</sup> “Considerações à margem da Ordem dos Jornalistas”, de autoria de Jurandir Bezerra e Raimundo Macedo, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Pará, p.2. VI Congresso, Belo Horizonte, 08/09/1955. [Fundo Roberto Morena, ASMOB/APSP]

<sup>81</sup> *Idem*, p.1.

Foi ela também que se fixou nos marcos adotados, freqüentemente, para a história da imprensa e do jornalismo no Brasil.

### *De ocupação provisória a profissão?*

É essa a passagem que Ana Paula Goulart Ribeiro localiza nos anos 1950, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os anos 50 teriam sido, nessa perspectiva, um momento de transição em direção ao um novo estatuto. Segundo ela,

“A criação da identidade dos jornalistas parece ter girado em torno de algumas questões fundamentais, todas associadas a um processo de valorização da profissão: a salarial (aumento dos rendimentos), a educacional (criação das escolas de jornalismo), a jurídica (regulamentação da profissão), a sindical e associativa (construção de espaço de resistência, negociação e sociabilidade), a ética (criação de uma nova deontologia, baseada no compromisso com a objetividade e na responsabilidade social) e a liberdade de imprensa”<sup>82</sup>.

Produzida em contexto bastante diferenciado, uma avaliação da jornalista Beth Costa, na função de presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), assemelha-se à perspectiva assumida por Goulart, estabelecendo uma continuidade de sentido entre três acontecimentos: a regulamentação profissional e a criação dos cursos de jornalismo pelo decreto-lei de 1938, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas; a fundação da Escola de Jornalismo Cásper Líbero, em 1947; e a determinação jurídica da necessidade de formação superior específica para o exercício da profissão de jornalista, de 1969, estabelecida sob o governo da Junta Militar que dirigia o país durante o impedimento por motivos de doença do general Artur da Costa e Silva. Segundo Beth Costa, o século XX é que teria reconhecido “no jornalismo – seja no Brasil, nos Estados Unidos, em países europeus e muitos outros – um *ethos* profissional. Ou seja, validou socialmente um modo de ser profissional, que tenta afastar a picaretagem e o amadorismo e

---

<sup>82</sup> Trecho de “Memória de Jornalista: um estudo do conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50”, em [http://www.facom.ufba.br/Pos/gtjornalismo/textos\\_anapaula.html](http://www.facom.ufba.br/Pos/gtjornalismo/textos_anapaula.html). [acesso em novembro de 2002] A autora é doutora em Comunicação pela ECO/UFRJ e, no momento em que escreveu este texto, era professora recém-doutora do mestrado em Comunicação, Imagem e Informação da Universidade Federal Fluminense e coordenadora de pesquisa do Projeto Memória das Organizações Globo.

vincular a atividade ao interesse público e plural, fazendo do jornalista uma pessoa que dedica sua vida a tal tarefa – e não como um bico”<sup>83</sup>.

Não abordaremos os detalhes e peculiaridades do debate recente sobre a necessidade do diploma. Ele nos interessa, neste momento, porque permite apontar para a mobilidade das definições de “marcos” para a história do jornalismo e, mais especificamente, da profissionalização nesse campo de trabalho – além de reforçar o fato de que esses marcos se constituem em relação a argumentos e objetivos específicos, em busca de efeitos de sentido também definidos, constituídos, por sua vez, em um campo de conceitos e lugares-comuns acerca da história brasileira do século XX, para o qual temos procurado apontar desde o primeiro capítulo.

Nos enunciados recentes, favoráveis à manutenção da exigência de formação especializada para o jornalista, encontramos alguns argumentos que se repetem (e que se assemelham àqueles que, em outros contextos de produção e de sentido, delimitaram os anos 1950 como o momento do *antes e depois* na história do jornalismo no Brasil). Abaixo, alguns exemplos:

“Até 1969, um século e meio depois de instalado o primeiro jornal e 23 anos após a inauguração do primeiro curso superior de jornalismo no Brasil, até um analfabeto podia ser jornalista. (...) O primeiro curso, dado na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio, parecia, em 1946, uma esquisitice acadêmica para os jornalistas calejados. A maioria eram literatos e bacharéis fazendo bico em jornal até conquistarem sucesso em suas vocações.

Um repórter era contratado sem exhibir nem um boletim do jardim da infância – e havia ágrafos, sobretudo na reportagem policial, que precisavam de um escrevinhador, como Fernanda Montenegro em *Central do Brasil* [filme do diretor Walter Salles Jr., estreado em 1998], para converter em letras o jornal falado que eles ouviam nas ruas”<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> Esta manifestação da então presidente da FENAJ, Beth Costa, foi feita em defesa da necessidade do diploma de jornalista para o exercício da profissão. Foi uma das inúmeras reações à liminar, citada antes neste capítulo, que suspendeu a exigência do diploma para o exercício do jornalismo, concedida pela juíza Carla Abrantkoski Rister, da 16ª Vara Federal em São Paulo, em outubro de 2001. Em <http://www.sindjornt.org.br/diploma2.htm> [acesso em novembro de 2002]. Endereço eletrônico do Sindicato dos Jornalistas do Mato Grosso. Um ponto interessante das direções assumidas pelos debates sobre a necessidade do diploma é que, durante os anos 50, a quase totalidade dos jornalistas que compunham as redações eram, como dissemos, formados por outros cursos ou aprendizes das próprias redações: em sua maioria, estiveram contra ou indiferentes à necessidade do diploma. Hoje, a quase totalidade dos jornalistas que compõem as redações dos grandes jornais cursou faculdades de jornalismo e possui diploma. Daí sua posição, em geral, favorável à manutenção do diploma (por motivos que vão da “reserva de mercado” ao receio de que a categoria se enfraqueça nas negociações trabalhistas, passando por julgamentos diferentes sobre a qualidade dos cursos de jornalismo em andamento).

<sup>84</sup> “A polêmica n.972”, texto de apresentação do debate sobre o tema, promovido no ano de 1999 pelo Instituto Gutenberg (criado em 1994 como fórum de estudos sobre jornalismo, sob o comando do jornalista Sérgio Buarque de Gusmão). Em: <http://www.igutenberg.org/972abre.html> [acesso em 2001].

E ainda:

“Assim com o *Diário Carioca*: o introdutor no Brasil do lead, da uniformidade gráfica, de padrões lingüísticos decorrentes do movimento de renovação literária da Semana de Arte Moderna; a redação em que conviviam Pompeu de Souza, Luís Paulistano, Carlos Castelo Branco, Jânio de Freitas, Nilson Viana, Evandro Carlos de Andrade, José Ramos Tinhorão, Luís Edgar de Andrade, Oscar Maurício de Lima Azevedo; o lugar em que, afastadas as mesas no final do expediente, começo da madrugada, jogava-se futebol com bola de meia; o inventor da sigla JK e que pela primeira vez contou a história do mineiro que comprou um bonde de um carioca vigarista; o veículo dos artigos políticos de J.E. de Macedo Soares e de Danton Jobim; meu primeiro emprego, em 1955, quando pretendia custear o estudo de medicina, e descobri o jornalismo.

No entanto – e me custa escrever os parágrafos que se seguem – meu primeiro chefe, com quem trabalhei por alguns meses, nos momentos agudos da crise econômica em que vivíamos (o *Diário* atrasava sistematicamente o pagamento, de dias, semanas ou meses), passava no Zico, o banqueiro de bicho que era dono de um bar na Praça Mauá, e apanhava dinheiro; levei-o, uma vez, bêbado, para a casa pobre de um conjunto proletário, onde vivia com mulher e filhos. O colunista da página era um ex-perito de criminalística que tinha vários jóqueis na Delegacia de Costumes. Jóqueis eram policiais indicados para funções rendosas junto a prostitutas e bicheiros; a indicação representava participação do patrono do policial na caixinha administrada pela Chefatura de Polícia.”<sup>85</sup>

Sigamos um pouco ainda com Nilson Lage, autor do último trecho citado. Segundo ele,

“Do ponto de vista formal, havia uma multidão de jornalistas, com carteiras funcionais de sindicatos (o verdadeiro e os fantasmas), de associações existentes e inexistentes, de veículos reais ou fictícios, de “cursos de jornalismo” que se limitavam a breves ciclos de palestras de políticos e figurões. Ser ou ter sido jornalista significava, para empresários, acadêmicos e profissionais liberais, um título acrescentado a seus currículos; para estelionatários, bicheiros, proxenetas e marginais de todo tipo, o direito, principalmente, à prisão especial (quem já viu um xadrez de delegacia brasileira sabe o quanto isso é importante); para pequenos vigaristas e espertalhões, o poder de dar carteiradas em boates, bares, nos casos de intervenção eventual do policiamento ostensivo etc. (...)

A profissão tinha, assim, dois níveis: a dos jornalistas de verdade e a dos falsos jornalistas. E duas categorias éticas: os que viviam de salários pagos pelos veículos ou trabalhavam efetivamente em dois ou três empregos (não apenas recebiam vencimentos em empresas públicas ou privadas); e os que desenvolviam seu próprio negócio, associando-se a bandidos ou policiais-bandidos, intermediando o acesso a verbas oficiais, descobrindo segredos das pessoas para chantageá-las”<sup>86</sup>.

<sup>85</sup> “À frente, o passado”. Texto de Nilson Lage (jornalista, Doutor em Linguística, professor da Universidade Federal de Santa Catarina) referente à discussão suscitada pela liminar de outubro do mesmo ano. Cf., entre outros, <http://www.sinjorba.org.br/Boletim.htm> ou <http://www.jornalistasgo.org.br/opinio.htm>, entre outros. [Acesso em outubro de 2002]

<sup>86</sup> *Idem*.

Por essas e outras razões, a exigência do diploma teria sido um avanço e uma conquista. Na seqüência, o texto traz o item “Os ventos da mudança”, que privilegia os anos 1950 como marco de transformações, constituindo um momento de desligamento ou ruptura com a situação antes narrada – o argumento central não difere de outros já apresentados neste estudo, segundo os quais mudava a sociedade, mudava a profissão; transformava-se, esta última, em direção à profissionalização e a um maior rigor ético, que seriam resultantes, entre outras coisas, da “pressão dos profissionais decentes para obter a qualificação da categoria em nível superior”, segundo o mesmo Nilson Lage.

Fecham-se, nessas memórias, os círculos que caracterizariam a *evolução* profissional, conferindo aos anos 50 o estatuto de momento de transição, no qual teriam-se acentuado traços que permitem, nessas memórias, uma percepção valorativa das mudanças (Goulart Ribeiro, Beth Costa, Laje), permitindo a fixação de um *lugar do antes* das memórias que vêm demarcando a história do jornalismo pela profissionalização e pela divisão do trabalho, pela abrangência da técnica e racionalização, pela suposição de que, em correspondência com essas mudanças, a atividade se tornava mais ética.

No ensaio de Ana Paula Goulart Ribeiro, citado antes, a pesquisadora afirma que um dos aspectos constatados através do estudo de memórias e entrevistas com trabalhadores do jornalismo que estiveram em atividade durante os anos 50 é a homogeneidade dos relatos. As transformações então ocorridas – nos diversos aspectos apontados pela autora, que assume a idéia de que se constituía ali um *ethos* profissional – teriam uma espécie de versão vencedora, que permeia até hoje as memórias (e, acrescentamos, muitos estudos) referentes ao jornalismo e à imprensa naquele período. Essa versão, que se sobrepôs a outras, é a de que se teria articulado, naqueles anos, um jornalismo de melhor qualidade que, em palavras do jornalista Alberto Dines, em entrevista concedida àquela autora, constituíra-se como “majoritário”, sem dissidências...

“Hoje você tem os jornalistas românticos, os mais velhos que fizeram esse grande jornalismo dos anos 50, 60, 70, e você tem a garotada, que tá reinventando a roda. Então você tem duas tendências se confrontando: **o pessoal do mercado**, a garotada, um copia o outro, um denuncia o outro, denuncia o que o outro denunciou, e ninguém faz um **jornalismo mais denso**, e você tem a geração mais velha, que é extremamente crítica. Extremamente crítica. Naquela época [nos anos 50-60] isso não aconteceu. Por que? Porque o que a garotada estava fazendo - eu era da garotada - era muito respeitado pelos outros. (...) Não era porra louquice de inventar uma coisinha, uma maluquice que acabava no dia seguinte.”<sup>87</sup> [grifos nossos]

---

<sup>87</sup> Entrevista de Alberto Dines *apud* Ana Paula Goulart Ribeiro (*op.cit.*).

Chamamos a atenção para essa contraposição entre a atividade jornalística caracterizada pela inserção mercadológica e uma atividade jornalística supostamente mais densa e crítica e que, nos argumentos de Dines, se autonomiza em relação ao *mercado*. O *peçoal do mercado* não se confundiria, assim, com o jornalismo supostamente mais politizado e denso dos anos 50 e 60, como se não houvesse, então, a inserção mercadológica ou, ainda, como se a possibilidade crítica e política daquele jornalismo fosse anterior ao jornalismo *de mercado* ou à impossibilidade de delimitação entre os interesses empresariais e a idéia, tão cara ao modelo de jornalismo que ali se constituía, de *crítica neutra*.

Villas-Bôas Corrêa trabalharia nesse mesmo campo, que conferiu um diferencial à geração do chamado período democrático, à “geração de 46”. Nas palavras de Dines que destacamos, assim como nas de Villas-Bôas Corrêa, a memória parece criar estratégias para “descolar”, “salvar” os anos 50 em meio às sombras dos períodos ditatoriais que o ladearam.

Dos momentos dourados, em tempos de democracia (aclamada, em geral, sem questionamentos pelo jornalista), das seções do Congresso no Rio (de uma eloquência e riqueza de debates que, em sua visão saudosa, não se repetiriam no país) à mudança para Brasília, que imporia um outro modo de fazer jornalismo político, as memórias do autor destacam a constituição de práticas características de um jornalismo que se faria mais ético, isento, imparcial.

De que modo, então, estabelecer uma ligação entre aquela “geração”, fixada como a da criação e da imparcialidade, da modernização e do rigor, e as gerações posteriores de jornalistas (ao hoje do jornalismo brasileiro, ao *peçoal do mercado*), em relação às quais tanto Dines quanto Villas-Bôas Corrêa se despem de seu romantismo?

Nessas narrativas, fica estabelecido um corte entre a combatividade da “geração de 46” ou da “minha geração”, no dizer de Dines referente aos anos 50 e 60, e as gerações posteriores. Se o corte pode ser, mais ou menos explicitamente, o do governo militar e do jornalismo sob censura, ainda assim, não possibilita, nessas memórias, uma vinculação entre os tempos em que o golpe foi articulado, com o apoio dos grandes jornais, e os momentos posteriores; entre o modelo de jornalismo que ali se articulava em meio às louvações à técnica e à profissionalização e o perfil do jornalista contemporâneo, em geral formado pelas faculdades de jornalismo, muitas vezes formatado pelos padrões de olhar e redação hoje inclusos em manuais como o da *Folha* ou do *Estado*.

Os caminhos das memórias e de grande parte das demais interpretações de que tratamos aqui se assemelha, assim, ao que indicamos ainda na Apresentação desta primeira parte da tese: distinguem entre modernidade e exclusão, entre profissionalização e disciplina, ou, em termos inspirados na crítica radical de Walter Benjamin, entre progresso e catástrofe – considerados como pertencentes a campos opostos.

Corrêa é exemplar, nesse sentido, pelas oscilações presentes em seu texto. A “geração de 46”, da qual se considera um dos últimos exemplares, teria dado um recado que não se apaga, constituído pela *intensidade político-democrática* que, na visão do autor, caracterizou os anos 46-64. Ao mesmo tempo, em outros trechos do texto, a idéia de isenção cara à “geração de 46” é trabalhada como conhecimento *a posteriori*, e, aí então, vinculada à imposição da censura pela ditadura do pós-64, como nesta passagem:

“As teorizações sobre os requisitos de imparcialidade e de isenção partidária para a análise política, que procura seguir a coerência no encadeamento dos fatos até a tentativa de antecipação dos próximos passos e a avaliação das suas conseqüências, são posteriores à definição do modelo e provocadas pela necessidade de ajustamento ao arbítrio, à violência dos anos de censura do golpismo militar.

Só então, e pela primeira vez, deparamos com a questão ética de manter ocupado o espaço nos jornais pelo comentário político, avalizando de algum modo o que considerávamos uma farsa para consumo externo ou articular a retirada em massa, como manifestação coletiva de protesto”<sup>88</sup>.

O ano de 1964 pode ser, portanto, uma das chaves de acesso às estratégias de constituição de memórias e histórias que determinam discontinuidades entre o *antes* e o *depois*, valorizando e dando destaque aos anos 50 e a uma concepção pouco refletida e pouco problematizada de democracia.

\*

Anos 50, crescimento e técnica, desenvolvimento e democracia. A seleção desses termos e sua valorização (em suma, a concepção de história que lhes dá direção), reforçada, no que se refere à relação entre jornalismo e política, pelo contraponto com o regime ditatorial inaugurado

---

<sup>88</sup> Corrêa (2002), p.67.

em 1964, é que permitiria, de acordo com a visão que assumimos nesta pesquisa, os marcos e efeitos (de planificação) predominantes nessas histórias e memórias.

## **PARTE 2**

**Um tecido feito de mesclas:  
considerações sobre jornalismo e política nos anos 1950, a partir de  
análises dos jornais *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo***

## APRESENTAÇÃO

Esta parte do trabalho difere da anterior, acima de tudo, porque resulta de uma diminuição do ângulo do olhar, de um ajuste de foco. Apresenta, entretanto, continuidades nos objetivos de compreender práticas que constituíram a grande imprensa brasileira dos anos 1940-1960 e nas hipóteses que direcionam as reflexões contidas na tese.

O ajuste de foco delimita cortes temporais e temáticos no objeto de pesquisa. Das considerações feitas na Parte 1 – sobre as transformações ocorridas e a idéia de modernização, sobre a profissionalização e as projeções do perfil do “novo jornalista”, baseadas na valorização da técnica e no ideário da isenção –, passamos a considerações sobre a atuação de dois jornais, *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, em episódios específicos dos anos 1950. Nossa questão, como anunciamos antes, na Introdução, passa a ser a das percepções do papel da imprensa na política democrática, das noções de democracia e liberdade, tal como estiveram presentes nos jornais selecionados, em meio a lutas políticas específicas, que serão abordadas.

O movimento anunciado pelo título da tese, desdobrado nos capítulos anteriores, se faz presente também aqui. *Com a corrente* nos parecem ter estado os sentidos presentes nos textos com os quais trabalhamos, especialmente pelo modo como atrelaram democracia e ordem, de uma perspectiva conservadora e autoritária. Nossas análises apontam, assim, para *aspectos do pensamento político das elites* que organizaram os textos veiculados pelos grandes jornais naqueles anos, resultando em reflexões que negam, *nesse estrato ideológico*, a aplicação da oposição freqüentemente afirmada entre o pós-64 e os anos anteriores, entre política autoritária e política democrática.

No que se refere à noção de democracia, assim como no que se refere aos termos que compuseram a defesa da liberdade de imprensa nos momentos tematizados (nos jornais e em outros documentos pesquisados, muitos dos quais ficaram de fora deste estudo), constatamos a presença de uma percepção paralela àquela que destacamos quando tratávamos da adesão a um conceito de história que implica na valorização e centralidade do progresso técnico. Quer dizer, também aqui as interpretações nos parecem marcadas pela crença de que se nadava *com a corrente*, assim como os projetos nos parecem marcados pela idéia de que aqueles que os enunciavam teriam um lugar garantido no futuro que procuravam criar. As exclusões que se

buscava efetuar – do “varguismo”, do “populismo”, das “concessões demagógicas” às massas, do “comunismo”, dos conflitos classistas (que, segundo *O Estado de S. Paulo*, não faziam parte da “tradição” brasileira ou ocidental) – deveriam preservar, esperava-se, aqueles que fizeram parte da elaboração desse processo misto de exclusão de “outros”/preservação de seu espaço de poder. Nas crônicas, ensaios e notícias com as quais trabalhamos, não parece ter sido devidamente considerada a hipótese de que o *fluxo* (autoritário) ao qual se associaram os grandes jornais e parte daqueles que ali trabalhavam pudesse deixá-los, em algum sentido, à margem (como instância político-ideológica ou como sujeitos de opinião, e, nos dois casos, como portadores de “projetos de Brasil”).

As crises de 1954 e de 1955 nos permitiram indicar alguns exemplos a esse respeito. Nos textos veiculados pelos jornais, destacamos o recurso aos militares para a fixação de “limites” para o processo político em curso, para a “correção” das direções tomadas pelo sistema democrático eleitoral<sup>1</sup>. Indicamos, ainda, a assunção de concepções sobre as “massas” votantes marcadas pela noção de *democracia incompleta*: faltariam eleitores, isto é, faltaria à política brasileira a transformação das massas em eleitores, ou das massas em público, nos termos utilizados por Gabriel Tarde na segunda metade do século XIX<sup>2</sup>.

Muitas das memórias predominantes entre jornais e jornalistas, constituídas *após* a intensificação do arbítrio e da violência que caracterizaram, *desde o início*, a ditadura instaurada em 1964, costumam, no entanto, recorrer a **proposições e elisões** que têm como efeito uma caracterização do jornalismo dos anos 50 como atividade *democrática, em defesa da democracia*, em estratégias de planificação que objetivam conservar um status de credibilidade para o jornalismo e para os grandes jornais nas décadas recentes, após o término do regime militar. Proposições e elisões que se complementam e nas quais tocamos no Capítulo 1, referindo-nos a *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*. As proposições afirmam, em geral, a combatividade

---

<sup>1</sup> No sentido trabalhado por Hanna Arendt, poderíamos pensar esse recurso como ícone de um movimento mais amplo, no qual se recorre ao que é exterior ou negador da política, isto é, à força (quando editoriais ou artigos afirmam que só restaria o recurso às armas para a defesa da ordem e da legalidade) ou à “verdade” inquestionável (quando, por exemplo, afirmam que, na defesa do regime, só restava a imprensa ou quando negam a legitimidade política do confronto de opiniões e interesses) para o constrangimento e enfraquecimento da própria política.

<sup>2</sup> As frustrações eleitorais da UDN durante os anos 1950, inconformada com as vitórias de Vargas e do varguismo, foram também as frustrações de boa parte da grande imprensa, oposta ao varguismo. Ancorados nessas frustrações estiveram muitos dos textos discutidos nos Capítulos 2 e 3: a visão das massas carentes de consciência nos parece, nesse sentido, proporcional a uma UDN carente de eleitores e, quem sabe, a grandes jornais carentes (e fracassados na formação) de um número eleitoralmente considerável de leitores “crentes” e mobilizados para os propósitos desejados.

dos jornais, a inserção democrática de jornais e jornalistas naqueles anos: a imprensa é descrita em suas ações supostamente indispensáveis à derrocada do Estado Novo e ao clima de liberdade (pouco problematizada, já que delimitada por percepções liberais bastante estáveis) do período que se encerrou com o golpe de 1964, para então, em um salto significativo, ser flagrada em ações de combate à censura do pós-64. As elisões procuram apagar, por sua vez, o fato de que inúmeros jornais e jornalistas estiveram, durante o chamado período democrático, envolvidos na derrocada de governos (Vargas em 1954, João Goulart em 1964), em ligações mais ou menos estreitas com articulações golpistas (contra Vargas, Juscelino e Goulart) e com o elitismo autoritário da União Democrática Nacional (UDN). Silenciam, assim, sobre o fato de que as relações entre imprensa e política em *tempos de democracia* se caracterizaram, inúmeras vezes, por *práticas negadoras de aspectos centrais à política democrática* (ou à própria política), como a não aceitação das opções contidas no voto (ou a não aceitação do confronto como constitutivo da política e das sociedades).

\*

Retomando o que foi anunciado na Introdução da tese, esta segunda parte se faz de três capítulos.

O Capítulo 1 discorre, brevemente, sobre aspectos históricos dos dois jornais escolhidos, justificando, inclusive, a opção por privilegiar esses dois diários, *Correio da Manhã* (RJ) e *O Estado de S. Paulo* (SP).

O Capítulo 2, por sua vez, procura flagrar esses jornais em uma das crises políticas importantes dos anos 1950, a que se fez em torno do questionamento, especialmente pela UDN, da eleição e posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente presidente e vice-presidente vencedores nas eleições de outubro de 1955. Nos dois episódios, interessam-nos as definições de democracia articuladas e veiculadas por *Estado* e *Correio*, com a elaboração das distinções entre opção democrática e golpismo, e, ainda, o modo como projetaram seu papel (e o da imprensa em geral) na política democrática. Foram analisadas, também, as referências à crise de 1954<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Algumas questões referentes às perspectivas assumidas nas páginas dos jornais *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* durante a crise de 1954 e nas semanas posteriores ao suicídio de Vargas foram trabalhadas na Dissertação de Mestrado da autora. Cf. Biroli (1999).

No Capítulo 3, enfocamos um episódio que expõe de forma interessante questões relativas às práticas de poder que se estabelecem no entrecruzamento de duas instâncias: a política institucional governamental e a imprensa como foco de poder, especialmente no que se refere a sua constituição, nas sociedades modernas, como espaço privilegiado de seleção e publicidade de fatos, opiniões e confrontos políticos. O episódio de que tratamos é o debate que se deu em torno da apresentação ao Congresso de um novo projeto de lei de imprensa, pelo governo de Juscelino Kubitschek, no segundo semestre de 1956. Uma vez mais, privilegiamos o noticiário e as opiniões veiculadas nos dois jornais citados, *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*.

Acreditamos que, por meio dos jornais e dos episódios selecionados, podemos expor práticas, discursivas sobretudo, que apontam para aspectos importantes das relações entre imprensa e política durante os anos 1950. Tratamos, assim, de casos específicos (pela limitação de jornais e episódios), mas que podem iluminar, do ponto de vista do debate político, a percepção do que foi aquela imprensa da modernização, da profissionalização, do recurso ao ideário da isenção...

Há, assim, uma função de reciprocidade entre as duas partes da tese que permite o deslocamento de algumas das imagens e marcos contidos nas interpretações e memórias predominantes sobre a história do jornalismo brasileiro.

Na contramão das projeções referentes à modernização da imprensa, em sua adesão à idéia de que a ênfase política teria sido substituída, nos anos 1950, pela ênfase empresarial, de que ideologia e comprometimento teriam cedido espaço, gradualmente, a um jornalismo mais técnico e isento, oferecemos nossas análises acerca dos debates de 1955 e 1956, incluindo algumas referências a outras crises, como a de 1954, a partir do material publicado nos jornais selecionados.

A mescla do tecido, de acordo com este estudo, fez-se de fios de envolvimento político, articulados e significados no interior de um campo ideológico autoritário, conservador. Os fios do progresso e da técnica estiveram, sim, presentes: foram trançados, no entanto, com aqueles. Uma trança que não pode ser desfeita, já que a *política da ordem* se constituiu, naqueles anos, de “projetos de Brasil” que envolveram compreensões peculiares do desenvolvimento e do progresso.

Por isso, consideramos que as estratégias discursivas, compostas por meio de aspectos importantes do pensamento liberal, proclamadoras do ideário da isenção e assentadas em uma

concepção da história como progresso, não podem ser consideradas exteriores ou casuais: não foram ornamentos. Não há, na perspectiva que assumimos, algo como um autoritarismo ornamentado de modernidade e de ideais liberais. Compõem, todos eles, as mesclas de um mesmo tecido.

# Capítulo 1

*O Estado de S. Paulo e Correio da Manhã:*  
**aspectos históricos e de memória,  
questões para uma história política**

Nos anos 1950, *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*<sup>1</sup> eram considerados jornais já tradicionais, de circulação considerável para a época<sup>2</sup>, colocando-se entre os jornais do eixo Rio-São Paulo que participavam mais significativamente do debate político e do circuito a que Samuel Wainer se referiu, em suas memórias, como o restrito “clube da imprensa”. Falando especificamente do ano de 1951, quando começou a circular o jornal *Última Hora*, Wainer oferece o seguinte quadro:

“Em São Paulo, o ‘Estadão’, da família Mesquita, já era hegemônico, embora também tivessem influência *A Gazeta*, do velho Cásper Líbero, e o tradicional *Correio Paulistano*, que fora o porta-voz do Partido Democrático, controlado pelo grupo de Francisco Morato”.

“Mas os grandes jornais brasileiros, os que realmente contavam, eram editados no Rio de Janeiro. O maior deles era o *Correio da Manhã*, o poderoso feudo de Paulo Bittencourt, seguido pelo *Diário de Notícias*, da família Dantas. *O Globo* ainda alcançava repercussão reduzida, e o *Jornal do Brasil* não passava de um catálogo de classificados. Havia vários outros jornais, e alguns deles tinham boa penetração, mas não se podia compará-los de modo algum com o que representavam os grandes, sobretudo o *Correio da Manhã*”<sup>3</sup>.

Consideramos, em concordância com Wainer, que os dois jornais selecionados para as análises que compõem esta parte do trabalho foram bastante significativos, do ponto de vista político, em alguns dos episódios que pontuaram os anos 1940-1960, período mais amplo ao qual direcionamos nosso olhar neste trabalho. Citaríamos o encerramento do Estado Novo, em 1945; a crise que culminou no suicídio de Vargas, em 1954; a crise em torno da eleição e posse de Juscelino e Jango, em 1955; o momento da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, que envolveu debates em torno da ocupação da presidência pelo vice João Goulart; e, posteriormente, os caminhos, negociações e campanhas públicas que permitiram o golpe civil-militar de março de 1964. Entre esses episódios, estão dois momentos que nos interessam em particular neste

<sup>1</sup> Daqui em diante, nos referiremos a esses dois jornais, mais freqüentemente, como *OESP* e *CM*.

<sup>2</sup> Em pesquisas realizadas pelo IBOPE em agosto de 1954, com edição datada de setembro de 1954, o *Correio da Manhã* aparecia como o segundo jornal mais lido no Rio de Janeiro durante a semana, atingindo 48% dos leitores considerados de classe econômica A, 18% da B e 6% da C (atrás apenas do *Diário de Notícias*, com 21%, 24% e 10%, respectivamente, no que se refere à distribuição entre os leitores das classes A, B e C). A pesquisa feita no mesmo período em São Paulo colocava *O Estado de S. Paulo* em primeiro lugar entre os jornais matutinos mais lidos, chegando a 83% entre os leitores de classe A, 58,2% entre os de classe B e 35,2% entre os de classe C. Em pesquisas feitas mais adiante, em dezembro de 1959, editadas em janeiro de 1960, o *CM* aparece como o primeiro no ranking de circulação dos matutinos cariocas, com 48% da fatia dos leitores da classe A, 24% da B, 16% da C e 8% da D (a partir desta data, o IBOPE passaria a utilizar uma quarta categoria na divisão em classes dos leitores/consumidores, ainda que de início isso apareça apenas nas pesquisas realizadas no Rio de Janeiro). Em São Paulo, na mesma data, *OESP* se mantinha em primeiro lugar entre os matutinos mais lidos, apontado por 58% dos leitores de classe A, 19% da B e 8% da C.

<sup>3</sup> Wainer (1998), pp. 135-136.

trabalho: 1954, com o suicídio de Vargas; 1955, com os confrontos referentes à eleição e posse de Juscelino e Jango, com atenção especial para este último.

Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, em estudo voltado para a atuação da grande imprensa brasileira na crise de 1954, colocam *OESP* e *CM* entre “os jornais que, em suma, por sua própria história e razão de ser, melhor espelhavam e, por isso, intermediavam o(s) discurso(s) das elites<sup>4</sup>”. Consideramos que esses jornais, naquele momento, foram interlocutores importantes, agentes que mediarão (e matizaram, de acordo com seus interesses e percepções) as perspectivas em confronto.

*OESP* foi, entre os anos 1940 e 1960, bastante ligado aos posicionamentos da UDN e, em alguns momentos, um defensor ferrenho de Carlos Lacerda e de suas teses circunstanciais, como a de que Juscelino Kubitschek não poderia e não deveria ser empossado presidente, apesar de vitorioso nas urnas. A posição do *CM* é menos estável nesse sentido, feita de aproximações e distanciamentos em relação à oposição udenista no período. Se no momento da crise de 1954 o *Correio* fez coro, a maior parte do tempo, com *OESP* e a UDN, se distanciaria destes ao apoiar a candidatura de JK e, posteriormente, defender o direito à posse dos eleitos nas eleições de outubro de 1955.

Sigamos um pouco com algumas características que dizem respeito a histórias e memórias desses dois jornais. Primeiro, *OESP*, o mais antigo dos dois, ainda hoje um dos jornais mais importantes do País. Depois, *CM*, que nasceu nos primeiros anos do século XX e começou a se enfraquecer com a mudança da capital da República para Brasília, em 1960, e a morrer, um pouco mais tarde, com o golpe que apoiou, em 1964.

### ***A gente vai continuar lutando, buscando a verdade...***

O enunciado acima faz parte do texto principal de um caderno editado em 2000, quando o *Estadão* comemorou 125 anos de existência.

São dois os traços que o jornal, pertencente à família Mesquita, destaca, ao voltar-se para sua história: duração e tradição, vinculadas à capacidade de acompanhar as transformações do País; autonomia e independência diante do poder público, de “políticos, empresários, grandes

---

<sup>4</sup> “Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”. In: Gomes (1994).

instituições” que desejariam fazer dos jornais porta-vozes de seus interesses. O título da narrativa breve que fecha o Caderno comemorativo dos 125 anos traz um ponto importante para o desenvolvimento, no texto, da idéia de combatividade e autonomia: “O *Estadão* faz 125 anos, mas só conta 120. Erro de cálculo? Não, intervenção mesmo”. A referência é aos cinco anos, entre 1940 e 1945, durante os quais o jornal esteve sob intervenção da ditadura de Vargas. No decorrer da ditadura do pós-64, e depois dela, o *Estado* procurou fixar uma imagem de agente favorável à democracia, em uma estratégia que explica o modo como recorta e seleciona momentos e situações que compuseram sua trajetória desde 1875, quando se chamava ainda *A Província de S. Paulo*. A esse respeito, vale conferir o texto abaixo:

“Em 1940, a ditadura Vargas, incomodada com a postura editorial do *Estadão*, invade sua sede e expulsa diretores e jornalistas. Durante 5 anos, o *Estadão* não foi o *Estadão*. Só a partir de 1945, novamente sob a direção da família Mesquita e tendo à frente Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita, o *Estadão* voltou a ser um jornal livre. E voltou a denunciar. Mas em 1971, com os militares no poder, censores são instalados nas redações dos jornais, vetando quaisquer notícias sobre prisões e protestos ou declarações contrárias ao regime ditatorial. Para fazer resistência, o *Estadão* usou uma arma bastante poderosa: a poesia. 660 trechos de *Os Lusíadas*, de Camões, foram usados no lugar das matérias censuradas. Era uma forma de mostrar aos leitores que alguma coisa estava errada. E de mostrar aos generais que era impossível fazer calar nossos jornalistas”.

Os enunciados reproduzidos pertencem ao texto ao qual nos referimos (“O *Estadão* faz 125 anos...”). Nele, chamamos a atenção para um salto significativo: da intervenção durante o Estado Novo o texto passa a 1945, quando o jornal retorna à família Mesquita e, então... a 1971! A lacuna, o tempo repleto de acontecimentos e sentidos aí desconsiderados, é justamente aquele que mais interessa à nossa pesquisa. E 1950, quando se deu a eleição de Vargas? E o suicídio? E a oposição a Juscelino? E as articulações favoráveis ao golpe de 1964?

Antes de prosseguir, levantamos algumas hipóteses referentes a essas lacunas. Primeiro: parece haver dois (ou mais) Vargas constituídos nas memórias predominantes. A um deles, o Vargas ditador, do Estado Novo, parece ser mais viável a oposição (apesar de este Vargas misturar-se ao das leis trabalhistas, trazido à memória de maneiras diversas). A um outro, ao Vargas que, eleito democraticamente em 1950, teria sido pressionado por forças oposicionistas, ou antipatrióticas, como foram definidas na carta-testamento, a oposição, mesmo que nas teias das histórias e memórias, é assunto delicado. No caso de Juscelino Kubitschek, um vencedor na memória política brasileira, associado a palavras-chave do circuito de valores do campo político presente, como desenvolvimento, crescimento e democracia (como fatores coincidentes, seria

essa a chave de seu sucesso no campo da memória), figurar na oposição se torna ainda mais complicado. A estes terrenos perigosos e escorregadios da experiência política brasileira e das lideranças consagradas pelo tempo é que o *Estadão* esquivou-se no texto comemorativo dos 125 anos. Sem falar na articulação do golpe, na qual Júlio de Mesquita Filho parece ter tido um papel importante, no que diz respeito ao conjunto da grande imprensa, especialmente no Rio e em S. Paulo<sup>5</sup>.

Em um artigo publicado no jornal *Opinião* em 1975, quando o *OESP* completava 100 anos de existência, Bernardo Kucinski definia o *Estado* entre os jornais que “fazem a história” (outros apenas contariam a história do dia anterior), no que é comparado pelo autor ao *Washington Post*, que ganha dinheiro, “muito dinheiro”; e que, como a maior parte dos jornais, proclama não tomar partido – o *Estado*, diz Kucinski, “possui uma doutrina e assume posições como se ele próprio fosse um partido político”<sup>6</sup>. Ressaltava, ainda, o anticomunismo e o liberalismo como traços constantes, que ganharam intensidade e matizes diferenciados na história do jornal. Quanto ao primeiro dos dois traços, teria feito parte da leitura da história pelo jornal, até então, um conflito entre o Ocidente, democrata e cristão, e o comunismo, ultrapassando o período da guerra fria. O segundo traço, o liberalismo, teria estado presente na história do jornal “no sentido histórico da palavra liberal, ou seja, sempre anticomunista e elitista, mas ao mesmo tempo adepto de uma certa ordem constitucional se possível, nos moldes da chamada democracia liberal”.

---

<sup>5</sup> Em carta datada de 12 de maio de 1964, dirigida a Carlos Lacerda e assinada pelo então proprietário e diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, este último elogia a atuação de Lacerda na Europa, explicando e divulgando o golpe civil-militar. Mesquita fala nas proporções assumidas pelo “nosso movimento”, elogia Castelo Branco (“finalmente pusemos a mão numa personalidade de primeira ordem”) e diz claramente sobre seu apoio à intenção de Carlos Lacerda de suceder Castelo na presidência da República (“da sua eleição dependerá, segundo estou convencido, o resultado final do nosso movimento”). Mesquita expressa, ainda, sua opinião de que a presidência de Castelo não deveria estender-se apenas até a data, estabelecida, de outubro de 1965. Essa opinião de Mesquita é relativamente conhecida: o mandato do primeiro presidente militar deveria ser prorrogado por três anos. O que nos chama a atenção, no entanto, é a maneira como explicita essa opinião, com a intenção de convencer Lacerda de que a prorrogação não comprometeria sua candidatura, como “líder incontestável da nova democracia”. Suas palavras: “precisamos queimar até o último cartucho em defesa de uma oportunidade como a vitória de 31 de março, que não se repetirá nestes próximos cinquenta anos”. [ACL – Documento doado pelo Acervo Histórico da S. A. *O Estado de S. Paulo*]. Segundo Bernardo Kucinski (1975), Júlio de Mesquita Filho estaria envolvido em reuniões de articulação do golpe desde o início de 1962, sediadas no próprio jornal, nas quais foram discutidas as linhas gerais que deveria assumir o novo regime. Maria Vitória Benevides (1981) relata, também, que já em 1962 Júlio de Mesquita Filho propunha aos líderes militares que se opunham à permanência de Jango no governo um “Roteiro da revolução” (cf. o “Roteiro” em Mesquita Filho, 1969). O namoro entre *OESP* e o regime militar do pós-64 passaria por diversos conflitos a partir de 1965, com um afastamento maior a partir do governo Médici.

<sup>6</sup> Kucinski (*op. cit.*), p.4.

Kucinski atribui ao *Estado* algumas outras características que marcaram suas práticas jornalísticas e políticas, entre elas a identificação com a elite paulista, primeiramente a dos grandes cafeicultores, depois a do capital financeiro e industrial, ambas mantenedoras do alto faturamento publicitário do jornal. Interessa-nos, especificamente, um outro comentário do autor, que transcrevemos abaixo:

“O *Estado* nunca foi apenas um representante imediato dos interesses de uma parcela ‘modernizante’ e inovadora da elite paulista, nem mesmo, muitas décadas depois, uma simples expressão de posições conservadoras da burguesia daquele Estado. Instituição eminentemente política, o jornal sempre procurou ir além dos interesses imediatos de classe, tornando-se talvez o único jornal brasileiro que durante tanto tempo foi um *produtor* de ideologias e posições políticas de grupos dirigentes”.

Em momento de comemoração também, quando o jornal festejava seus 75 anos de existência, em janeiro de 1950, Júlio de Mesquita Filho ressaltava duas continuidades principais na história do jornal: o fato de ter estado nas mãos de uma mesma família durante aproximadamente toda sua história (desde 1885) e a perspectiva liberal, a defesa do liberalismo desde as campanhas republicanas da *Província de S. Paulo* até aqueles dias<sup>7</sup>. Esta última linha de continuidade se deveria, segundo o proprietário e diretor do jornal, à crença de que seria ainda o liberalismo (conceito não definido nesse momento) que proporcionaria, ao mesmo tempo, o clima necessário ao desenvolvimento das liberdades humanas e às conquistas sociais. Na propagação desses ideais, aparecem juntos *OESP* e a UDN, seja nas palavras de Júlio de Mesquita Filho, seja nas do então presidente da UDN paulista, Waldemar Ferreira:

“A União Democrática Nacional pode, hoje, orgulhar-se de ser o partido de maior prestígio na opinião pública. Por sua vez, *O Estado de S. Paulo*, que tanto se identifica com a gloriosa falange política, vem sendo neste momento, como nunca em sua história, prestigiado por essa mesma opinião. São fatos que se completam (...)”<sup>8</sup>.

Interessam-nos os dois aspectos presentes nos comentários de Mesquita, o da continuidade e o da identificação com a UDN durante os anos 1950. Os dois envolvem e constituem os limites do liberalismo do jornal paulista, constituído por perspectivas

<sup>7</sup> Para uma análise da ideologia liberal em São Paulo da segunda metade do século XIX à primeira década do XX, cf. Bresciani (1976).

<sup>8</sup> Palavras atribuídas também a Júlio de Mesquita Filho. “O 75º aniversário de *O Estado de S. Paulo*”. *OESP*, 05/01/1950.

conservadoras nas quais a noção de democracia é bastante restrita, na medida em que implica, como veremos nos próximos capítulos, uma vinculação a esforços conservadores de manutenção da “ordem”. O elitismo contido nos projetos políticos do *OESP* acentuou, em diversos momentos, a ideologia correspondente à missão pedagógica e orientadora do jornalismo, assim como expôs as frustrações e incompatibilidades da perspectiva autoritária assumida pelo jornal em relação à impossibilidade de controle dos resultados eleitorais.

Maria Helena Capelato, ao discutir a presença da ideologia liberal em jornais paulistas entre os anos 20 e 40, observa algumas de suas características, presentes com maior ou menor intensidade no caso particular de *OESP*. A defesa da presença do capital estrangeiro na economia e, com ela, a oposição a políticas de cunho nacionalista, assim como a defesa da não intervenção do Estado na economia (mediada por argumentos favoráveis a intervenções circunstanciais), foram apontadas pela autora como características daquele período.

A defesa da presença do capital estrangeiro na economia brasileira aparecia, no caso de *OESP*, baseada em uma visão de que o problema maior para a economia brasileira na época era a falta de capitais, de investimentos. O dinheiro estrangeiro seria, desse ponto de vista, uma necessidade. A discussão, portanto, não passava pelo controle do afluxo de capitais, mas pelas estratégias para uma maior captação do dinheiro estrangeiro, que beneficiava, entre outros grupos, o dos cafeicultores paulistas, entre os quais encontravam-se os proprietários de *OESP*. De acordo com Capelato, além de trazer vantagens imediatas, como aquelas das quais se beneficiavam os cafeicultores, “o capital estrangeiro era entendido como elemento desinibidor do atraso, acelerando o tempo histórico do Brasil na trajetória que conduziria ao progresso, ou seja, à plena realização do capitalismo”<sup>9</sup>.

No que se refere à questão da intervenção do Estado na economia, a variação das posições se explicaria pelo fato de que o jornal não teria pautado suas ações apenas por interesses imediatos, já que seus proprietários teriam se ocupado de planos de longo prazo para o desenvolvimento do País. Ainda segundo Capelato,

“Eles foram os principais articuladores do projeto liberal de oposição na década de 20. Ao estabelecerem as metas do desenvolvimento econômico, posicionaram-se com maior distância e flexibilidade quanto às forças econômicas que contribuíam para aquele fim. Nesse sentido,

---

<sup>9</sup> Capelato (1989), p. 53.

defenderam o café, a diversificação agrícola, a indústria, admitindo, dentro de certos limites, a intervenção do Estado para auxiliar a iniciativa privada”<sup>10</sup>.

A aceitação da intervenção do Estado em algumas circunstâncias conviveu, no entanto, com uma oposição regular ao controle da economia por um poder central, que teria sido significativa do ponto de vista dos protestos contra a política centralizadora de Vargas, incluindo aí o movimento de 1932, no qual os proprietários de *OESP* tiveram papel importante como articuladores.

Baseada em suas pesquisas, Capelato caracterizaria liberais (a imprensa liberal de São Paulo, no caso) e antiliberais como autoritários, já que os dois conjuntos, de pessoas e atitudes, significaram na nossa história a justificação da estrutura de desigualdade vigente, na qual tiveram (e têm) papel importante a defesa da “ordem social” e da propriedade privada. A autora não deixaria, no entanto, de apontar as diferenças existentes entre os dois grupos e visões políticas. De um lado, entre os liberais, a democracia com limites precisos e o voto fizeram parte dos projetos de reforma e desenvolvimento do país. E completamos: de maneira restrita e com limites bastante estreitos; ultrapassados esses limites, o recurso ao golpe e o descolamento do princípio da legalidade foi constante (basta pensar em *OESP* e na UDN). De outro, no caso do projeto chamado pela autora de “antiliberal”, o voto estava fora de questão, enquanto o povo continuasse, na visão propagada, imaturo e afeito à desordem social, restando ao Estado o papel de realizador de uma nova nação, começando pelo próprio povo. Aqui, adicionamos às palavras da autora a hipótese de que as fronteiras entre liberalismo e antiliberalismo, tal como foram por ela descritos, nos parece ainda mais móvel e indefinida. A idéia da imaturidade do povo, ou da incompletude dos processos políticos que levariam à possibilidade da organização democrática da política institucional esteve presente, como veremos nos próximos capítulos, também em autores, jornalistas e jornais considerados liberais.

A autora desdobraria esse diferencial. Se nos projetos dos liberais e nas páginas de *O Estado de S. Paulo* o povo ganhava imagem semelhante àqueles presentes no autoritarismo estadonovista, por exemplo, o modo pelo qual chegaria à “maturidade” era, segundo ela, projetado de maneiras diferentes:

---

<sup>10</sup> Capelato (1989), p. 57.

“Os liberais reformistas criticaram as ‘velhas e falsas elites’ (da Primeira República) por sua incapacidade de preparar a ‘criança para a idade adulta’. Acreditavam que as ‘novas elites’ eram capazes de realizar o ‘amadurecimento do povo brasileiro’. Não consideravam essa tarefa incompatível com a democracia representativa: o povo podia e devia votar, e sua presença nas eleições fazia parte do processo pedagógico”<sup>11</sup>.

Ainda aqui, consideramos que a idéia do descompasso entre elites e realidade, projetada também na idéia de que as massas se apresentavam incapazes para o voto e “ignorantes” por não terem sido bem “orientadas”, está presente também em alguns matizes do liberalismo que, no caso do Brasil, pudemos apontar e explicitar durante os anos 50, nos jornais que analisamos.

A perspectiva autoritária presente em *OESP* pode ser notada, com facilidade, quando à defesa da democracia e da Constituição sobrepôs-se a defesa de soluções extra-legais ou de aplicações da lei de segurança nacional como antídoto contra algum tipo de “ameaça social”. No período relatado pela autora, a Intentona comunista, de 1935, é um exemplo. Ao finalizar o livro, ela apontaria também para 1964, um dos momentos em que os proprietários de jornais como *OESP* teriam preferido a “tirania do poder” à “tirania das massas” – “Muitos representantes da imprensa que exorcizaram a ditadura Vargas apoiaram o golpe de 1964. Em nome da ‘paz social’ curvaram-se à tirania; a seguir foram vítimas dela e acabaram lutando para recuperar a própria liberdade”<sup>12</sup>.

Nossa pesquisa aponta, no próximo capítulo, para um ritmo de oscilações freqüentes, em que a defesa de concepções liberais se articula ou se reveza (repetimos, se articula, não apenas se reveza), com a contestação dos resultados das urnas e com o golpismo. Os anos de 1950, 1954, 1955 foram exemplares quando se recorre, como é o caso neste trabalho, à política no âmbito nacional. Em *OESP*, a oposição ao varguismo fica explicitada, nos termos que a organizam: a impossibilidade de aceitar que os votos atribuídos a Vargas e a políticos a ele relacionados pudessem significar uma *opção*, um *apoio* e uma *aprovação*, por exemplo, à política trabalhista colocada em ação durante os anos 30. O elitismo predominante não só em *OESP*, mas na maior parte dos grandes jornais do período, nega-se a considerar a hipótese de pactos e trocas de interesses entre votantes e eleitos. A opção pelo varguismo seria considerada, com ênfase em *OESP*, durante os anos 50 e início dos 60, como resultado da ignorância e mistificação

<sup>11</sup> *Idem*, p. 193. Nesse sentido, e em outros também, é importante pensar que *OESP* teve seu papel na propagação de projetos caros aos grupos da elite liberal paulista, como a Universidade de São Paulo (USP). Universidade e imprensa faziam parte, da perspectiva dessa elite, de um mesmo esforço para a criação de uma consciência nacional laica, que contribuisse para o progresso do país.

<sup>12</sup> Capelato (1989), p. 245.

promovidas pelo Estado Novo, o que impelia às afirmações sobre a *falsa democracia* ou a *democracia incompleta*, de uma perspectiva autoritária que indicava a necessidade de que as *verdadeiras elites* tomassem o poder, pelos meios que fossem viáveis.

Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, em um estudo voltado especificamente para *OESP*, concluem seu livro com uma observação sobre o modo como compreendem a presença simultânea de posições liberais e conservadoras na ideologia de *OESP* – “não pretendemos enfatizar ambigüidades – dizem as autoras –; ser conservador (e mesmo autoritário) e a um tempo liberal significa antes uma especificidade do liberalismo brasileiro de que o jornal *O Estado de S. Paulo* se constitui em um exemplar e paradigma”<sup>13</sup>. Nossa discordância em relação à observação das autoras diz respeito ao fato de que não consideramos que essa articulação de termos, entre liberalismo e autoritarismo, possa ser pensada como uma peculiaridade brasileira, já que está presente na própria constituição do pensamento liberal, na tensão entre a defesa da liberdade e da potencialidade dos *sujeitos de opinião* para constituírem *maioria* e, como tal, participarem, por meio de mecanismos de *representação*, dos processos decisórios na sociedade em que vivem (que significou, em diversos momentos, um avanço do ponto de vista político), e os limites restritivos da concepção liberal de sociedade, em que o estatuto de *sujeito de opinião* e os mecanismos de representatividade estiveram, historicamente, ligados à defesa da propriedade (em práticas conservadoras nas quais a capacidade de tornar-se *sujeito de opinião* esteve vinculada à inserção dos indivíduos, *como proprietários*, na sociedade, e nas quais uma série de exclusões e silenciamentos foram fixados por meios legais, com o objetivo de conservação da “ordem”)<sup>14</sup>.

Maria Vitória Benevides, em seu estudo sobre a UDN, faz, por sua vez, considerações sobre os procedimentos do partido que procurou, em sua trajetória, identificar-se justamente como de tradição e projetos liberais para o País, em contraponto acima de tudo com o varguismo. Segundo a autora, a vinculação entre reivindicações sociais e desordem, assim como a decepção e a revolta constantes com os resultados das urnas, deram o tom ao liberalismo udenista. Diríamos que deram o tom, também, em linhas gerais, ao liberalismo de *OESP*. A idéia de que “o povo não

---

<sup>13</sup> Capelato e Prado (1980).

<sup>14</sup> A esse respeito, citariamos textos de John Stuart Mill (1991), Benjamin Constant (*De la liberté des anciens comparée a celle des modernes*, discours prononcé a l’Athénée Royal de Paris en 1819) e alguns dos textos produzidos durante o processo de independência dos Estados Unidos, no final do século XVIII e início do XIX, como o folheto escrito por Thomas Paine (*Senso comum*), ou os ensaios presentes em *O Federalista*, com destaque para aqueles que foram escritos por James Madison.

sabe votar” esteve presente entre os udenistas e também nos textos publicados por *OESP*, em diversas ocasiões. Ao discorrer sobre a UDN, Benevides observa que

“Em termos de liberalismo político, duas contradições são evidentes: o apelo à intervenção militar e as reservas quanto à extensão da participação política. O militarismo foi uma constante, enraizado na declaração de Armando de Salles Oliveira de que ‘fora do Exército não há salvação’ (1939). A intensa pregação golpista, e seus momentos vitoriosos (54 e 64) permaneceram associados à imagem da UDN. A perplexidade não se refere apenas a uma determinada situação histórica, na qual se admite que um liberal defenda o golpe. A heresia estará em defender o ‘estado de exceção’, o golpismo, como alternativa válida de ação política, através, por exemplo, do instrumento ideológico utilizado por Carlos Lacerda, que ‘defendia o golpe para evitar o golpe por via eleitoral’ (!). E ao contestar os resultados das urnas a UDN ia mais longe, pois passava a conspirar contra a posse dos eleitos, quando vinculados, de uma forma ou de outra, ao temido getulismo. Quanto às reservas de participação política trata-se da desconfiança em relação ao movimento sindical (‘as greves são sempre políticas’, denunciavam) ou à capacidade do povo para escolher seus representantes. ‘*O povo errou*’, diriam, inconformados com as vitórias de Dutra, Getúlio, Juscelino e Jango”<sup>15</sup>.

Ainda aqui, essas observações a respeito da UDN poderiam ser aplicadas ao *OESP*. Repetimos que não vemos, nas campanhas desfechadas por aquele jornal em nome da “verdadeira democracia” e em suas aproximações significativas em relação a Carlos Lacerda, um ponto de contradição, mas os fios mesmos que constituíram a percepção liberal, a visão de democracia e os projetos de sociedade sustentados por *OESP* para o Brasil no período. Benevides sustenta a seguinte posição, no que se refere à UDN:

“Resta saber se o golpismo udenista é um deslize ou uma ruptura. Isto é, o golpismo faz parte da UDN ou é monstro gerado que a paternidade renega? É degenerescência da UDN ou já é outra coisa? O golpismo udenista não é deslize, não é ruptura. Está, como diria Michel Debrun, ‘no coração da própria ideologia’, a que serve de suporte para os apelos aos militares, sempre decorrente da fé inabalável na ‘presciência das elites’, na ‘imaturidade do povo’ e na identificação de reivindicações sociais com anarquia”<sup>16</sup>.

Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, apesar da idéia, de que discordamos, de um “liberalismo à brasileira”, não deixariam de apontar para a vinculação entre as concepções presentes em *OESP* e alguns escritos liberais, dos séculos XVII e XVIII. Citam Locke e Montesquieu, ressaltando, no primeiro, a vinculação entre propriedade e liberdade, que destacamos há pouco; e, no segundo, o recurso à divisão entre os poderes (Executivo, Legislativo

<sup>15</sup> Benevides (1981), p. 248.

<sup>16</sup> Benevides (*op.cit.*), p. 255. A referência a Debrun é do artigo “A alternância do poder”, *IstoÉ*, 14/11/1979.

e Judiciário), visando limitar o fortalecimento do Executivo em detrimento dos demais. As autoras citam, ainda, Rousseau, ao discorrer sobre a concepção de democracia veiculada pelo jornal, na qual teriam papel importante as noções de vontade geral e opinião pública. Do século XIX, teriam destaque o evolucionismo de Spencer e a sociologia de Durkheim, dando base para os argumentos referentes à necessidade de ordem para a realização do progresso desejado, do ponto de vista social, político ou econômico.

A defesa de uma missão pedagógica e civilizatória para o jornalismo se fortalece, assim, em seu vínculo com uma concepção conservadora e autoritária que afirmou que, para o desenvolvimento do país, seriam necessárias, acima de tudo, a formação de elites adequadas a essa tarefa e que, por sua vez, pudessem apontar os caminhos do desenvolvimento para as massas, por meio da educação e da, freqüentemente citada, “orientação da opinião pública”.

Um dos aspectos da história do jornal, privilegiado pela memória proposta por iniciativas institucionais, diz respeito às campanhas lideradas por Júlio de Mesquita Filho, ainda nos anos 1930, para a fundação de universidades que, segundo acreditava, contribuiriam para a constituição de uma elite, portadora de uma consciência nacional deficitária no Brasil de então, o que somaria para os esforços de desenvolvimento do País. Uma das apostas de Mesquita foi a Universidade de São Paulo (USP), apoiando, na década de 30, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Procuraremos considerar os conceitos significativos que constituíram as práticas de *OESP* como fios de um mesmo campo no qual é difícil diferenciar o que pertence a um conteúdo ideológico de duração mais abrangente e o que pertence aos interesses circunstanciais. Consideramos que essa indiferenciação seja especialmente válida no caso de um estudo que procure tematizar o modo como a ação política, mediada e significada no interior do pensamento de parte da elite brasileira, no caso de parte da elite paulista, se vende nas bancas; isto é, no caso específico do material jornal, que é uma mescla de opiniões e relatos que se propõem como captação do presente, como transcrição do momento e, paulatinamente, da história – veículo que propõe imagens fundamentais da e na luta política.

O jornalismo não é um “suporte”, mas um dos lugares múltiplos em que a luta política se faz nas sociedades contemporâneas, expondo e mediando a inserção de grupos de elite nos conflitos que as constituem. E esse “lugar”, como procuramos mostrar na Primeira Parte deste trabalho, tem características que o particularizam, sendo produzido por regras peculiares, que

determinam em grande parte seu estatuto de valor e credibilidade e as projeções a respeito de seu papel na sociedade.

Do ponto de vista das transformações materiais e técnicas do jornalismo durante os anos 1950, *OESP* esteve, ao mesmo tempo, entre os que tiveram um grande aumento nas vendas de anúncios e no número de páginas, e os que conservaram ainda durante algum tempo uma aparência bastante tradicional. Manteve a mesma diagramação dos anos 1940. Manteve também, nas primeiras páginas, a publicação de notícias internacionais, disposição adotada no período da Segunda Guerra Mundial. Demorou mais do que seus concorrentes, como as *Folhas*, a adotar novos padrões gráficos e textuais.

Segundo Nilson Laje, o *Estado*, assim como *O Globo* no Rio (em que Nelson Rodrigues saudava com ironia os “idiotas da objetividade”), associava as novas técnicas de jornalismo, entre elas a adoção do *lead*, “não à influência americana – para ele, sempre positiva – mas a um avanço do pensamento nacionalista, de esquerda, sobre redutos tradicionalmente conservadores da imprensa”. Seus proprietários e diretores teriam temor, segundo Laje, da transferência de poderes maiores à redação.

“Quando, finalmente, não havia mais jeito – e os leitores de prestígio reclamavam do estilo pesado e palavroso da maior parte do jornal – é que o Estado de São Paulo pensou em mudar. Era o início da década de 70 e a repressão esvaziava o argumento ideológico contra as novas técnicas jornalísticas<sup>17</sup>”.

As considerações de Laje trabalham com a hipótese de que a aquisição de técnicas e normas de escrita possa ter sido representativa de reações dos trabalhadores da notícia ao direcionamento e manipulação decorrentes da linha editorial e dos interesses dos jornais. A “objetividade” seria, nesse sentido, uma estratégia de defesa da verdade diante da manipulação e do trabalho jornalístico diante de seu conteúdo ideológico conservador, hipótese que aventamos antes. Na Parte 1 procuramos, no entanto, apontar para o fato de que o ideário da isenção esteja vinculado, nos debates e práticas dos anos 50, menos a essa resistência do que a estratégias de credibilidade *para as empresas e seus projetos*, menos ao aprimoramento técnico do que a esforços de disciplinamento do olhar e da escrita dos jornalistas, visando ordem e produtividade.

---

<sup>17</sup> Laje, Nilson. “Comentários à Dissertação “*O Estado de S. Paulo (1942-1972)*, uma contribuição à história das técnicas jornalísticas”, de Liriam Sponholz. Em [www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/laje-estadoa.html](http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/laje-estadoa.html) [acesso em outubro de 2002].

A associação entre as mudanças do ponto de vista técnico e o pensamento nacionalista de esquerda nos parece difícil de sustentar, no que se refere ao jornalismo daqueles anos. Pode-se vincular algumas transformações de destaque ao jornal *Última Hora* e este, por sua vez, a Vargas e ao varguismo. *Última Hora* não foi, entretanto, o ponto inicial dessas transformações, ainda que as grandes fotos publicadas na capa, os títulos chamativos, a coluna de Nelson Rodrigues e o noticiário tido como popular tenham marcado a história do jornalismo naquele período, para não falar nos salários pagos por Samuel Wainer, superiores aos dos demais veículos. O problema é que as mudanças não vieram ou pertenceram ao jornal *Última Hora*, nem este pode ser, porque vinculado a Vargas, caracterizado automaticamente como um jornal da esquerda nacionalista. As transformações do ponto de vista da técnica, baseadas no modelo norte-americano, estiveram presentes em jornais como *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil* e *Tribuna da Imprensa* (o conservador jornal de Lacerda, em geral afinado com as posições e ângulos predominantes em *OESP*, foi um dos primeiros a adotar procedimentos formais caros ao jornalismo norte-americano e a editar um compêndio de normas para a redação, do qual falamos no Capítulo 3 da Parte 1), no mesmo período.

A persistência de *OESP* na diagramação tradicional e na primeira página feita de notícias internacionais não deixa de ser significativa, no entanto. Especialmente no que diz respeito ao modo como esse jornal *recortava* e enxergava sua fatia de público. O *Jornal da Tarde*, pertencente à mesma empresa, surgiu nos anos 1960, diferenciado tanto na linguagem, textual e fotográfica, quanto no público que procurava atingir.

Até hoje, podemos considerar *OESP* um jornal conservador do ponto de vista da linguagem jornalística e não apenas em suas interpretações e projetos para o Brasil, o que não significa que não tenha participado, nos anos 1950 ou depois, da “modernização” caracterizada pela adoção de máquinas consideradas modernas e que exigiam capital (o que muitas vezes significou uma posição político-econômica que permitisse conseguir empréstimos governamentais e/ou reduções nas taxas de importação) e também da adoção, gradativa, de métodos jornalísticos que se apresentavam como novos. É importante, ainda, lembrar que, do ponto de vista administrativo (e das relações políticas e econômicas), *OESP* se manteve e é, hoje, o segundo jornal de maior circulação no País<sup>18</sup>, além de ser o mais antigo. É uma história de

---

<sup>18</sup> A circulação média anual (média diária, em milhares de exemplares) dos principais jornais foi, em 2002, de 346 no caso da *Folha de S. Paulo*, 268 no do *Estadão* e 266 no caso do jornal carioca *O Globo*. Nos três casos, os jornais

sobrevivência, digamos, de uma “sobrevivência eficiente”. Também desse ponto de vista, consideramos impossível discernir questões econômicas e de gerenciamento, questões referentes aos padrões jornalísticos adotados (do ponto de vista ético, estético e informativo) e questões políticas.

### *Dizer a verdade. É para dizê-la que aqui estamos*

O enunciado acima fez parte do texto publicado em 15 de junho de 1901, na primeira edição do *Correio da Manhã*. No texto, Edmundo Bittencourt, fundador do jornal, procurava definir a que veio o diário de que foi proprietário e diretor. Desde o início, cultivou a imagem de independência em relação aos partidos políticos, tão cara ao imaginário da credibilidade e do jornal a serviço do público, tal como cultivado a partir do século XX, no caso do Brasil.

A partir dos anos 1940, o jornal seria dirigido pelo filho de Edmundo, Paulo Bittencourt. Paulo fazia parte da diretoria desde 1921 e teve a propriedade do jornal transferida para seu nome, por seu pai, em 1923. Depois de sua morte, em 1963, e de brigas judiciais nas quais não entraremos, a posse do jornal passou a sua esposa, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, que esteve à frente do *Correio* até 1969, quando o jornal foi arrendado para Maurício Nunes de Alencar e Frederico Gomes da Silva. Seus últimos números circulariam em junho de 1974.

O final, os desentendimentos com o governo militar desde os primeiros anos – os do governo de Castelo Branco –, as perseguições a Niomar Moniz Sodré, os artigos de Carlos Heitor Cony... são imagens que predominam nas histórias e memórias sobre o *Correio da Manhã*. Mais uma vez, o recurso aos “anos de chumbo” serve à valorização e planificação das práticas características aos “anos dourados”, delimitando os terrenos atribuídos às práticas autoritárias e a uma suposta defesa da democracia.

No período ao qual se dirige este nosso estudo, no entanto, vislumbramos um jornal em pleno vigor. Um jornal importante do ponto de vista político, importante do ponto de vista jornalístico.

---

caíram para aproximadamente 50% dos números médios de circulação diária alcançados no ano de 1995. “Depois do boom”, *Folha de S. Paulo*, 23/02/2003.

Wainer, em suas memórias, conta que Getúlio Vargas teria lhe confessado que não conseguia passar sem a leitura da página dos editoriais do *CM*: “a geração de políticos a que ele pertencia fora estreitamente influenciada pelos artigos do jornal de Paulo Bittencourt”. Mas não é só isso que Wainer comentaria sobre Paulo. Ele teria sido também um dos mais influentes proprietários de jornal da época, um exemplo da “postura imperial da imprensa”, comparado pelo jornalista aos “barões feudais da Idade Média”<sup>19</sup>.

Bastante lido nas seções do Congresso Nacional, o *Correio* fez parte dos debates que marcaram a época. Não os transcrevia, apenas, nas seções dedicadas a assuntos políticos. Foi uma voz, entre outras, a constituir as opiniões predominantes. Lembramos do comentário de Bernardo Kucinski, dizendo que *OESP* teria agido como se fosse, ele mesmo, um partido político: poderia ser aplicado ao *CM*, talvez servindo-lhe com mais exatidão, inclusive, do que ao *Estado*. É que, se este último, nos anos 1950, pôde ser vislumbrado, em linhas gerais, em ações conjuntas com a UDN, que marcaram suas opiniões e disposições na política estadual e na nacional, a história do *Correio* na época se faz de linhas menos contínuas. Da oposição violenta a Vargas, nos anos 50, ao apoio a Kubitschek, pouco depois. Da defesa da legalidade, com JK, em 1955, depois com Jango em 1961, ao apoio ao golpe civil-militar de 1964.

O *Correio* teria sido, em palavras do jornalista e depois deputado cassado pela ditadura do pós-64 Márcio Moreira Alves, que começou a trabalhar naquele jornal em 1953, com 17 anos, “o jornal político mais influente do Brasil” durante os anos 50<sup>20</sup>.

Em um volume organizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro sobre o *Correio*, a narrativa principal tece pouquíssimas considerações a respeito dos anos 50. Os dois pontos mais lembrados são, como é comum nas memórias referentes ao jornal, a entrevista de José Américo a Carlos Lacerda, em 1945, que teria sido um dos fatores a desencadear a derrocada do Estado Novo, e o fato de ter sido o primeiro jornal, entre os tantos que apoiaram o golpe de 1964, a se opor a ele. Não toca, por exemplo, no suicídio de Vargas ou nos anos JK. Estes apareceriam em depoimentos subseqüentes, de jornalistas que trabalharam no *Correio*.

Fuad Atala, que foi editor do Segundo Caderno do jornal, relembra a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, quando o *Correio* defendeu a posse de João Goulart, tratando esse episódio como um exemplo de insubmissão e autonomia. A discordância com a censura imposta por

<sup>19</sup> Wainer (1998), pp. 136-137.

<sup>20</sup> *Correio da Manhã*. Série Memória (2000), p. 63.

Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, aos jornais do Rio acabou custando-lhe as edições impressas, recolhidas pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) na “boca da rotativa”. O jornalista fala sobre o dia em que, cansados das apreensões consecutivas, partiram, ele, Carlos Heitor Cony, Aziz Ahmed, Álvaro Mendes e Paulo Ramos para o Largo da Carioca, onde distribuíram exemplares conduzidos até ali no porta-malas do carro de um deles. Terminaram no DOPS. Como em outros depoimentos, o jornalista fala da decepção posterior com Jango, sempre pouco explicitada e na maior parte das vezes reduzida à palavra demagogia, da oposição do *Correio* a seu governo e do apoio ao golpe, relacionando-os apenas cronologicamente à agonia do jornal durante o final dos anos 60 e início dos 70<sup>21</sup>.

Em entrevista à autora, Carlos Heitor Cony faria um percurso semelhante. A resistência posterior a 1964, assim como a violência e prisão de muitos jornalistas pelo regime, ganha força diante de um momento anterior, em que o destaque concedido aos conhecidos editoriais que pediam o afastamento de Jango (“Fora!” e “Basta!” foram os títulos dos principais, em março de 1964) pouco diz sobre as decisões que levaram da defesa da legalidade ao apoio ao golpe<sup>22</sup>. Mais viva na memória é a imagem do jornal “que nunca se curvou diante das arbitrariedades”, que “morreu sem perder a dignidade que o caracterizou ao escrever a História do Brasil”, em palavras de Bertholdo de Castro, que começou sua carreira jornalística naquele jornal<sup>23</sup>.

O depoimento de José Fernandes, que trabalhou no *CM* durante 31 anos, entre 1942 e 1973, trata dos anos 1950 por meio de referências à festa promovida por Paulo Bittencourt para comemoração dos 50 anos do jornal, e ao período Kubitschek, assunto que ganha o seguinte enredo:

“O período de apogeu do *Correio* foi quando elegeu o Juscelino Kubitschek. O Álvaro Lins foi o esteio da campanha do Juscelino. Durante um período o Álvaro ficou como redator-chefe, tinha um rodapé famoso onde fazia críticas literárias. Juscelino eleito, foi ser chefe da Casa Civil. Uma vez, quando ainda estava no jornal, em resposta a um comentário de Carlos Lacerda, escreveu três editoriais – ‘Um pobre rapaz’, ‘Um pobre coitado’ e ‘Um pobre diabo’ – e acabou com ele. Lacerda publicou uma nota dizendo que não faria mais nenhum comentário. Mas a projeção de Carlos Lacerda também se deve ao *Correio da Manhã*. Primeiro com a entrevista que ele fez com o José Américo, que derrubou o Getúlio em 45. Hoje todo o mundo sabe quem fez a entrevista, mas na época, não. Essa entrevista tirou a

<sup>21</sup> *Correio da Manhã*. Série Memória (2000), pp. 51-52. Niomar Moniz Sodré diria que, a partir do início de 1964, “as atitudes demagógicas de Jango fizeram o jornal ficar totalmente contra ele” (revista *Imprensa*, n.39, outubro de 1990, p. 76).

<sup>22</sup> Entrevista à autora. Janeiro de 2003.

<sup>23</sup> *Correio da Manhã*. Série Memória (2000), pp. 60-61.

autoridade do DIP. Daí para a frente os jornais começariam a perder o medo. Foram tomando coragem e fazendo o mesmo”<sup>24</sup>.

Outro que apontaria para as relações entre o *CM* e Juscelino Kubitschek é Autran Dourado, o romancista de origem mineira que foi, na época, assessor de imprensa do governo<sup>25</sup>. Neste caso, ganha destaque como figura de vinculação entre governo e jornal o poeta, empresário e articulista do *Correio* na época Augusto Frederico Schmidt, de quem voltaremos a falar no próximo capítulo devido ao interesse que nos despertaram os artigos por ele publicados no *CM* no segundo semestre de 1955, especialmente no que concerne à visão de democracia neles sustentada e a idéia do descompasso entre as elites e a realidade, lugar-comum nas interpretações do período.

Em meio à troca de insultos entre Carlos Lacerda, do seu *Tribuna da Imprensa*, e o *CM*, em novembro de 1955, Lacerda chamou Paulo Bittencourt de “alcoólatra que recebia ordens de Augusto Frederico Schmidt<sup>26</sup>”. Schmidt teria sido, ainda, a ponte entre Juscelino e os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que lhe teriam sido apresentados por Schmidt ainda em 1954, durante o governo de Café Filho<sup>27</sup>.

Na edição na qual o jornal se referia à morte recém-ocorrida de Paulo Bittencourt, trazendo excertos biográficos elogiosos sobre aquele que dirigira o jornal nas últimas décadas, o apoio a JK foi descrito assim:

“Foi de Paulo Bittencourt a autoria, pela primeira vez neste país, de dois vocábulos que até então nunca se tinham encontrado: planejamento do desenvolvimento. Em 1951 apoiava a comissão que lançaria as bases para o desenvolvimento do país, da qual surgiria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Mas logo entrou em conflito com as finalidades políticas de suas comissões. Lutando sempre a favor do desenvolvimento, Paulo Bittencourt lançava uma mentalidade nova no país. Pouco depois, surgiria um candidato à Presidência que faria do desenvolvimento sua principal peça programática.

Não foi o *Correio da Manhã* quem correu ao candidato Juscelino Kubitschek. O candidato é que tinha idéias em consonância com a pregação de Paulo Bittencourt. O diretor do *Correio da Manhã* não via homens: via idéias, e acima delas, via o Brasil”<sup>28</sup>.

<sup>24</sup> *Correio da Manhã*. Série Memória (2000), p.84.

<sup>25</sup> Cf. Dourado (2000).

<sup>26</sup> Bojunga (2001) cita o episódio na p. 301 de sua biografia de Juscelino Kubitschek.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 275. Para uma análise da ideologia do desenvolvimento na produção dos intelectuais do ISEB, cf. Caio Navarro de Toledo (1997).

<sup>28</sup> *Correio da Manhã*, 03/08/1963, “Morreu Paulo Bittencourt”.

Outros apontariam, com poucos detalhes, no entanto, para aspectos conflituosos da relação entre o jornal de Bittencourt e a candidatura de Juscelino. Foi o caso de Roland Corbisier, integrante do IBESP e, posteriormente, do ISEB, em uma de suas crônicas em apoio a JK, transmitidas pela *Rádio Mayrink Veiga* entre dezembro de 1954 e junho de 1955. No texto transmitido em 21/05/1955, Corbisier tratava de dois desentendimentos iniciais, o segundo deles caracterizado como um rompimento. O primeiro teria se dado no final de 1954, quando Juscelino, cuja candidatura ainda não havia sido formalizada pelo PSD, anunciara, em entrevista a uma TV carioca, ser favorável à “solução nacionalista do problema do petróleo”, à Petrobras. Amigos comuns (podemos apontar para Álvaro Lins e Schmidt, entre outros) teriam intermediado o conflito e conseguido a reconciliação. A resposta de Kubitschek ao Manifesto militar contra sua candidatura teria, pouco depois, conquistado definitivamente o apoio de Bittencourt<sup>29</sup>.

O segundo episódio de desentendimento citado por Corbisier, este, como dissemos antes, tratado como ruptura, diz respeito a um suposto veto de Bittencourt à candidatura de João Goulart à vice-presidência, pela coligação que unia PSD e PTB. Questionando a função da imprensa no regime democrático e o estatuto de representatividade de um jornal como o *Correio* (deveria representar, quando muito, seus leitores, dizia), Corbisier fazia, no texto transmitido pela *Mayrink Veiga*, a seguinte questão: “Se as classes armadas, segundo o *Correio da Manhã*, não tinham o direito de vetar a candidatura do sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, com que direito o *Correio da Manhã* veta a candidatura do sr. João Goulart?”. Sua resposta tomava a seguinte direção: “Uma sociologia da imprensa, que ainda está por fazer, nos revelaria, entre outras coisas, que sua interferência na vida interna dos partidos é tão arbitrária quanto a interferência, que essa mesma imprensa condena, das forças armadas na vida interna das agremiações partidárias”<sup>30</sup>. Uma

<sup>29</sup> Cláudio Bojunga (*op. cit.*, p. 281) cita um telefonema de Paulo Bittencourt a Juscelino, logo após a convenção do PSD na qual se firmou candidato, respondendo ao Manifesto dos militares contra sua candidatura, lido pelo então presidente Café Filho na “Hora do Brasil” no dia 27/01/1955. As palavras do proprietário do *Correio da Manhã* ao candidato à presidência teriam sido: “Parabéns pela atitude. Você esteve à altura da gravidade do momento. A partir de hoje, as páginas do meu jornal estarão à disposição de sua candidatura”. Bojunga, como em inúmeros outros casos, não cita suas fontes. O telefonema, caso tenha realmente ocorrido, teria se dado na madrugada do dia em que os grandes jornais publicariam o discurso de JK, de que fizeram parte as seguintes palavras, que entraram para uma espécie de folclore sobre as atitudes do político mineiro: “Deus poupou-me o sentimento do medo”. O discurso, como muitos outros durante o período, teria sido escrito por Augusto Frederico Schmidt, segundo informações dadas por Autran Dourado (*op. cit.*, p. 37). A frase de efeito seria, inclusive, da autoria de Dourado, aprovada por “Dona Odete”, esposa do general Nelson de Melo, após alguns telefonemas para donas de casa de suas relações – “Pode dizer, numa hora como esta é preciso se mostrar homem, disse ela. É o que se espera” (p. 38). Os discursos de JK eram escritos por Schmidt, Dourado e, ainda, pelo poeta mineiro Cyro dos Anjos, que, como os outros, o assessorou durante seu governo.

<sup>30</sup> Em Corbisier (1976). Crônica de 21/05/1955.

referência à prática dos jornais no período talvez seja, no entanto, suficiente para deslocar essa afirmação de Corbisier: a interferência dos militares não foi, necessariamente, combatida, como exemplificam 1954, 55 e 64. Os jornais atribuíram, inúmeras vezes, aos militares e à própria imprensa o papel de “corrigir” os descaminhos do regime eleitoral.

Nos capítulos seguintes, nossas análises expõem os posicionamentos do *CM* em dois episódios em que esteve em jogo a relação com o governo JK, como anunciamos antes. Primeiro, no Capítulo 2, o da crise em torno do questionamento da eleição e posse de Juscelino e Jango pela UDN; depois, o do projeto de lei de imprensa apresentado pelo governo em outubro de 1956. Trataremos não apenas dos posicionamentos do jornal, mas, principalmente, do modo como foram projetadas as relações entre imprensa e governo, entre jornalismo e política democrática nos textos publicados nesses dois momentos.

Por hora, seguimos com alguns outros aspectos das histórias e memórias relacionadas ao jornal.

Um outro destaque nas memórias sobre o *Correio* diz respeito ao jornalismo que ali se fazia, no que se refere à qualidade de textos, reportagens, artigos e, principalmente, à composição da redação. Sobre isso, Carlos Heitor Cony diria:

“o *Correio* tinha um timão, batia um bolão naquele tempo. Graciliano Ramos, Álvaro Lins, Otto Maria Carpeaux, Carlos Drummond de Andrade, Otávio Faria, Franklin de Oliveira, Márcio Moreira Alves, Hermano Alves, José Lino Grunewald, Moniz Viana, Van Jafa, José Condé, mais tarde entrariam Paulo Francis, Nelson Rodrigues, Callado (que havia sido redator-chefe mas fora para o JB e finalmente voltara à casa paterna), o Ruy Castro – tudo cobra”<sup>31</sup>.

Graciliano Ramos, citado, e Aurélio Buarque de Holanda compõem muitas das referências ao *Correio* dos anos 1940: eram os principais revisores, ambos alagoanos, trazidos por Pedro da Costa Rego, que chegou a ser governador de Alagoas, deputado, senador e ocupou o cargo de chefe-de-redação no *CM* durante os anos 40 e início dos 50, até sua morte, em 1954, quando foi substituído por Antonio Callado. São deste último, que ocupou a chefia de redação entre 1954 e 1959 (o período, portanto, em que ocorreram os episódios de que trataremos nos próximos capítulos), as seguintes palavras:

---

<sup>31</sup> Entrevista à autora.

“Outro dia, um jornalista, ao me entrevistar para uma revista, arregalou os olhos e disse: ‘Quer dizer que vocês consultavam o Aurélio vivo, ele próprio?’ É claro, e o *Correio da Manhã* era um jornal muito bem escrito. Não vejo ninguém hoje em dia, em nenhum jornal, com o cuidado de recrutar ‘cobras’, como Graciliano Ramos ou Aurélio Buarque de Holanda, para retocarem a prosa editorial de seu jornal. Isso sem falar nos redatores, que eram Álvaro Lins, Otto Maria Carpeaux, Thomaz Ribeiro Colaço, Gondin da Fonseca. Era o primeiro time”<sup>32</sup>.

São comuns, também, nas memórias sobre o *CM*, as referências à informalidade entre aqueles que compunham a redação. Não apenas nas memórias, mas também em artigos como o de Carlos Drummond de Andrade, cronista do jornal, que, ao completar o número de 500 crônicas diárias, escreveu, em 14/08/1956, que “uma casa como o *Correio*, onde se dá ao cronista liberdade de pensar, sentir e escrever ao sabor de sua fantasia – às vezes em direção oposta à da própria casa – é uma alegria para a gente”. Sabemos o quanto essa liberdade de debate e confronto é limitada no interior de um jornal, e o foi também no *Correio da Manhã*, em que as discordâncias puderam fazer parte do noticiário apenas se não ultrapassassem os limites do que chamaríamos de “discordância legitimada”, estabelecidos pelos interesses e pela perspectiva institucional/empresarial do jornal. O texto de Drummond, no entanto, trabalhou sobre o que consideramos idealizações do jornalismo e do *Correio*, em especial, em seus elogios a Paulo Bittencourt e Antonio Callado. O próprio Paulo Bittencourt, em carta em que respondia ao pedido de Callado de voltar à reportagem, ausentando-se da chefia de redação, sustentaria essa imagem: “Discute-se livremente, à gosto e às vezes com calor. Nem parece trabalho. Não há hierarquia ou cerimônia. Só em dados momentos imagino perceber, com certo desencanto, uma resignada paciência quando fala o mais velho do grupo. Nessas reuniões nasce cada dia, e se renova, o *Correio da Manhã*”<sup>33</sup>.

Mostramos, na Parte 1, o quanto o compartilhamento dos ideais de objetividade e da perspectiva liberal que demarca a idéia do jornalismo como missão, entre os níveis de autoria presentes no processo de produção da notícia, pode ter trabalhado para elidir os conflitos presentes nas hierarquias e divisões de funções no trabalho jornalístico. Essa formulação de Bittencourt é uma das mais enfáticas dentro desse esforço de caracterização do jornalismo como atividade à parte, como ofício que escaparia aos confrontos entre patrões e empregados: “nem parece trabalho”, foram as palavras do proprietário do *Correio da Manhã*, que repetimos.

<sup>32</sup> Citado por Jefferson de Andrade (1991), p. 97.

<sup>33</sup> *Correio da Manhã*, 22/02/1959.

São outras, no entanto, as percepções presentes no relato de Luís Alberto Bahia, que sucedeu Antonio Callado, ocupando a chefia de redação do jornal de Bittencourt entre fevereiro de 1959 e fevereiro de 1962. Ele destacaria o comando e a orientação centralizada do que era publicado. Segundo ele,

“no sistema em que se trabalhava naquele tempo, o redator-chefe tinha de ler todas as matérias importantes do jornal, não apenas os editoriais e os comentários. Era o estilo francês. Assim se organizavam os jornais. Não havia essa divisão que posteriormente se fez na imprensa, ao estilo norte-americano, com editores responsáveis pelos seus setores. A estrutura do Correio da Manhã era a francesa e o redator-chefe lia tudo de importante cada dia. Era um trabalho exaustivo. O redator-chefe era ainda um comandante: instruía, estimulava, às vezes até pautava. Ele determinava o objeto final. Além do mais, o Correio era um jornal muito de linha, de orientação. O redator-chefe tinha também o comando dos editoriais que influíam no jornal que era feito sob a inspiração dos editoriais. Não era o inverso. O Correio era um jornal de opinião neste sentido. Ou seja, ele fazia tudo em função disso. A titulação que hoje se observa em muitos jornais brasileiros briga com os editoriais. Contesta-os. Neste particular, o Correio tinha muita uniformidade. Nunca se encontrava uma manchete brigando com o editorial”<sup>34</sup>.

Em maio de 1963, seria a vez do jornalista Jânio de Freitas assumir a chefia de redação, aparecendo no cabeçalho do jornal com o cargo de Diretor-superintendente. Jânio de Freitas, um dos principais responsáveis pelas reformas gráficas e editoriais realizadas no *Jornal do Brasil* no início dos anos 1960, foi chamado (e convencido) por Paulo Bittencourt para realizar reformas no *CM*, que sofria então uma queda considerável nos números de venda, tendo sido superado pelo *JB*. A reforma, implantada e explicada ao leitor na edição de 16/07/1963, durou pouco tempo. Jânio de Freitas foi afastado após a morte de Paulo Bittencourt, no dia 2 de agosto do mesmo ano. O jornal retornaria à aparência anterior e a linha editorial seria, então, conduzida a pulso firme por Niomar Sodré Bittencourt. Com a reforma, o jornal teria elevado imediatamente sua tiragem, que sofreria quedas subsequente, com o retorno à orientação anterior<sup>35</sup>.

Com referência à morte de Paulo Bittencourt, dois trechos de artigos, um deles de autoria de Paulo Francis, publicado no *Última Hora*, e outro publicado no próprio *CM*, em primeira

<sup>34</sup> Em Andrade (*op. cit.*), p. 102.

<sup>35</sup> A explicação de Cony para o afastamento de Jânio de Freitas e sua equipe (que incluía, entre outros, o artista plástico e escultor Amílcar de Castro, que participara antes da reforma do *Jornal do Brasil*) é a seguinte: com a morte de Paulo, “o advogado Jorge Serpa [seu procurador] não se entrosou bem com a nova equipe, que saiu toda quando Jânio deixou o jornal. A verdade é que a reforma gráfica foi assimilada pelo Correio, mas o editorial mais avançado não agradava aos numes tutelares que exerciam uma função de conselho editorial informal. Um embaixador muito famoso, que andava com o terço na mão e jantava todos os dias em traje de rigor, era um dos oráculos” [na entrevista à autora, citada antes].

página, na data em que se completava um ano do falecimento de Bittencourt, traziam outras imagens do jornal. A primeira, especialmente, diz respeito ao período que enfocaremos com mais vagar a seguir. Vejamos:

“Tenho lido muitas mensagens de personalidades sobre a morte de Paulo Bittencourt. Muitas falam nesse defensor intransigente da iniciativa privada que era o jornalista. É fato. Mas acredito que a maioria do povo brasileiro se lembre de Paulo Bittencourt como a fortaleza em que se converteu o *Correio da Manhã* em 1955 e 1961, quando, junto à sua grande área de influência na opinião pública, demoliu as pretensões dos fascistas que visavam a impedir a posse legítima dos dois presidentes, Juscelino Kubitschek e João Goulart. O *Correio* foi decisivo em ambas as oportunidades. Como essa faceta da carreira de Paulo Bittencourt foi pouco mencionada (só nos comentários de seu próprio jornal) achei justo ressaltá-la para os leitores do *Última Hora*”<sup>36</sup>.

São formulações anteriores ao golpe de 64 e, ao mesmo tempo, coincidentes com a seleção efetuada depois de encerramento das atividades do *Correio*, com o objetivo de destacar, nos anos 50, as ações legalistas e supostamente favoráveis ao regime democrático. 1954 e 1964 ficariam, como dissemos, excluídos dessas narrativas.

A outra imagem anunciada, a que foi publicada na primeira página do *CM* no dia 02/08/1964, ressaltaria projeções a respeito da função do jornal e do jornalismo, quando o *Correio* já se encontrava em situação de confronto e oposição ao regime militar instaurado em abril daquele ano. Paulo é descrito como o fundador de um padrão de independência que o jornal procurava, segundo o texto, preservar – “Em seus 35 anos à frente do *Correio da Manhã*, Paulo Bittencourt sempre nos ensinou a considerar o jornal não como indústria comum, mas como instrumento permanente de serviço público e de defesa das liberdades democráticas”. Também aqui, não poderíamos deixar de ressaltar o fato de que essa idéia – “não como indústria comum” mas como serviço público – contribui, tanto para as estratégias de credibilidade e valorização do jornalismo, quanto para a elisão das diferenças entre a perspectiva institucional/empresarial e os interesses dos trabalhadores do jornalismo<sup>37</sup>.

Os últimos anos do jornal, que morreu como um combatente da ditadura, foram, como dissemos, importantes na fixação das imagens do *Correio* como jornal a serviço da democracia,

<sup>36</sup> *Última Hora*, 07/08/1963, coluna de Paulo Francis.

<sup>37</sup> O texto de Benjamin (“Sobre o conceito de história”), ao qual nos referimos desde o início, parece também esclarecedor nesse momento, já que fornece uma crítica radical dessa dissimulação dos conflitos no interior da idéia de que os interesses, perspectivas e ganhos uniam trabalhadores e patrões: a questão colocada pelo autor é a de “como seus produtos podem beneficiar trabalhadores que deles não dispõem”, referindo-se ao processo de industrialização no início do século XX (p.228).

vinculado a um exercício da política e do jornalismo que seria identificado, especialmente, como aquele do período imediatamente anterior a 1964, com destaque para 1945, 1955 e 1961. Os anos 50 e o início dos 60 ganham destaque como o período em que o jornal teve grande importância no debate político, escalou até o pico seus números de circulação e iniciou sua curva descendente. Deles falaremos a seguir, concentrando-nos especialmente nos anos de 1955 e 1956.

## Capítulo 2

**A crise de 1955 e a eleição de JK:  
sentidos e limites para a democracia nas páginas  
de *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã***

Como dissemos antes, a eleição e a posse de Juscelino Kubitschek se deram entre conflitos que envolveram o chamado contra-golpe, desfechado pelo Marechal Lott no dia 11 de novembro de 1955. O governo Kubitschek, vinculado nas memórias predominantes a desenvolvimento, estabilidade e democracia, iniciou-se, assim, de uma luta na qual estiveram em jogo, entre outras coisas, os sentidos e limites da democracia em curso, constituindo-se como momento privilegiado para reflexões sobre democracia, legalidade, golpismo e os diversos sentidos assumidos por esses termos. No campo semântico e no da prática política, interessa-nos a associação de um outro termo aos já citados: jornalismo.

Os jornais *O Estado de São Paulo* e *Correio da Manhã* constituem, aqui, as instituições e o material privilegiado pela análise. Serão pensados por meio das projeções que sustentam quanto aos sentidos e limites da democracia, enquanto participantes que procuraram assegurar, para si, um lugar e um papel (de poder e de relevância circunstancial e histórica) nessas projeções.

Procuraremos partir dos textos veiculados pelos jornais analisados, em direção às circunstâncias políticas nas quais foram produzidos. É a partir deles que nos propomos a pensar o momento e suas histórias, assim como as vinculações e interesses de *OESP* e *CM*, alguns já apontados no Capítulo 1.

Uma questão se coloca, anterior ao material aqui disponibilizado e sua análise. É a da própria democracia, como conceito e como regime, e, neste caso, também como um conjunto de pressupostos teóricos e políticos que constituem a pesquisa e este texto. A seguir, procuraremos explicitar aqueles que consideramos mais relevantes.

### ***Democracia?***

Na introdução ao livro intitulado *Democracia*, os organizadores, Robert Darnton e Olivier Duhamel, expõem uma das linhas teóricas presentes nos ensaios que compõem o livro: a percepção da democracia como processo em movimento constante, como “uma luta contínua e nunca um fato consumado”. Alertam, assim, para a perspectiva de que seriam poucos os aspectos definidores desse fenômeno político que possam ser tomados como pressupostos pelo pesquisador. Em sua visão, dois o seriam, “a livre seleção dos governantes pelo povo e o respeito

dos direitos humanos pelos governantes”<sup>1</sup>. Outras características, constitutivas de configurações específicas da política democrática, devem, segundo eles, ser pensadas de acordo com situações históricas e com lutas políticas específicas nas quais se desenharam.

Podemos dizer que procuramos caminhar em direção semelhante àquela apontada por Darnton e Duhamel, na medida em que fundamos nossas reflexões na análise de situações históricas que expõem concepções acerca da democracia. Partimos da hipótese de que essas concepções podem jogar luz sobre dois aspectos, interligados: os limites e características atribuídos ao regime político e à noção de democracia, de acordo com os interesses de grupos representativos das elites políticas e econômicas do Brasil no período que analisamos; as percepções do jogo político e, nele, dos limites aceitos e presumidos para a noção de democracia, presentes em alguns dos projetos sustentados para o país naqueles anos. Através dessa hipótese, estabelecemos uma relação constitutiva entre as concepções e o “concreto”, entre texto e prática política, entre discurso e história.

Para seguir com essa reflexão, precisamos, mais uma vez, destacar aspectos que compõem o material privilegiado pela análise, o que nos permitirá caminhar adiante. O jornalismo – no caso, os jornais aqui analisados – pode ser observado em suas relações constitutivas com o regime democrático, relações que, percebidas de formas diversas, se fazem presentes nas concepções acerca do papel e da natureza do jornalismo que circulam no senso comum e nas leis que regem a liberdade de imprensa, em ensaios jornalísticos e trabalhos acadêmicos. Sem querer esgotá-las, enumeramos abaixo as linhas gerais de algumas dessas concepções, as quais nos interessa destacar nesse ponto do trabalho:

- a) uma percepção que vincula jornalismo e liberalismo, enfatizando a relação entre a possibilidade de existência da imprensa nas sociedades e o advento das repúblicas e, mais tarde, das democracias (nesta percepção, a noção de transparência ou de desvelamento funciona como um dos elos fortes e constitutivos da relação entre imprensa e democracia)<sup>2</sup>;

---

<sup>1</sup> Darnton e Duhamel (2001), p. 12.

<sup>2</sup> Neste caso, podemos indicar como exemplares autores vinculados ao liberalismo dos séculos XVIII e XIX, entre eles os chamados pais fundadores dos Estados Unidos da América (T. Jefferson, J. Madison, A. Hamilton etc.). As análises presentes nos dois volumes de *Democracia na América*, publicados a partir de 1840, nos quais Tocqueville

- b) uma percepção, ligada à anterior, que associa liberdade de imprensa à garantia de expressão pública das opiniões em conflito, em geral enunciada como a primeira e mais fundamental das liberdades (levada às últimas conseqüências, inclui a idéia de que a imprensa livre é essencial à democracia política, na medida em que a “completa” e funciona até mesmo como “corretivo” para as falhas da política institucional e do próprio processo eleitoral<sup>3</sup>);
- c) uma percepção divergente desta anterior, que não deixa de tomar a primeira como pressuposto, mas vê nas disposições sobre a liberdade de imprensa uma espécie de *simulação* constitutiva das democracias liberais capitalistas, um falseamento. Esta percepção implica, em geral, uma distinção entre democracia formal (com a extensão dos direitos políticos a toda a população) e democracia efetiva (que incluiria igualdade social e econômica)<sup>4</sup>.

Esta última visão vincula-se à crítica à democracia liberal como restrita (democracia política formal), que pode expressar-se seja pelo argumento de que é preciso estendê-la ao econômico para que seja legítima (neste caso, considera-se que a mudança possa se realizar dentro dos parâmetros do regime, ainda que por meio de transformações estruturais na sociedade), seja pelo argumento de que a democracia liberal é, em sua essência, uma mística, um modo de ocultamento da desigualdade e dos conflitos entre classes que estruturam a sociedade.

Os dois primeiros itens podem ser considerados esboços das concepções mobilizadas pelos jornais analisados, mesmo considerando-se que tenham estado, no caso da eleição de Kubitschek, de lados diferentes do conflito.

*O Estado de S. Paulo*, junto com as vozes de udenistas ligados a Lacerda, e o *Correio*, ao defender o chamado contra-golpe, fizeram também distinções entre a “verdadeira” democracia e

---

relaciona a imprensa livre aos usos e costumes da sociedade democrática vão também nesse sentido. Poderíamos, ainda, indicar análises como as de Gabriel Tarde, na segunda metade do século XIX, de que falaremos mais adiante.

<sup>3</sup> Percepções semelhantes podem ser encontradas em estudos bastante recentes, como o de Timothy E. Cook (1998). O autor, tratando da situação norte-americana contemporânea, sustenta um modelo de análise no qual a mídia aparece como instituição intermediária sem a qual os três poderes estabelecidos pela Constituição não poderiam agir ou trabalhar; a mídia norte-americana, segundo ele, deve ser vista não apenas como parte da política, mas como parte do governo.

<sup>4</sup> É possível encontrar esse tipo de percepção, mais ou menos matizada, em análises de viés marxista.

seu simulacro. Verdade e simulacro, porém, em sentidos diferentes daqueles que poderíamos encontrar em críticas marxistas à democracia vista como formal, ainda que, reforçamos, o contraponto pudesse ser um pressuposto comum de projetos bastante diversos, o que procuramos mostrar nas análises de artigos publicados em *OESP* por autores de orientação tão diversa quanto Mário Pedrosa e Gustavo Corção. Nos editoriais dos jornais analisados, e especialmente no diário pertencente à família Mesquita, como se verá adiante, a democracia política é vista como incompleta e/ou formal, em geral e acima de tudo, porque faltariam a ela cidadãos conscientes de seu voto... Uma distinção entre democracia formal e efetiva que pouco ou nada tem a ver com o pressuposto do terceiro item, tal como enunciado antes, isto é, o de que a exclusão da igualdade econômica do âmbito das democracias liberais desde sua relação fundadora, aquela entre liberdade, direito e propriedade, constituiriam uma democracia incompleta ou falsa.

Consideramos que a problemática da distinção entre formal e efetivo possa ser pensada, no caso da imprensa, também de um outro ponto de vista. Seria possível visualizar as concepções sobre democracia, tal como foram veiculadas pelos jornais analisados, pela via do descompasso entre ideal e real? Será essa a melhor forma de trabalhar com o jornalismo como prática política?

Parece-nos que uma resposta afirmativa implicaria, também, na afirmação de uma relação estrutural entre Estado e imprensa, nas sociedades capitalistas, relação esta na qual a função da imprensa poderia ser a de colocar em funcionamento, junto com outras instâncias de produção simbólica da cultura, um aparato ideológico voltado para a manutenção do próprio Estado como regulador e promotor de relações essenciais à conservação e ampliação do capital (nelas incluídas as atividades de produção de bens materiais e simbólicos). Nossas análises e reflexões não seguem esse caminho, no sentido de que não consideramos proveitosa, para os objetivos desta pesquisa, a assunção prévia de um papel estrutural para o jornalismo nas sociedades capitalistas. Preferimos buscar, no jornalismo dos anos 50 e nos debates que veiculou, peculiaridades históricas que possam auxiliar nas reflexões sobre a prática jornalística e as posições assumidas pela imprensa em décadas recentes da história contemporânea, remetendo a aspectos do pensamento político das elites no Brasil dos anos 50. Assim, não consideramos os debates nos quais se formularam e defenderam noções peculiares de democracia como a *letra* ou o *adorno* necessário à manutenção de práticas pré-determinadas, mas como aspectos relevantes da constituição de efeitos de credibilidade e da projeção de um *ethos* para um ou outro jornal, ou para o jornalismo em sentido mais abrangente, influenciando o que se produziu na época, e, ao

mesmo tempo, participando da mentalidade e do imaginário daqueles que trabalharam como repórteres, redatores, ensaístas e cronistas.

Giovanni Sartori afirma que o campo de reflexões sobre a democracia (em seu caso, especificamente, o das teorias democráticas) exige uma perspectiva dupla, descritiva e prescritiva. Nas palavras do autor, seria preciso

“lembrar que a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por eles: pelo impulso de um *deve ser* e pela resistência de um *é*”<sup>5</sup>.

Nesse sentido, uma das direções possíveis para o tratamento histórico de nosso material é a de levar em conta esse jogo de forças entre o *deve ser* e o *é* da democracia, entre o que podemos considerar como compondo o campo dos ideais democráticos e o que podemos pensar como constitutivo do campo empírico das práticas políticas. Acreditamos que seja possível detectar a presença desse jogo no próprio material pesquisado, isto é, na dinâmica entre as ações políticas circunstanciais, com seus efeitos no sistema político vigente, e o recurso a enunciados justificadores, que expõem definições de democracia (recorrendo, inclusive, a perspectivas teóricas, em geral aquelas reconhecidas como democráticas liberais, tal como figuram nos textos de autores como Montesquieu, Tocqueville e Milton, entre outros teóricos citados). Desse modo, a distinção entre descrição e prescrição, cara a Sartori, poderia ser levada em conta, na medida do possível, no próprio objeto de análise<sup>6</sup>.

Se o recurso à palavra “democracia” igualou, no período, os grupos em conflito (o que é significativo e aponta para uma característica que seria freqüente em especial na política posterior à Segunda Guerra Mundial, no Ocidente), permite, por outro lado, observar a correlação entre os enunciados que podemos considerar normativos (ou mesmo retóricos) e as práticas que são chamados a legitimar. O fato de que a palavra democracia tenha constituído os limites semânticos da polêmica em curso não significa, no entanto, que não seja relevante a análise das noções que esse campo comportou e permitiu, nas circunstâncias históricas peculiares de que tratamos neste estudo.

<sup>5</sup> Sartori (1994, vol. 1), p. 24.

<sup>6</sup> Lembramos que Sartori, no texto ao qual nos referimos e nos trechos citados, discute a abordagem da democracia pelo viés das teorias democráticas, que são seu objeto de descrição, reflexão e análise.

Seguindo nessa direção, torna-se importante distinguir, expor e analisar quais os aspectos dos ideais definidos como democrático-liberais que foram chamados a desempenhar efeitos na luta concreta que propôs sentidos e limites para o regime democrático então vigente. A importância de trabalhar, nos próprios textos, com os ideais liberais aos quais recorreram é, especialmente, a de apontar nessas formulações uma fratura que excede o período com o qual trabalhamos. Referimo-nos ao fato de que nos parece contida, no próprio liberalismo, a possibilidade de negação dos mecanismos de representatividade e de defesa da liberdade que o caracterizam, na medida em que a conservação da “ordem” ou de uma certa “ordem” é o limite de sua legitimidade. Para além desse limite, ou nos momentos em que a luta política expõe esse limite, ficam explicitadas também as potencialidades autoritárias e negadoras da política presentes na própria ideologia liberal.

Liberalismo e golpismo, democracia e autoritarismo fizeram parte do discurso da imprensa no período. Não foram, nele, termos contraditórios. Não representam, de nosso ponto de vista, um descompasso entre a *letra* e o *real*, ou entre a *letra* e uma suposta essência do liberalismo. Expõe as fraturas que o compõem, o que não permite falar em “defeitos” ou peculiaridades brasileiras.

Fica, assim, indicado que não consideramos adequada, como eixo para esta reflexão, a pressuposição de um descompasso entre ideal e realidade, entre norma e prática, mas entendemos que o jogo entre as idéias e as práticas e posições que são chamadas a legitimar é significativo. É para ele que nos voltaremos a seguir. Nesse jogo, no entanto, reencontraremos a temática do descompasso, como se verá.

### ***Saudades de um Brasil...***

Faremos um convite inicial ao leitor, um convite à leitura e discussão de *Correio e Estado* por meio de editoriais e notícias, mas também de alguns de seus cronistas, em momentos e textos que consideramos relevantes para os debates políticos que trataram de definir, delimitar e/ou questionar o conceito de democracia.

Entre os cronistas, começamos pelo poeta, empresário e industrial Augusto Frederico Schmidt, que escrevia crônicas, em geral semanais, na página dois do Primeiro Caderno do

*Correio da Manhã* desde 1951. Começamos por Schmidt não apenas em função de sua biografia, que consideramos significativa para um estudo que se voltasse para compreender práticas de indivíduos pertencentes a grupos de elite no Brasil daqueles anos. Foi ele o gancho inicial aqui escolhido pelo fato de que, nele, a defesa dos procedimentos eleitorais em 1955 (do funcionamento da democracia política tal como estava definido desde a Constituição de 1946), diante dos esforços golpistas de parte da UDN e dos militares ligados ao partido, se expressou exemplarmente, em relação a outros escritos do *Correio* que foram na mesma direção. Isto é, explicitou pressupostos e noções envolvidos nos posicionamentos daquele diário carioca durante a crise. Além de idéias como a do descompasso entre as elites e a realidade no Brasil, temática na qual tocaremos a seguir, outras foram freqüentes, entre elas a da necessidade de que desenvolvimento e ordem se vinculassem nos projetos para o país<sup>7</sup>.

Como o próprio *Correio da Manhã*, Schmidt seria, mais tarde, um defensor da derrocada do então presidente João Goulart e do golpe de 1964<sup>8</sup>, defesa que, de certo modo, daria as tonalidades finais à biografia política do poeta e empresário de formação católica morto em 1965, que foi ligado a Jackson Figueiredo, Plínio Salgado e Alceu Amoroso Lima, e que podemos caracterizar como a principal “eminência parda” do governo Kubitschek. Um dos principais articuladores da Operação Pan-Americana durante aquele governo, Schmidt aparece, na narrativa autobiográfica do escritor Autran Dourado (um dos muitos escritores mineiros que estiveram vinculados ao governo Kubitschek), em cenas de amizade e admiração por Francisco Campos, jurista que foi o principal responsável pela elaboração da Constituição de 1937, e em cenas de amizade e cumplicidade com aquele que seria o primeiro dos presidentes após o golpe civil-militar de 1964, Castelo Branco<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> A relação entre desenvolvimento e ordem é enfatizada por Miriam Limoeiro Cardoso (1978) como central ao discurso desenvolvimentista de Kubitschek em seu período de governo.

<sup>8</sup> Sobre esse assunto, cf. Schmidt (1964).

<sup>9</sup> Vale conferir Dourado (2000, especialmente pp. 109-114). O escritor, que foi assessor de imprensa de JK durante seu governo, narra uma conversa entre ele, Francisco Campos e Augusto Frederico Schmidt, à qual foi chamado a participar pelo próprio Schmidt, que teve como objetivo a apresentação de um ato institucional de dissolução da Constituição vigente, preparado por Francisco Campos, com a anuência do poeta. “Com esta Constituição o Juscelino não pode governar”, teria dito o primeiro. Schmidt aparece, no mesmo capítulo, descrito pelo escritor como “pessoa de grande influência e ascendência sobre JK, que escreveu belamente sobre a liberdade e a democracia, mas de notória formação autoritária” (p.110); “não morria de amores pela democracia, apesar, ou por isso mesmo, de ter uma visão grandiosa do Brasil” (p.111). No verbete a ele dedicado no Dicionário do CpDoc, fazem parte da biografia de Schmidt a oposição ao movimento de 1930 e à ditadura do Estado Novo, suas aproximações com o movimento integralista, assim como, posteriormente, sua participação ativa no IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Superiores) e na edição e circulação de folhetos e outros escritos anticomunistas que fizeram parte da atmosfera de preparação do golpe de 1964.

Não consideramos que a defesa dos procedimentos eleitorais e as discussões acerca da democracia e do desenvolvimento que deveriam *fazer-se reais* com Juscelino no governo, tais como foram formuladas por Schmidt nos textos publicados no *Correio*, sejam exceções à biografia repleta de práticas que denotam suas visões elitistas e autoritárias, marcadas pelo catolicismo em suas expressões mais conservadoras no Brasil daquele período. Os termos dessa defesa indicarão nossas razões para esta observação.

Há controvérsias sobre as aproximações iniciais entre Schmidt e JK, entre Paulo Bittencourt e JK. Se teria sido o cronista do jornal a aproximar o candidato a Bittencourt<sup>10</sup> ou se teria sido Bittencourt a apresentar Schmidt a Kubitschek<sup>11</sup>, importa pouco a este trabalho. Importa-nos, sim, que tenha existido o vínculo entre jornal e governo, no momento de campanha e posse de JK, e, ainda mais, interessa-nos o modo como esse vínculo foi expresso nas páginas do *Correio*.

No dia 11 de agosto de 1955, a coluna de Augusto Frederico Schmidt, na página 2 do *Correio da Manhã*, tinha o mesmo título que utilizamos para iniciar esta parte do capítulo, “Saudades de um Brasil”. Entre as saudades anunciadas por Schmidt esteve a de “um Brasil mais seguro”, sem “ameaças de desordens” ou de “mudanças bruscas”. Algumas outras:

“Saudades de um Brasil em que já se tenha operado a readaptação das suas elites à realidade nacional. Em que os homens capazes de formular as coisas não as mostrem com as raízes desentranhadas, expostas ao vento, sem outra função a não ser viravoltar em torno de abstrações, dançando com idéias abolidas, ultrapassadas. Saudades de um Brasil sério, em que não se viva livremente por outorga ou favor seja lá de quem for. Saudades de um Brasil em que os guias não sejam tão inferiores ao povo, que pretendem conduzir”.

Este Brasil dos sonhos de Schmidt, expresso na crônica, seria um país “depurado” do “primarismo que o inquieta” e impede a “civilização e o desenvolvimento”. Nele, segundo o autor, não seria necessário “explicar” que é por meio do trabalho que se chega à justiça social; nele, os poetas poderiam ser poetas “porque não haverá necessidade de que os poetas dêem lições aos homens que deveriam ocupar-se atentamente da realidade”.

<sup>10</sup> Como poderíamos supor a partir das memórias de Autran Dourado (*op. cit.*).

<sup>11</sup> Como consta em “Augusto Frederico Schmidt”, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CpDoc – FGV. No verbete, conta ainda que Schmidt teria sido responsável pela aproximação de Juscelino com diversos empresários que financiaram sua campanha.

Em campanha aberta pela eleição e posse de Kubitschek e Goulart, o poeta e empresário realizou incursões pela política que foram bastante além das “lições” aos homens, mais especificamente aos da UDN. Deles tratara, no entanto, em crônica publicada pouco antes da que já citamos, como “homens de bravura, polemistas, esgrimistas da palavra”, porém alheios aos dramas vividos pelo país. Não correspondiam, dizia, ao momento atravessado pelo país: “Se podem alguns ler autores clássicos ou dar uma interpretação correta a um texto de lei, não são na verdade contemporâneos do Brasil que precisa realizar-se para sobreviver”<sup>12</sup>.

Falta de atualidade e de correspondência, descompasso: esses foram os termos utilizados para caracterizar a oposição e os projetos que não correspondiam à visão defendida pelo autor. A defesa da candidatura de Juscelino se expressou por meio do argumento de que seria ele o candidato de maior *atualidade*, o que mais corresponderia à situação *real* do país, enquanto a UDN padeceria do mal maior do descompasso com a realidade do país. Estamos diante de uma percepção que diagnostica o descompasso entre norma e realidade, de que falávamos, como base de seus prognósticos.

Migremos, agora, para a crônica que foi publicada no dia que antecedeu a eleição presidencial de 3 de outubro de 1955, intitulada “Um tempo novo”. Nela, mais uma vez, Schmidt tecia justificativas para sua avaliação de que Juscelino era o melhor entre os candidatos<sup>13</sup>. Interessam-nos, particularmente, os trechos que reproduzimos a seguir:

“O país está cansado de política, está cansado de esperar que se resolvam as divergências, as lutas, as incompatibilidades e as dissonâncias da política. O país está cansado da pressão que sofreu durante dez meses em que não se fez mais nada senão esperar acontecimentos, lutas, durante um certo momento o golpe e em seguida, à guisa de consolo – ai de nós! – a guerra civil.

O país está cansado de polêmicas, de dilacerações, e precisa trabalhar.

(...) o cidadão que for eleito presidente da República (...) além de todos os problemas administrativos, terá o dever indeclinável de combater o estado de intoxicação de más idéias em que se encontra o povo brasileiro, enganado e desviado pelas suas elites. Elites que não são elites a rigor, porque nada sabem ou conhecem da realidade. Nada será conseguido neste país se não conseguir-se a transformação do espírito brasileiro em alguma coisa de mais largo, de mais compreensivo, de mais sério, de mais contemporâneo e mais próximo do que deve ser, para o nosso bem, o verdadeiro espírito nacional”<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> Augusto Frederico Schmidt: “Inatualidade política”. *CM*, 03/08/1955, p.2.

<sup>13</sup> Os candidatos que concorreram com Juscelino à presidência da República foram o já citado Juarez Távora, Ademar de Barros e Plínio Salgado; à vice-presidência concorreram com Goulart Milton Campos e Danton Coelho (os nomes dos candidatos estão aqui, nos dois casos, por ordem decrescente de votos conquistados, de acordo com os números apresentados por Dulles, 1970, p.24).

<sup>14</sup> *Correio da Manhã*, 02/10/1955, p.2.

Como se vê, a questão do descompasso entre elite e realidade, entre pensamento e contemporaneidade, fez parte também dessa crônica, na qual o autor se aproximou de um texto escrito anos antes pelo jornalista Carlos Lacerda, que em 1955 encontrava-se em posição simetricamente oposta à sua. No texto, proferido durante a cerimônia de formatura da turma de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, em 1951, o autor discursava pela necessidade de formação de elites aptas à consolidação da democracia no Brasil. Dizia o que Schmidt não chegou a afirmar nesses textos do *Correio*, mas que, parece-nos, esteve presente nas visões do poeta em relação à política brasileira: a democracia, dizia Lacerda, é o regime das elites; é, desse modo e dentro dessa definição, o regime mais adequado ao país, “que precisa de democracia, isto é, de um regime em que as elites governem e, para governar, comecem por existir verdadeiramente e reivindicar para si os postos de comando da sociedade”. Fora dessa concepção restariam, segundo o texto de Lacerda, a demagogia e o “palavrório vazio”<sup>15</sup>.

Daí a ênfase de Schmidt ao *estado* das elites do país. Não a consideramos apenas um aspecto retórico, mas um indicativo de concepções implícitas em seu texto, especialmente a de que o país precisaria de lideranças que o *conduzissem*, em ordem e por meio do exercício hegemônico do poder (colocando a nação para trabalhar...), no rumo de um desenvolvimento que incluía o estímulo do Estado à industrialização e às empreitadas privadas, baseadas em capital nacional, estrangeiro ou misto, que para ela contribuíssem. Neste ponto, coincidia com as posições mais gerais de Paulo Bittencourt e com a linha editorial do *Correio*.

Ausente do jornal por cerca de dez dias, Schmidt voltaria a escrever uma semana depois da reação liderada por Lott e do afastamento de Carlos Luz, que ocupava a presidência da República. A crônica, que anunciava como seu tema principal as exportações brasileiras, apresentou outra das temáticas freqüentes nos escritos de Schmidt no *Correio da Manhã* naqueles meses: a declaração de uma aversão pela política e seus conflitos, no momento mesmo em que se voltava para ela, procurando atribuir sentidos aos acontecimentos em curso. Como em outros momentos, a esta temática se associa aquela já referida, do descompasso entre a política e as necessidades “reais” do país.

“Não quero saber de política, mas preocupa-me é o fato de exportarmos cada vez menos. E também a ameaça que paira sobre o parque industrial brasileiro, de perder sua atualidade em

<sup>15</sup> *A imprensa* (Mensário dos alunos da escola de jornalismo Cásper Líbero), n.20, abril de 1951, pp. 6-7.

vista de ser impossível, cada vez mais impossível, reequipar, modernizar, acompanhar os avanços incessantes da técnica no mundo. (...) Uma décima parte da energia humana despendida na política, ajudaria de forma importante a enfrentar as crises reais do Brasil”<sup>16</sup>.

A salvação, diria ainda uma vez, apontando para sentidos anteriormente propostos, “virá em grande parte de levarmos a sério as tarefas práticas que temos de cumprir”<sup>17</sup>. Como se pode ver no trecho destacado, essa negação da relevância da política se integra aos aspectos que destacamos antes – modernização e trabalho são destacados no interior de uma perspectiva que nega, simplesmente, que existam opções e confrontos políticos envolvidos nos “avanços da técnica”. Seria uma questão de *capacidade* e de *tarefas práticas* a cumprir para que o país se encontrasse com ele mesmo. Nesse momento, os votos favoráveis a JK foram considerados “adequados” por Schmidt. Em outros, o processo eleitoral não corresponderia a seus projetos. A Constituição e o regime deveriam, então, submeter-se a eles, já que se tratava, repetimos, de marchar no compasso dos tempos, de “acompanhar os avanços incessantes da técnica no mundo”, como disse Schmidt em uma expressão que poderia ter sido encontrada nas formulações que compuseram a primeira parte deste trabalho.

### ***Democracia e massas: algumas considerações***

Para o *CM*, jornal no qual escrevia Schmidt, a avaliação explicitada das eleições de 1955 foi, assim, a de que o povo *soube votar*. O problema estaria, mais do que tudo, na elite política e nas tentativas de golpe. A ambigüidade maior que podemos apontar, inicialmente, nesses argumentos, nos de Schmidt e em outros, comuns nos editoriais desse diário carioca, está na associação entre o elogio a uma certa concepção de democracia e o desprezo pela política em seus elementos de conflito e luta. Ainda quando o jornal esteve do mesmo lado de um candidato considerado getulista, seus argumentos estiveram investidos do elitismo e do autoritarismo característicos dos momentos em que assumiu a atitude de oposição ferrenha a Vargas e aos resultados das urnas: fica implícita a recusa a aceitar a inconstância ou a heterogeneidade dos

---

<sup>16</sup> “Tema inatural”. *CM*, 17/11/1955, p.2.

<sup>17</sup> *Idem*.

interesses e opções contidos no voto, assim como a recusa em aceitar a eficiência, até certo ponto, de aspectos da política colocada em curso por Vargas.

Se o *Correio* fez parte do coro da grande imprensa, frustrado com os votos atribuídos a Getúlio Vargas em 1950 e mobilizando essa frustração como base argumentativa para os pedidos de afastamento de Vargas em 1954, em 1955 assumiria uma posição diferenciada: os votos teriam, *desta vez*, sido legítimos. Isso não ocorreu, no entanto, segundo a perspectiva que defendemos, porque o jornal flexibilizasse sua postura elitista e conservadora em relação ao voto e ao varguismo, mas porque, nesse momento, as urnas corresponderam aos seus interesses e, em sentido mais amplo, Kubitschek e o grupo que o acompanhou criaram uma expectativa de correspondência entre os projetos de Brasil sustentados pelo *Correio da Manhã* e as ações do futuro governo.

No dia 4, na capa do jornal, o texto em destaque dizia:

“O pleito de ontem foi uma jornada de civismo, tranqüila e fácil, ao contrário de certos prognósticos sombrios que acenavam com a possibilidade de conflito das paixões políticas. (...)

O povo soube cumprir, assim, a parte que lhe cabia no futuro destino da nação, escolhendo com dignidade os seus candidatos e demonstrando que está apto ao exercício da democracia”<sup>18</sup>.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, no entanto, tal como em 1950 e em 1954, sustentou em 1955 o argumento de que o povo, mais uma vez, não teria demonstrado ciência em relação a seu voto.

Em uma das notícias voltadas para o cotidiano da Câmara, comuns nos grandes jornais da época, esse tema foi exposto, tendo como gancho um discurso do então deputado federal e vice-presidente da UDN, Adauto Lúcio Cardoso, em resposta a um outro, do deputado pessedista José Maria Alkmin, que viria a ser Ministro da Fazenda durante o governo Kubitschek. Este último, segundo o jornal, teria afirmado que “os propósitos moralizadores da UDN não encontram receptividade na massa”. É uma entre as poucas referências aos discursos de parlamentares ligados ao presidente recém-eleito. O texto, sem assinatura e noticiado na página 3, dedicou-se em grande parte a reproduzir e comentar a resposta de Adauto Cardoso, como na seguinte passagem (que, apesar de longa, optamos por reproduzir tal e qual, por ser significativa e exemplar em relação ao que se noticiou em *O Estado de S. Paulo* no período):

<sup>18</sup> *Correio da Manhã*, 04 de outubro de 1955.

“Procurando interpretar um fenômeno que nos vem inquietando nos últimos anos (a tendência do eleitorado brasileiro para escolher os piores candidatos), o sr. Aduino Cardoso lançou hoje na Câmara a teoria do ‘amoralismo das massas despreparadas’. Vinte e cinco anos de domínio do amoralismo getuliano, na política e na administração, criaram no espírito popular um movimento de simpatia para os desonestos, os demagogos, mistificadores, e até conhecidos malversores. A teoria deve interessar aos sociólogos e os fatos nos quais ela se funda interessarão obrigatoriamente os cronistas e historiadores políticos do futuro.

E será possível obter de sua análise uma variante que nos parece mais próxima da causa de que resulta o fenômeno inquietante. Essa tendência para escolher os piores talvez decorra não de uma falta de preparo das multidões mas, ao contrário, de uma longa preparação delas para chegarem a esse estado lamentável de falta de lucidez, e de abandono à palavra que as mistifica e perverte. A ditadura ‘estadonovista’ realizou essa preparação metodicamente, sistematicamente, quase cientificamente, durante nove anos de atividade de uma máquina de propaganda que criava diariamente, **ante o silêncio da imprensa amordaçada**, o mito de um Getúlio benfeitor dos humildes e ‘pai dos pobres’<sup>19</sup>.

Esta “teoria do amoralismo das massas”, com variações às quais procuramos estar atentos, esteve presente em outros textos publicados em *OESP*. De modo geral, notícias, artigos e editoriais afirmaram a existência de uma democracia incompleta ou falsa por duas razões, intrinsecamente ligadas: o predomínio de políticos getulistas em cargos importantes e a existência de uma “massa” de votantes envolvidos pela mistificação que teria sido peculiar à atuação política de Vargas e seus seguidores e responsável por sua manutenção em cargos eletivos. Dessas afirmações, ter-se-ia como conseqüência uma outra: o questionamento dos resultados das urnas, tanto em 1950 quanto em 1955, não teria sido uma afronta à democracia, mas um enfrentamento com suas principais fraquezas, entre elas uma espécie de ausência de cidadãos tais como deveriam existir para que o regime não fosse apenas chamado de democracia, mas funcionasse, efetivamente, como tal (como um regime de “seleção, de acesso franco e assegurado aos valores mais altos da inteligência e à escolha dos mais aptos”, nas palavras de Carlos Lacerda no texto que citamos há pouco).

A relação entre uma suposta ausência de voto “maduro” ou “consciente” e a manutenção do getulismo seria trabalhada, repetidamente, nos textos veiculados no jornal paulista. Os chamados resquícios do Estado Novo foram localizados por UDN e *OESP* tão somente em seus opositores pessedistas e petebistas, ocultando o fato de que muitos de seus integrantes tenham se

---

<sup>19</sup> Seção “Na Câmara dos Deputados”, *OESP*, 05/11/1955, p.3 (grifos nossos). Na seqüência do trecho que reproduzimos, o jornal destacou as críticas do deputado udenista Augusto Frederico Schmidt, tratado como “técnico em publicanismo” que estava “entronizado na página dois do *Correio da Manhã*. As críticas se dirigem aos ataques de Schmidt ao “moralismo” udenista. “Reconhece o orador – diz o texto – ser simples a tarefa daqueles que, como Augusto Frederico Schmidt, põem em plano inferior a virtude, sob a alegação de que, quando o país for rico ninguém mais furtará, pois todos os apetites estarão satisfeitos”.

relacionado proximamente, ou mesmo ocupado cargos, durante os primeiros 15 anos de governo de Vargas.

Efetou-se, assim, uma separação falaciosa entre o autoritarismo predominante durante o período do Estado Novo e o pensamento, apresentado como democrático, da UDN (e da própria imprensa) no pós-45. Esse efeito de ruptura, desejado pela oposição udenista na época, se acentuaria, ainda mais, após os anos 70. Como se não tivesse havido mobilidade entre esses “momentos” e trânsito – de pessoas, idéias e projetos defendidos para o país. 1937 e 1964 constituíram, sim, cortes do ponto de vista das práticas institucionais e dos moldes assumidos pelo Estado, com a intensificação de suas funções repressivas pelo arbítrio das ditaduras. 1945, no entanto, não significou um corte brusco, por parte da oposição ao Estado Novo, em suas interpretações do Brasil ou nos meios escolhidos para lutar pela hegemonia de seus projetos e interesses. Do mesmo modo, o golpe de 1964 não introduziria a “novidade” das práticas autoritárias às concepções liberais que foram predominantes para a explicitação dos posicionamentos em confronto durante o período chamado democrático.

Essas delimitações cronológicas e conceituais, desconsideradas neste estudo, do ponto de vista teórico e histórico, foram recursos importantes nos textos publicados no período.

Ainda em agosto de 55, cerca de 50 dias antes das eleições, um editorial de *OESP* tratava das ameaças de golpe atribuídas à UDN, considerando-as mentirosas. No Brasil, dizia o editorial, tornara-se usual “afirmar que o branco é negro”, na política, na sociedade, nas artes, na literatura. Assim, afirmava-se, por exemplo, que as candidaturas de JK e Jango eram favoráveis à democracia e contrárias ao golpe, esquecendo-se, dizia ainda o editorial, que eram esses os herdeiros diletos da política menos democrática que o Brasil vivera, herdeiros de Vargas que, no caso de Jango, trariam ainda a sombra de Perón. Como em tantos outros textos desde 1953, Jango é apontado como o principal ponto da tensão entre os partidos e grupos da elite política e econômica, acusado de ser portador de projetos para a transformação do Brasil em “república de classe”, sindicalista, contrária ao que *OESP* afirmava, repetidamente, como parte das tradições políticas brasileiras (pouco explicitadas e vinculadas, nessa época, à UDN): tradições de concórdia e conciliação, que não poderiam ser rompidas.

Tratava-se de negar o conflito como algo estruturante, mesmo em momentos de crise e de dissensões que apontavam para a radicalidade desses conflitos, inclusive no interior dos grupos de elite. O que mais nos interessa, entretanto, no texto ao qual nos referimos é a afirmação de que

a “impostura” se mantinha porque “o povo, distraído, bestificado, ignorantíssimo, acaba por acreditá-lo”<sup>20</sup>.

Outra mácula do regime no Brasil teria sido a fraude e, com ela, a dupla ameaça, segundo o *Estado*, dos “currais” eleitorais e do voto dos analfabetos, em atribuições repetidas de falta de ciência ao voto e, em decorrência, de falta de legitimidade ao regime eleitoral vigente. Contra essa situação é que a UDN teria se lançado à campanha pela cédula oficial, apoiada por *OESP* e vencida na votação de 27 de agosto daquele ano<sup>21</sup>. No dia seguinte, o jornal comentaria:

“Optando pela fraude, que nos reconduzirá às falsidades a que se procurou pôr cõbro com o 24 de agosto, os saudosistas do ‘estadonovismo’ assumiram perante a História a responsabilidade pelo que nos possa vir a acontecer. Foram, realmente, lançados os dados: ou se conclui a Revolução de Agosto, ou se reinstauram no país as monstruosidades que o envileceram”<sup>22</sup>.

Vale destacar, nas diversas observações contidas em textos de *OESP* sobre os currais eleitorais e os votos dos analfabetos, o fato de que carregam a afirmação da incapacidade de discernimento dos votantes, desconsiderando, no caso dos “currais”, por exemplo, a possibilidade de que as relações de poder e interesse ali contidas fossem mais complexas. Sobre um pronunciamento do Superior Tribunal Eleitoral contrário às reuniões de eleitores por partidários, assim como à sua condução, pelos partidos, aos locais de votação, o jornal afirmaria: “A simples concentração já implica num constrangimento, sobretudo em meio de pessoas ignorantes, tão simples que admitem sem reagir essa forma primária de coação”<sup>23</sup>.

A temática da fraqueza da democracia devido à fraqueza pressuposta do voto esteve também, com ênfase, em outros espaços do jornal naqueles dias, como dissemos antes. Um

<sup>20</sup> “O Clero e a situação política”. Seção “Notas e Informações”, *O Estado de S. Paulo*, 16/08/1955, p.3.

<sup>21</sup> A proposta da cédula oficial foi apresentada pela UDN para votação no Senado e na Câmara. Visava a substituição do sistema de distribuição de cédulas vigente, no qual os partidos distribuíam cédulas com o nome de seu candidato (as cédulas podiam ser impressas pelos partidos, com características tipográficas diferenciadas), por outro, no qual cédulas oficiais, contendo os nomes de todos os candidatos, seriam distribuídas pela justiça eleitoral por todo o país. A UDN procurava, com isso, conter parte da influência do PSD no interior do país. Venceu uma opção intermediária, defendida pelo pessedista José Maria Alkmin. A proposta, que foi defendida cotidianamente nos noticiários e editoriais do *Correio da Manhã*, implementava, não a cédula oficial, mas a *cédula única*, contendo os nomes de todos os candidatos, que seria impressa e distribuída pela justiça eleitoral. Tanto a impressão quanto a distribuição poderiam, porém, ser feitas também pelos partidos. John W. F. Dulles (1970) afirma que a cédula única foi considerada uma “vitória parcial” por alguns políticos udenistas, como Afonso Arinos, mas foi vista como um completo fracasso por Carlos Lacerda. *OESP* assumiu a mesma atitude de Lacerda, enquanto o *Correio da Manhã* a considerou uma grande vitória.

<sup>22</sup> “Agora, é esperar...”. Seção “Notas e Informações”, *OESP*, 28/08/1955, p.3.

<sup>23</sup> “A liberdade do voto”. Seção “Notícias Diversas”. *OESP*, 30/09/1955.

exemplo interessante é o texto de Wilson Martins, comentando o livro, então recém-lançado, *A crise da democracia e a reforma eleitoral*<sup>24</sup>, de autoria de Ruy Bloem, jornalista de renome na época, que trabalhava para a empresa *Folha*, também em São Paulo. O articulista, um político ligado à UDN, que foi um dos fundadores do partido no Mato Grosso do Sul, expressou concordâncias e discordâncias em relação aos argumentos de Bloem. Entre as principais discordâncias incluímos a afirmação de que o problema estava, não exatamente no Código Eleitoral de 1950, como teria afirmado o jornalista, mas na crise da democracia, da qual resultariam os defeitos daquele<sup>25</sup>. O eleitor brasileiro, nesse sentido, teria um código eleitoral que corresponderia a seu estágio de desenvolvimento político: voto personalista, em busca de líderes iluminados ou providenciais, de que Vargas teria sido o maior exemplo.

Martins concordava com Bloem no sentido de que seria necessário um código que atenuasse o personalismo na política brasileira, por meio, entre outras coisas, da instituição do voto de legenda, procurando também corrigir problemas na representação dos partidos no Legislativo. A discussão referente à cédula oficial é citada (ainda que como algo acessório) e a oposição a ela, como no caso de uma reforma do Código visando o voto de legenda, teria tido como causa principal o fato de que o legislativo seria composto, em sua maior parte, de políticos beneficiários da situação vigente.

O maior problema, entretanto, foi localizado na amplitude do sufrágio. Para Martins, o sufrágio universal só poderia responder efetivamente à “essência da democracia” quando fundado em um discernimento apurado do eleitor, o que não correspondia, em suas palavras, ao Brasil daqueles anos. Ao sufrágio deveria corresponder um certo estágio de civilização...

“Praticá-lo como no Brasil dos nossos dias, entregando as mais fundamentais decisões de sua vida pública a eleitores que, na sua grande maioria, são incapazes de bem avaliar a importância e o alcance do ato político representado pelo voto, é transformar o regime democrático em puro regime totalitário”<sup>26</sup>.

<sup>24</sup> Livraria Martins Editora, SP, 1955.

<sup>25</sup> Nesse ponto e nos que seguem, Wilson Martins se refere a livro de sua autoria, *Introdução à democracia brasileira* [Porto Alegre, editora Globo, 1951], no qual, segundo define no artigo publicado em *OESP*, teria se preocupado em esclarecer que não existiria um mal intrínseco nas formas de organização política, nos regimes (com ênfase para o regime democrático). O problema estaria, segundo ele, na aplicação e na conformação desses regimes às sociedades – “a conclusão inevitável é a de que ‘cada povo tem o regime que merece’, neste sentido de que cada um o conforma e pratica na linha de sua própria mentalidade, do seu próprio avanço espiritual, do seu efetivo grau de civilização”. Em: “A crise da democracia”. *OESP*, 18/08/1955, p.8.

<sup>26</sup> *OESP*, 18/08/1955, p.8.

Os regimes totalitários, continuava um pouco adiante,

“são regimes de massas, em que apenas conta o número dos aderentes, não a sua qualidade; as democracias são regimes de povos, isto é, regimes próprios de países em que a massa, por suas condições de educação e de discernimento, acresceu à sua natural expressão numérica as virtudes inestimáveis da qualidade”<sup>27</sup>.

Destacamos, entre os argumentos de Martins, a interpretação de que o Brasil se encontrava em estágio civilizatório anterior àquele que seria característico das democracias, possibilitando-as. Junto a elas, e com maior ênfase, destacamos a distinção entre massas e povos, que implicaria na prevalência do numérico ou do qualitativo no modo de organização das sociedades. No espaço/tempo que separaria essas duas formas de organização, estariam fatores como “mentalidade”, “civilização”, “temperamento”, mas, especialmente, como mostra o último trecho que citamos, “educação”. Levando às últimas conseqüências os argumentos de Wilson Martins em *OESP*, pode-se chegar a idéias como a de que os regimes autoritários, centralizados, seriam mais compatíveis ao país; de que os regimes centralizados e excludentes não seriam senão respostas às condições históricas das sociedades; e, ainda, de que, para que o Brasil pudesse contar com um regime de tipo democrático (mesmo que em uma concepção de democracia restrita ao critério da representatividade e do sufrágio universal) seria necessário, primeiro, transformar as massas em povo ou, nos termos de Gabriel Tarde, transformar as massas em públicos – uma necessidade que deveria, na perspectiva de Martins, ser levada adiante pelas elites, com atenção especial para a missão pedagógica e civilizadora de que seria portadora a imprensa.

### *Jornalismo e massas: algumas considerações*

A distinção elaborada por Tarde<sup>28</sup>, entre massas e públicos, se efetua de acordo com uma percepção histórico-cronológica que atribui a um dos termos (massas) o estatuto de inferioridade e anterioridade e, ao outro (públicos), o de superioridade, contemporaneidade e, mais do que isso, o de futuro mais provável. O principal acontecimento ao qual o autor relaciona o advento dos

<sup>27</sup> *OESP*, 18/08/1955, p.8.

<sup>28</sup> “O público e a multidão”, em Gabriel Tarde (1992), pp. 29-77.

públicos é o advento da imprensa e, nela, o do jornalismo. A paixão pela atualidade, um dos principais efeitos desse fenômeno moderno, permitiria laços ao mesmo tempo poderosos e mais voláteis, que não implicariam, como nas massas, contato físico e presença corpórea, mas que teriam sua força na simultaneidade da leitura das folhas e na homogeneização cada vez maior dos interesses. Se as multidões não desaparecem com o advento dos públicos (podendo ser, até mesmo, “resíduo” desses últimos, como teria ocorrido na Revolução Francesa, segundo Tarde), se os públicos não deixam de possuir, ainda que em intensidade bastante reduzida, características definidoras das multidões, o autor não deixaria de afirmar o caráter “mais refletido e calculado” dos públicos em relação às massas.

Vemos, no texto de Tarde, uma tensão que nos interessa explicitar, entre a percepção de que a formação dos públicos, correlata à da imprensa, significava a constituição de agrupamentos mais intelectualizados e ponderados, e uma outra percepção, sempre presente, a do risco da homogeneização e do nivelamento democrático, enfatizado pelos estudos de Alexis de Tocqueville sobre os Estados Unidos<sup>29</sup>. Para este nosso trabalho, essa tensão é de grande relevância na medida em que atribuí ao jornalismo a ambigüidade de ser atividade de “esclarecimento” (que transforma massas em públicos) e de “nivelamento”, contribuindo para a superioridade do numérico, aquela mesma que caracterizaria, para Wilson Martins, os regimes totalitários e as democracias (o predomínio do maior número, assim como o personalismo, foi definido no texto do jornalista e político udenista como “ranço inseparável e paradoxal do regime democrático”).

Nas palavras de Tarde, em texto publicado pela primeira vez em 1899,

“nem para o recrutamento dos representantes, nem para sua atuação, a lei do número era concebida ou concebível antes do desabrochar da imprensa e da nacionalização da opinião. Depois, nenhuma outra lei parece ser imaginável; a despeito de todos os perigos e todos os absurdos que implica, o sufrágio universal impõe-se pouco a pouco por toda parte, na expectativa de que ele próprio tenha a sabedoria de reformar-se; e, a despeito de objeções

---

<sup>29</sup> Tocqueville considera, no entanto, que o advento de sociedades baseadas em uma maior igualdade (o exemplo para o autor foi o dos Estados Unidos da primeira metade do século XIX), ainda que significasse também uma maior vulgarização dos usos e das idéias e um nivelamento dos intelectos e da cultura, era a melhor opção diante de dois pólos: democracia e tirania. Um dos pontos destacados, nos Estados Unidos, para o autor, foram os recursos colocados em ação, na disposição política da sociedade e em seu aparato jurídico, para evitar, dentro do possível, o risco sempre presente da “tirania das massas”, em formulação freqüente no pensamento liberal do século XIX. Tocqueville é particularmente interessante nesse sentido porque ancora suas análises na idéia de que o fluxo histórico levaria, inevitavelmente, a sociedades de tipo democrático. Seria melhor, então, aceitar esse *dado* e trabalhar para obter, sobre ele, um controle que permitisse demarcar-lhe os limites.

evidentes, admite-se que todo o mundo deve curvar-se perante a mais grave decisão votada pela metade das vozes mais uma.

O sufrágio universal e a onipotência das maiorias parlamentares só foram possíveis pela ação prolongada e acumulada da imprensa, condição *sine qua non* de uma grande democracia niveladora; não digo de uma pequena democracia limitada às muralhas de uma cidade grega ou a um cantão suíço”<sup>30</sup>.

No texto publicado em *O Estado de S. Paulo*, a tensão se desloca um pouco em relação à que apontamos no texto de Tarde. A ameaça da regra do “maior número” viria justamente do fato de que, no Brasil daqueles anos, uma transformação como aquela de que falava o autor francês nos momentos finais do século XIX não teria sido ainda possível. Estado Novo e imprensa censurada, manutenção dos costumes e mentalidades daí resultantes, incapacidade dos eleitores: seriam esses os fatores devido aos quais não se teria chegado no país ao “nível de qualidade indispensável às instituições democráticas”, possibilitando fundar a democracia “na representação das opiniões” e não na “escolha de indivíduos iluminados”, característica dos regimes totalitários ou das pseudodemocracias.

No *Correio da Manhã* que foi às bancas em dias próximos ao da publicação do texto de Martins, circularia uma crítica que poderia ser direcionada ao texto por ele publicado em *OESP*. Uma nota editorial publicada no jornal carioca se propôs a discutir o que foi (e o que seria ainda) o fascismo, visando não a candidatura de Plínio Salgado, que apenas cita, mas o “golpismo” dos “ex-democratas”. Dizia: “Quando ouvimos, hoje, o antifascismo de ontem falar em diferença entre *páís legal* e *páís real* ou em superioridade do *povo* sobre a *massa*, reconhecemos velhos amigos ou antes inimigos”<sup>31</sup>. Mais adiante tocaremos com mais vagar nos argumentos que estiveram no *Correio* nesse momento e em suas diferenças e semelhanças em relação ao jornal paulista, a exemplo do que apontamos por meio das crônicas de Schmidt. Fica, no entanto, destacado que o diálogo entre perspectivas relacionadas ao curso do regime político no país marcou as páginas dos grandes jornais durante a crise, e que, nele, não passaram despercebidas algumas das tensões que explicitamos e que fizeram parte do campo ideológico no qual foram atribuídos sentidos à crise de 1955.

De volta a *OESP*, Martins faria, em seu texto, referências voltadas para seu próprio papel, não como político vinculado à UDN, para a qual se voltavam as críticas ou ataques do *Correio*, mas como jornalista. Vale reproduzi-la:

<sup>30</sup> “A opinião e a conversação”, em Gabriel Tarde (*op. cit.*), p.91.

<sup>31</sup> “Fascismo”. *Correio de Manhã*, 27/09/1955, p.6.

“Note-se que nem de longe exprimo preferências pessoais e, ao contrário, sou o primeiro a lamentar profundamente esse estado de coisas; mas creio que o grande e mais irrecusável dever dos publicistas é, antes de mais nada, o de efetuar o exato e desapassionado diagnóstico das situações”<sup>32</sup>.

Não poderíamos deixar de ver, aí, ressonâncias de tantas formulações trabalhadas nos Capítulos 2, 3 e 4 da Parte 1 deste estudo: a simulação de um lugar da neutralidade e de desvelamento, assim como a possibilidade, daí advinda, de apontar caminhos que poderiam ser relacionados àqueles indicados por Tarde para a formação do público. São formulações que envolvem intensificação da “luz”<sup>33</sup> e diminuição dos conflitos, confirmando a idéia de que a imprensa estaria investida de uma missão pedagógica que a lançaria para fora dos interesses considerados menores e mesquinhos. O fator ausente, nos dois textos, é bastante relevante: os conflitos e contradições que poderiam conferir um outro estatuto não apenas aos agrupamentos sociais, mas ao próprio jornalismo, ficam fora dos limites argumentativos do texto de Martins, assim como do jornal para o qual este último contribuiu como articulista<sup>34</sup>.

No caso de *OESP*, podemos visualizar, a partir dos próprios textos, que o “povo ignorantíssimo” ou despreparado, que teria sobre os olhos o véu do varguismo, foi projetado como um referente, um terceiro na relação entre o jornal paulista e seus leitores, predominantemente das classes A e B (como é comum nos jornais da grande imprensa brasileira até os nossos dias). É sempre difícil estabelecer vínculos claros entre o perfil dos leitores, ainda que pertencentes a estratos socioeconômicos delimitados, e suas características como eleitores. *OESP* fez campanha aberta, em 1955, pela eleição de Juarez, assim como apoiou as posturas da UDN, dentro e fora do Congresso. Seu conservadorismo moralista só pôde apresentar-se como um modo de questionamento porque se manifestou por meio da oposição, estruturante de seus argumentos, entre a “tradição política” defendida pelo jornal e o varguismo como *status quo* político.

<sup>32</sup> “A crise da democracia”. *OESP*, 18/08/1955, p.8.

<sup>33</sup> A leitura aqui pode ser dupla, referindo-se a uma missão pedagógica auto-proclamada pela atividade jornalística e, ainda, à ação da imprensa no sentido de tornar visível, de dar “transparência” à política. Esta última se vincula, nesses anos, ao moralismo que caracterizou a retórica udenista e ao qual *OESP* se associou repetidas vezes em artigos e editoriais, conferindo também relevância às ações do partido em seu noticiário.

<sup>34</sup> Poucos meses depois, *OESP* reafirmaria, em editorial comemorativo do 81º aniversário do jornal, sua “nobre missão” civilizatória, a de elevar o nível moral e intelectual da imprensa e da pátria, apesar do que caracterizou, na linha dos textos que apontamos em 1955, como a “escassa doutrinação” de homens públicos “cujo aprendizado democrático nunca se ultima”. “O Estado de S. Paulo”. *OESP*, 04/01/1956, p.3.

Poderíamos dizer que esteve também em operação uma espécie de distinção entre as esferas do político e do econômico, no sentido de que foi possível ao jornal declarar-se contrário à política vigente, ao varguismo, ao mesmo tempo em que argumentava pela conservação das estruturas sociais, em meio a uma retórica política que se guiou por termos como ordem e conciliação (foram estes alguns dos principais termos a compor as “tradições políticas” de que tanto falava o jornal). Conflito classista, por exemplo, seria matéria importada, seja pelo Partido Comunista, seja pelo peronismo, de que João Goulart foi apontado como o principal representante em território nacional – a assunção de que os conflitos entre classes ou no interior delas são constitutivos da sociedade e, nelas, das práticas assumidas pelos jornais em sua relação com governo e partidos e com a chamada “opinião pública”, instauraria uma fratura na própria identidade autoproclamada pelo jornal, já que impossibilitaria o recurso ao ideário da isenção, questionando os pilares da credibilidade e os efeitos de verdade mobilizados (já que a verdade seria *verdadeira porque imparcial*, nesse campo ideológico da valorização de jornais e do jornalismo como um todo).

Para a conservação dessa percepção homogênea da sociedade, algumas perspectivas, por questionarem aspectos básicos de sua estruturação (como a idéia de que o desenvolvimento capitalista contribuiria para uma sociedade cada vez mais livre de conflitos e poderia ser assentado sobre compromissos e interesses do “todo”), foram lançadas para o lado de fora do espaço de legitimidade dos debates, tal como se constituiu no jornalismo da época. A estratégia utilizada nesse sentido foi semelhante àquela por meio da qual o que poderia ser a *expressão* dos eleitores foi transformado em ausência de “povo”, em ausência de eleitores, e, em decorrência, em uma interpretação da sociedade baseada na idéia de falta ou atraso.

Algumas discordâncias, no entanto, puderam ser vistas como *parte do debate* (aquelas entre *OESP* e *CM*, por exemplo, assim como entre os grupos políticos aos quais se aliaram naquele momento), enquanto outras foram elididas ou marginalizadas, já que romperiam com as regras do próprio debate (ou com os fundamentos das interpretações de sociedade e dos projetos que foram nele explicitados).

Um texto publicado em *OESP* no final de setembro afirmava a existência de limites sutis entre a democracia e a tirania. O “regime da liberdade” não poderia ser “suicida”; teria, assim o direito de legítima defesa, em formulação que é quase um alerta para um de seus desdobramentos possíveis: dependendo da força do ataque, a força seria um meio legítimo de defesa do “regime da

liberdade”. O tema principal desse texto, pouco explícito no entanto, foi o apoio dos comunistas à candidatura de Juscelino e Jango. O jornal reafirmava sua posição favorável à cassação do partido e, com ela, a ilegitimidade da participação de seus membros em eleições (participação direta ou não; lembramos que, pouco depois, Carlos Lacerda e outros udenistas a ele vinculados utilizariam uma contagem dos supostos “votos comunistas” em apoio a JK/Jango como um dos argumentos contrários à posse dos eleitos). Vejamos em que consistia, nesse texto, a idéia de “suicídio” do regime democrático:

“Como os cidadãos, é evidente que a democracia tem também o direito de legítima defesa. Se há um partido, ou uma ideologia, cujo objetivo ostensivo ou oculto consiste na abolição das liberdades, para implantação de um outro poder que não emane do povo, mas proceda de um grupo ou de uma classe, esse partido, assim como essa ideologia, devem ser repudiados”<sup>35</sup>.

Vale destacar os termos que completam os enunciados acima. O caráter de classe do partido (no caso, o comunista) seria uma das características que o colocariam do lado de fora do regime democrático e das “tradições políticas” brasileiras, segundo *OESP*. Duas outras considerações podem ser vinculadas a esta anterior, em consonância com as afirmações que fizemos há pouco: a de que os partidos do lado “de dentro” não teriam, supostamente, conteúdo classista, *assim como o próprio jornal*; e a de que o regime democrático, como apontamos antes, seria aceitável se – e apenas se – pudesse ser mantido sem desafiar certos consensos. Apesar do paradoxo da afirmação, diríamos, de outro modo, que fica claro no texto indicado que os conflitos são aceitos apenas quando não ameaçam consensos mínimos, em uma estratégia de “legitimação das dissensões” consideradas aceitáveis e passíveis de absorção dentro da diretriz política e dos projetos defendidos pelo jornal como instituição e/ou dos limites da ideologia de classe ali sustentados<sup>36</sup>.

Ainda que as afirmações que acabamos de fazer se tenham mantido como “não-ditos” no texto, é o próprio texto que nos aponta para esse movimento de exclusão/inclusão que permite ver, em *O Estado de S. Paulo* (e, arriscaríamos, na grande imprensa em geral), um dos circuitos de estabelecimento dos limites de conservação da “ordem”. Nesse sentido, vale verificar também esses trechos do editorial de *OESP*:

<sup>35</sup> “Vigilância democrática”. *OESP*, 25/09/1955, p.8.

<sup>36</sup> Esta afirmação vale para a própria composição do jornal, que incluiu algumas diferenças e discordâncias (entre notícias, crônica, artigos, editoriais), desde que não ultrapassassem os limites desse “consenso mínimo” ou o espaço de legitimidade do debate, tal como foi circunscrito pelo próprio jornal, assunto que será retomado adiante.

“O fato revela até que ponto a democracia admite a liberdade” [o fato aqui é o de que os cidadãos considerados comunistas, tratados como “elementos” ou “farsantes”, possam recorrer à Justiça ao serem considerados, pela própria Justiça, inaptos para concorrer a cargos públicos, fato considerado pelo jornal como um indício da flexibilidade do regime democrático no Brasil];

“Esse pois é o regime que nos convém, que haverá de perdurar enquanto os que exercem a autoridade não traírem o povo, ou enquanto existir a vigilância democrática”<sup>37</sup>.

Uma questão, partindo dessa formulação, poderia ser a de quais são, afinal, os limites de aceitação das diferenças, discordâncias e oposições de interesses no “regime que nos convém” ou, ainda, qual o ponto a partir do qual intensificam-se e ampliam-se as práticas de violência e exclusão e a fratura se expõe – o ponto, assim, a partir do qual os liberais legalistas dissolvem a lei em nome da “ordem”, transformando-se em golpistas.

### ***Jornalismo e democracia: simulações do debate, apagamento das diferenças***

A questão levantada há pouco pode corresponder, no campo do jornalismo, à de quais foram os limites dentro dos quais o próprio jornal poderia aceitar o debate e a divergência (ou até mesmo absorvê-la, transformando-a em enunciados afirmativos de suas posições ideológicas). É uma problemática que se impõe à reflexão quando analisamos a composição de jornais como *OESP* ou *Correio da Manhã* por alguns dias, em meio a crises agudas como a das eleições de 1955 ou em períodos considerados pelos próprios jornais como de “normalidade”. Diz respeito à própria composição do jornalismo diário, de que fazem parte diversos gêneros textuais: editoriais, notícias, artigos assinados, crônicas ou ensaios escritos por colaboradores fixos, entre outros. De que maneira se deu, na crise de 1955, o “orquestramento” desse material nos jornais analisados? Até que ponto a “costura” realizada por editores e chefes de redação permitiu ou permite, no jornalismo diário, a existência do debate, do conflito ou, até mesmo, da dissensão? Sabemos que existe um ponto de unificação do material publicado: a perspectiva institucional e empresarial

---

<sup>37</sup> “Vigilância democrática”. *OESP*, 25/09/1955, p.8. Mais tarde, o jornal afirmaria que o fato de que votos supostamente orientados por um partido ilegal, o Partido Comunista, tivessem contribuído para a vitória mostrava a fraqueza do regime democrático no Brasil. Nesse momento, já em campanha aberta pelo golpe que impedisse a posse dos eleitos, um editorial diria ter sido o apoio comunista a Juscelino e Jango “uma demonstração irretorquível de que vêm faltando forças ao regime para defender-se, por meios normais, dos perigos que o cercam” (“Sonho e realidade”, *OESP*, 08/10/1955, p.3).

que faz com que sejam apresentados como uma unidade do ponto de vista jornalístico. Existe, por outro lado, a diversidade de autores, seja entre cronistas e noticiaristas (a diferença se marca, neste caso, pelo gênero e pela possibilidade de inserção do autor no texto), seja entre repórteres e chefes de seção (neste caso, a diferença principal consiste, além daquela referente à inserção do autor no texto, das hierarquias que caracterizam o trabalho nas redações).

Em *OESP*, observamos uma coerência interna bastante abrangente, especialmente quando se trata de cotizar o material editorial e o noticiário “factual”. Observamos, no entanto, que o material “opinativo” (especialmente no que se refere às crônicas e artigos assinados, inclusive de colaboradores fixos) apresentou algumas características interessantes, que apontam para os limites de que falávamos antes, isto é, para o modo como se constituiu, discursivamente, o campo ideológico do “permitido” naquele jornal. Em 1955 e 1956, o diário paulista apresentou, simultaneamente, artigos semanais de autores como Mário Pedrosa e Gustavo Corção.

Pedrosa, jornalista e crítico de arte cuja biografia esteve ligada ao comunismo internacional e ao trotskismo, trabalhou entre 1943 e 1951 como correspondente em Washington (nos primeiros dois anos) e colaborador fixo do *Correio da Manhã*, onde criaria, em 1949, uma seção dedicada às artes plásticas. Em 1957, criaria seção dedicada ao mesmo tema no *Jornal do Brasil*, que passava pelas reformas encabeçadas por Odylo Costa, Filho. No momento para o qual nos voltamos neste capítulo, Mário Pedrosa publicou no Primeiro Caderno de *O Estado de S. Paulo* diversos artigos a respeito da eleição de Juscelino e Jango, entre os quais muitos contestaram a legitimidade dos resultados eleitorais e criticaram os posicionamentos do Partido Comunista, que apoiara os candidatos eleitos<sup>38</sup>.

Chama-nos a atenção, em especial, um artigo de Pedrosa que foi publicado após as eleições de 3 de outubro e cerca de uma semana antes do chamado contra-golpe de 11 de novembro. Nele também esteve presente a problemática das “maiorias” na política, ligada, agora mais do que nos textos que trabalhamos antes, à questão da legitimidade (inclusive porque avançamos um pouco cronologicamente; estamos, com Pedrosa, já no início de novembro de

---

<sup>38</sup> Pedrosa havia rompido com o PCB desde 1929, quando os partidos comunistas passavam pela cisão conseqüente de discordâncias em relação à linha adotada pelo PCUS, com destaque para os posicionamentos de Trotski, expulso por Stalin do partido e do país. Naquela época, Pedrosa e outros companheiros acusados de defenderem a linha trotskista formaram o “Grupo bolchevique Lenin”. Em seus artigos em *OESP*, o jornalista deu destaque às atitudes que classificou como incoerentes e desacertadas do partido no período, atribuindo relevância à orientação stalinista então seguida, sob a liderança de L. Carlos Prestes. O jornal do partido, *Imprensa Popular*, é referido por Mário Pedrosa, em geral, como “órgão stalinista” ou “órgão de Carlos Prestes” (para exemplos nesse sentido, cf. “Tolerância ou incoerência”, *OESP*, 21/12/1955, p.4).

1955, quando se acirraram as discussões em torno da posse dos eleitos e, com elas, a suposição de que estava sendo preparado um golpe para impedi-la). Baseando-se em Lenin para uma discussão sobre os significados de uma ordem democrática fundada na maioria do povo, o autor afirmou que

“o que caracteriza a realidade política brasileira é não existirem aquelas condições que tornem possível o aparecimento de uma maioria capaz de decidir. (...) Sob a aparência de legalidade, que não é a expressão de uma ordem bem estabelecida, dentro da qual uma verdadeira maioria pode tornar reais as virtualidades de sua vontade, estamos no caos político e social”<sup>39</sup>.

Como em Bizancio, dizia, lá no alto dos púlpitos estariam os doutores e suas leis, enquanto lá fora “rugem as paixões, colidem os interesses e se chocam as idéias e os homens”, em um recurso a expressões que poderiam ter estado presentes nas críticas de Augusto Frederico Schmidt à UDN, tal como indicamos antes.

No artigo desse jornalista e intelectual de esquerda, e, portanto, de orientação ideológica diversa daquela dos jornalistas/articulistas que já foram citados neste capítulo, assim como da perspectiva institucional do jornal que os acolheu em suas páginas, podemos, no entanto, encontrar algumas das temáticas que foram freqüentes naquele momento, tanto em *OESP* quanto no *CM*. Uma delas é a do descompasso entre norma e real, presente já na imagem que levantamos no parágrafo anterior – Mário Pedrosa descreve o Brasil daqueles anos como marcado pela “discrepância entre o poder formal e o poder real”, que caracterizaria, segundo palavras que atribui a Lenin, os momentos de crise. Estaria no âmbito do descompasso entre poder formal e poder real a possibilidade de que JK e Jango assumissem o poder, considerada pelo autor como o retorno daqueles “grupos duas vezes desbaratados pela discrepância ainda não solucionada”, em uma referência a 1945 e 1954. Solucionar essa discrepância seria a principal tarefa dos democratas, divididos, por sua vez, entre os que “têm os olhos na realidade” e os que os têm “na insípida poeira dos textos”. Mais uma vez, o real e a norma...

Dois outros temas presentes no texto de Mário Pedrosa serão seguidos mais adiante. Um deles se refere à problemática da legalidade, o outro diz respeito ao papel das Forças Armadas na crise. Mas, antes, passemos a um outro cronista ao qual nos referimos e de quem nada falamos até o momento. Gustavo Corção, jornalista e intelectual católico, ligado a Alceu Amoroso Lima e a Carlos Lacerda (juntos, Corção e Amoroso Lima teriam sido responsáveis pela conversão de

<sup>39</sup> Pedrosa, Mário. “Ordem democrática e realismo político”. *OESP*, 05/11/1955, p.4.

Lacerda ao catolicismo, nos anos 1940), trabalhou para o *Diário de Notícias* e para a *Tribuna da Imprensa*. Escrevia em *O Estado de S. Paulo* desde 1954. Corção foi também diretor do Centro Dom Vital entre 1951 e 1963, participando, ligado a ele ou posteriormente, da preparação do golpe de 64, a favor do qual argumentaria, já no final dos anos 60, em textos escritos em *O Globo* e em publicações vinculadas ao movimento ultraconservador “Terra, Família e Propriedade” (TFP).

Em 1955, Corção diferiu do jornal paulista no qual publicava seus textos ao defender que as eleições deveriam seguir seu curso regular, o que incluía o direito dos eleitos à posse. Favorável à eleição de Juarez Távora, crítico constante de Kubitschek e Goulart, o jornalista expressou suas posições também por meio da temática que perseguimos nesse item, referente à relação entre as maiorias e o regime democrático.

Nas palavras de Corção, “não foram as maiorias, as multidões, que falharam neste pleito, mas as minorias”. A culpa, dizia, não fora da “multidão iletrada”, mas da ausência de “minorias atuantes”, que pudessem traduzir de maneira eficaz o que estava implícito no “anseio comum das multidões”<sup>40</sup>. Diferiu dos editoriais de *OESP*, como veremos, ou de outros cronistas que ali publicaram, Pedrosa incluído, mas não diferiu do que vimos ser sustentado no texto de Carlos Lacerda de 1951 ou nos de Augusto Frederico Schmidt publicados no *Correio* em 1955 (e, como tal, situados do lado oposto no debate). Em todos eles, no entanto, mantém-se a idéia de incompletude ou falácia da democracia, unida ao recurso às noções de atraso e de falta, que caracterizariam a própria história da sociedade brasileira. Mantém-se, ainda, a associação primordial entre desenvolvimento e lideranças minoritárias, entre processo político e comando das elites.

Vamos ao texto de Corção, e ao debate que suscitou em *OESP*, já que, em editorial, o jornal criticou e discordou do artigo publicado pelo autor em suas páginas.

Estiveram juntos, nele, o elogio à democracia, com direito a uma declaração de fé – “creio mais do que nunca no voto popular” – e a afirmação de que o princípio fundamental do auto-governo não se realiza nesta que chama de multidão-massa, “amorfa e indiferenciada”, mas em uma minoria organizada e imbuída da missão de que falamos há pouco, de expressão dos “obscuros, mas reais” desejos da maioria. Em tudo estaria presente a regra do sal da terra, que o

---

<sup>40</sup> Corção, Gustavo. “O sal da terra”. *OESP*, 15/10/1955.

jornalista buscou em palavras de Cristo nos evangelhos, que teriam sido repetidas por W. Churchill durante a Segunda Guerra. Reproduzo ainda um trecho do texto publicado em *OESP*:

“O progresso das ciências e das técnicas se faz pelo esforço das minorias bem dotadas; o brilho das artes, que enobrece uma era ou uma nação, e que a muitos beneficia, também a poucos se deve”<sup>41</sup>.

Por isso os argumentos de que, nas eleições de 1955, os resultados teriam demonstrado que as elites falharam, os líderes erraram, “o sal da terra não salgou”, o que torna possível a Corção concluir pela necessidade de formar e procurar novos líderes, novas “equipes” que dessem forma adequada às massas, conduzindo suas opiniões.

No dia seguinte ao da publicação do texto de Corção ao qual estamos nos referindo, *OESP* publicou um editorial discordando e lamentando os equívocos do “ilustre colaborador” Gustavo Corção. Destacamos que o texto, no entanto, não sofreu algum tipo de restrição prévia (o que pode ter resultado de várias situações, entre as quais aventamos duas hipóteses; a de que seu conteúdo só tenha sido lido por algum ou alguns dos diretores, proprietários ou editorialistas do jornal após sua publicação; ou a de que o espaço dos cronistas fixos fosse respeitado, ainda que trouxesse opiniões divergentes daquelas sustentadas nos editoriais). O texto anunciava que não pretendia romper a norma editorial que determinava que não houvesse polêmica com os articulistas, mas impedir que “as falhas de uma interpretação precipitada” induzissem os leitores ao erro – o jornal “faz questão de orientar com segurança a opinião pública”<sup>42</sup>.

Há discordâncias de fundo, como aquela que atribui ao texto de Corção o “exagero dessa corte às multidões iletradas”, que seria um reflexo da “morbidez da nossa frágil democracia”. O jornalista católico teria se confundido, deixando-se vencer pelo “tabu” do “sufrágio universal”. O jornal, como antes, reafirmou nesse editorial suas posições em relação à “massa ignorantíssima”<sup>43</sup>, que seria o indicativo maior da falta de preparo do país para o regime democrático eleitoral e, em decorrência, a prova de que o processo eleitoral em curso não correspondia à realidade ou às necessidades do país. Poderia, portanto, ser “legitimamente” questionado.

<sup>41</sup> Corção, Gustavo. “O sal da terra”. *OESP*, 15/10/1955.

<sup>42</sup> “Caudilhismo redivivo”. Em “Notas e informações”. *OESP*, 16/10/1955, p.3.

<sup>43</sup> O editorial questionava: como poderia Gustavo Corção perdoar “uma massa eleitoral que conferiu dois e tantos milhões de votos a um notório peculatório [Ademar de Barros], e três e muitos milhões à parceria que se propõe restaurar a velhacaria administrativa no Brasil [JK-Jango]?”

A questão, porém, que parece ser central a essa discordância entre a linha editorial do jornal e o artigo de Gustavo Corção diz respeito aos conflitos internos à UDN, que acompanharam todo o processo eleitoral, desde as incursões por tentativas de uma política de “união nacional” (com uma chapa UDN-PSD, encabeçada pela primeira), cerca de um ano antes, até o debate sobre as razões do fracasso eleitoral e os caminhos a serem seguidos, já que a política golpista liderada por Carlos Lacerda não conquistou, evidentemente, todos aqueles vinculados ao partido.

Para Corção, a razão maior da vitória eleitoral de Kubitschek teria sido a falta de apoio à candidatura de Juarez Távora, inclusive por parte da UDN e por tantos “ricaços” e “bispos” que deram apoio à candidatura do integralista Plínio Salgado, pelo PRP<sup>44</sup>. A candidatura de Távora teria sido

“mal recebida e mal ajudada por aqueles mesmos que hoje responsabilizam as multidões. Os moralizadores impacientes, que não hesitavam em apregoar a necessidade de meios extraordinários, não se moveram quando tinham nas mãos os meios ordinários”<sup>45</sup>.

A essa crítica, mais que a qualquer divergência ideológica, é que o jornal procurou responder no editorial ao qual nos referimos, ainda que tivesse, durante os meses imediatamente anteriores às eleições, orientado inúmeras vezes seus leitores no sentido de que votassem em Juarez Távora<sup>46</sup>.

Para *OESP*, as causas reais não estariam na falta de apoio à candidatura de Távora, mas no próprio fato de que tenha sido este o candidato<sup>47</sup>. O nome deveria ter sido o do brigadeiro Eduardo Gomes, que se candidatara pela UDN, antes, em 1945 e 1950, em pleitos nos quais foi vencido por Dutra e Vargas, respectivamente. Fica explicitada a sempre presente frustração com a falta de sucesso da UDN nas urnas.

<sup>44</sup> Autran Dourado (2000) faz um rápido comentário sobre um suposto arranjo para que Plínio saísse candidato, do qual teriam feito parte Juscelino Kubitschek e Augusto Frederico Schmidt. A estratégia previa o que realmente ocorreu: com as disputas internas à UDN, Plínio acabaria arrebatando apoios e votos udenistas. Teve, na contagem final, apenas 714.379 votos. A diferença entre Kubitschek e Távora, porém, foi de apenas 466.949 (cálculos feitos de acordo com os números de votos apresentados por Dulles, 1970, p.24).

<sup>45</sup> CORÇÃO, Gustavo. “O sal da terra”. *OESP*, 15/10/1955.

<sup>46</sup> Como exemplo, conferir “Últimas palavras”. *OESP*, 02/10/1955, p.5. Na véspera das eleições, o jornal demarcava, ainda uma vez, seu posicionamento favorável a Távora.

<sup>47</sup> Houve inúmeros conflitos em torno de uma candidatura de oposição a Juscelino. Após desistências anteriores, Juarez candidatou-se pelo PDC (Partido Democrático Cristão) e pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro). Em junho de 1955, com a desistência do candidato udenista, Etelvino Lins, que era apoiado também pelo PL (Partido Libertador) e pelos setores dissidentes do PSD (Partido Social Democrático), Juarez passaria a ter o apoio desses partidos ou de setores deles, no caso da UDN.

Vale conferir algumas das palavras de *OESP* a respeito de Eduardo Gomes, que foi, no editorial, tratado como uma espécie de líder providencial. Símbolo das aspirações democráticas, teria em sua “folha” a oposição ao Estado Novo logo que foi implantado, o combate ao comunismo em 1935, a chefia reconhecida do movimento de 24 de agosto de 1954, traduzindo “nossos anseios de moralização do regime”. Eduardo Gomes teria sido, ainda, o verdadeiro vencedor das eleições de 1950, já que nelas tivera mais de 2 milhões de votos (“os sufrágios da totalidade do eleitorado esclarecido e honesto que se opunha à reconquista do poder pelo getulismo”, segundo *OESP*). Agora, em 1955, seria ele o único representante capaz de realizar “a união invencível dos bons”.

Corção, que motivou as críticas, não utilizou linguagem diferente daquela empregada na retórica moralista que marcou o editorial de *OESP*, retórica que não poderíamos deixar de lado como mero aparato, já que a consideramos uma estratégia importante na delimitação do espaço do “nós”, isto é, na constituição de um sujeito ideológico pelos textos do jornal (unindo, nesse “nós”, aquele que diz – o jornal – e aqueles a quem se diz – os leitores). Ao defender a candidatura de Juarez, em artigo publicado também em *OESP* meses antes, Corção recorreu ao filósofo católico Jacques Maritain e a afirmações suas sobre o surgimento de “profetas do povo”, que poderiam ou não ser representantes eleitos, já que sua “missão” surgiria deles mesmos e seria autodesignada. Esses profetas, segundo palavras de Maritain citadas por Corção, seriam “necessários no funcionamento normal de uma sociedade democrática”, pois deles resultaria o dinamismo político. Juarez seria um desses profetas. Haveria nele, segundo Corção, uma correspondência entre “o sentir do candidato” e “o sentir das multidões”, precedendo os aspectos institucionais da candidatura e se expressando, acima de tudo, por uma tradução do “anseio de ordem, de moralização e de eficiência da coisa pública”<sup>48</sup>.

Estamos, nos dois casos, na linha editorial de *OESP* ou nos artigos de Corção, em um terreno ideológico do qual fica excluída a possibilidade real de que as “massas” tomassem para si a condução de seus interesses. A política representativa, central ao liberalismo, desdobra-se nesses textos em suas potencialidades mais autoritárias: a representatividade não implicaria, aqui, apenas em estratégias para a seleção dos mais capazes ou para o refinamento das idéias e opiniões (em formulações que excluem o fato de que o sistema representativo é estabelecido e

---

<sup>48</sup> Corção, Gustavo. “Os profetas do povo”. *OESP*, 09/08/1955, p.9. Os trechos citados de Jacques Maritain são do livro “O homem e o estado” (RJ, editora Agir, 1952; tradução de Alceu Amoroso Lima).

funciona no interior das predominâncias e controles de sociedades que não são a expressão do conjunto dos “igualmente capazes”, em uma noção cara à tradição liberal); implicaria, destacadamente, na possibilidade de interpretar os mecanismos legais de representação política como descompassados em relação à *verdadeira* “vontade geral”, que deveria, então, ser explicitada por alguns eleitos ou que poderia, em casos-limite, ser garantida por recursos de força. Nesse nosso trabalho, não poderíamos deixar de lado o fato de que jornais e jornalistas procuraram, no interior dessa tradição de pensamento e de suas estratégias de totalização, incluir-se entre aqueles que seriam capazes, para além dos processos eleitorais, de representar a “vontade geral” ou a “opinião pública”.

Aqui, como em textos anteriores, esteve presente o recurso à construção de um lugar de neutralidade e desinteresse para o jornalista/autor, como parte da estratégia de atribuição de verdade e autoridade aos argumentos ali presentes:

“Não o faço (não escrevo) por gosto ou ambição, e conto dar provas cabais desse desinteresse, mas por estar convencido de que é preciso agir nessa direção, trabalhar nessa candidatura, para entrar em sincronismo com os anseios da multidão. E é esse o critério fundamental da ação política”<sup>49</sup>.

Jornal e jornalista, personalizados pelo cronista no caso, teriam, assim, funções semelhantes àquelas atribuídas aos “profetas do povo”, por conciliar um suposto desinteresse pessoal (político e econômico) e uma capacidade, também pressuposta na constituição de seu lugar como observador e analista, de traduzir os tais anseios da multidão, dando-lhes forma. Um entre os muitos editoriais nos quais *OESP* defenderia e aconselharia o voto de seus leitores em candidatos vinculados à UDN traria as seguintes palavras:

“Jornal de oposição, isto é, jornal que não se enfeuda nem se enfeudou nunca a grupos, partidos, ou governos – a independência de que legitimamente nos orgulhamos dá-nos força moral para aconselhar a quem nos lê a que perfilhe como sua a causa de moralização, ordem e de respeito encabeçada pela UDN”<sup>50</sup>.

As massas precisariam tornar-se “públicas”.

Talvez pudéssemos, aqui, associar a frustração udenista, com os resultados das urnas no período entre a derrocada do Estado Novo e o golpe de 1964, à frustração dessas elites

<sup>49</sup> Corção, Gustavo. “Os profetas do povo”. *OESP*, 09/08/1955, p.9.

<sup>50</sup> “O nosso conselho”. Seção “Notas e Informações”. *OESP*, 28/09/1955, p.3.

proprietárias e/ou dirigentes de jornais, assim como dos jornalistas e cronistas associados a suas perspectivas. Se a relevância do jornalismo foi atribuída à sua possibilidade de representar e orientar a opinião pública, como lidar com o fato de que o alcance dessa orientação fosse tão restrito, redundando em diversos fracassos eleitorais, não apenas de políticos udenistas, mas dos projetos defendidos pela maior parte dos grandes jornais? A resposta histórica da maior parte da grande imprensa na época, e de muitos jornalistas nela empregados, parece ter sido o apoio (ou participação na articulação, no caso de *OESP*) às soluções golpistas. Uma mistura interessante que faz com que *liberalismo e golpe* componham um mesmo movimento de tessitura da história.

A missão pedagógica do jornalismo, e sua relevância para o desenvolvimento do país e seu acerto de contas com a “realidade”, preferencialmente (mas não somente) pela via eleitoral, foram, no entanto, sustentadas com ênfase repetitiva durante aqueles anos.

Vivaldo Coaracy, que assinava por V.Cy., ao ser consultado por uma leitora sobre os candidatos em quem deveria votar nas eleições de 1955, discorreu sobre a inadequação do voto em branco (a leitora teria manifestado a vontade de não votar ou votar em branco) e aconselhou a leitora a votar na chapa Juarez-Milton Campos. Nesse sentido, escreveu:

“Existe a obrigação moral, muito mais imperiosa do que a legal, para todos os eleitores com suficiente grau de cultura para votar conscientemente, com noção precisa do significado do ato que praticam, de concorrer às urnas, de contribuir com o seu voto para contrabalançar os efeitos do eleitorado primário. Além da influência direta, por pequena que seja, do seu voto, exerce pelo exemplo uma ação educativa que lentamente se fará sentir para o aperfeiçoamento do eleitorado”<sup>51</sup>.

A missão pedagógica se estenderia ao grupo restrito dos leitores do conservador *OESP*...

“Votar numa chapa em que o vice-presidente seja Milton Campos é votar pela permanência e preservação do regime. Votar em Jango é votar pelo caos em que se afundarão a democracia e a República”<sup>52</sup>;

diria ainda Coaracy, em texto no qual trabalhou em consonância com o conteúdo (editorial, opinativo e noticioso) publicado no jornal paulista.

Ao efetuarem uma oposição entre moralização e varguismo, “novidade” política e estadonovismo, os textos publicados então trabalharam também com o pressuposto de que a

<sup>51</sup> V.Cy. “Resposta à leitora”. *OESP*, 06/08/1955, p.9.

<sup>52</sup> *Idem*.

aceitação e vitória, nas urnas, de candidatos diretamente ligados a Vargas ou dele próprio, no caso de 1950, teriam sido nada mais nada menos do que a demonstração da imaturidade política, da ignorância e da falta de discernimento, em uma leitura que poderia ser encontrada em discussões posteriores acerca do populismo na política brasileira dessa época. As poucas variações, circunstanciais, deveram, em *OESP*, às tensões internas à própria UDN, a culpar-se, na época, por ter sido levada adiante a candidatura de Juarez Távora e não outra (como a do Brigadeiro Eduardo Gomes, inicialmente defendida por *OESP*); a culpar a “mística estadonovista” pelo seu fracasso; a trocar farpas pelo fato de que não teria sido levada adiante *adequadamente* a candidatura de Távora (esta a acusação feita por Corção). Daí as variações das causas atribuídas: ignorância das massas, causada pelos anos de “mistificação varguista”, ou erro das “novas” elites na condução das mesmas massas.

Esteve sempre excluída dessas percepções presentes em *OESP* a possibilidade de que a permanência do varguismo estivesse relacionada a possíveis acordos ou a um eleitorado que considerasse serem aqueles políticos, mais do que outros, os representantes dos seus interesses.

Para quem tem, como temos, a possibilidade de ler os textos aos quais demos destaque nas últimas páginas conhecendo os anos que se seguiram e, especialmente, os meses que circundaram o golpe de 1964, destaca-se neles a ambigüidade entre a perspectiva pedagógica elitista e a ameaça escancarada de que havia, sim, dois caminhos: a linha “certa” ou o golpe, o desenrolar dos rituais da democracia política *dentro de certos limites* ou o arbítrio. Não foram poucos os editoriais de *OESP* no ano de 1955 nos quais essas opções estiveram explícitas, sem que a ambigüidade tivesse, entretanto, que ser denunciada por um leitor futuro.

### ***Circunstâncias e antagonismos entre O Estado de S. Paulo e Correio da Manhã***

No *Correio da Manhã*, que, como dissemos antes, ocupou uma posição diferente da de *OESP* durante a crise de 1955, na qual se autodefiniu como defensor da legalidade, houve a atribuição de sentidos diferenciados à crise. Interessa-nos pensar no que representaram essas diferenças em relação ao que perseguimos aqui, isto é, a discussão dos sentidos atribuídos à noção de democracia e, quando possível, às relações entre imprensa e democracia.

Alguns temas tiveram continuidades entre os dois jornais, como indicamos: é o caso do descompasso entre norma e real, que tanto em Gustavo Corção quanto em Augusto Frederico Schmidt assumiram os contornos de críticas circunstanciais às elites, ao mesmo tempo em que deixavam entrever, nas próprias críticas, a idéia de que o desenvolvimento político e econômico do país dependeria de elites que viessem a formar-se ou de transformações que aproximassem os grupos reconhecidos como tal da realidade do país<sup>53</sup>. Houve, porém, diferenças no tratamento da temática da participação das “massas” na democracia (e, portanto, nos sentidos atribuídos ao voto e ao sufrágio amplo), assim como em alguns de seus desdobramentos, de que temos tratado neste capítulo.

As palavras seguintes, que poderiam ter sido atribuídas às chamadas massas e a seus desígnios, caso levássemos ao limite as formulações que lemos em artigos e editoriais de *O Estado de S. Paulo*, foram atribuídas, em um editorial do *Correio da Manhã*, aos “golpistas”: desembestados, vazios e ocos, passionais e temperamentais que “se dispõem a tocar fogo no circo”, resvalando em “desorientação espasmódica e estonteante, sem rumo” – “ninguém conhece, objetivamente, os seus propósitos”, dizia o editorial<sup>54</sup>. Sem citar nomes neste caso, a atribuição seria feita, inúmeras vezes, aos civis ou militares vinculados à UDN e, nela, a Carlos Lacerda, que já nesta época procurava deslegitimar o processo eleitoral, visando atingir a candidatura de Kubitschek. A UDN, em outro editorial, já posterior às eleições, foi definida como o partido que, nascido da oposição ao Estado Novo e ao fascismo, foi, a cada eleição, dando um passo à direita... “a UDN transformou-se em representação parlamentar e forense de uma nova demagogia pequeno-burguesa”<sup>55</sup>.

Nessa mesma linha, um dos articulistas fixos do *Correio*, Edmundo Moniz, desloca também, em relação ao que lemos e discutimos em *OESP*, o lugar de onde viria a ameaça de ditadura e de arbítrio. O risco de que se instaurasse no Brasil um governo com semelhanças com o de Perón, na Argentina, que vimos ser inúmeras vezes associado a João Goulart nas páginas de *OESP*, seria associado por Moniz a Juarez Távora, em comentários suscitados pela queda do

---

<sup>53</sup> Podemos aproximar Schmidt e Corção por alguns aspectos presentes na biografia desses jornalistas e intelectuais. O catolicismo é um desses aspectos e, com ele, as ligações com o Centro D. Vital. Durante os anos 30 e 40, a revista *A Ordem*, vinculada ao Centro dirigido mais tarde por Corção, publicou textos dos dois autores. Já no início dos anos 60, ambos participariam de atividades que contribuíram para a preparação do golpe de 1964, que apoiaram. Entre essas atividades, apontariamos as ligações com o IPES e o material ali produzido.

<sup>54</sup> “Sejamos claros e objetivos”. *Correio da Manhã*, 10/08/1955, p.6.

<sup>55</sup> “Definições”. *Correio da Manhã*, 01/11/1955, p.6.

governo de Perón. A ditadura, segundo o articulista, poderia instalar-se pela violência ou pelo voto. Juarez, “reacionário e totalitário”, pretenderia chegar a ela pelos meios eleitorais<sup>56</sup>.

O que mais nos chama a atenção no texto de Moniz é o quanto esse deslocamento atende a posicionamentos eleitorais, sem demarcar uma mudança conceitual nos sentidos atribuídos à política (e ao regime), ou à visão da sociedade brasileira. Permaneceram, ali, pressupostos que comentamos antes, como o da ausência de cidadãos ou de um estágio político adequado ao exercício da democracia, assim como o do descompasso entre a política e as supostas necessidades do país.

Ao mesmo tempo em que, diferentemente de Corção, Edmundo Moniz afirmava nas páginas do *Correio* que o Brasil não precisava de líderes providenciais, “de mistificação e de iluminados”, atribuindo a destruição da democracia na Argentina aos apelos à “moralização”, identificados com a UDN, diagnosticava um caos político (no Brasil e na Argentina) nos seguintes termos: “nunca a América do Sul chegou ao grau de cultura política que deveria corresponder às exigências de nossa época”<sup>57</sup>. Recompõe-se a idéia, sempre presente (inclusive em muitos estudos, como apontamos no primeiro capítulo da Parte 1), de que a história do Brasil ou da América do Sul teria como eixo central o atraso ou o descompasso.

As formulações predominantes em *Correio* e *OESP*, ainda que estes ocupassem lugares diferentes durante a crise de 1955, constituíram-se no interior de um mesmo campo interpretativo.

Para o *Correio*, que apoiava a posse dos eleitos, foi possível e necessária, para que seus argumentos tivessem força, a afirmação de que os eleitores haviam desempenhado satisfatoriamente seu papel, ou de que o Brasil alcançara, diferentemente da apreciação de um de seus articulistas (Edmundo Moniz), um “nível animador de maturidade política”, tendo se tornado capaz de exercer resistência ou oposição a qualquer projeto golpista ou ditatorial<sup>58</sup>. A culpa pela crise não teria sido do “povo”: o erro teria estado nas atitudes das “falsas elites que, apelando para o golpe, dão um triste atestado de sua falta de cultura política”<sup>59</sup>.

Atendendo a esta direção (bastante coerente durante aqueles meses nas páginas de *CM*), flagramos no jornal carioca uma carta de leitor com conteúdo diferenciado das referências aos

<sup>56</sup> Moniz, Edmundo. “Juarez e a ditadura”, *Correio da Manhã*, 25/09/1955, p.2.

<sup>57</sup> Moniz, Edmundo. “Juarez e a ditadura”, *Correio da Manhã*, 25/09/1955, p.2.

<sup>58</sup> “Um significado permanente”. *Correio da Manhã*, 07/09/1955, p.6.

<sup>59</sup> Moniz, Edmundo. “Os pretextos para o golpe”. *Correio da Manhã*, 21/08/1955, p.2.

leitores feitas nas páginas de *O Estado de S. Paulo*. Nela, a defesa da *democracia como o curso formal das eleições previstas* foi, tal como no próprio jornal, a idéia retórica central à constituição de um “nós”. Vejamos algumas das passagens da carta assinada pelo leitor Benedito Felipe, de Itapaci (GO), datada de 27/08/1955: o leitor parabenizava o *Correio* pelo que caracterizou como a defesa do regime democrático, “o único regime que está acorde com a dignidade e honorabilidade de qualquer país, grande ou pequeno, poderoso ou fraco, supercivilizado ou minimamente civilizado”. Escrevia Felipe:

“custa-nos a admitir que partidos e homens, que antes pareciam ser verdadeiros baluartes democráticos, estejam, em vésperas de eleição, criando dificuldades para essa mesma eleição, com questiúnculas, sim Sr. Redator, frisamos bem, questiúnculas, que mais parecem partir de quem tem interesse em dilapidar o regime e levar-nos ao caos, com a desculpa da moralização [a questiúncula principal à qual se referia era a proposta da cédula oficial pela UDN]”<sup>60</sup>.

Na edição do dia seguinte ao da publicação da carta, o jornal defenderia as eleições pedindo, como Vivaldo Coaracy, articulista de *OESP*, que o eleitor não deixasse de votar. Diferentemente, porém, da defesa nítida que *O Estado de S. Paulo* fez em suas páginas da candidatura de Juarez, o *Correio* optou, a não ser em alguns artigos, por uma explicitação menor (ou menos nomeada) de seu posicionamento, que não deixaria de ser tão ostensivo quanto o do jornal paulista. Aos eleitores que estivessem em dúvida ou, como o *Correio* dizia de si próprio, sem saber se algum dos candidatos valeria seu voto, o jornal apresentava a situação sob a oposição “legalidade *versus* golpe”, como neste trecho:

“Seu problema é o problema deste jornal: contra o golpe – logo, pela validade das candidaturas, e sem candidato que mereça o nosso apoio. Entretanto, para que o movimento antigolpista não se dilua em platonismo e para a garantia da posse, que será a suprema defesa do regime, é de uma importância vital que as eleições expressem positivamente, totalmente o sentimento dos brasileiros pela legalidade”<sup>61</sup>.

A semana em que o *CM* publicou a carta do leitor Benedito Felipe e o editorial ao qual acabamos de nos referir foi, ao seu final, batizada de semana da legalidade pelo jornal. Na mesma semana, foram publicados manifestos de intelectuais e estudantes a favor da posse dos eleitos, assim como faria *O Estado de S. Paulo* mais adiante, depois do 11 de novembro, quando assumiu

<sup>60</sup> “Cartas à Redação”, *Correio da Manhã*, 10/09/1955, p.2.

<sup>61</sup> “A pobre escolha”. *Correio da Manhã*, 11/09/1955, p.6.

para si um discurso de defesa da legalidade, que, nesta visão posterior, teria sido rompida pelo chamado contra-golpe.

Antes do 11 de novembro, porém, assumindo a “voz da legalidade”, o *Correio* é que fazia a seguinte advertência:

“Alguns que em 45 diziam ‘Lembra-vos de 37’ andam esquecidos tanto de 37 como de 45. Oxalá não tenham um dia de recomeçar: ‘Lembra-vos de 55’...”<sup>62</sup>.

Chamamos a atenção para o fato de que ficou excluída, dessa última formulação, uma data que seria lembrada em diversos textos nos quais *O Estado de S. Paulo* questionou os termos da defesa da legalidade, tal como foi feita pelo *Correio*. A data é 1954. Do debate a esse respeito, trataremos a seguir.

### ***“Mas não havia, por acaso, ‘legalidade’ em 1954?”***

Um dos articulistas do *Estado*, o jornalista e então deputado federal pela UDN Rafael Corrêa de Oliveira, que tinha uma coluna política na página 4 do Primeiro Caderno, expôs a temática da legalidade em seus ataques voltados a Juscelino, Lott e, diversas vezes durante os meses de outubro e novembro de 1955, voltados para o próprio *Correio da Manhã*. Já no dia 10 de novembro, após comentar criticamente a posição do *Correio*, favorável à posse de Juscelino e Jango, e incluí-lo entre os diários que caracterizou como “a imprensa janguista de hoje”, o jornalista perguntava: “A ‘legalidade’? Mas não havia, por acaso, ‘legalidade’ em 1954?”<sup>63</sup>.

A questão por ele levantada procurava denunciar uma suposta incoerência na posição assumida pelo *Correio* naquele momento. Como dissemos antes neste estudo, o jornal esteve, junto com a maior parte da grande imprensa, contra a eleição em 1950 e, depois, contra o

<sup>62</sup> “A pobre escolha”. *Correio da Manhã*, 11/09/1955, p.6.

<sup>63</sup> “Contradições de um ‘legalista’ inconstante”. Seção “O Momento Político”. *OESP*, 10/11/1955, p.4. Rafael Corrêa de Oliveira estava em seu primeiro mandato como deputado federal (UDN-PB). Escrevia para *OESP* desde 1945, tendo ocupado inclusive o cargo de diretor da sucursal do jornal no Rio de Janeiro. O jornalista, que foi, nessa época, um dos críticos mais ácidos, nas páginas de *OESP*, ao varguismo e à ligação entre Kubitschek e uma suposta herança da política de Vargas e da corrupção dos “gregórios”, havia sido um dos articuladores da derrubada do Estado Novo em 1945, apesar de ter sido amigo pessoal de Vargas e de ter estado a seu lado em 1930, chegando a ministro da Viação e Obras Públicas do então presidente (para mais informações biográficas, cf. o verbete “Rafael Corrêa de Oliveira” no *Dicionário Histórico-Biográfico* do CpDoc-FGV).

governo de Getúlio Vargas, tomando parte na campanha que afastou Jango do Ministério do Trabalho, em 1953, e que pretendeu afastar Vargas do Catete, em 1954.

Foram muitas as notícias, artigos e editoriais publicados no *Correio* em agosto de 1954 questionando a legalidade e a legitimidade do governo eleito de Vargas e apontando, em termos próximos àqueles utilizados em 1955 pelo *Estado*, para a existência de uma crise política, mas “sobretudo moral”<sup>64</sup>. O presidente eleito foi, então, caracterizado como símbolo desprovido de poder de simbolização, em um editorial de que fizeram parte as divisões entre norma e fato, entre país legal e país real, tão presentes em 1955, inclusive no *Correio da Manhã* (por exemplo, em Augusto Frederico Schmidt ou em Edmundo Moniz, que visavam a UDN em suas afirmações sobre o descompasso entre elites e realidade). Segundo os textos publicados no *CM* em agosto de 1954, havia no Brasil de então um lapso entre o poder institucional e a “consciência do homem comum”, que estaria impondo o afastamento ou a renúncia de Vargas. Em editoriais, o jornal afirmava a existência de “uma consciência constitucional – que é a consciência da nação – que se mantém soberana para além do que a Constituição pode exprimir”<sup>65</sup>.

O essencial à conservação e desenvolvimento do país, aqui projetado na vontade da nação, poderia excluir os processos políticos e constitucionais, em formulações nas quais *liberalismo e golpe* forneceram os termos e deram base aos argumentos para a derrubada de Vargas.

O *Correio* não diferia, assim, do que afirmava o *Estado* na época, com o mesmo intuito, isto é, o de forçar o afastamento de Vargas. Nesse sentido, o jornal paulista publicou palavras como estas: “É exato que há um período certo para o exercício do mandato de presidente e que, dentro desse período, deve ser mantido no cargo. Mas quando se torna incompatível com o sentimento nacional, não há porque assegurar-lhe o exercício do mandato até o fim”<sup>66</sup>. Foi no período entre 1954 e 55, e no processo de articulação da candidatura de Juscelino Kubitschek que a convergência se desfez.

As contraposições – tão utilizadas como parte dos argumentos que definiam, cada um a seu modo, o ponto de divisão entre os velhos e os novos tempos, entre velhos hábitos e hábitos desejáveis para o aprimoramento da política e desenvolvimento do país – não se sustentam, ou

<sup>64</sup> *Correio da Manhã*, 17/08/1954, p.2.

<sup>65</sup> *Idem*.

<sup>66</sup> *OESP*, 24/08/1954, p.3. O editorial foi publicado no exemplar que foi às bancas antes que se tivesse a notícia da morte de Vargas, ocorrida na madrugada do mesmo dia. Essas formulações foram utilizadas na dissertação de mestrado da autora. Cf. Biroli (1999).

pouco se sustentam, diante de episódios anteriores ou aspectos biográficos daqueles que as expressaram nos jornais de que tratamos. Um exemplo poderia ser o próprio Rafael Corrêa de Oliveira, jornalista e cronista de *OESP*, deputado pela UDN no período. Basta, nesse sentido, a lembrança de que durante os 15 anos do governo de Vargas, entre 1930 e 1945, vários dos políticos, civis ou militares, que se vinculariam depois à UDN, estiveram às voltas com o poder, ainda que se opusessem, em muitos casos, à ditadura do Estado Novo. Foi este o caso do jornalista. Um outro exemplo, possível mesmo a partir de um sobrevôo em relação às posições de *CM* e *OESP* nesses anos, alerta para as dificuldades na percepção desses jornais como vinculados ou não ao varguismo, vinculados ou não ao governo Kubitschek, vinculados ou não a sua política de desenvolvimento.

Parece-nos ter havido, em 1955, uma oposição entre interesses circunstâncias (ligados à possibilidade de que um ou outro grupo, um ou outro jornal, viesse a “fazer parte” do governo que se seguiria às eleições), mais do que entre projetos ou percepções de maior duração. Isso em um momento em que, com a morte de Vargas, aumentara a tensão política no sentido de definir “heranças” e impor direções para as eleições que se seguiram. O ano de 1954 e, mais tarde, os meses que antecederam o golpe de 64 foram significativos para a explicitação de visões comuns da sociedade brasileira, ainda que 1955, 1961 (com a renúncia de Jânio) e os momentos posteriores ao golpe de 64 demonstrassem diferenças entre os dois jornais que não podem ser descartadas. As semelhanças, em 1945, 1954 ou 1964, se sobrepuseram, assim como sua inserção ideológica conservadora na sociedade brasileira do período, que ultrapassa os momentos de crise.

Essas semelhanças, como dissemos, estiveram ancoradas em concepções e tradições interpretativas de maior duração, para as quais temos apontado neste capítulo. Envolveram a conjugação entre concepções liberais de Estado, a ênfase à iniciativa privada e ao modelo de industrialização predominante no período, com a abertura para o capital estrangeiro, assim como uma idéia, mais ou menos definida, de que a legitimidade da esfera política seria proporcional a sua adequação às demandas desse projeto de desenvolvimento (e ordem).

Há matizes nesses projetos, diferenciações no interior das predominâncias. Podem ser exemplificados, em sua explicitação na esfera da política e do jornalismo, pelos confrontos entre *Correio e Estado*, no caso de 1955. Dois pontos, vinculados, podem ser citados para analisá-las. Um deles refere-se à mobilidade assumida pelo conceito de legalidade. O outro diz respeito à participação dos militares na política.

### *Liberalismo e golpe – permanências e circunstâncias*

Maria Vitória Benevides aponta, em seu estudo sobre a UDN, para uma contradição em termos no liberalismo udenista, referente ao recurso repetido e persistente às soluções extra-legais e à intervenção dos militares na política. Recorremos antes a essa observação de Benevides, indicando que seria possível utilizá-la em relação ao *Estado*: o jornal paulista de maior circulação durante o período, em seu conservadorismo, não deixou de afirmar, simultaneamente, suas raízes liberais e a opção por soluções extra-legais e pela mão salvadora dos militares, em momentos nos quais a situação política e social lhe pareceu passível de transformações ou, em termos políticos, de permanências indesejáveis, como a do poder de Vargas e de seus aliados políticos

Não nos parece que essa foi, no entanto, uma contradição, mas parte constitutiva da ideologia liberal, e não apenas em suas peculiaridades na história de *OESP*.

O *Correio* se oporia, nesta crise (e também na de 1961), à intervenção militar, apoiando os procedimentos eleitorais; em crises como as de 1954 e 1964, nas quais o *Correio* recorreu aos militares em seus editoriais e artigos, foi menos ostensivo do que *OESP*, explicitando, como dissemos, matizes dessas perspectivas liberais conservadoras, tal como foram manifestadas no país naqueles anos. Do mesmo modo, em 1964, apoiaram o golpe, sustentando posições diferentes: o *Estado* dos Mesquita defendia a prorrogação do governo de Castelo Branco em relação ao projeto inicial, que previa a duração de um ano, convocando então novas eleições; o *Correio* defendia a volta do poder aos civis e se desentendeu com o governo militar rapidamente, acusando em colunas diárias, crônicas e/ou editoriais o aumento crescente da violência.

Vejamos de que modo essas questões foram formuladas durante a crise de 1955 e, ainda, quais foram, então, as referências a momentos anteriores, como 1945, 1950 e 1954.

Ainda em agosto de 1955, alguns acontecimentos dominaram os noticiários e forneceram o tecido factual para os posicionamentos assumidos pelos dois jornais diante das temáticas de que estamos agora tratando, a da legalidade e a da participação dos militares na política. Entre esses acontecimentos estiveram o episódio da Carta Brandi e as acusações de ligação entre Jango e Perón, os discursos pronunciados por militares durante a solenidade pela passagem de um ano da morte do Major Vaz (assassinado em agosto de 1954, em atentado contra Carlos Lacerda planejado por pessoas ligadas a Vargas), o debate em torno da votação da cédula oficial, citado antes, além de algumas propostas, por parte da UDN, de modificação da legislação eleitoral,

visando o estabelecimento de uma lei que tornasse necessária a conquista da maioria dos votos (50% mais 1) para que os candidatos mais votados pudessem ser declarados presidente ou vice-presidente da República. Além desses temas, esteve presente também o dos votos orientados pelo Partido Comunista, que teriam sido parcialmente responsáveis pela vitória dos eleitos. Nesses debates, e não apenas na solenidade de 5 de agosto, os pronunciamentos militares foram muitos, suscitando diferentes interpretações e argumentos nas páginas de *Correio e OESP*. Para a linha editorial que predominou no primeiro, marcando todo o noticiário político, os militares não deveriam pronunciar-se ou intervir em questões políticas: seus pronunciamentos foram, assim, entendidos como formas de coação e intimidação (mais tarde, após o 11 de novembro, o jornal deixaria de lado essa linha, como veremos). *OESP* traria interpretações e argumentos simetricamente opostos: a ação mais adequada, a proteção mais adequada, a conservação mais adequada das tais tradições políticas ou das estruturas sociais não poderiam vir senão dos militares.

Na crise de 1955, como, depois, em 1964, *OESP* afirmaria a necessidade de ação das Forças Armadas diante, não apenas das ameaças, mas de um descrédito repetido na política e, com ênfase, no Legislativo. O regime de exceção viria, anunciou inúmeras vezes o jornal, por ser a única maneira de preservar a “moral republicana”. Daí o papel, apresentado como indiscutível, dos militares – nesse interregno para a “arrumação da casa”, deveria ser deles o poder. Um editorial do mês de agosto trouxe a seguinte formulação:

“quando, como atualmente acontece, deixa o Parlamento de corresponder aos anseios do povo que pelo voto o constituiu – que fazer pela continuidade da República? Justificar-se-á sua defesa ‘à outrance’, quando, depois do 24 de agosto, é no Poder Legislativo, principalmente, que prevalecem as falhas que com o getulismo vinham enfraquecendo e envilecendo a nossa vida política e administrativa?”<sup>67</sup>.

Junto a ela, completando o argumento de que o Legislativo não só não correspondia às necessidades do país, como agia negativamente na preservação do getulismo, afirmava ainda a correção e honestidade das Forças Armadas. Se há problemas, dizia *OESP* não apenas nesse editorial, mas em outros espaços do jornal naqueles dias, têm resultado mais dos exageros legalistas e do “mito da legalidade” do que de suas intervenções na política:

---

<sup>67</sup> “Pela salvação da República”. *OESP*, 23/08/1954, p.3.

“Foi a força de seu respeito pelo civilismo e a preocupação da estrita observância dos dispositivos constitucionais que as impeliram, em 1945 e em 1954, a fechar os ouvidos à voz dos prudentes que as aconselhavam a adotar um passageiro regime de exceção até que se completasse o trabalho de recuperação nacional dos golpes desferidos pelos usufrutuários do poder ilegítimo”<sup>68</sup>.

Este foi um momento de debates intensos em relação à participação dos militares na política. Dois dias antes, uma edição de domingo do *Correio da Manhã* trazia, na capa (entre as notícias internacionais que se publicavam ali na época), um texto editorial suscitado pelos pronunciamentos dos ministros militares, brigadeiro Eduardo Gomes, general Henrique Teixeira Lott e almirante Amorim do Valle, a respeito dos debates sobre a cédula oficial. O título do texto já dizia sobre seu conteúdo: “pior do que 1937”, ameaçava. “Não admitimos ultimato dos ministros militares”, dizia, em letras bastante destacadas, a manchete<sup>69</sup>. No noticiário político, em sua página de destaque, a última do Primeiro Caderno, a autoridade freqüente, chamada a definir o conceito de legalidade em meio à crise, foi Heráclito Sobral Pinto, sempre apresentado pelo *Correio* como jurista e pensador católico que havia defendido os que foram perseguidos e presos pela polícia política durante o Estado Novo.

O texto de capa da edição de 21 de agosto foi lido nas seções da Câmara e do Senado. Interessa-nos, no entanto, ainda mais, o editorial que o *Correio* publicaria em sua edição seguinte, referindo-se ao texto do domingo e a suas repercussões. Foi nesse dia, mais do que em outros, que o jornal atribuiu a si mesmo a autoria da solução para a questão da cédula, propondo com ênfase a cédula única (que poderia ser impressa pelo poder público, mas também pelos partidos). Foi também nesse dia que caracterizou sua reação à intervenção dos militares na política como um traço da história e da identidade do próprio jornal, afirmação que não se sustenta quando ultrapassamos a crise em torno da eleição de 1955. Merece, no entanto, ser discutida.

Em *OESP*, uma das formulações freqüentes em relação às Forças Armadas foi a de que ela seria a única, durante os períodos de crise, a traduzir vontade e consciência das massas. As eleições, como vimos, não o seriam, em estratégias de deslocamento do princípio da representatividade. Nada surpreendente, diante dos sentidos atribuídos à “massa” de votantes em textos sobre os quais discutimos anteriormente. Nesse sentido, **o jornal atribuiu aos militares, e**

<sup>68</sup> “Pela salvação da República”. *OESP*, 23/08/1954, p.3.

<sup>69</sup> *Correio da Manhã*, 21/08/1955, capa.

**a si mesmo, um lugar comum: o da ciência e consciência para a condução política do país.** Um dos artigos de Mário Pedrosa publicados no jornal paulista no mês de novembro afirmavam que não poderia haver uma tomada de consciência mais ampla sobre a realidade política do país sem que houvesse uma “tomada preliminar de consciência” por parte dos militares, definidos então como aqueles que, “no interregno do poder, pelo seu destino respondem”<sup>70</sup>.

O *Correio*, diferentemente, repetiu inúmeras vezes em 1955, antes do 11 de novembro, suas advertências de que a democracia andaria bem sem a intervenção, considerada ilegal e ilegítima, dos militares. No editorial no qual comentava o texto antes publicado na capa, o jornal não apenas afirmava que suas posições teriam sido bem aceitas e propagadas, produzindo efeitos concretos no encaminhamento da crise, mas explicitava sua capacidade de “traduzir” os tais desejos, difusos, da nação. Damos destaque à formulação abaixo:

“O nosso editorial de domingo está na linha natural do que somos como jornal. E dentro dessa coerência é que nunca faltamos com a nossa presença em cada momento de perigo ou de libertação na vida pública do Brasil. (...) **ao contrário do que acontece com os ministros militares, a um jornal é sempre lícito opinar sobre matéria política e eleitoral, na sua qualidade de órgão da opinião pública.** (...) Que ninguém se iluda: um momento novo começou no processo de revigoração do regime. Domingo, a consciência do país encontrou expressão e ressonância. Ninguém levará o Brasil para um regime de força ou uma ditadura”<sup>71</sup>.

Novamente, apontamos para a questão trabalhada antes, a saber, a da projeção do jornal como portador de uma espécie de crítica neutra (com toda a contradição existente nessa locação) e, ainda mais, como ator imprescindível ao jogo político-democrático, denunciando e apontando soluções. Foi este também o terreno comum no qual esses diários inscreveram sua identidade enquanto atividade jornalística (e, supostamente, não-política), procurando legitimar suas posições.

Trata-se, também aqui, de um deslocamento da sistemática de representação que caracteriza as concepções liberais de democracia. Como se em momentos de crise e de questionamento do processo eleitoral (e das bases de legitimidade dos governos) restasse, à imprensa (ou aos militares), o papel de indicar quais as instâncias nas quais repousaria a “vontade geral” rousseauiana. Idéia de representação que, como indicamos antes, contém o potencial de negar a própria política representativa.

<sup>70</sup> Pedrosa, Mário. “Ordem democrática e realismo político”. *Correio da Manhã*, 05/11/1955.

<sup>71</sup> “A estaca”. *Correio da Manhã*, 23/08/1955, p.6. Grifo nosso.

A afirmação de uma missão para a imprensa ficou, no entanto, enfraquecida pelas trocas recíprocas de acusações entre os jornais, durante a crise de 1955.

Em diversos momentos, *OESP* acusou a “grande imprensa carioca” ou um “tradicional jornal carioca”, o *Correio da Manhã*. Acusou-os pela “persistência na cegueira”, que se teria manifestado pela defesa do curso normal das eleições, negando “o caos”. Em uma ideologia que nega os conflitos e diferenças de interesses como constitutivos da própria sociedade, os momentos de crise não poderiam ser caracterizados senão como caóticos, como o risco iminente do esfacelamento em função de uma suposta ausência da “ordem”.

Mais uma vez, o *Estado* atribuía as visões conflituosas que fizeram parte do debate não às divergências políticas, mas a uma suposta falta de clareza de seus adversários. Em uma ideologia autoritária e totalizadora, que nega seu próprio estatuto de parcialidade, os “outros” interesses não poderiam ser caracterizados senão como cegueira. O mesmo foi dito em relação às “maiorias parlamentares”<sup>72</sup>. Nos dois casos, as hipóteses de cegueira ou de intenções de falseamento seriam provenientes da vinculação com o varguismo. Foram nesse sentido as críticas feitas pelo *Estado* ao *Correio*. Dizendo-se indignado pelo esquecimento do jornal carioca em relação ao 24 de agosto de 54, recorreu, em suas críticas, a compromissos anteriores, centrados na oposição a Vargas.

Além do espaço editorial, a coluna política de Rafael Corrêa de Oliveira, como indicamos antes, foi um dos espaços em que a tensão entre os dois jornais foi mais explicitada. Em uma delas, o jornalista e deputado udenista denunciava “atitudes nervosas” do *CM*, provenientes, segundo ele, do receio de perder os favorecimentos que lhe garantiriam a posse de Juscelino. Oliveira relacionaria, ainda uma vez, o momento ao governo anterior, de Vargas, trazendo à memória do leitor uma outra situação de “nervosismo” do jornal carioca, quando Horácio Lafer foi afastado do Ministério da Fazenda, em 1953. Seria por esse receio de perder sua parte no “bolo” que o *Correio* dirigia críticas a figuras e jornais insuspeitos segundo os argumentos do colunista, entre eles o ministro Eduardo Gomes, o deputado udenista Aliomar Baleeiro e os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Diário de Notícias*. As palavras a seguir dão um exemplo das acusações lançadas nas páginas de *OESP*:

---

<sup>72</sup> “O pangloss do regime”, *OESP*, 07/10/1955, p.6.

“aí está o *Correio da Manhã*, no meio dos comunistas e dos ‘gregórios’, com as flâmulas ao vento, roncando aos trambolhões da meia noite a sua artilharia pesada. Evidentemente, diante de tantos préstimos, o Jango e o Juscelino estão obrigados a entregar o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil a um certo ‘grupo’...”<sup>73</sup>.

Foi este o tom, sem que fossem, em geral, nomeados aqueles que compunham o “certo grupo”. Mais de um mês depois, os argumentos utilizados pelo cronista se formulariam no mesmo sentido. Comentando um texto do jornal *The New York Times* sobre as eleições no Brasil, que atribuía intenções de golpe à UDN, dizia:

“O leitor, curiosamente, nos perguntará: – Que há por trás de tudo isso? E nós só poderemos responder que há motivos inconfessáveis, talvez interesses materiais que se entrosam poderosamente até o ponto de vermos acomodados num mesmo balaio o ministro da Guerra, os comunistas, Jango, Gregório, o *New York Times*, o *Última Hora* e o *Correio da Manhã*”<sup>74</sup>.

Outros ataques ao *Correio* partiram do jornal pertencente ao principal articulador do golpe contra a eleição e posse de JK e Jango, a *Tribuna da Imprensa*, do jornalista e deputado Carlos Lacerda(UDN-DF), que trabalhara como jornalista e colunista político no *Correio* até pouco antes de montar seu próprio jornal, no final dos anos 1940. As acusações, semelhantes àquelas feitas por Rafael Corrêa de Oliveira ou, de maneira mais sutil, pelos editoriais de *OESP*, seriam respondidas pelo *Correio* em três editoriais subseqüentes e que são referência para os conflitos da época, e especialmente para o modo como tomaram forma no jornalismo de então. As respostas do *Correio* foram, como no caso de outros editoriais aos quais recorreremos aqui, citadas em seções da Câmara naqueles dias.

Um dos pontos centrais à troca de “farpas” entre os dois jornais foi a atribuição de sentidos ao 24 de agosto de 1954 – reforçamos que este ponto esteve presente, repetidamente, durante a crise de 1955. Para que o leitor possa ter um exemplo do tom (agressivo) desse debate que se deu na segunda semana de outubro, transcrevemos abaixo um trecho do primeiro dos três editoriais publicados no *Correio da Manhã*:

<sup>73</sup> Oliveira, Rafael Corrêa. “O saque e o grupo”. Seção “O momento político”. *OESP*, 13/10/1955.

<sup>74</sup> *Idem*. “Recordemos o 10 de novembro”. Seção “O momento político”. *OESP*, 11/11/1955. As referências ao *The New York Times* apareceriam nos dias subseqüentes, na mesma coluna. Em um desses dias, o jornalista acusaria empresários ligados a Kubitschek de estarem negociando, com um truste norte-americano (não nomeado), a entrega da refinaria de petróleo de Cubatão. Entre os “negocistas”, citou (Augusto Frederico) Schmidt, (Horácio) Lafer, (Walther Moreira) Salles e Jordan (que não conseguimos identificar). Cf. “Agitação no balaio do golpe”. Seção “O momento político”. *OESP*, 18/11/1955.

“No dia 24 de agosto – depois de toda a nossa campanha contra o getulismo e contra o mar de lama – aqui estávamos todos, na redação e na direção do jornal, todos sem nomes e apenas com o nome e a responsabilidade do *Correio*. Ninguém se apavorou, ninguém fugiu. Enquanto isto, o pobre ‘herói’ do dia estava fugido e foragido, só Deus sabe onde, e dava ordens aos redatores e trabalhadores da *Tribuna da Imprensa* para que abandonassem a sede do jornal. A vários deles – nós os recebemos e acolhemos, com estima por eles, e com pena do seu pífio e atribulado diretor. Um verdadeiro jornalista Carlos Lacerda? Não. Apenas o porta-estandarte do Clube da Lanterna”<sup>75</sup>.

O *Correio* reafirmava, nos três editoriais, a defesa da legalidade e sua suposta representatividade em relação à opinião pública, em uma projeção bastante próxima àquelas vistas no capítulo anterior, nas quais se sustenta a idéia de que instituição/empresa e trabalhadores seriam indiscerníveis na defesa dos mesmos interesses e na afirmação de uma mesma missão para o jornalismo. Daí a comparação com a *Tribuna*, descaracterizada como jornal, já que estaria submetida ao controle de *um* e não aos supostos interesses do *todo*, garantidores dos critérios de credibilidade jornalística. Ancorado em duas idéias principais (a da possibilidade de que o “verdadeiro” jornalismo se fizesse pela representação da “vontade geral”, e a da relação entre verdade e isenção no jornalismo), esse jogo de sentidos, e apenas ele, permitia dizer que Lacerda não era um “verdadeiro jornalista”...

De um lado, estaria a tradição do jornal, o jornalismo representativo da “opinião” e das aspirações “atuais”; de outro, aquele a quem o *Correio* não nomeava jornalista ou político, mas “televisionário”, em uma referência às aparições freqüentes de Carlos Lacerda na TV, nesta que foi a segunda crise política, no país, na qual se recorreu ao meio recém-inaugurado<sup>76</sup>.

Entre as acusações feitas por Lacerda esteve a de que no *Correio* o noticiário e outros artigos, não assinados, além dos editoriais, teriam atendido naquele momento a influências externas ao jornal ou, como caracterizou então, à submissão de Paulo Bittencourt a Augusto Frederico Schmidt. Lacerda se baseava, assim, nos mesmos critérios de que lançou mão o *Correio* e que vimos terem predominado no jornalismo do período para avaliar a legitimidade das práticas jornalísticas. O jornalista udenista por excelência, o “lanterneiro” na expressão utilizada por *UH* e *CM*, mantinha, como nas normas de redação de seu jornal, o recurso ao ideário da

<sup>75</sup> “Um pobre rapaz”. *Correio da Manhã*, 13/10/1955, p.6.

<sup>76</sup> A primeira delas, na qual a televisão foi também bastante utilizada por Lacerda (nos dois casos, referimo-nos à *TV Tupi* e à *TV Rio*), teve seus capítulos iniciais com as acusações contra Wainer, que resultaram na CPI do *Última Hora*, em 1953, e teve seu desfecho com o suicídio de Vargas, em agosto de 1954. Como veremos no próximo capítulo, esses primeiros episódios de utilização política da televisão suscitaram, por parte do governo Kubitschek, a primeira tentativa de regulamentação e restrição à utilização política desse veículo.

isenção para medir o *quantum* de verdade envolvido nas campanhas e perspectivas assumidas por outros jornais (ou por aqueles aos quais se opôs, neste caso o *Correio*).

Para responder às acusações, o *Correio da Manhã* falaria de sua estrutura como instituição jornalística na qual, dizia, predominava uma direção apenas, e não a influência de um ou outro jornalista, cronista, político, empresário. Um *todo* homogêneo, em imagem que nos lança às projeções discutidas na Parte 1.

Nesses momentos de crise, em que são mais explicitados do que em outros o envolvimento dos grandes jornais nos conflitos de interesses, é comum também o recurso a uma *identidade na história*, que legitimaria as *posturas circunstanciais*, mais facilmente identificadas com os interesses em jogo e os grupos que se confrontam. É comum, ainda, como temos visto, o recurso repetido à projeção de um lugar que combinaria neutralidade e representatividade da “opinião pública”, que seria o lugar por excelência, nas sociedades modernas, de repouso das potencialidades da “vontade geral”. Considerado como estrangeiro a essas projeções, Lacerda não foi tratado pelo *Correio* como um opositor, mas como um equivocador que não merecia sequer o rótulo de jornalista, em um nível de agressividade que ultrapassou bastante o das trocas de farpas entre *OESP* e o jornal de Paulo Bittencourt. Do mesmo modo, porém, vimos a deslegitimação dos adversários ser feita nas páginas de *OESP*, para não falar do jornal de Lacerda, em sua retórica particularmente violenta.

Ainda nas palavras do *Correio* sobre Lacerda, pôde-se ler:

“Que ninguém se iluda com as figurações de ator e o vozerio radiofônico e aveludado do porta-estandarte dos lanterneiros. Ao contrário das aparências, tudo em Carlos Lacerda é pequeno, mesquinho, desprezível: os seus empréstimos em instituições oficiais, os seus negociozinhos à custa do título e do terreno de um jornal de milhares de acionistas, as suas mistificações de deputado e jornalista”.

Ou ainda: “Tudo em Lacerda é falso e postiço. Falso jornalista, falso deputado, falso catão, falso católico, falso comunista. E assim tinha que acabar no que acabou: falsário”<sup>77</sup>.

O que chamamos de “debate”, talvez por falta de melhor expressão, foi em 1955, como em 1954, nas páginas dos jornais citados, a prática simultânea de afirmação simultânea de uma posição supostamente representativa e desinteressada e de agressão, deslegitimação e tentativa de

---

<sup>77</sup> “Um pobre farsante”. *Correio da Manhã*, 14/10/1955, p.6. Cf. também “Um pobre diabo”, publicado na edição do dia 15.

silenciamento das vozes dos adversários, para não nos referirmos às dissonâncias que não tiveram direito a espaço ou a referências, mesmo que pejorativas, nos limites do debate, tal como foram definidos pelos próprios jornais.

O acompanhamento desses confrontos permite, entre outras coisas, desconstruir algumas das formulações que vimos serem repetidas na parte anterior desse estudo, nas quais a história da imprensa é narrada com ênfase para o progresso técnico, em meio a afirmações referentes à predominância da técnica e da ética sobre o interesse e o envolvimento pessoal, do profissionalismo sobre a política, ancoradas, por sua vez, no ideário da isenção (a “crítica neutra” e baseada nos interesses do *todo* se teria tornado possível, paulatinamente, com o desenvolvimento da técnica e a evolução e normatização da atividade jornalística).

### *Dos desenhos do “salvador” aos desenhos do “inimigo”*

Comunismo e peronismo foram outros dos termos que mobilizaram as acusações dos opositores de JK e Jango quanto à ilegitimidade e ilegalidade das eleições de 3 de outubro de 1955.

No primeiro caso, referente às acusações de influência comunista sobre os resultados do pleito, os principais argumentos não se descolaram dos discursos anticomunistas de então, destacando o fato de que um partido ilegal tivesse sido parcialmente responsável pelo sucesso da candidatura PSD-PTB, como indicamos já no item anterior. Um texto publicado no *Diário de Notícias* e reproduzido em *O Estado de S. Paulo* sintetizava esses argumentos: “O partido ilegal deu a vitória ao princípio da legalidade”<sup>78</sup>.

O outro termo, o peronismo em sua suposta representação tupiniquim por João Goulart, foi também bastante explorado.

A coluna de Rafael Corrêa de Oliveira, dias antes das eleições de outubro, defendia Carlos Lacerda no episódio da carta Brandi (que, mesmo depois de esclarecido, não impediu que Oliveira desse dele sua própria versão: a de que o documento teria sido plantado para prejudicar Lacerda e dividir as Forças Armadas). Interessa-nos o fato de que, para expor essa acusação, o jornalista utilizasse o próprio *Correio*, em texto de 1954 no qual acusava a existência de negócios

---

<sup>78</sup> “O mar de lama não voltará”. *OESP*, 13/10/1955, p.20.

ilícitos e de uma conspiração proveniente de ligações entre Jango e Perón. Ao jornal, e a Lott, foram dirigidas as seguintes perguntas, buscando, como efeito, demonstrar “incoerências” entre atitudes anteriores e aquelas tomadas em 1955, em defesa da propalada legalidade:

“Ah! Mas não é o Jango, é a legalidade!, gritam os monstros.  
Gritam, como se a legalidade pudesse ser o canto funéreo da própria Nação.  
E o manifesto de agosto, senhor general Lott? Era ele mentiroso? Também foi uma fraude a sua assinatura nesse manifesto? Não lhe ocorreu, ao firmá-lo, que a legalidade, naquela ocasião, era Getúlio, mais Jango e seus falsários?”<sup>79</sup>.

Pouco depois, um outro texto publicado em *OESP* trataria exclusivamente desse tema, articulando alguns termos de modo bastante interessante para nossa discussão. Em primeiro lugar, o texto não reconhecia a existência de transformações ou de rupturas entre a ditadura que se estabeleceu entre 1937 e 1945 e o processo político posterior, no qual houve eleições para as diversas instâncias de governo, incluindo o executivo federal. A afirmação da continuidade ganhou, então, o seguinte rótulo: “ditadura da irresponsabilidade”. Uma outra linha de continuidade, também relevante, foi feita entre 1945, 1950, 1954 e 1955. Em todos esses casos, teria havido (e no último estaria ainda em curso) uma visão errônea do que deveria ser considerado e respeitado como “legal” em termos políticos. Perón e Vargas teriam tido “sua legalidade” ilegitimamente imposta – e respeitada. Daí o afastamento violento de Perón do poder na Argentina, daí a suposta necessidade, defendida pelo jornal, de que JK e Jango não tomassem posse, situações em relação às quais os textos publicados no jornal paulista estabeleceram também uma continuidade. “Erramos em 1945, erramos em 1954. A ‘legalidade’ teve todas as oportunidades. É preciso que se dê uma ao Brasil”, dizia o texto publicado em *OESP* no dia 16 de outubro.

Com o 11 de novembro, no entanto, inverter-se-iam os termos.

Em *OESP*, inúmeros textos denunciariam que os golpistas teriam mostrado sua face, de que o principal representante teria sido o general Henrique Teixeira Lott.

O *Correio da Manhã*, por sua vez, passaria a elogiar, em notícias que acompanharam passo a passo aquele que foi, desde o primeiro dia, intitulado de contra-golpe pelo jornal carioca (designação essa que nos ficou, na memória e nos textos de história escritos de lá para cá);

---

<sup>79</sup> Oliveira, Rafael Corrêa. “E o manifesto de agosto, sr. general Lott?”. Seção “O momento político”. *OESP*, 01/10/1955.

passaria, ainda, a renovar, em um conjunto de artigos e editoriais, seus esforços de atribuir sentidos e definições à democracia vigente. Foi este o caso do trecho abaixo, parte de um dos editoriais aos quais nos referimos:

“As restrições, os impedimentos, os tanques não são a democracia. Mas em determinadas situações podem fazer parte dela, mais do que a anarquia dos gritos, a ação dissolvente e a artilharia dos parágrafos.

Aos que definem ironicamente a democracia como restrição às liberdades, respondemos: vossa democracia foi quando a opinião pública estava aterrorizada por fabricantes de documentos falsos [referência à Carta Brandi]”<sup>80</sup>.

A essa e outras formulações que defenderam a ação liderada por Lott para garantir a posse dos eleitos, *OESP* retornaria formulações como esta:

“Nada mais resta daquilo que foi um dia o regime constitucional. E para usarmos uma frase de Clemenceau, em seu lugar passou a dominar-nos a ‘alma antijurídica do soldado’ (...) dos que votaram pela suspensão dos direitos individuais, outra coisa não se poderia esperar. Na sua totalidade, vêm do ‘estado novo’, formaram seu espírito no contacto do caudilho de São Borja, o que os faz supor estarmos pura e simplesmente assistindo à volta àquilo que no curto espaço de dez anos levou esse mesmo Exército, por duas vezes, a varrê-lo do poder”<sup>81</sup>.

Os sentidos atribuídos à legalidade se modificavam, assim, sem deixarem de ser centrais às páginas dos jornais até pouco depois da posse de Kubitschek e Goulart. Aumentando um pouco o foco de visão, esta seria uma problemática recorrente até a deflagração do golpe de 64. As seguintes afirmações de Carlos Lacerda, com todo o cinismo que nela podemos ler, foram parte relevante do aparato discursivo das crises do período: “Não é fácil, a um democrata convicto, admitir a necessidade de impor a democracia. Mas só um democrata convicto compreende essa necessidade. Não menos difícil é admitir que o império da lei se funda na sua imposição pela força”<sup>82</sup>.

Não menos difícil parece ser, do ponto de vista histórico, no caso de muitos estudos, admitir que essas interpretações e práticas autoritárias tenham marcado, tão fortemente, o período chamado democrático, reduzindo as possibilidades de demarcação de fronteiras entre os “anos dourados” e os “anos de chumbo”.

<sup>80</sup> “Definições”. *Correio da Manhã*, 24/11/1955, p.6.

<sup>81</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25/11/1955. Editorial: “Tudo acabado”, p. 3.

<sup>82</sup> Lacerda, Carlos. “Prefácio”, 1957. Obra não identificada. [ACL]

O *Estado* seguiu, até o final de janeiro de 1956, na afirmação de que os eleitos não deveriam tomar posse, atribuindo a si mesmo, desta vez, o papel de defensor da legalidade. Fora da legalidade, dizia, estavam, em um mesmo conjunto, a posse de um candidato cuja eleição não se fez pela maioria dos votos, para cujo sucesso teriam se somado os votos comunistas e que, acima de tudo, significaria a manutenção da mentalidade do arbítrio do Estado Novo. No *Correio*, as defesas dos procedimentos constitucionais feitas pelos udenistas e, na imprensa, por jornais como *O Globo* e *OESP*, diante da deposição do presidente interino, Carlos Luz, passariam a ser caracterizadas como “falsa legalidade”, como golpismo investido de jurisdicção.

Nos dois casos, os jornais recorreram, como vimos antes do 11 de novembro, aos grupos militares divididos (de um lado, aqueles vinculados ao Brigadeiro Eduardo Gomes e a Amorim do Valle, e de outro, aqueles então liderados por Lott) para que estabelecessem a sua “legalidade”. Da atribuição de sentidos nos jornais passaríamos à demanda de que a interpretação final, isto é, aquela que definiria os rumos da crise por meio da ação política, partisse dos grupos militares. A própria expressão “ação política” é válida aqui se, e somente se, puder ser pensada como incluindo o recurso ao arbítrio e à violência para a ocupação ou manutenção do poder, o que nos parece plausível, senão do ponto de vista de algumas linhas da filosofia política (pensamos em Hanna Arendt), do ponto de vista da observação da história política do Brasil no período, chamado democrático, aqui focado. O recurso ao arbítrio e à violência foram, como temos afirmado, constitutivos da política do período, aí incluídos os grandes jornais.

Maria Vitória Benevides sustentou, como uma das hipóteses de seu estudo sobre o governo de Kubitschek, que os militares, e especialmente o Exército, tiveram um papel crucial na manutenção da relativa estabilidade em que decorreu o governo, entre 1956 e 1960, assumindo uma parcela importante do poder e compensando, assim, a fragilidade e ineficiência institucional da aliança entre PSD e PTB. A autora apontaria também para algumas questões referentes à intervenção cada vez maior dos militares na política no período, coroada pelo encaminhamento do golpe de 64, ao qual seguiram-se vinte anos de uma ditadura na qual os principais cargos e instâncias de governo foram ocupados ou tiveram sua ocupação determinada por militares. O ano de 1955 teria sido, nesse sentido, um marco na “tomada de consciência” dos militares sobre a necessidade de evitarem divisões que enfraqueceriam sua capacidade de ocupar postos governamentais e influenciar as direções da política nacional de desenvolvimento – formulação que consideramos bastante infeliz, já que poderia induzir a uma relação entre estabilidade e

inserção política dos militares que não faz parte, como um todo, das perspectivas assumidas pela autora.

Essa análise feita por Benevides nos interessa, no entanto, pela indicação de que os militares foram sendo, cada vez mais, chamados ao papel de “intérpretes da lei”. A referência aos artigos da Constituição de 1946 que determinavam a obediência das Forças Armadas ao presidente da República “dentro dos limites da lei” é importante, na argumentação da autora, no sentido de que esses limites é que se teriam tornado, cada vez mais, dependentes da interpretação a eles dada pelos militares. Nas palavras da autora:

“Após Juscelino Kubitschek, o próprio conceito de legalidade muda – mudam a conjuntura mundial e do hemisfério com os rumos da Revolução Cubana, por exemplo – e a antiga legalidade não podia mais ‘passar por cima’ das questões de segurança contra a ‘subversão’”<sup>83</sup>.

Pudemos ver, nos textos publicados durante a crise de 1955, a mobilidade dos sentidos atribuídos à legalidade. Os argumentos vinculados às visões e intenções ligadas à UDN, que vimos neste capítulo por meio de *OESP*, relacionavam, desde então, a questão da legalidade à da subversão. Ou melhor, admitiam o transcurso das eleições, por exemplo, dentro das normas pré-estabelecidas desde que, e somente em caso de que, os resultados que daí surgissem fossem compatíveis com a ordem social e política desejada. Nesse caso específico, a vinculação com o poder exercido por Vargas e por aqueles a ele ligados foi tomada como motivo suficiente para que se alegasse a falsidade do regime e de seus pressupostos legais.

Vale a pena, no entanto, prosseguir com essa relação entre legalidade e ordem, ou entre os limites da legalidade e a alegação da ameaça de subversão (da “ordem” ou das “tradições”, como preferiu sempre *O Estado de S. Paulo*).

Entre os argumentos favoráveis à posse de Kubitschek e Goulart, e, depois, ao 11 de novembro, encontramos pressuposições e alegações comuns àquelas presentes apenas em *OESP* antes do 11 de novembro, favoráveis ao impedimento dos eleitos. A quebra da legalidade, com o chamado contra-golpe de Lott, foi justificada por seus defensores como necessária devido à

---

<sup>83</sup> Maria Vitória Benevides (1979), p.192.

iminência do golpe e ao desrespeito às hierarquias militares, sinalizador de uma possível subversão da ordem por parte de civis e militares vinculados à UDN<sup>84</sup>.

Recorreu-se ao expediente da intervenção militar. Este é um limite factual para o que ocorreu em novembro de 1955. Os sentidos atribuídos a esse expediente é que foram, por sua vez, variados e acordes com os posicionamentos circunstanciais em jogo. Recorreu-se, ainda, à interpretação dos militares e à coação por meio da iminência do uso da força para a atribuição de sentidos à crise. Este também é um limite e, além disso, um terreno comum às perspectivas diferentes que acompanhamos por meio de *OESP* e *CM*.

No campo ideológico no qual se delinearam os argumentos dos dois jornais durante as crises de 1954 e 1955, repetimos, não houve contradições entre o recurso a perspectivas de reconhecido matiz liberal e o recurso à intervenção militar e à quebra dos procedimentos legais estabelecidos pela Constituição de 1946. Foram, como dissemos, mesclas de um mesmo tecido.

\*

Nesse ponto de articulação de práticas e discursos, foi freqüente uma outra temática, aquela referente à liberdade de imprensa. Nas discussões sobre os limites dessa liberdade, reencontramos movimentos de definição e atribuição de sentidos para as práticas jornalísticas e para a democracia.

Ainda em 1955, a temática da liberdade de imprensa apareceria junto às demais, de que já tratamos. Desta vez, o tecido factual se fez de dois acontecimentos: a devolução do jornal argentino *La Prensa* a seus proprietários, após a queda de Perón na Argentina, e o estado de sítio instaurado ainda em novembro de 1955, que determinou uma censura à imprensa que duraria até pouco depois da posse dos candidatos eleitos.

---

<sup>84</sup> A alegação referente à quebra de hierarquias militares faz referência a um conjunto de episódios, em especial. No dia 31/10/1955, o coronel Jurandir Bizarria Mamede discursou durante o enterro do general e então presidente do Clube Militar Canrobert Pereira da Costa, manifestando-se contra a posse dos eleitos nas eleições de 3 de outubro. Um dos deflagradores da campanha contra Vargas em 53/54, Mamede fazia parte da Cruzada Democrática nas Forças Armadas, agrupamento político que desempenharia um papel de grande relevância na organização e deflagração do golpe de 1964. Mamede, que assinou o Manifesto dos Coronéis em agosto de 54 e tomou parte na elaboração do manifesto militar contra a candidatura de Juscelino, em dezembro do mesmo ano, retomava palavras de Canrobert para afirmar que o Brasil vivia então uma “mentira democrática”, uma pseudolegalidade imoral e corrompida”. O pronunciamento de Mamede foi entendido pelo então ministro da Guerra, gal. Henrique Teixeira Lott, como afronta às prescrições disciplinares das Forças Armadas. Esse foi um dos nós da crise que levou Lott, logo depois demitido do Ministério da Guerra pelo presidente interino Carlos Luz, à liderança do movimento de 11 de novembro.

No próximo capítulo, indicaremos algumas questões a respeito da cobertura e dos comentários referentes a esses dois episódios e trataremos, com maior ênfase, do debate motivado pela apresentação de um projeto de lei de imprensa pelo governo Kubitschek, no segundo semestre de 1956. *OESP* e *CM* não apenas acompanharam essas discussões, mas demarcaram posições e procuraram intervir e barrar a aprovação do projeto.

Continuaremos, por meio dessas circunstâncias, nossa análise do modo como os dois jornais, *O Estado de S. Paulo* e *Correio*, atribuíram limites e sentidos à política e à democracia durante os anos 1950 e, mais especificamente, durante a crise de 1955 e o início do governo Kubitschek, que nos dão uma oportunidade especial de relacionar, nas análises e de uma perspectiva histórica, termos tão relevantes para este trabalho: jornalismo e política, imprensa e democracia.

Passemos ao Capítulo 3, que encerra este estudo.

## **Capítulo 3**

**Liberdade, imprensa e democracia: algumas questões**

Neste capítulo, como anunciamos antes, trataremos do modo como a temática da liberdade de imprensa se inseriu nos debates referentes à crise de 1955 e como, mais tarde, em 1956, teve espaço privilegiado nos jornais devido ao projeto de lei de imprensa proposto pelo governo de Juscelino Kubitschek. Centraremos nossas análises no modo como esse debate se deu nas páginas de *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, tal como fizemos no capítulo anterior.

Não entraremos, nesse momento, em discussões específicas sobre as leis de imprensa existentes durante a história brasileira. Os princípios jurídicos mobilizados, assim como as discussões acerca da constitucionalidade ou não dos termos contidos no projeto de lei elaborado pelo governo federal, serão expostos e discutidos apenas na medida em que possam ser relevantes para a discussão aqui desenvolvida, sobre as projeções acerca da relação entre jornalismo e política democrática durante o período enfocado.

Quais os sentidos assumidos pela defesa da *liberdade* durante esses debates? De que modo a questão da liberdade de imprensa, tal como foi trabalhada no período, permite pensar nas articulações entre imprensa e política tal como foram projetadas pelos jornais e jornalistas aqui destacados? Quais os “lugares” atribuídos a termos tais como “elites”, “massas”, “progresso”, “ordem” e “desenvolvimento”? Quais as referências e discursos “competentes” chamados ao debate para legitimar os posicionamentos expostos? São estas as questões com as quais procuramos lidar neste capítulo.

\*

Em 1955, as definições e os sentidos atribuídos à temática da liberdade de imprensa foram mobilizados a partir de dois acontecimentos, que estiveram vinculados, especialmente nas páginas de *OESP*. Um deles, mais pontual, diz respeito à devolução do jornal argentino *La Prensa* a seu proprietário, Alberto Gainza Paz. O jornal, que havia sido desapropriado pelo governo peronista em 1952, retornou a seus proprietários em 30 de novembro de 1955, após a consumação do golpe que afastou Perón e ainda durante o governo provisório de Pedro Eugenio Aramburu. O segundo desses ganchos diz respeito, por sua vez, ao exercício da censura à imprensa, rádio e televisão após o 11 de novembro

de 1955 e, com maior ênfase, depois de 26 de novembro, quando foi votado e promulgado o estado de sítio no país.

A devolução de *La Prensa* se deu, portanto, já durante o estado de sítio no Brasil, que estabeleceu a censura, vetando a publicação de alguns assuntos (destacando-se aí qualquer comentário ou crítica sobre as Forças Armadas) e, especialmente, a publicação de qualquer texto que questionasse a legalidade do regime que se instaurou após o impedimento de Carlos Luz, presidido pelo senador Nereu Ramos, que ocupava então a vice-presidência do Senado. O assunto *La Prensa* ocupou a primeira página dos jornais, possibilitando que se desse publicidade à temática da liberdade de imprensa e permitindo referências, ora implícitas ora explícitas, à censura sofrida pelos jornais brasileiros.

O assunto foi manchete de *OESP* durante alguns dias. A notícia que anunciava a devolução, publicada na capa do dia 1º de dezembro, foi acompanhada de uma foto que mostrava Júlio de Mesquita Filho e Gainza Paz, juntos, em um congresso da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) ocorrido no Brasil em julho de 1954. Alguns dos personagens principais dessa nossa trama, aliás, ocuparam cargos na diretoria da SIP, em diferentes momentos. Foi o caso de Carlos Lacerda, Júlio de Mesquita Filho e também Paulo Bittencourt<sup>1</sup>. Na notícia do dia 1º, como ocorreria em outras, o jornal paulista daria espaço a afirmações que estiveram presentes também nos demais jornais, aí incluído o *Correio da Manhã*, e que fizeram parte dos manifestos e declarações da SIP, da ABI e de outros órgãos associativos da imprensa na época. “A liberdade de imprensa é condição essencial para um modo de vida democrático, real e efetivo”, dizia o subtítulo, pouco abaixo da chamada: “Vitória da liberdade de imprensa e da democracia”. Fez parte do texto da notícia, ainda, uma outra afirmação que seria bastante mobilizada durante esses debates, a de que a liberdade de imprensa seria “a primeira das liberdades”, “um dos direitos humanos básicos”.

O que mais nos interessa no noticiário de *OESP* sobre o caso *La Prensa*, entretanto, são as aproximações que foram feitas entre as restrições e violências sofridas pelo diário portenho e aquelas sofridas pelo jornal paulista durante o Estado Novo, tão recorrentes na

---

<sup>1</sup> A pesquisa que realizamos no Arquivo Carlos Lacerda permitiu a leitura e organização de um conjunto bastante extenso de documentos referentes à SIP no período, especialmente aqueles que dizem respeito a seus posicionamentos acerca dos debates e crises políticas no Brasil e/ou da participação de jornalistas brasileiros em suas reuniões e decisões. Infelizmente, não foi possível explorar esse material neste trabalho, o que esperamos fazer em breve.

fixação de sentidos para sua história, como vimos antes. Foram comparados o “caudilhismo” de Perón e o “caudilhismo” de Vargas; a “coragem” de Gainza Paz e a da família Mesquita; 1955 na Argentina, sob o comando do general Aramburu, e 1945 no Brasil, em que a liderança militar citada foi o Brigadeiro Eduardo Gomes. Em outros momentos, as referências e críticas à situação brasileira apareciam de maneira menos explícita, como no telegrama de Júlio de Mesquita Filho a Gainza Paz, publicado na capa da edição do dia 2 de dezembro:

“Ao querido amigo, o meu fraternal aperto de mão na hora em que o Exército argentino, entregando a V. o que os seus maiores construíram para a glória da cultura argentina, demonstra preferir o respeito e a gratidão dos povos cultos a usar seus tanques e metralhadoras para derrubar presidentes, destruir instituições e esmagar a consciência nacional sob o peso do estado de sítio”<sup>2</sup>.

Os textos noticiosos, assim como alguns artigos assinados, trouxeram, ainda, vinculações entre Gainza Paz e Carlos Lacerda, que, já auto-exilado em Nova York, esteve presente no aeroporto para despedir-se do proprietário de *La Prensa*. “Tempos atrás, quando Gainza Paz sofria perseguição, o jornalista Carlos Lacerda recebia, creio que nos Estados Unidos, um prêmio de jornalismo. Hoje cruzam-se as órbitas em sentido contrário”, dizia Gustavo Corção nas páginas de *OESP*, falando da “triste coincidência” entre a devolução de *La Prensa* a Gainza Paz e o estabelecimento das normas de censura por Nereu Ramos no Brasil, em reunião na qual estiveram presentes proprietários, diretores e/ou chefes de redação de jornais, rádios e TVs cariocas.

A censura, no entanto, foi citada nos jornais desde o 11 de novembro e, especialmente, após o impedimento de Café Filho, votado no dia 21 do mesmo mês. A reunião convocada por Nereu no dia 28 procurou determinar as normas e o sentido atribuído à “colaboração” que os jornais deveriam fornecer ao governo naquele momento. Foi o primeiro episódio dessa normatização: a censura deveria, então, ser determinada pelos próprios jornais, sob a responsabilidade de seus diretores. Pouco depois, a partir do dia 8 de dezembro, sendo considerada ineficiente pelo governo, essa fórmula seria substituída pela censura prévia, com a exigência de que cada página, após ser “fechada” pela redação, fosse

---

<sup>2</sup> “O diretor do ‘Estado’ ao diretor da ‘Prensa’ – O ato do Exército argentino honra e enobrece os foros de civilização da América Latina”. *OESP*, 02/12/1955, capa.

encaminhada ao gabinete do executor do estado de sítio, coronel Orlando Geisel, no Ministério da Guerra, para aprovação. A desobediência a esta última regra levou à apreensão de uma edição do *Correio da Manhã*, jornal que, como vimos, apoiou o 11 de novembro, assim como apoiara a candidatura e apoiaria a posse de Juscelino Kubitschek, tecendo elogios, sempre que possível, ao general Henrique Teixeira Lott. A partir do dia 29 de dezembro, foi determinado um novo critério, o da presença de um censor em cada redação, não sendo mais exigido o encaminhamento da prova de cada página ao Ministério da Guerra<sup>3</sup>.

Ainda em novembro, Corção anunciara que a censura se dava de maneira desigual. Exemplificava com a rigidez com a qual foram tratados o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Brasil*, que teve uma edição apreendida por ter deixado várias colunas de seu noticiário político em branco. Com a apreensão da edição de 29 de novembro do *Correio*, os atritos anteriores entre jornais se dissolveram nas demonstrações de solidariedade feitas, entre outros, pelo próprio Corção e pelo jornalista e deputado udenista Rafael Corrêa de Oliveira, cujas acusações violentas contra o CM, durante os meses de outubro e novembro, acompanhamos no capítulo anterior.

### ***“A censura dos jornais é contra a lei e a democracia”***

Foi este o título de um manifesto divulgado pela Associação Brasileira de Imprensa ainda no dia 22 de novembro e publicado, no dia seguinte, em diversos jornais, entre eles *Correio* e *OESP*. Continha dois argumentos principais: o de que o país e os jornais apoiavam – e deveriam apoiar – o governo então presidido por Nereu Ramos e o de que a

---

<sup>3</sup> Para além das mudanças na sistemática da censura, mantiveram-se as seguintes normas, divulgadas pelo governo no dia 28 de novembro: “NORMAS A OBEDECER: a) censura adequada sobretudo ao sentido jornalístico; b) permitir, de modo geral, a crítica aos atos políticos e administrativos do governo, desde que não envolva o propósito de subverter a ordem ou afetar as instituições; c) permitir o livre comentário sobre a política partidária, desde que não envolva os assuntos vetados; d) não permitir a crítica à legitimidade do atual governo ou à constitucionalidade das decisões do Congresso; e) não divulgar notícias referentes às Forças Armadas e a prisões ou atos decorrentes do estado de sítio, salvo se fornecidas ou autorizadas pelos gabinetes militares, pela Agência Nacional ou pelo executor do estado de sítio; f) não divulgar quaisquer notícias ou comentários que importem em estabelecer desarmonia entre as classes armadas ou entre estas e os poderes da República ou a opinião pública”. A notícia a esse respeito foi manchete do *Correio da Manhã* do dia 29 de novembro de 1955, e as normas que transcrevemos foram publicadas na capa da mesma edição.

censura era inconstitucional porque não se proclamara ainda o estado de sítio. A ABI, como em outras ocasiões, se manifestou em defesa da liberdade de imprensa, sem colocar-se em posição de confronto ou de discordância, de modo geral, em relação às posições oficiais. Esse procedimento havia sido tomado antes, durante os dois governos de Vargas<sup>4</sup>, como ocorrera também durante o governo de Café Filho. Em tom irônico, Corção afirmaria nesses dias que ficava clara a razão pela qual “tudo passa, menos o sr. Herbert Moses”, em uma referência ao presidente da ABI, que em 1961 completaria 30 anos na presidência da Associação: “passam os regimes, as dinastias, as civilizações, mas o sr. Herbert Moses não passa”<sup>5</sup>.

O n° 44 do *Boletim da ABI*, de dezembro, viria, bem no sentido do que Corção dizia em seu artigo, repleto de críticas à censura e de manifestações de apoio ao governo de Nereu Ramos – sem citar Carlos Luz, sem citar Café, sem citar o auto-exílio de Lacerda (apenas, neste último caso, fazendo constar uma pequena moção de solidariedade aos jornalistas da *Tribuna da Imprensa*, que estariam sofrendo restrições desde o 11 de novembro). Corção, no texto de que falávamos há pouco, dizia: “Leio também nos jornais que o sr. Herbert Moses agradeceu alguma coisa ao sr. Nereu Ramos. O que? Não sei. Suponho que tenha agradecido o pouco aperto dos nós da mordaca”. A esse comentário, adicionaria, referindo-se às primeiras orientações, que exigiam dos jornais a autocensura: “Como jornalista, prefiro que me cortem, que me recusem o artigo todo ou que me deixem a coluna habitual gloriosamente em branco”<sup>6</sup>.

Foi o *Correio*, com maior freqüência do que o *Estado*, que, mesmo na posição de apoiar o governo e o chamado contra-golpe de Lott, fez as críticas mais diretas à censura, antes ou durante o estado de sítio. A relação entre democracia e liberdade de imprensa foi, então, tão repetida no matutino carioca quanto as ameaças de que o apoio ao governo e à situação vigente deixasse de existir, caso se mantivesse a censura ao jornal.

<sup>4</sup> Ao contrário, Vargas foi, ainda durante o Estado Novo, considerado o patrono da Associação Brasileira de Imprensa. O “amigo dos jornalistas”, como se lê em vários documentos da Associação e nos discursos de Herbert Moses, concedeu parte da verba necessária à construção do prédio onde funciona a sede da ABI até hoje, no centro do Rio, na Rua Araújo Porto Alegre, bastante próximo ao Museu de Belas Artes e à Biblioteca Nacional.

<sup>5</sup> Corção, Gustavo. “Altos e Baixos”. *OESP*, 02/12/1955, p.7.

<sup>6</sup> *Idem*. Em momentos de censura à imprensa, são freqüentes as manifestações que caracterizam a determinação da autocensura como uma espécie de “humilhação”, uma negação da própria atividade jornalística (que, se não é livre, nos jornais da grande imprensa, atende, no entanto, às restrições e direcionamentos adotados pelas empresas ou que são impostos, de forma mais ou menos explícita, como tal).

Já no dia 22 de novembro, quando o *CM* anunciava em manchete a votação do impedimento de Café Filho da presidência da República (o jornal, durante toda a crise, substituiu as manchetes internacionais pelo noticiário político nacional), um editorial destacava:

“É tão intrinsecamente repugnante a presença da censura, que pode levar um jornal a mudar radicalmente sua opinião sobre a situação no país”<sup>7</sup>.

Nesse momento, o argumento lançava mão da ilegalidade da censura, mas alertava para o fato de que, mesmo sob estado de sítio, esse recurso não deveria ser utilizado. Adicionava, assim:

“O eterno problema da democracia, quando se vê forçada a defender sua existência contra um golpe totalitário – como esse que armavam neste país os que foram vencidos na madrugada do 11 de novembro – é não instituir um totalitarismo para evitar outro. Mas há uma bússola, há uma indicação de que a cura pode ultrapassar a virulência da moléstia: é o atentado à imprensa, o primeiro da longa série de atentados às liberdades do povo. O papel da imprensa é protestar contra a censura, é denunciar a censura”<sup>8</sup>.

Chama-nos a atenção que, nas cartas dirigidas a Nereu Ramos pela ABI, assim como nos “avisos” que estiveram nas páginas do *Correio*, o tom recorrente seja este, o da ameaça. A lógica presente no texto da ABI se repetiria naqueles publicados no jornal de Paulo Bittencourt: a grave crise – resultante do “desentendimento entre as elites brasileiras”, dizia o texto da ABI – exigia a colaboração da imprensa. Esta colaboração, no entanto, seria mais efetiva caso não houvesse censura aos jornais. O debate livre levaria, sempre, ao esclarecimento das dúvidas e à verdade, “mas as notícias falsas, as dúvidas e as incertezas nascidas da ausência da liberdade de informar e debater, como as nuvens pesadas, mesmo não gerando a tempestade, são dela prenúncio certo”, dizia um outro texto endereçado pela ABI a Nereu Ramos no dia 25 de novembro, em formulações que ecoam as palavras do inglês John Milton em seu folheto do século XVII, em defesa da liberdade de imprensa<sup>9</sup>. Ecoam, ainda, as de Stuart Mill, que se destaca entre os autores liberais que,

<sup>7</sup> “A censura”. *Correio da Manhã*, 22/11/1955, p.6.

<sup>8</sup> *Idem*.

<sup>9</sup> Escrevendo contra a Ordenação que determinava que qualquer documento, panfleto ou livro não poderia ser impresso sem ter sido previamente aprovado por aqueles disso incumbidos pelo Parlamento inglês, Milton remetia aos processos inquisitoriais da Igreja Católica de Roma para determinar a origem da censura e, como

durante o século XIX, refletiram sobre a liberdade individual e seus limites. Para Stuart Mill, como para Milton, só a manifestação das opiniões diversas poderia levar ao aperfeiçoamento da razão, à proximidade em relação à verdade. As sanções deveriam ser previstas, porém posteriores, e os abusos caracterizados pelo filósofo no século XIX são justificados na medida em que se chega a uma outra questão que permeia sua reflexão: a das relações entre indivíduo, propriedade e liberdade.

No momento em que pesquisamos, a censura “prévia”, isto é, o controle sobre a confecção do noticiário e sobre os temas que poderiam ser publicados, uniu em uma mesma visão jornais e jornalistas, políticos e intelectuais que discordavam em relação à situação política corrente.

*O Estado de S. Paulo* direcionaria suas críticas, ainda que veladas, diante da censura, ao governo e ao estabelecimento do estado de sítio, ambos considerados ilegítimos. O *Correio*, em posição oposta, aceitaria a legitimidade dos procedimentos adotados, excluindo deles apenas a censura aos meios de comunicação, considerada desnecessária e contraditória em relação ao que seria, segundo aquele jornal, o espírito principal do estado de sítio: a construção de uma atmosfera que permitisse aos eleitos governar, a pacificação, a constituição do consenso... A imprensa, dizia o jornal de Paulo Bittencourt, estava disposta a colaborar, dando demonstrações de maturidade; os jornais oposicionistas, entre eles *OESP*, *O Globo* e *Diário de Notícias*, teriam mantido “uma linha

---

tal, das licenças então exigidas, deslegitimando-as – “todas as opiniões, todos os erros são – uma vez conhecidos, lidos e comparados – de grande serviço e ajuda na obtenção da verdade” (1999, p.89). O progresso dos espíritos e das sociedades não viria com a coação, mas com a *persuasão*. A primeira deveria ser utilizada apenas quando a última não fosse possível. Nesse ponto é que Milton passava a abordar os limites da liberdade defendida, imprimindo a seus argumentos um tipo de razão que nos parece familiar àquela tantas vezes mobilizada pelas fontes jornalísticas deste estudo, ao abordar um outro conceito que nos é caro, o de democracia. Nas palavras do escritor e político inglês: “Se a unanimidade for para nós impossível, será sem dúvida mais saudável, mais prudente e mais cristão que muitos sejam tolerados em vez de serem todos coagidos. Não falo de tolerar o papismo e a superstição manifesta, que tendem a extirpar todas as religiões e supremacias civis, de modo que têm de ser, por sua vez, extirpados, desde que se haja primeiro recorrido a todos os meios caridosos e compassivos na tentativa de conquistar e recuperar os fracos e os transviados. Quanto ao que é impio ou absolutamente perverso, seja contra a fé ou contra os costumes, não pode ser permitido por lei, a menos que a lei deseje proibir-se” (*op.cit.*, p.177). Ainda que o contexto político dessas afirmações seja tão diferente daquele com o qual trabalhamos aqui, especialmente porque os argumentos de Milton tiveram um sentido progressista por trabalharem, junto com outros, em direção a uma maior distinção entre poder religioso e poder civil na Inglaterra do século XVII, a defesa da liberdade vinculada às *restrições necessárias* para que *a lei não se proíba*, isto é, a determinação de limites para a liberdade que não comprometam a ordem jurídica, se situa como um dos pontos centrais às leis de regulação da liberdade de opinião e de imprensa.

de responsabilidade e até sobriedade”, dizia agora o *Correio*, depois das críticas voltadas para essa imprensa, feitas antes que o governo instituído recorresse à censura.

Com a manutenção e enrijecimento da censura durante o mês de dezembro, o *Correio* acentuaria o tom de ameaça e assumiria atitudes de enfrentamento, como na edição de 27 de dezembro, que trouxe na capa um texto de protesto à censura, com uma nota que explicava ao leitor que o jornal não o havia submetido aos procedimentos exigidos (na época, a apresentação da prova da página para aprovação pelo gabinete do executor do estado de sítio). O texto, intitulado “O governo e sua sombra”, fazia, em linhas gerais, uma advertência ao governo pelas atitudes tomadas durante o estado de sítio. Segundo o texto, o governo agia em prejuízo de sua própria aceitação pela opinião pública, ao impedir a divulgação de noticiário (inclusive positivo) a seu respeito. Não havia dúvidas, dizia o texto editorial do *Correio*, o governo havia sido instituído para prevenir o golpe, manter a legalidade. Suas atitudes, porém, eram indignas dessa diretriz:

“Se o general Lott e seus comandados puseram-se, por minutos, fora da legalidade foi para que o país não fosse lançado fora dos quadros da lei por longos e longos anos. (...) Investido de poderes excepcionais, o governo impôs ao país o estado de sítio e, à imprensa, uma censura arbitrária, discriminatória e desnecessária, porque vetando a crítica aos atos do governo nos jornais, também impunha a esses mesmos jornais o dever de não aplaudir um governo cuja conduta eles não podiam apreciar. O caminho certo teria sido o da liberdade quanto a todos os assuntos políticos, do diálogo democrático, com as vozes da legalidade neutralizando as vozes adversárias dos golpistas. Seria esta atitude liberal a melhor prova que o governo estaria dando ao país de sua legitimidade, da segurança de sua existência, da invulnerabilidade moral de sua presença, ditada pelas necessidades da sobrevivência do regime”<sup>10</sup>.

Comentando as censuras sofridas pelo próprio jornal, que incluíram a publicação de documentos referentes a atos do governo, como aquele que instituiu o estado de sítio, ou de discursos de parlamentares da maioria, o jornal se dizia surpreso diante da proibição de anunciar e comentar aquilo que anunciava o próprio governo, surpreso diante do que definiu como a “euforia de comentários vedados aos verdadeiros comentaristas – os jornais”.

Parece-nos que, diante da censura, a reação, ainda que dos veículos que se situavam, poderíamos dizer, do mesmo lado do censor, foi uma reação *institucional*. É como imprensa

---

<sup>10</sup> “O governo e sua sombra”. *Correio da Manhã*, 27/12/1955, capa.

“livre” no sentido liberal – isto é, como “empresa livre” – que os jornais têm, em conjunto, poder de ameaça e de intervenção, na medida em que tenham autonomia para determinar o que cabe e o que não cabe no “cotidiano” tornado público, assim como o que cabe e o que não cabe nos debates que simulam conter “todas as posições” em conflito. Na medida em que essa autonomia é ameaçada, ficam ameaçadas, se não a liberdade em sentido genérico, pouco definida, a capacidade e a autonomia dos jornais para intervir nos debates e crises políticas, por meio da publicidade dos “fatos” e, ainda mais, dos sentidos a eles atribuídos. A censura provocou, assim, uma reação em coro dos jornais que, antes, trocavam “farpas” na luta pela atribuição de sentidos ao 11 de novembro e aos demais aspectos da crise: reação de instituição que sente ameaçados seus poderes e sua relativa autonomia em relação ao Estado – autonomia relativa, repetimos, mas que permitiu, em diversos momentos da história do Brasil contemporâneo, que a imprensa se descolasse em certa medida do governo em curso, como participante ativa dos conflitos. Os exemplos, citando apenas aqueles bastante próximos, cronologicamente, à matéria deste trabalho, podem ser 1954, 1955, 1964...

Em 1956, alguns outros aspectos do debate sobre a liberdade de imprensa, ou do debate mais amplo que aqui fazemos sobre as relações entre imprensa e política durante os anos 1950, seriam explicitados, permitindo dar continuidade a esta nossa discussão.

No capítulo anterior, indicamos que algumas percepções comuns sobre democracia e política parecem ter estado presentes nos dois jornais analisados, apesar de seus posicionamentos diferentes diante da candidatura e eleição de JK e da “legalidade”. Em 1956, cerca de seis meses após as eleições, as circunstâncias são outras, acentuando-se as percepções comuns. Destacam-se, como ocorrera em 1964, as semelhanças no modo de conceber a democracia e enunciar o papel da imprensa na política democrática.

Uma idéia exposta por Tocqueville no século XIX parece estar presente às estratégias de credibilidade às quais recorreram os jornais, em sua oposição à censura. Segundo aquele autor, em situações de restrição à legalidade, assim como no curso “normal” da política representativa, não seria possível desvincular democracia e liberdade de imprensa, sem que o prejuízo fosse enorme para a primeira. No caso das situações de restrição aos direitos individuais, a imprensa restaria como a única garantia à qual poderiam recorrer os indivíduos, em uma caracterização que trabalha com a idéia de que esta, a

imprensa, seria exterior às formas de violência e repressão assumidas pelo Estado (a imprensa restaria como o “tribunal da opinião”).

No curso normal do processo eleitoral, seria ainda mais difícil a aceitação de censura à imprensa. Nas palavras de Tocqueville, que acentuam uma visão pouco conflituosa das democracias e da inserção política da imprensa, não se poderia negar a capacidade de discernimento dos indivíduos, seu estatuto como *sujeitos de opinião*, como leitores ou como votantes<sup>11</sup>, sem destruir os pilares da concepção de soberania popular que ancora a de democracia. Para recorrermos às noções antes trabalhadas, de Gabriel Tarde, a evolução das “massas” ao estatuto de “público” seria a base comum para a liberdade do voto e da leitura/opinião.

Como vimos no capítulo anterior, no entanto, o recurso às noções de “vontade geral” ou à idéia da política como reflexo da vontade de uma maioria não pode ser pensado, nos textos de *OESP* e *Correio* sem que se atente para o fato de que convive, neles, com visões elitistas que negam a “capacidade” de discernimento dos votantes e, levando essa afirmação a suas potencialidades mais autoritárias, negam a própria política liberal em seus trâmites para a representação de interesses diferentes, que compõem a sociedade. Assim, temos, simultaneamente, o recurso a concepções liberais que vinculam essencialmente democracia e liberdade de imprensa, e a negação de que o discernimento e a possibilidade de condução dos interesses públicos possa estar presente em cada um dos indivíduos, em seus interesses e inserções diferentes na sociedade.

### ***“Na defesa do regime, está a imprensa”***

Durante os primeiros seis meses de governo de JK e Jango, o *Correio* seguiu, paulatinamente, deslocando-se em relação a sua posição inicial. Em agosto de 1956, a “legalidade” não era mais considerada aquilo que se tinha a defender, no sentido de outubro, novembro, dezembro de 1955. Passara a ser a “legalidade de Lott”. Atribuída a um

---

<sup>11</sup> Referimo-nos a Tocqueville (1998, volume 1, Segunda Parte). Este trecho é representativo do que acabamos de dizer: “Num país em que reina ostensivamente o dogma da soberania do povo, a censura não é apenas um perigo, mas um grande absurdo. Quando se concede a cada qual um direito de governar a sociedade, cumpre reconhecer-lhe a capacidade de escolher entre as diferentes opiniões que agitam seus contemporâneos e apreciar os diferentes feitos cujo conhecimento pode guiá-lo” (p.209).

grupo militar, pejorativamente, estava incluída nas críticas que o noticiário e os editoriais do jornal carioca dirigiram a Kubitschek, ao qual atribuíram uma suposta falta de comando e a subordinação aos militares antes chamados de legalistas<sup>12</sup>. Antes, sem ironias.

Dois pontos chamam a atenção nos meses de agosto e setembro de 1956, quando começou a ser debatido o (ainda hipotético) projeto de lei de imprensa em preparação pelo governo: o noticiário político do *Correio* passou a dar cada vez mais espaço às críticas ao governo, por meio de discursos de parlamentares opositores e de militares como Juarez Távora; os editoriais passaram à crítica aberta ao governo e passaram a trabalhar, constantemente, com a noção de “falsa democracia”, que vimos ter sido utilizada com tanta frequência no capítulo anterior pelo *O Estado de S. Paulo*, jornal que se encontrava em posição simetricamente oposta à do *Correio*, em suas críticas reiteradas a uma suposta continuidade do varguismo, por meio da eleição de JK e Jango.

Um discurso do senador João Arruda (UDN-PB), que o *Correio* apresentou como “um balanço da legalidade lottista”, foi exemplar nesse sentido, não apenas pelo seu conteúdo, mas pelo fato de ter ganho destaque e ter recebido, nos dias subsequentes, diversas referências, entre elas um perfil biográfico do senador, proprietário de indústrias em São Paulo, que derrotara Assis Chateaubriand na disputa pela representação da Paraíba no Senado. Arruda denunciava a luta entre quatro grupos militares e o “eclipse quase total da autoridade civil” em um governo que caracterizava como tutelado pelos militares liderados por Lott, exatamente como destacavam os editoriais do jornal carioca. Ao se mostrar saudosos em relação aos presidentes Campos Sales, Epitácio Pessoa, Prudente de Moraes e Artur Bernardes, que “quanto maior a tormenta, mais cresciam no princípio de sua autoridade”, o senador udenista apagava diferenças ideológicas em nome de um elogio indisfarçado à ordem e à autoridade, e finalizava seu discurso com imagens familiares a este estudo:

“essa crise ainda é mais acentuada ou determinada pela desagregação das elites, atemorizadas pelo primarismo das massas incultas, na sua investida para o poder, e diante das quais tantos se curvam em subserviências que são uma hipocrisia ou uma abjeção.

---

<sup>12</sup> “Não queremos presidentes para sorrir em paradas militares. Mas para governar. Inclusive os militares”, dizia o editorial do *Correio da Manhã*, 08/09/1956.

(...) por quanto tempo continuará a sociedade aparvalhada, acompanhando sem contestação e sem reclamo essa marcha batida em direção do desconhecido? Por quanto tempo ainda essa intranqüilidade, essa impaciência, esse mal-estar, prestes a eclodir?”<sup>13</sup>

Temos aí vários dos termos que compuseram a percepção da política nos jornais, naqueles anos: a crise foi vista como motivada, ora pela falta de autoridade do poder civil (os textos do *Correio* trabalhariam, mais uma vez, com a idéia de que faltava autoridade moral ao governo, tal como trabalharam em 1954), ora pela incompetência das elites (para a ação política, para a ordenação, para o consenso), ora pela proclamada ignorância da massa de votantes, cujas atitudes foram consideradas irracionais. Une-se a esses termos uma ameaça de que o aprofundamento da crise pudesse levar a rupturas nomeadas, alternadamente, como revolta/revolução ou golpe. Um outro termo ainda, que foi bastante freqüente, compôs o noticiário a respeito do discurso do senador João Arruda. Ao comentar a biografia do senador, ao fazer seu elogio, o *Correio* destacava que, apesar de ter sido eleito pela UDN, era pouco vinculado a qualquer partido ou grupo; que, apesar de ser político, não o era, o que colaboraria para sua credibilidade, segundo os efeitos desejados pelo texto:

“Não vive da política, nem para a política, mas representando a Paraíba, ‘a invicta’ no Monroe, achou do seu dever, no discurso de anteontem, por os pingos nos ii a respeito dos assuntos que abordou, incontestavelmente dizendo coisas que precisavam ser ditas. Fez o discurso e foi embora para São Paulo, cuidar de sua indústria. Na próxima semana ele voltará”<sup>14</sup>.

O jornal assim definira Lott em novembro de 1955, assim definia Arruda em 1956, assim definia a si mesmo em textos editoriais: estava *na* política, dela participava, mas *sem ser parte dela* – temos consciência da contradição entre os termos. Volta à cena a idéia de neutralidade, a “crítica neutra” que permitiria tecer comentários “isentos”, opiniões “desinteressadas”.

Em seu combate ao projeto de lei de imprensa do governo, o *Correio da Manhã* articulava aos termos anteriores a afirmação da fraqueza do Judiciário e do Legislativo e da

<sup>13</sup> “Balanço da legalidade lottista”. *Correio da Manhã*, 21/09/1955, p.16.

<sup>14</sup> “Quem é o senador João Arruda”. *Correio da Manhã*, 22/09/1956, p.14.

existência de um Executivo tutelado pelos militares: restaria, apenas, a imprensa... O trecho abaixo, apesar de longo, merece ser reproduzido:

“O Judiciário nada pode contra os tanques. A maioria do Legislativo – esta já sabemos que recebe instruções do 1º Exército. Na defesa do regime, está a imprensa. É o único poder que se opõe ao grupo militar que se agiganta para encher o lugar do presidente que se nanifica. É preciso sufocar a imprensa para que o regime democrático no Brasil fique convertido num corpo sem substância: só casca e aparência. É o que pretende o governo. A farsa democrática poderia continuar a ser representada. Não haveria mais quem denunciasse a farsa e os farsantes.

Não haveria mais perigo, realmente, de outro 24 de agosto. O governo poderia apodrecer em paz e se permitir o desplante de responsabilizar a imprensa pelas crises que sacodem periodicamente o país, como fez o sr. Juscelino. Não haveria mais rios de lama, porque não haveria quem os denunciasse. Neste país, disse o presidente, os excessos da imprensa é que engendram as crises. Fim do seu raciocínio será portanto: feche-se a imprensa que as crises acabam”.

Foi esta, de modo geral, a percepção da crise, da política e da inserção circunstancial e estrutural da imprensa no regime democrático que os jornais mobilizaram durante o debate acerca do projeto de lei de imprensa. A ela, seriam associadas outras, que pressupõem uma vinculação essencial entre liberdade de imprensa e progresso, entre liberdade de imprensa, desenvolvimento e ordem. No caso de *O Estado de S. Paulo*, a posição assumida durante a crise de 1955 seria mantida: farsa democrática, prosseguimento do varguismo, governo montado sobre a sombra da ilegalidade etc. As projeções sobre o papel da imprensa não difeririam, aqui, daquelas que apontamos no *Correio* e daquelas que pudemos, durante a pesquisa, ver publicadas na *Tribuna da Imprensa*, no *Diário de Notícias*, em *O Globo* e na *Folha de S. Paulo*. Dos grandes jornais do eixo Rio-São Paulo, apenas o *Diário Carioca* e *Última Hora* evitaram o debate ou assumiram posicionamentos tímidos a respeito do projeto<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Nos dois casos, havia envolvimento com o governo, seja pela participação (foi o caso do *Diário Carioca*, dirigido na época por Danton Jobim), seja pelo auxílio financeiro (parece plausível a hipótese, levantada por alguns autores, de que o jornal *Última Hora*, que se fortaleceu no período, tenha recebido auxílio financeiro de Juscelino Kubitschek).

### “Remanescentes das forças obscurantistas”

A oposição de *OESP* remetia, em 1956 como em 1955, ao tom utilizado por Carlos Lacerda, que anunciava para breve seu retorno dos Estados Unidos, onde se auto-exilara.

As críticas do jornal a Juscelino foram inúmeras e estiveram sempre vinculadas ao “pecado original” da ilegalidade e do parentesco político com Vargas. JK foi descrito pelo jornal paulista como “meio ditador”, “ditador vigiado e manobrado por um grupo de oficiais do Exército”, portador de “origens ditatoriais”. Em editoriais, artigos assinados (como os de Plínio Barreto e Gustavo Corção), ou mesmo por meio do tom assumido pelas colunas e pelo noticiário político, a oposição foi reiterada.

As menções ao varguismo e as críticas a Kubitschek e Goulart foram, assim, bastante semelhantes, para não dizer que foram, em muitos casos, repetições daquelas que vimos publicadas por *OESP* em 1955, discutidas no capítulo anterior, e que, por sua vez, ecoaram em muitos sentidos o conteúdo editorial do jornal em 1954, 1951 e 1945. Não as repetiremos, portanto. Interessam-nos, aqui, acima de tudo, as projeções a respeito do papel da imprensa na política democrática, tal como foram publicadas desde o final de agosto de 1956, motivadas pela apreensão de edições da *Tribuna da Imprensa* e do próprio *OESP*<sup>16</sup> e, posteriormente, pelo anúncio de que o governo preparava uma nova lei de imprensa.

O projeto de lei de imprensa n° 1943/1956 foi apresentado pelo governo à Câmara apenas no dia 10 de outubro de 1956. As discussões, no entanto, baseadas em especulações ou em declarações de políticos da base governista – especialmente do então ministro da Justiça, Nereu Ramos – ocuparam os jornais durante todo o mês de setembro.

Assumindo atitudes de cerceamento à imprensa, o governo estaria dando provas de suas tendências à tirania, à ditadura. Nas palavras de uma das notas editoriais publicadas em *OESP* no dia 2 de setembro de 1956, “nos regimes de **aparência democrática** como o nosso”, a polícia é a principal adversária da imprensa. Quando o “exercício da profissão do

---

<sup>16</sup> Foram apreendidas as edições da *Tribuna* e do *Estado* do dia 24 de agosto de 1956, data em que seriam completados dois anos desde a morte de Vargas. As edições do *Estado* foram recolhidas das bancas no Rio de Janeiro por trazerem, como a *Tribuna*, um texto de Lacerda contendo críticas ao governo Kubitschek, questionando sua legitimidade e discutindo a sempre suposta continuidade do varguismo. A polícia carioca, responsável pelas apreensões e orientada pelo governo, alegou que procurava evitar, “preventivamente”, que houvesse desordens naquela data. Antes, no dia 31 de julho, havia sido apreendida uma edição da revista *Problemas*. No dia 7 de setembro, seria apreendida também uma edição da revista *Maquis*.

jornalista fica na dependência direta do Ministério da Justiça”, o país estaria “entregue à tirania”.

Uma outra nota editorial, publicada no mesmo dia, nos chamou particularmente a atenção. Nela, o jornal pertencente à família Mesquita trabalhou sobre o argumento de que, ao procurar censurar ou regular indevidamente a imprensa, o governo atacaria, na realidade, a opinião pública. “A imprensa é um simples veículo de informação e orientação popular. Os escândalos e os crimes que ela relata, não os forja nas redações”, *apenas os revela*, dizia, afirmando que o intuito do governo seria, acima de tudo, aquele comum às ditaduras, isto é, o de impedir a opinião pública de conhecer quem são e o que pretendem, *verdadeiramente*, os que a governam.

A expressão “opinião pública” apareceria com frequência durante o debate, carregando consigo uma tensão bastante presente nas percepções políticas liberais: nelas, é comum que o desprezo ou o receio às “massas” conviva com a atribuição de uma posição central para a “opinião pública” na política. Vale a referência a Gabriel Tarde, citado no capítulo anterior, para quem o “público” seria um estágio posterior em relação às massas, menos ameaçador e, ao mesmo tempo, determinante, e, como tal, potencialmente opressivo. Nas percepções de que tratamos aqui, o destaque à opinião pública como base *real* da política, como determinante dos interesses da sociedade, é peça-chave na construção de um lugar imprescindível para a imprensa, que seria o principal laço, a principal ponte, entre governo e público. A imprensa tornaria o exercício do governo transparente e compreensível ao público, tornando, em via oposta, as reivindicações do público visíveis para o governo. Constrói-se, assim, uma idéia de *representatividade* que não coincide com a representatividade eleitoral, mas que a ultrapassaria, sendo tratada como um “dado” das chamadas sociedades de massas.

Nessa linha, o texto de *OESP* dizia:

“Não cabe exclusivamente à imprensa o protesto e a defesa contra este despótico atentado à sua liberdade; cabe também, e em maior parte ainda, ao próprio povo, já que ele tem nela o único porta-voz verdadeiramente desinteressado das suas reivindicações

e dos seus direitos, a única tribuna onde pode livremente acusar e desmascarar os que roubam, enganam e desrespeitam”<sup>17</sup>.

Os grandes jornais, assim como muitos jornalistas em publicações desvinculadas das empresas nas quais trabalhavam, propuseram em seus discursos a imagem de portadores dessa função/missão de tornar acessível a política (o acesso significando “informação”, e não participação no sentido ativo), garantindo sua *visibilidade* pela *opinião pública*, que, de outro modo, teria esse acesso negado ou seria levada a *mistificações* e não à *realidade*. O jornalismo teria, nesse sentido, a incrível missão de tornar pública a atividade que se supõe pública por excelência, a política. Daí ser descrito como atividade necessária à sobrevivência das sociedades modernas, daí ser descrito como seus “olhos” e “pulmões”, nas palavras de Rui Barbosa que foram tão citadas por jornais e jornalistas no período<sup>18</sup>.

As imagens para as quais apontamos sustentam-se e têm sua coerência discursiva baseada em estratégias de *dissimulação do lugar de quem fala (do jornalista e do jornal como instituição)*, nas quais a imprensa é descrita como um “canal”, um “meio” de expressão e representação.

Insistimos neste ponto: a função maior, em termos políticos, da ênfase na técnica e nos valores de neutralidade, isenção e objetividade, que, como vimos na parte anterior, acentuou-se durante os anos de que tratamos neste estudo, parece-nos estar vinculada à construção, para o jornalismo, desse lugar à margem, exterior à política. Essa construção conviveu, nos debates que analisamos, com uma atuação político-ideológica que foi negadora, em muitos casos, dos próprios referenciais políticos liberais, para não dizer daqueles que pertencem ao campo da democracia, negando o princípio político básico de que as posições em debate são perspectivas e não visões descompromissadas e totais. O recurso às definições do exercício do jornalismo como *técnica*, silenciando sobre seus vínculos indissolúveis com práticas e perspectivas institucionais e ideológicas e, ainda, com

---

<sup>17</sup> “O supremo objetivo”. Seção “Notas e Informações”. *OESP*, 02/09/1956, p.3.

<sup>18</sup> Rui Barbosa foi bastante citado em diversos momentos, em argumentos contrários à participação decisiva dos militares na crise de 1955 ou no governo, em argumentos que discutiam os limites da legalidade, mas também, e especialmente, no debate de que tratamos aqui, na atribuição de uma missão e um papel específico para a imprensa na sociedade brasileira. As palavras citadas foram extraídas da conferência “A imprensa e o dever da verdade”, bastante citada na época. Cf. Rui Barbosa (1992).

interesses políticos e econômicos, parece atender bem a essa retórica que dissimula a perspectiva de quem fala<sup>19</sup>.

“Não há liberdade sem imprensa livre”, diria, nas páginas do *Correio da Manhã*, Oscar Stevenson, então professor de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. “Não se pode compreender nenhuma das liberdades sem a livre manifestação do pensamento”, adicionaria, repetindo outros textos<sup>20</sup>.

Nos enunciados de Stevenson, como nos anteriores, recoloca-se a estratégia da vinculação direta entre liberdade de pensamento e liberdade de imprensa, excluindo um problema crucial para a discussão sobre jornalismo e política no período de que tratamos e, de modo mais amplo, nas sociedades contemporâneas. A saber, a possibilidade de um questionamento dos limites e descontinuidades da chamada “liberdade de imprensa”, quando se refere à grande imprensa, em relação à “liberdade de manifestação” como direito generalizado, de uma problematização e exposição das margens que determinam o que se situa dentro e o que se situa do lado de fora dessa liberdade de imprensa, proclamada básica.

Tratar-se-ia, assim, segundo acreditamos, de substituir a dissimulação da perspectiva de quem fala pela atribuição de sentidos e materialidade a esta perspectiva, isto é, de expô-la em seus elementos de conflito.

Uma das características apontadas por Otávio Dulci ao descrever as tradições liberais que engendraram a UDN, buscando-as desde a Primeira República, quando teriam sido representadas especialmente por Rui Barbosa, é a de que, opondo-se a práticas vigentes desde o império, demandavam transformações políticas, excluindo as demandas por transformações sociais. Essas tradições de um liberalismo “essencialmente formal”, nas palavras de Dulci, enfatizavam a “necessidade de reformas jurídico-políticas em detrimento de mudanças socioeconômicas”, em detrimento das reivindicações de condições de

---

<sup>19</sup> Daí o risco maior presente nos estudos de história da imprensa que assumem a perspectiva de que uma atuação marcadamente política teria sido deixada para trás, por volta dos anos 1940, por jornais que passariam a assumir objetivos, acima de tudo, empresariais. Nossa pesquisa indica que não há, de modo algum, um esvaziamento dos aspectos político-ideológicos da atuação jornalística na medida em que a imprensa ganha uma organização empresarial mais complexa ou na medida em que passa a ser mais orientada pela “técnica” do que pelo “improviso”, passando a ser exercida cada vez mais por profissionais formados ou a ela dedicados em tempo integral e não por “literatos” boêmios ou trabalhadores que dela faziam um “bico” (formulações com as quais trabalhamos na Parte 1).

<sup>20</sup> “Fala outro penologista – projeto que será provavelmente o túmulo da democracia brasileira”. *Correio da Manhã*, 08/09/1956, p.16.

igualdade socioeconômica<sup>21</sup>. Talvez sejam esses os limites que podemos apontar como estruturantes também dos discursos e práticas liberais presentes nos jornais analisados e em outros grandes jornais do período, mais ou menos próximos à política partidária e, nela, à UDN. Sempre vinculados, no entanto, a práticas e pensamentos políticos sustentados pelas elites brasileiras no período.

Apesar de discordarmos de duas das conceituações assumidas por Dulci em seu estudo, a de liberalismo formal e a de liberalismo brasileiro, já que entendemos as contradições por ele apontadas e a tensão que as funda (a da convivência entre a defesa da liberdade e a impossibilidade de problematizar a questão da igualdade) como parte estruturante e constitutiva das correntes de pensamento político liberal<sup>22</sup>, está presente no trabalho do autor uma questão bastante relevante, a dos limites do liberalismo como prática política, os quais vemos serem delimitados e fixados em meio ao debate sobre a liberdade de imprensa em 1955 e 1956. A defesa da “liberdade de imprensa” excluiu, nesses debates, o problema de seus limites, isto é, do que fica excluído das perspectivas liberais aí assumidas.

A projeção do jornalismo como atividade que habita um suposto **lado de fora da política**, que supõe uma exterioridade deste em relação aos **conflitos e interesses parciais** que compõem a sociedade, é que permitiu e vem permitindo uma projeção na qual se faz possível uma continuidade entre opinião pública e imprensa, entre liberdade de manifestação e de imprensa, assim como a coexistência entre a defesa da representatividade como aspecto central à política e a atuação político-ideológica conservadora, que nega com frequência os fundamentos da sociedade e da política (diversidade, dissonância, conflitos entre classes e/ou segmentos de interesses). Na compreensão de Hanna Arendt, estamos diante de uma racionalidade negadora da política, no sentido de que define, a si mesma, como portadora da verdade (e das técnicas que a ela dariam acesso nas sociedades

---

<sup>21</sup> Dulci (1986), p.52.

<sup>22</sup> Se esta tensão (ou contradição, como insistem alguns autores) é constitutiva das perspectivas liberais e estruturante do próprio liberalismo, como defendemos, torna-se inadequado falar em liberalismo “formal” ou efetivo e, ainda mais, em liberalismo brasileiro, já que essa tensão excede e antecede as práticas e características da política nacional. Um exemplo interessante é o de Stuart Mill, em *Sobre a liberdade*. Nesse texto do século XIX, as definições dos limites da liberdade e do direito à propriedade determinam-se mutuamente. Liberdade, indivíduo e propriedade são termos que se encontram, com algumas diferenças no modo em que são inter-relacionados, no cerne do liberalismo. A questão da “ordem”, vinculada a esses termos, não pertence, assim, ao chamado “liberalismo conservador”, mas faz parte do liberalismo como tradição e prática política.

contemporâneas). Lembramos da afirmação presente no *Correio da Manhã* de que, entre as instituições que compõem o regime, restaria apenas a imprensa, como espaço de oposição à “farsa democrática”; lembramos o *Estado*, ao afirmar que, ao povo, restaria apenas a imprensa, como “porta-voz desinteressado”, a salvo da crise política e moral que o jornal descrevia como sendo o presente estado do país. Lembramos, ainda, a idéia de missão pedagógica e de “vanguarda civilizatória” sustentada por tantos textos utilizados como fonte na Primeira Parte deste estudo. Lembramos, ainda, o recurso constante à imagem do jornalista como “transmissor”, “mediador” entre os fatos e o público, o recurso ao ideal da objetividade e da isenção para a caracterização da atividade jornalística. Nas palavras de Hanna Arendt,

“a verdade factual, como qualquer outra verdade, pretende peremptoriamente ser reconhecida e proscree o debate, e o debate constitui a própria essência da vida política. Os modos de pensamento e de comunicação que tratam com a verdade, quando vistos da perspectiva política, são necessariamente tiranizantes, eles não levam em conta as opiniões das demais pessoas, e tomá-las em consideração é característico de todo pensamento estritamente político”<sup>23</sup>.

A reflexão de Arendt pode auxiliar na crítica à relação estabelecida pelo liberalismo entre imprensa livre, opinião pública e democracia, constitutiva do ideal democrático liberal predominante durante parte do século XIX e o século XX. A relação entre imprensa e opinião pública, tal como enunciada nos textos que analisamos, baseia-se em uma estratégia retórica que permite a elevação de interesses e opiniões parciais ao estatuto do público. Os debates de 1956 a tiveram como uma de suas bases de sustentação.

### ***“Democracia de palavras”***

Freudianamente voltado contra as palavras... assim dizia o *Correio da Manhã*, referindo-se ao discurso feito por Kubitschek dois dias antes do envio do projeto de lei de imprensa ao Congresso. O presidente teria dito, em longo discurso, que a defesa da

---

<sup>23</sup> Arendt (1972), p.299.

democracia não poderia ser a de uma “democracia de palavras”. Defendia o projeto, enquanto o jornal o acusava de reproduzir, em circunstâncias diferentes, a racionalidade contida nas seguintes palavras, que teriam sido pronunciadas por Vargas: “voto não enche barriga”<sup>24</sup>. O “conceito de democracia”, reafirmava o jornal opondo-se a JK, está “estruturado no valor e na liberdade do uso da palavras”.

Para além do embate entre governo e jornais a respeito do projeto de lei de imprensa (o “projeto rolha”, como o nomeou o *Estado* no período), manteve-se, nos argumentos mobilizados pelos dois lados, a oposição entre falsa democracia e verdadeira democracia. Neste caso, a “falsa democracia”, para o *Correio*, estava localizada na prática de um governo eleito democraticamente e que negava um dos princípios básicos das democracias liberais, o da liberdade de imprensa. Kubitschek, por sua vez, repetia, em seus discursos e nas entrevistas que concedia, que a “democracia de palavras” era aquela defendida pelos que se opunham ao projeto, este sim considerado como prática em defesa da democracia, já que foi justificado como supostamente necessário à defesa do regime contra as tentativas de golpe.

Na mensagem de Juscelino ao Congresso, datada de 9 de outubro, o presidente alega que uma nova lei de imprensa se fazia necessária porque a lei então vigente, de 1953<sup>25</sup>, mostrava-se insuficiente “como instrumento de defesa da segurança do Estado e do sistema constitucional em face da imprensa subversiva e fomentadora de desordens”. O principal ponto de discordância, o mais criticado pelos jornais e jornalistas da época, que se referia à possibilidade de apreensão pelas polícias locais de edições de jornais e revistas que fossem considerados ofensivos ou subversivos da ordem pública, foi justificado pelo presidente no mesmo sentido<sup>26</sup>. A possibilidade de apreensão, segundo jornais e jornalistas contrários ao projeto, abriria o caminho para a censura prévia.

<sup>24</sup> “Purgatório das palavras”. *Correio da Manhã*, 07/10/1956, p.6.

<sup>25</sup> A redação inicial da lei de imprensa então vigente, de 1953, havia sido feita pelo jornalista e então deputado Plínio Barreto, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*.

<sup>26</sup> A esse respeito, o artigo 40 do projeto apresentado pelo governo ao Congresso em 09/10/1956 dizia: “O jornal que contiver propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou classe, somente poderá ter a respectiva edição apreendida pela autoridade administrativa em caso de urgência, para restabelecimento da ordem pública, e sujeito o ato de apreensão ao imediato reexame da autoridade judiciária”. O artigo acompanhava Parágrafo Único assim redigido: “A apreensão será determinada pela autoridade policial mais graduada da Unidade da Federação em que estiver circulando o jornal ou nos Territórios Federais, pelo Governador”. A mensagem de JK justificava o parágrafo 40 ainda porque seria necessário, segundo ele, para o cumprimento do artigo 141 (parágrafo 5º) da Constituição, que versava sobre os limites da liberdade de expressão.

Descrivendo o projeto como expressão condizente com o liberalismo político que anunciava defender, Juscelino destacava duas questões como sendo as mais relevantes, motivadoras de um projeto que, segundo ele, era mais liberal do que aquele vigente na pátria do liberalismo, em uma referência à França – a questão do equilíbrio entre liberdade e autoridade, a questão da ordem pública. Quanto à primeira delas, dizia que o projeto vinha contribuir para que existisse no país a *verdadeira* lei de imprensa, separando a má imprensa da boa imprensa, nenhuma delas definida ou caracterizada, a não ser no que diz respeito a estarem ou não *do lado da ordem*, o que nos leva à segunda questão. A liberdade menos tolerável, tal como descrita na mensagem do presidente, seria a “pregação” pelos jornais ou pelo rádio da desordem e subversão do regime. Em considerações gerais sobre o projeto, Juscelino reforçaria esse princípio: “É sempre, como se vê, o princípio da ordem pública, colocado acima de qualquer outra consideração intelectual, sentimental, cultural, até mesmo religiosa”.

Ordem e desenvolvimento, ordem para o desenvolvimento. Essas questões centrais à ideologia desenvolvimentista, destacadas por Miriam Limoeiro Cardoso<sup>27</sup>, estiveram presentes nos argumentos mobilizados em defesa do projeto. Não deixariam, no entanto, de fazer parte dos argumentos contrários a ele. Além do que foi veiculado nos jornais, dois documentos registram essa oposição. Um deles, editado e publicado como livro em 1957, reproduz o discurso do então deputado e professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e da Faculdade Nacional de Filosofia, Afonso Arinos de Melo Franco (UDN-MG), pronunciado em novembro de 1956. O outro, publicado como livro no mesmo ano, de autoria do jornalista Aristheu Achilles, reproduz a tese sobre liberdade de imprensa aprovada na III Conferência Nacional de Jornalistas, realizada em Goiânia em novembro de 1956, posicionando-se também em relação ao projeto apresentado pelo governo.

O texto de Afonso Arinos tem uma estrutura particularmente interessante. Inicialmente, apresenta duas linhas principais do pensamento sobre a liberdade, vinculando uma delas a Dilthey e Gurvitch e a outra a Engels e Stalin. No primeiro caso, a idéia central seria a da liberdade humana como a predominância do contingente sobre o necessário (os autores são pouco explorados, Arinos os utiliza para criar um contraste em relação à outra

---

<sup>27</sup> Cf. Cardoso (1978). A noção de ordem é colocada pela autora, junto às de soberania e desenvolvimento nacional, entre as noções-chave que constituíram a ideologia do desenvolvimento durante o período JK.

posição, que critica e procura identificar com o projeto de lei apresentado pelo governo). No segundo caso, diferentemente, a liberdade estaria submetida à necessidade e a visões deterministas da história e das sociedades; seria, assim, uma linha de pensamento negadora da liberdade humana. Daí a vinculação apresentada pelo texto entre o nazi-fascismo e as “técnicas” de governo desenvolvidas pelo materialismo histórico, atendendo, de maneira sinuosa, suas estratégias de convencimento, de que fizeram parte a discussão sobre o controle da imprensa sob Hitler, Mussolini ou Stalin.

Como não temos a intenção, nesse momento, de acompanhar toda a estratégia argumentativa de Arinos, destacamos, nela, um ponto: a defesa da autonomia da imprensa em relação ao Estado, confrontando-se com a afirmação presente na mensagem de JK, que justificava o projeto também por meio de uma caracterização da imprensa como “serviço público”. Nesse ponto, Arinos é bastante enfático. Discorre sobre os argumentos que atribui ao nazismo, ao fascismo e ao comunismo, nos quais a imprensa seria vista como representante do capitalismo e não da liberdade de imprensa. Seu ponto, dizia, não estava em negar o poder econômico sobre a imprensa, mas em defendê-lo, por sua *diversidade de interesses*, em relação ao controle monolítico do Estado sobre a opinião – “um poder econômico que atua sem oposição”. O controle do Estado, não apenas sobre a opinião, mas sobre a economia (sobre a *liberdade política como parte da liberdade econômica* dos proprietários), foi, como sabemos, combatido pelo liberalismo, especialmente durante boa parte do século XX. Sobre esse assunto, reproduzimos as seguintes palavras do deputado udenista:

“Quero me referir à presunção dos que sustentam que a imprensa privada impede grandes correntes de opinião de se fazerem ouvir, por falta de acesso aos jornais existentes e falta de recursos para a instalação de novos jornais. Esta objeção é em geral levantada de má fé, por ditatorialistas ‘qui n’osent pas dire leur nom’. Mas como há crentes de boa-fé para tudo, convém respondê-la.

Em primeiro lugar é preciso que as opiniões sejam muito particulares, muito extravagantes mesmo, para que em toda gama de tendências da imprensa democrática não venham a encontrar acolhida em nenhuma. E a importância social de opiniões assim peculiares e extravagantes já seria bem duvidosa. Socialmente elas são valiosas como as que não conseguem se arremeter em número suficiente para conseguir representação nas assembleias eletivas. Do ponto de vista democrático são, pois, irrelevantes”<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> Afonso Arinos de Melo Franco (1957), pp. 51-52.

Vejam, então: a liberdade de opinião excluiria, legitimamente, as opiniões tão “extravagantes” a ponto de serem consideradas irrelevantes. Sua irrelevância corresponderia, assim, a sua falta de representatividade do ponto de vista eleitoral.

Está colocada a tensão – a falácia, se quisermos – estrutural da concepção liberal de liberdade de opinião, vinculada à liberdade política. A liberdade da maioria, assim como a representação política da maioria, excluiria as idéias (e a participação política) de minorias que não atingissem a representatividade. Foi assim que Afonso Arinos justificou os limites entre o que *pode ser manifestado* e o que *fica à margem do “público”*. O problema desse tipo de argumento e do raciocínio que o sustenta está no fato de que exclui o processo de constituição das assim chamadas “maiorias” e “minorias”, ou das opiniões e práticas que têm representatividade, do horizonte da argumentação. Essa exclusão se deve, por sua vez, ao fato de que a coerência interna dessa doutrina se baseia no pressuposto implícito da existência de uma sociedade de iguais “em capacidade” e razão, o que silencia ou atenua o fato de que os conflitos de poder e a submissão de uns a outros constituem as relações de força dessa sociedade. A uma situação hipotética, na qual todos tivessem iguais condições de manifestação e ação política, poderia corresponder à imagem do “livre mercado de opiniões”, cara ao pensamento liberal.

Na medida em que não se trata de uma utopia, entretanto, mas de uma doutrina que tem seu funcionamento em sociedades conflitivas e desiguais, poderíamos flagrar aí o caráter falacioso ou, como preferimos, os limites rígidos e restritos da concepção liberal de liberdade, mobilizada no debate de que tratamos. Em um outro momento, Arinos utilizaria uma expressão que denunciaria, ainda uma vez, esses limites: tratava-se, dizia, no liberalismo do século XIX assim como no do XX, da “luta da liberdade jurídica contra a opressão do Poder”<sup>29</sup>. Deslocado o conflito para uma suposta oposição entre liberdade e Poder (com letra maiúscula), a liberdade se assentaria confortavelmente à definição de “liberdade jurídica”, na qual os pressupostos da *norma* e da *lei*, a saber, a relação entre liberdade e propriedade, ficam do lado de fora do campo de problematização.

---

<sup>29</sup> Afonso Arinos de Melo Franco (*op. cit.*), p. 108. Respondia, nesse caso, ao argumento de JK na Mensagem ao Congresso na qual apresentou o projeto de lei de imprensa. Nela, o presidente advertia sobre os males do “velho liberalismo” irresponsável do século XIX, ao qual sobrepor-se-ia um outro, mais atento aos limites de uma *liberdade responsável*.

O capítulo final do texto de Arinos recorrerá à autoridade de Rui Barbosa<sup>30</sup>, pedindo a atenção do leitor à adequação das palavras de Rui ao presente. O deputado lançou mão de citações, apenas, retiradas das *Obras Completas*<sup>31</sup>, versando contra o chamado jornalismo oficioso e a censura. Entre elas, destacamos a seguinte:

“Opostas restrições à liberdade ampla da manifestação do pensamento não é a liberdade honesta que prevalecerá: é a liberdade sempre cara ao Poder (...) Se instituídes a inquisição da palavra escrita, o que tereis feito é banir do jornalismo os homens de alma, as penas independentes, os caracteres ilibados, os escritores mais capazes”.

A oposição entre o poder do Estado e a liberdade individual advém dos trechos selecionados por Arinos e das referências a Rui Barbosa feitas, em geral, pela UDN e por inúmeros jornalistas, não necessariamente vinculados a ela, mas associados a uma concepção jurídica da liberdade e a uma visão pedagógica do jornalismo (que se marca pelos limites liberais expressos na noção de “progresso”).

O outro documento ao qual nos referimos, apresentado pelo jornalista Aristeu Achilles, apresentava uma análise crítica em tom jornalístico, isto é, supostamente desvinculado de questões político-partidárias. O texto é repleto de citações – das Declarações dos Direitos do Homem norte-americana e da francesa, ambas do século XVIII; do *Areopagítica* de John Milton, que citamos antes aqui; de juristas brasileiros, como Pontes de Miranda e Carlos Maximiliano; além de citações destacadas de Spencer, referentes à necessidade do confronto entre perspectivas para o acesso à verdade (“Deve-se confessar que a palavra livre se tornou o instrumento para dissipar o erro”) e de Jacques Bourquin.

Tanto quanto o texto de Arinos, a ênfase liberal acentua a correlação (tida como essencial) entre Governo, Lei e Opinião, assim, com maiúsculas, em argumentos que ecoam formulações de Jean-Jacques Rousseau em *O Contrato Social*. A perspectiva assumida por Achilles, no entanto, esteve mais próxima àquela que vimos ser sustentada pelo *Correio da Manhã*, enquanto Afonso Arinos poderia ser colocado em relação de proximidade e

<sup>30</sup> Ao referir-se a Rui, faltou apenas Afonso Arinos dizer: “é nosso”, nos pertence... Os “heróis da novembrada”, como diz no texto, a ele teriam recorrido sem conhecer verdadeiramente seu pensamento, sem vincular-se realmente a ele e à tradição que representa.

<sup>31</sup> Afonso Arinos faz referência à conferência mais citada na época, “A imprensa e o dever da verdade”, desculpando-se por não a ter utilizado: não teria conseguido uma cópia no tempo necessário para a preparação de seu discurso.

semelhança com *O Estado de S. Paulo*. Não há, como no caso dos dois jornais, diferenças substanciais nos conceitos mobilizados contra o projeto, mas uma diferença devida a questões mais circunstanciais: como nos editoriais do *Correio*, o texto de Achilles procurou expressar alertas, em tom de ameaça, ao próprio governo: “Será o começo do fim, porque Governo fora da lei deixa de ser governo, e os partidários da ilegalidade passarão a contar com a avalanche das forças democráticas represadas para a deposição de fato desse Governo”<sup>32</sup>.

As críticas centrais, no entanto, se repetiram, voltadas para a possibilidade de apreensão de jornais e revistas, tais como determinadas pelo novo projeto, e para a conceituação da imprensa como “serviço público”, também combatida por Achilles. Mais uma vez, estaria presente o confronto, tido como central às sociedades democráticas, entre liberdades individuais e Estado, postando-se a imprensa, necessariamente segundo essas formulações, ao lado das primeiras e a favor delas.

O termo que Achilles adicionaria àqueles articulados por Afonso Arinos, importante na argumentação do jornalista e também nas percepções de imprensa das quais tratamos neste estudo, foi “progresso”. Liberdade de imprensa e progresso seriam termos correlatos e reciprocamente dependentes. Progresso econômico vinculado à progressão da razão – sempre dentro da imagem a que recorreremos há pouco, a do “livre mercado das opiniões”, elidindo os conflitos e os silêncios determinados pela geografia dos poderes nas sociedades. A restrição à liberdade de imprensa seria, assim, restrição ao progresso<sup>33</sup>. Mas é em uma elaboração lançada por Achilles, quando caminhava já para as conclusões de seu trabalho, que vemos dispostos os limites desse “progresso”. Anunciada a tese principal de Achilles, nos vemos, mais uma vez, no campo em que se cruzam liberdade, ordem e lei:

“Assegurar a liberdade e o direito, sem prejuízo do progresso e da ordem, é, sem sombra de dúvida, manter vivos os princípios da Carta Política contra o arbítrio, garantindo a evolução do direito e a ordem como expressão desse mesmo direito. Porque a desordem material começa com a desordem jurídica”<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> Achilles (1957), p.92.

<sup>33</sup> *Idem*, p.91.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p.103.

As tentativas de cerceamento ou impedimento desse caminho seriam, além do mais, vãs, de acordo com o jornalista. “A democracia é indestrutível” nas sociedades contemporâneas, anunciava, fixando para a história o movimento em direção ao progresso, aliado à ordem. As “massas”, nesta percepção, diferentemente de uma ameaça, seriam parte desse movimento de “politização” e “tomada de consciência” para o qual contribuiria a chamada livre opinião, por meio da imprensa.

\*

Os jornais aqui analisados, como dissemos, reagiriam contra o projeto, pressionando o Congresso e publicando manifestações contrárias, assinadas pelos mais diversos segmentos da sociedade. Publicaram, inclusive, declarações de deputados e senadores da base governista, se não contrárias a que se aprovasse um novo projeto, críticas a partes da proposta do governo. O *Correio da Manhã*, no tom de ameaça que foi constante aos editoriais do período, afirmava: “Se o Congresso votar a lei militar que o sr. Kubitschek lhe enviou, terá sido atravessada a linha que separa a legalidade da ilegalidade. Esta linha foi ultrapassada, ontem, pelo sr. Kubitschek, sob evidente pressão dos militares que tutelam o governo”<sup>35</sup>. Aprovado o projeto, o país estaria a caminho de uma nova ditadura, segundo o jornal carioca. O *Estado de S. Paulo* não traria manifestações diferentes.

Nesse momento, o discurso contrário ao projeto foi bastante cristalizado entre os jornais que assim se manifestaram. O que o jornal paulista destacou, e que esteve excluído dos comentários editoriais do *Correio*, foi a ligação entre o projeto e o retorno anunciado de Carlos Lacerda ao país. Hipótese bastante plausível: se não foi este o único, foi ao menos um fator relevante no encaminhamento do projeto ao Congresso. Outra das hipóteses levantadas, também bastante plausível, é a de que o projeto teria, em sua base, o descontentamento dos militares participantes do governo em relação às críticas que circulavam pelos jornais. Consideramos esta hipótese importante, senão no sentido sustentando pelos ataques dos jornais ao projeto de lei e ao governo (Juscelino tutelado por Lott), no sentido definido por Maria Vitória Benevides para a relevância da atuação dos

---

<sup>35</sup> “Artigo quarenta”. *Correio da Manhã*, 10/10/1956, p.6.

militares, durante o governo Kubitschek, para a preservação de uma frágil estabilidade política.

O projeto não foi votado pelo Congresso, o que podemos atribuir à enorme pressão exercida por segmentos organizados da sociedade e amplificada pelas manifestações de jornais e jornalistas, e, ainda mais, pela pressão exercida pelos proprietários dos grandes jornais brasileiros, em conjunto.

No mesmo dia em que foi noticiado o envio do projeto ao Congresso, *OESP* publicou notas prevendo e comentando a determinação de restrições ao conteúdo político veiculado pelos meios de comunicação, por vias legais ainda desconhecidas. Segundo a nota:

“O sr. Juscelino Kubitschek está sendo aconselhado a proibir, não sabemos por que meios ou sob que fundamento legal, a irradiação de discursos parlamentares, comícios etc. O objetivo da proibição é evidentemente o de impedir que o deputado Carlos Lacerda ocupe os microfones das emissoras ou que estas reproduzam os seus discursos”<sup>36</sup>.

O jornal tinha indicações relativas ao conteúdo da Portaria 899 do Ministério da Viação e Obras Públicas, publicada no *Diário Oficial* no dia 9 de outubro, mas noticiada pelos jornais matutinos em sua edição do dia 11. A portaria determinava a proibição às estações de rádio e TV de divulgação de “conteúdo subversivo”, assim como a reprodução radiofônica ou televisiva de discursos parlamentares que fossem considerados contrários à ordem pública. Foi a primeira tentativa de restringir a utilização política da televisão de que temos conhecimento, publicada no mesmo dia em que os jornais noticiaram a data do retorno de Carlos Lacerda ao Brasil.

Este é mais um dos fios do emaranhado que nos impede de seguir cronologias que determinam modelos e etapas ao “velho” e ao “novo” no jornalismo. Carlos Lacerda foi um dos principais exemplos, naquela época, de jornalista “de causa”, de personagem atuante do chamado “jornalismo ideológico” (como se não o fossem todos), impossível de ser julgado por meio dos parâmetros que se fortaleciam e que destacavam a técnica e a isenção como atributos do jornalismo; fundou, em 1949, uma empresa jornalística que atendesse a seus objetivos políticos, que os atendeu sempre, fugindo ao modelo do fortalecimento

---

<sup>36</sup> Seção “O momento político”. *Correio da Manhã*, 10/10/1956, p.3.

empresarial em detrimento do viés político. Foi, também ele, o primeiro jornalista a utilizar com frequência, no Brasil, a televisão, essa novidade introduzida no país durante os anos 1950 e que alguns autores considerariam em análises posteriores como parte dos ventos que “factualizaram” e deram novo formato aos jornais.

Foi Lacerda, também, um dos representantes mais interessantes da tensão sempre presente nas concepções liberais que determinaram, em muitos sentidos, as faces da atividade jornalística durante os anos 1950. Jornalista, udenista, “vigilante” das proclamadas tradições políticas brasileiras, articulador constante de tantos golpes contra o curso “normal” do regime democrático-eleitoral no Brasil do período entre a ditadura finalizada em 1937 e a outra, iniciada em 1964. Como ele, os jornais aqui tratados, com todas as diferenças que pudemos ou poderíamos ainda assinalar, atribuíram a si o papel de vigilantes das liberdades democráticas e da ordem, vigilância cujo teor se esclarece quando ficam expostos seus limites, como nas atividades que uniram os dois jornais, durante o golpe de 1964. Pouco depois, algumas diferenças voltariam à tona... aí, porém, entrariamos em outras histórias. Morreu o *Correio da Manhã*; manteve-se o jornal dos Mesquita, um dos principais e mais fortalecidos entre as empresas de comunicação no Brasil do início do século XXI. Mantiveram-se, ainda, muitos dos sentidos que vimos serem atribuídos à liberdade e à democracia, baseados em pressupostos liberais que mantiveram sua vitalidade no pensamento das elites brasileiras, resguardando seu poder retórico para além dos vinte anos da ditadura militar recente, ou, até mesmo, motivados e justificados pelos vinte anos de arbítrio e violência de um regime que, em princípio, teve apoio das elites liberais e dos grandes jornais a elas pertencentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nos levou, simultaneamente, a considerações sobre o jornalismo dos anos 1950, sobre as histórias e memórias do jornalismo brasileiro, com seus valores e referenciais de verdade. Mas nos levou, também, a considerações que dizem respeito ao que viria depois...

A afirmação de que, nas formulações e imagens a que tivemos acesso, o jornalismo dos anos 1940-60 se apresentou, predominantemente, *com a corrente*, pode ser explorada em sua dubiedade, cronológica e de sentido. A própria idéia de corrente, ou correnteza, implica um olhar mais abrangente para o fluxo temporal, histórico, e para os sentidos por ele assumidos, no caso específico do jornalismo, ou, em maior amplitude e complexidade, nos projetos de Brasil que se sobrepuseram a outros. Por outro lado, implica simultaneamente o avesso e o direito, o contra e o a favor – o nado com a corrente parece ter significado, na perspectiva que assumimos na tese, movimento e restrição do movimento, água que corre e corrente que aprisiona. Daí a impossibilidade de contrapor alguns dos termos recorrentes neste trabalho: progresso e conservação, democracia e autoritarismo. Ou, na perspectiva mais radical contida nas reflexões de Walter Benjamin, modernidade e catástrofe.

Vale dizer, ainda uma vez, que, quando nos referimos aos *jornalistas* ou ao *jornalismo*, trabalhamos com as imagens e práticas que vimos serem constituídas, predominantemente, no material pesquisado. Nosso estudo, desse ponto de vista, se deteve às predominâncias, e não às resistências. Ficamos em dívida com os sentidos que se articularam na contramão da correnteza, com as resistências cotidianas, exercidas com graus maiores ou menores de organização, que pouco ou nada apareceram nesta tese.

Essa não foi, no entanto, uma casualidade ou um efeito, apenas, da documentação levantada. Foi uma opção, em busca de compreender a constituição de um “modelo” que se foi afirmando a partir daqueles anos por meio, especialmente, das interpretações e dos sentidos a ele atribuídos. Foi, também, uma opção por trabalhar, a partir do discurso jornalístico e dos discursos sobre o jornalismo, aspectos do pensamento e das ideologias políticas em suas articulações no chamado período democrático (mais ou menos estáveis e duradouras). Nos dois casos, o estudo nos leva, ainda uma vez, a negar oposições de termos entre o jornalismo que se modernizava e a atividade jornalística disciplinada e, cada vez mais, heterônoma; entre o “novo” que se criava e a

planificação; entre os “anos dourados” e os “anos de chumbo”. Acreditamos que as ideologias e práticas do chamado período democrático devam ser pensadas também nesse sentido, para que não se crie, como é comum na história do jornalismo e em outros campos dos estudos que se voltam para aqueles anos, uma visão de que o tempo e seus personagens, assim como o emaranhado de suas ações políticas e idéias, estariam “destacados” dos períodos de arbítrio que antecederam e sucederam o “bloco” 1945-1964.

Essas observações decorrem da pesquisa que compõe este texto, assim como a própria estrutura do texto é um efeito das perspectivas que assumimos. Uma mescla que inclui, neste caso, o objetivo de pesquisar o *estado* do jornalismo no período, em olhares e projetos contidos nas interpretações dos textos aos quais tivemos acesso, em sua maioria escritos por jornalistas; e o objetivo de pesquisar a composição ideológica dessa esfera de atividades durante os anos 1950, utilizando o material publicado em dois jornais para, dele, extrair aspectos das caracterizações da época a respeito das relações entre jornalismo e política, entre imprensa e democracia.

Nos debates da Parte 1, vimos afirmar-se, simultaneamente, por aqueles que vivenciaram as transformações, um modo de compreender o que se passava no campo do jornalismo e um modo de compreender o que ocorria com a sociedade brasileira, em décadas nas quais se aprofundou um padrão de industrialização, associado ao desenvolvimento à *Kubitschek*. Os documentos apontam para as opções que predominaram, no jornalismo ou no campo mais amplo dos projetos de Brasil – o eixo do progresso técnico constitui essa história, assim como muitos de seus desdobramentos.

Consideramos que as percepções predominantes, em sua inserção na política do período, potencializaram a própria negação da política, em uma ambigüidade que percorreu os textos analisados na Parte 2: constituídos por noções de viés liberal, demonstram a fratura implícita a essa ideologia, a saber, a possibilidade de que as ações políticas investidas de idéias e práticas de caráter liberal se voltem contra o exercício da liberdade política e da representatividade (mesmo em seus sentidos mais restritos) em nome da conservação da “ordem”.

Do mesmo modo, as estratégias de credibilidade cultivadas pelo jornalismo do período (incluída aí a defesa da profissionalização) trabalharam no sentido de uma homogeneização do trabalho jornalístico, que ganharia força nas décadas seguintes. Também aqui, as ambigüidades indicam aspectos relevantes: a afirmação da missão não-envolvida do jornalismo, em meio a práticas negadoras dos conflitos e, neles, da possibilidade de um alargamento da participação

popular e da legitimidade de suas opções (seja por meio do voto, seja, mais tarde, nos movimentos favoráveis às reformas de base e em apoio ao governo de Goulart), resultou, historicamente, em um aumento das restrições impostas à própria atividade jornalística como processo interpretativo e opinativo. Em paralelo, o caminho da normatização e da técnica, e do apego ao ideário da isenção, entendido por alguns jornalistas em atividade durante os anos 1950 como um modo de valorização de sua atividade, teria levado, segundo acreditamos, a um processo de homogeneização e elisão do estatuto de *sujeitos de opinião* dos jornalistas que compõem as massas das redações. A seta, como dissemos durante o texto, estava apontada desde os anos 1950. Os ideais de silêncio, vigilância e disciplina, almejados pelo Estado ditatorial do pós-64 e materializados, no caso do jornalismo, em práticas de violência (censura, perseguições e prisões, entre outras) mobilizadas de fora e de dentro das redações, não são, assim, estrangeiros às ideologias e práticas do período anterior. Singulares, sim, em sua composição histórica e em sua inserção em contextos diferenciados, inclusive do ponto de vista da macro-política. Mas não estrangeiros.

Qualquer tentativa de assepsia incorreria na repetição de um dos eixos de sentido cultivados pelo jornalismo na época: a idéia de que este se fazia em esfera à parte, representando interesses gerais e conduzindo-se por meio de práticas isentas. A tese, como um todo, procura não apenas negar esse lugar-comum, que remete à missão de esclarecimento da imprensa tal como definida em alguns textos pertencentes à tradição liberal dos séculos XVIII e XIX, mas apontar para as mesclas que compõem um mesmo tecido. Nessa perspectiva, ficam abaladas as vinculações entre técnica e ética, entre modernidade e evolução do trabalho jornalístico e entre jornalismo e democracia, todas elas presentes na estruturação das identidades predominantes para o jornalismo no século XX.

Foram estes, até o momento, os resultados da empreitada.

## ANEXO I

### **Cursos de jornalismo e grade curricular: algumas questões**

A primeira organização e disposição de disciplinas para o Curso de Jornalismo fixada por lei foi estabelecida pelo Decreto nº 22.245, de 06/12/1946<sup>1</sup>. Segundo o artigo 1º do Decreto, o curso compreenderia três áreas de concentração: formação, aperfeiçoamento e extensão cultural. Com a duração de três anos, deveria obedecer à grade disciplinar ali contida, que reproduzimos abaixo:

#### “PRIMEIRA SÉRIE

1. Português e Literatura
2. Francês ou Inglês
3. Geografia Humana
4. História da Civilização
5. Ética, História e Legislação de Imprensa
6. Técnica de Jornalismo

#### SEGUNDA SÉRIE

1. Português e Literatura
2. Sociologia
3. Política
4. História do Brasil
5. História da Imprensa
6. Técnica de Jornalismo

#### TERCEIRA SÉRIE

1. Português e Literatura
2. Psicologia Social
3. Economia-Política
4. Noções de Direito
5. Organização e Administração de Jornal
6. Técnica de Jornalismo”

---

<sup>1</sup> No momento em que esse Decreto foi publicado no Diário Oficial, o curso da Cásper Líbero estava sendo organizado, inclusive com a preparação de seu primeiro concurso vestibular, com o aval do então ministro da Educação, Ernesto de Souza Campos, que era docente da Universidade de São Paulo (USP) e colaborador de *A Gazeta*. Cf. Nuzzi (2000). O Decreto n. 22.087, que autorizava o funcionamento da Escola de Jornalismo Cásper Líbero, agregada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento da Universidade Católica de São Paulo (a lei determinava que os cursos de jornalismo fossem agregados a uma faculdade de filosofia), foi publicado apenas no dia 19 de maio de 1947. O Curso da Cásper Líbero foi gratuito até os anos 60, mantido pelos recursos da Fundação Cásper Líbero, que lhe deu origem.

Além dessa seriação básica, o aluno deveria cursar duas disciplinas optativas por semestre, escolhidas entre as seguintes: 1. Introdução à Filosofia; 2. História Contemporânea; 3. História da América; 4. História das Artes; 5. História da Música; 6. Direito Constitucional; 7. Direito Administrativo; 8. Educação Comparada; 9. Estatística. No artigo 3º, lia-se ainda que a disciplina de Técnica de Jornalismo, oferecida durante os três anos, deveria compreender um estágio obrigatório em organizações jornalísticas, “conforme entendimento a ser estabelecido com uma das entidades de classe, mediante aprovação do Ministro da Educação e Saúde”.

No que diz respeito às exigências para matrícula nos cursos, o artigo 4º estabelece a necessidade do certificado de curso secundário completo e de exame vestibular, para, mais adiante, fixar em parágrafo único a seguinte exceção: nos primeiros anos do curso, 1947 e 1948, os jornalistas inscritos em associações de classe estariam dispensados da primeira dessas exigências – determinando-se, mais adiante, que estariam liberados também do concurso vestibular até o ano de 1950. Não só estas determinações sofreriam mudanças, mas também a própria organização curricular.

Em Tese apresentada ao Congresso Nacional de Jornalistas, reunido em Salvador em novembro de 1949, intitulada “A estrutura do curso de jornalismo e a seriação de suas disciplinas”<sup>2</sup>, dois professores da Escola de Jornalismo Cásper Líbero, Luiz Silveira e Nicolau Nazo, discorriam sobre as mudanças já estabelecidas e expunham seus argumentos a respeito da organização do curso. Citam as modificações de 1948 e 1949<sup>3</sup>, criticando, entre outras coisas, o excesso de disciplinas e de carga-horária em um curso que contava, em sua maioria, com estudantes que trabalhavam em outras atividades, exerciam o jornalismo ou cursavam, concomitantemente, outros cursos universitários. Propunham, então, um currículo considerado mais conveniente “para um curso prático e eficiente como deve ser o de jornalismo”:

“PRIMEIRA SÉRIE

1. Português e Literatura
2. Francês (conversação e leitura)
3. História da Imprensa (geral, continental e colonial)
4. Ética e Técnica de Jornalismo
5. Geografia Humana

<sup>2</sup> A Tese foi publicada na íntegra por Nuzzi (2000), pp.49-58. [BCL]

<sup>3</sup> Os Decretos de nº 24.719, de 29/03/1948, e 26.493, de 19/03/1949, estabeleciam, respectivamente, (o de 1948) que as disciplinas Ética, História e Legislação de Imprensa seriam fundidas em uma só, oferecida na primeira e segunda séries, e que o ensino de Francês e Inglês passava a ser obrigatório, devendo ser oferecido também nas duas primeiras séries; e (o de 1949) que o ensino de Francês e Inglês voltava a ser facultativo, além de determinar a fusão de outras disciplinas – Sociologia e Política passavam a ser uma só, assim como Economia e Direito.

## SEGUNDA SÉRIE

1. Português e Literatura
2. Inglês (conversação e leitura)
3. História do Brasil
4. História da Civilização
5. Noções de Direito e Legislação de Imprensa
6. Ética e Técnica de Jornalismo
7. Religião

## TERCEIRA SÉRIE

1. Português e Literatura
2. Psicologia Social e especialmente da opinião pública
3. Sociologia e Política
4. Economia e Finanças
5. Publicidade, Organização e Administração de Jornal”

Além da redução do número de disciplinas e das inversões e acréscimos contidos no currículo proposto (História da Imprensa, por exemplo, passava a ser disciplina oferecida no primeiro ano; Inglês e Francês voltavam a ser disciplinas obrigatórias; Ética passaria a ser fundida a Técnica de Jornalismo, entre outras mudanças), a Tese dos professores da Cásper Líbero previa também que fossem criados cursos auxiliares de estenografia, datilografia, fotografia e gravura. Terminava com um adendo, no qual defendiam a autonomia do curso de jornalismo, que deveria fazer parte de Escolas ou Faculdades, ao invés de ser, como naquele momento, incorporado a Faculdades de Filosofia já existentes.

Carlos Rizzini, que fizera parte do quadro inicial dos professores do Curso da Cásper Líbero e seria diretor daquela Escola entre os anos de 1962 e 1966, pronunciou-se, como professor do Curso da Faculdade Nacional de Filosofia, também a favor da autonomia, defendendo, em 1953, que o Curso de Jornalismo deveria:

- “1) Constituir-se em célula de autonomia relativa dentro da Escola ou Faculdade a que pertencer.
- 2) Repartir-se em disciplinas de ordem profissional, entre fundamentais, eletivas e especializadas, completando-se o currículo com as de ordem cultural.
- 3) Dispor de laboratório, entendendo-se por tal os elementos necessários à aplicação dos conhecimentos intelectuais e ao treino técnico, sobretudo quanto às especializações.
- 4) Manter direta ou indireta, a publicação de um periódico, no qual os alunos ganhem tirocínio e se adiantem pela crítica recíproca e pela emulação”<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Rizzini (1953), p.43. Nestes e em outros trechos, pode-se perceber um diálogo com questões internas à própria Universidade Nacional de Filosofia, onde se alojava o curso de que era professor. Reivindicava, por exemplo, a criação de cátedras técnicas específicas, demandadas pelo Curso de Jornalismo, e uma maior participação, em decorrência, de seus professores nas decisões internas à Universidade.

O Curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia estava, segundo ele, longe de preencher qualquer desses quatro quesitos, até aquele momento.

A principal crítica de Rizzini referia-se, então, ao conjunto de disciplinas oferecidas, especialmente durante o terceiro e último ano do curso, o chamado ano de especialização<sup>5</sup>. Uma outra mudança, ainda, havia ocorrido entre 1949 e o momento em que Rizzini escrevia seu texto: o Decreto nº 28.923, de 01/12/1950, reestruturou o curso da Faculdade Nacional de Filosofia, estendendo-se aos demais, desdobrando a Terceira Série em três grupos optativos. Na opinião de Rizzini, o defeito estaria em “serem culturais e não profissionais os grupos eletivos de especialização”, já que sustentava que o aluno, após terminar os dois anos considerados básicos, deveria escolher uma especialização técnica em redação, reportagem, publicidade ou administração<sup>6</sup>. Uma outra Tese, sustentada pelos professores da Cásper Líbero, já citados, Luiz Silveira e Nicolau Nazo, criticava o Decreto de 1950 por outras razões, entre as quais se destacava a de que o curso tornava-se, então, muito oneroso às faculdades por tornar necessária a contratação de professores para cada disciplina que constituía os três agrupamentos oferecidos no terceiro ano. O exemplo norte-americano que inspirava a reforma do currículo deveria ser seguido, acima de tudo, no que diz respeito à autonomia didática desfrutada pelas escolas de jornalismo naquele país, não submetendo o ensino a um padrão único<sup>7</sup>.

O exemplo norte-americano marcava também os argumentos de Rizzini. Reconhecendo a dificuldade de seguir o modelo que foi por ele descrito e destacado, o da Universidade de Missouri (dificuldade esta atribuída a carências materiais, mas também à falta de status do curso naquele momento), sugeria pequenas mudanças, como o desdobramento da cadeira de Técnica de Jornal em duas outras, Redação e Reportagem, que deveriam estar presentes em todos os anos e

<sup>5</sup> No ano de 1958, foi aprovada a ampliação do currículo de três para quatro anos. O quarto ano seguiria, porém, os moldes dos três anteriores, com as características criticadas por Rizzini, desaparecendo as disciplinas optativas que antes formavam três grupos, oferecidos no terceiro ano do Curso. Cf. Jobim (1992), p.213.

<sup>6</sup> Com as modificações estabelecidas pelo Decreto de 1950, as disciplinas oferecidas nos primeiros dois anos de base eram, no 1º, Técnica de Jornal; Ética, História e Legislação de Imprensa; Administração de Jornal; História da Civilização; Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa; Geografia Humana. No 2º ano, eram as seguintes: Técnica de Jornal; Publicidade; Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa; História do Brasil; História Contemporânea; Geografia do Brasil. Em relação a este conjunto de disciplinas, Rizzini considera pequeno o número das chamadas disciplinas técnicas. Mas sua crítica se dirige especialmente ao terceiro ano, de especialização, no qual o aluno deveria escolher um entre os três grupos seguintes: a) Rádio-jornalismo, Técnica de Jornal; Sociologia; Economia; Política e Administração Pública; b) Rádio-jornalismo ou Técnica de Periódico; Técnica de Jornal; História das Artes; Literatura de Língua Portuguesa; Literatura Contemporânea; c) Rádio-jornalismo; Técnica de Jornal; Introdução à Educação; Psicologia Social; Criminologia. São estes os conjuntos considerados de enfoque cultural, enquanto Rizzini expunha sua opinião de que deveriam ter caráter técnico-profissionalizante.

<sup>7</sup> “Contribuição da Escola de Jornalismo Cásper Líbero da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ao Congresso de Jornalistas reunido em Recife em maio de 1951”, em Nuzzi (*op.cit.*), pp.59-60.

grupos. Sem a intenção de estendermo-nos demais quanto às alterações propostas, citamos duas outras, que se referem especificamente aos anos de base: a redução da cadeira de Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa à Literatura somente e sua substituição, no segundo ano, pela de História da Literatura Brasileira, com ênfase para o campo jornalístico; e a proposição de que as cadeiras de História do Brasil e de História Contemporânea fossem restritas “aos últimos sessenta anos, a fim de que os alunos conheçam melhor o seu tempo e não repitam o que presumivelmente aprenderam no curso secundário”<sup>8</sup>.

Rizzini considerava um “absurdo” que se pretendesse um ensino de jornalismo que não fosse, acima de tudo, um *ensino de caráter técnico e profissional*.

Danton Jobim, que citávamos há pouco, também tinha a visão de que o Curso se ressentia de uma maior possibilidade de trabalho prático dos alunos, especialmente pela falta de laboratórios gráficos e de um jornal experimental<sup>9</sup>. Mas, diferentemente de Rizzini, considerava as disciplinas humanísticas indispensáveis, já que forneceriam a “base de cultura geral indispensável ao jornalista”, em um ensino que, segundo ele, não deveria dedicar-se apenas a elevar o padrão profissional, mas também o cultural e ético (levando em conta o baixo nível, na opinião do jornalista, do ensino secundário<sup>10</sup>).

---

<sup>8</sup> Rizzini (*op.cit.*), p.53.

<sup>9</sup> Essa posição foi freqüente e bastante consensual. Entre as Resoluções do VI Congresso Nacional de Jornalistas, que realizou-se em Belo Horizonte em setembro de 1955, uma refere-se ao tema *escolas de jornalismo*. Em enunciado favorável ao ensino de jornalismo e à profissionalização dos jornalistas, pode-se ler: “Entende o Congresso que não basta o simples funcionamento dos cursos, conforme estatui a legislação vigente, tornando-se essencial que o órgão competente (Ministério da Educação e Cultura) providencie para que esses cursos se aparelhem devidamente para o ensaio prático da aprendizagem” [ASMOB/AESP]. Alguns anos depois, o Relatório da Comissão do VII Congresso Nacional de Jornalistas, apresentado à Convenção Nacional de Jornalistas reunida no Rio de Janeiro em março de 1959, trazia alguns comentários semelhantes. Afirmava que a elevação do nível cultural dos jornalistas era necessária e premente, devendo ser debatida nos Congressos, e dizia: “Tem havido certa melhoria, nestes últimos anos, mas ainda insuficiente em relação ao progresso industrial do País. Noticiaristas e comentaristas há, sem dúvida, que estão à altura dessa evolução, porém o devem a esforço próprio e estão em minoria. (...) O problema do apuramento do nível cultural de nossa profissão não é fácil. Defeituoso e inoperante é o ensino nos cursos oficiais de jornalismo, atrelados às Faculdades de Filosofia; ainda não conseguimos formar cursos adequados em nossos órgãos de classe”, pp.3-4. [ASMOB/APSP]

<sup>10</sup> A entrada para o curso se dava através de um exame vestibular e do certificado de conclusão do curso secundário. Havia, ainda, um número limitado de vagas para jornalistas inscritos no registro da profissão junto ao Ministério do Trabalho, o que se devia, nas palavras do jornalista, aos “propósitos de imprimir ao curso dupla finalidade: formar novos jornalistas e melhorar o nível empregado nas redações”. Segundo dados fornecidos pelo próprio Jobim, no ano de abertura do curso, 1948, inscreveram-se cerca de 300 alunos, dos quais pouco mais de um terço chegou ao final do terceiro ano, obtendo o diploma de bacharel em Jornalismo. No ano seguinte, com a exigência do exame vestibular e uma regulamentação dos ingressantes portadores de registro de jornalista, que exigia que trabalhassem na área há pelo menos cinco anos para que pudessem isentar-se do vestibular, a procura teria caído. As vagas seriam, daí em diante, fixadas em número de 40, regulamentando-se a exigência de curso secundário completo para todos os candidatos. (Jobim, *op.cit.*, p.217-218).

Jobim se refere, no entanto, a uma queixa que seria freqüente entre os alunos, a de que o curso seria excessivamente acadêmico, afirmando, em seguida, que esse tipo de reclamação se devia “à falsa noção de que o curso de jornalismo deve ser meramente profissional, reduzindo ao mínimo o tempo dispensado às matérias não-técnicas”<sup>11</sup>. As disciplinas definidas como de “ilustração” teriam, segundo ele, seus programas adaptados às necessidades do campo de trabalho jornalístico, não sendo apenas a reprodução de outros já existentes nos cursos da Faculdade de Filosofia<sup>12</sup>.

\*

Os debates estiveram, assim, marcados pela ênfase técnica ou pela ênfase nas ciências humanas e sociais. As mudanças na grade curricular, no período, estiveram também marcadas pelo jogo de “empurra” que não foi formal, mas ligado aos projetos em confronto na constituição de um perfil desejado para o jornalista e de padrões para o trabalho jornalístico.

Podem ser vistos no interior da tensão que demarca a afirmação de predominâncias e formas de controle sobre uma área de trabalho e de atividade, por meio de graus maiores de institucionalização. No caso específico do jornalismo, essa tensão foi enunciada pelas oposições freqüentes entre prática e ensino acadêmico, entre cotidiano de trabalho e técnica profissional, delimitando um campo para as perspectivas explicitadas. Talvez seja este, até os dias atuais, o campo no qual esses debates se fazem, com maior ou menor complexidade. Falamos dos limites de sua repercussão no próprio campo jornalístico<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> *Idem*, p.216.

<sup>12</sup> Nesse sentido, fornecia a seu leitor/ouvinte o programa da disciplina de História Contemporânea, tal como oferecida ao Curso de Jornalismo, que tratava dos séculos XIX e XX (o aluno já teria, então, cursado a disciplina História da Civilização): “1. *Restauração e reação* – os congressos e as conferências (1815-1822); a política da não-intervenção; 2. *A Revolução industrial* – suas repercussões políticas; 3. *O liberalismo no século XIX* – regime parlamentar na Europa Ocidental; a crise Oriental; 4. *O princípio das nacionalidades* – unidade italiana; o Congresso de Berlim; 5. *A evolução política de 1878 a 1914* – Império Britânico; França; Alemanha; Rússia; Itália; as pequenas democracias; 6 – *Questões do Extremo-Oriente* – Japão e China; as potências na Ásia; rivalidades no Pacífico; 7. *O período do entre-guerras* – questões econômicas; política interna; Revolução Russa e regimes totalitários; 9. *A política internacional de 1919 a 1939* – Liga das Nações; as conferências; as grandes crises” (*ibidem*, p.216).

<sup>13</sup> Uma outra opção para o debate entre modelos, que não se deu de forma predominante, poderia ter sido a contraposição, para efeito de reflexão e análise, de graus maiores ou menores de autonomia para o olhar e para a escrita do jornalista; poderia, ainda, ter sido a da contraposição entre a noção predominante de informação e a discussão de outras possibilidades comunicativas. Essas, no entanto, quando se deram, ficaram de fora dos debates que “couberam” no próprio jornalismo, de acordo com nossas pesquisas.

As questões a respeito da formação do jornalista (opondo teoria e prática) parecem não se terem distanciado muito, até os nossos dias, daquelas que vimos serem propostas nas primeiras décadas de atividade dos cursos especializados.

\*

Nas duas perspectivas colocadas em oposição, no mercado que formata os profissionais, ou nos inúmeros cursos especializados que trabalham, muitas vezes, com o intuito de inseri-los *nesse mercado*, isto é, de construir profissionais adequados ao desempenho dentro dos limites por ele impostos, ficamos no terreno da repetição, que parece tão marcante no jornalismo brasileiro, em que as “antenas” captam e transmitem uma série de fatos e sentidos que pouco produz porque está atrelada à conservação de estruturas sociais e econômicas, em uma perspectiva institucional/empresarial, e à conservação do próprio modelo de sociedade no qual o produto “informação” se faz, como tal, necessário. O movimento, nesse caso, é similar ao das rotativas que imprimem, diariamente, um cotidiano homogeneizado em papel jornal: é o da própria engrenagem de produção de um noticiário planejado e esvaziado. Esvaziado, inclusive, de autores. É o movimento do “rolo compressor” que constitui e reproduz, dia após dia, traços das subjetividades capitalísticas, assim nomeadas por Felix Guattari, nas quais fatos diversos, catástrofes, morte e glamour, história e instante, guerra e arte são nada mais do que objetos para consumo diário.

## BIBLIOGRAFIA

### MÍDIA E COMUNICAÇÃO NO BRASIL

- ANDRÉ, Alberto. *Ética e códigos da comunicação social*. 2.ed. Porto Alegre, Sulina/ARI, 1979.
- ABREU, Alzira Alves. *A modernização da imprensa*. RJ, Jorge Zahar ed., 2002.
- \_\_\_\_\_; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”. In: GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. RJ, Relume-Dumará, 1994; pp.23-60.
- \_\_\_\_\_; RAMOS, Plínio Abreu et al. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ALBERT, Pierre; TERROU, F.. *História da imprensa*. SP, Martins Fontes, 1990.
- AZEVEDO, Luis Vitor Tavares. “A voz do dono” – *Tribuna da Imprensa: análise da ideologia de um discurso de oposição (1953/1955)*”. *Revista Brasileira de História*, v.7, n.13, pp. 63-76, set.86/fev.87.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru, SP; EDUSC, 1999.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4.ed. SP, Ed. Ática, 1990.
- BARATA, Mário. *Presença de Assis Chateaubriand na vida brasileira*. SP, Martins, 1971.
- BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. 2.ed. SP, Brasiliense, 1961.
- BUCCI, Eugênio. *O peixe morre pela boca (oito artigos sobre cultura e poder)*. SP, Scritta, 1993.
- CAIAFA, Janice. *Nosso século XXI – Notas sobre arte, técnica e poderes*. RJ, Relume-Dumará, 2000.
- CAPELATO, Maria Helena; MOTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. SP, Impres, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. SP, Alfa-Ômega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo (Imprensa paulista, 1920-1945)*. SP, Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Imprensa: fábrica de notícias”. *Cadernos de jornalismo e editoração*. SP, vol. 11, n. 25, junho de 1990; pp. 5-24.
- CARNEIRO, Glauco. *Brasil, primeiro. História dos Diários Associados*. Brasília, DF, Fundação Assis Chateaubriand, 1999.
- CARTA, Mino. *O castelo de âmbar*. RJ, Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. Entrevista à Revista dos Bancários, n.66, maio de 2001.
- CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. *A opinião pública e a CPI da Última Hora – o governo Vargas (1951-54)*. Tese de Doutorado – História – FFLCH – USP, 2000.
- COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e indústria cultural*. SP, Cia. Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia da comunicação: teoria e ideologia*. SP, Pioneira, 1973.
- CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis, Vozes; Campinas, Ed. da Unicamp, 1979.
- CORRÊA, Villas-Bôas. *Conversa com a memória: a história de meio século de jornalismo público*. RJ, Objetiva, 2002.
- Correio da Manhã – compromisso com a verdade*. Cadernos de Comunicação. Série Memória. RJ, Secretaria Especial de Comunicação Social, Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000.
- COSTA, Belarmino C.G. *Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos*. Piracicaba, SP, Ed. da Unimep/Fapesp/Ed. Autores Associados, 2002.
- COTTA, Pery. “Jornais do Rio nos anos 50”. *Revista de Comunicação*. Ano 6, n.23, novembro de 1990; pp. 31-33.

- DE LUCA, Tânia Regina. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. SP, Ed. da Unesp, 1999.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 4.ed. SP, Summus, 1986.
- \_\_\_\_\_; VOGT, Carlos; MELO, José Marques de. *A imprensa em questão*. Campinas, SP, Ed. da Unicamp, 1997.
- DORIA, Francisco Antonio; KATZ, Chaim Samuel; LIMA, Luiz Costa. *Dicionário crítico de comunicação*. RJ, Paz e Terra, 1971.
- DUMAZEDIER, Joffre. *De la sociología dela comunicacion colectiva a la sociología del desarrollo cultural*. Quito, Ciespal, 1965.
- ERBOLATO, Mário. *Técnicas de codificação em jornalismo*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- FAUSTO NETO, Antonio (1989), *O corpo falado: a doença e morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras*. Belo Horizonte, PUC-MG/Fumarc.
- \_\_\_\_\_. *Mortes em derrapagem: os casos Corona e Cazusa no discurso da comunicação de massa*. RJ, Rio Fundo Editora, 1991.
- FERNANDEZ, Jorge. *Dos semanas en la prensa de America Latina*. Quito, Ciespal, 1967.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. "Imprensa e modernização dos anos 50: a reforma do Jornal do Brasil". *Anuário Brasileiro da Pesquisa em Jornalismo*. São Paulo, nº 2, p.141-149,1993.
- GARDNER, Mary A. *A luta pela liberdade de imprensa*. RJ, Lidador, 1967.
- HAUSSEN, Doris Fagundes. *Rádio e política: tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre, Ed. PUC-RS, 1997.
- KUCINSKI, Bernardo. "Os cem anos de vida do jornal *O Estado de S. Paulo*: Liberal, conservador, antifascista". *Opinião*, 3 de janeiro de 1975, pp. 4-5.
- \_\_\_\_\_. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. SP, Scritta, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A síndrome de antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. SP, Fundação Perseu Abramo, 1999.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. Tese de Doutorado. Departamento de História, IFCH, Unicamp, 2001.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. RJ, Nova Fronteira, 1994.
- LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer: o corvo e o bessarabiano*. SP, Ed. Senac, 1998.
- LEUENROTH, Edgard. *A organização dos jornalistas brasileiros, 1908-1951*. SP, ComArte, 1987.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Muito além do jardim botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores*. SP, Summus, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. SP, Summus, 1991.
- LUSTOSA, Izabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência, 1821-1823*. SP, Cia. das Letras, 2000.
- LUZ, Olavo (coord.). *25 anos de imprensa no Brasil*. Distribuição Esso Brasileira de Petróleo, julho de 1980.
- MAKLOUF CARVALHO, Luiz. *Cobras criadas – David Nasser e "O Cruzeiro"*. SP, Ed. Senac, 2001.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia – jornalismo como produção social de segunda natureza*. SP, Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Quem manipula quem? Poder e massas na indústria cultural e da comunicação no Brasil*. RJ, Petrópolis, Vozes, 1987.
- MARIANI, B. *O PCB e a imprensa (Os comunistas no imaginário dos jornais; 1922-1989)*. SP, Ed. Revan/Ed. da Unicamp, 1998.
- MARTINS, Mário. *Valeu a pena – memórias de um jornalista e político de oposição que nunca foi do contra*. Pesquisa, organização e texto final de Franklin Martins. RJ, Nova Fronteira, 1996.
- MATTOS, Sérgio. *Um perfil da TV brasileira: 40 anos de história*. Salvador, Associação Brasileira de Agências de Propaganda, A Tarde, 1990.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto à venda – Jornalismo na sociedade urbana e industrial*. SP, Alfa-Omega, 1978.
- \_\_\_\_\_. "Ciespal: el rescate de las voces del sur". *Chasqui*. Quito, n.67, pp.66-69, set.1999.

- MELO, José Marques de (org.). *Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil*. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- \_\_\_\_\_. (coord.). *Populismo e comunicação*. SP, Cortez ed., 1981.
- \_\_\_\_\_. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- MENEGUELLO, Cristina. *Poeira de estrelas – o cinema hollywoodiano na mídia brasileira das décadas de 40 e 50*. Campinas, SP, Ed. da Unicamp, 1996.
- MIGUEL, Luis Felipe. “O jornalismo como sistema perito”. *Tempo social* (revista de sociologia da USP), SP, 11(1): 197-208, maio 1999.
- \_\_\_\_\_. “Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil”. *Revista Brasileira de História*. vol.20, n.39, São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Os meios de comunicação e a prática política”. *Lua Nova*, n.55-56, 2002, pp. 155-184.
- \_\_\_\_\_. *Política e mídia no Brasil: episódios da história recente*. Brasília, Ed. Plano, 2002.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. SP, Cia. das Letras, 1994.
- MOREIRA, Roberto S. C. *Teoria da comunicação: ideologia e utopia*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- NOVAES, Adauto (org.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. 2.ed. SP, Cia. das Letras, 1999.
- NUZZI, Erasmo de Freitas. *Faculdade de Comunicação Cásper Líbero: escola pioneira no Brasil* (Edição comemorativa do cinquentenário da Faculdade, 1947-1997). 2.ed. SP, Fundação Cásper Líbero/Ministério da Cultura, 2000.
- OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart e a imprensa: de personalidade a personagem*. SP, Annablume, 1993.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Memória de jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50*. GT Estudos de jornalismo, junho de 2002. [http://www.facom.ufba.br/Pos/gtjornalismo/textos\\_anapaula.html](http://www.facom.ufba.br/Pos/gtjornalismo/textos_anapaula.html)
- RIBEIRO, Lavina Madeira. *A institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808-1964*. Tese de Doutorado. Campinas, IFCH, Unicamp, 1998.
- RIBEIRO Jr., Jorge Cláudio Noel. *As condições e contradições do trabalho jornalístico*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 1992.
- RIO, João do. *Cinematographo (chronicas cariocas)*. Porto, Chardron, 1909.
- SAMPAIO, Mário Ferraz. *Histórias do rádio e da televisão no Brasil e no mundo: memórias de um pioneiro*. RJ, Achiamé, 1984.
- SILVEIRA, Joel. *Tempo de contar* (Prêmio Jabuti 1986). 3.ed., Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1993.
- SKIDMORE, Thomas (ed.). *Television, politics and the transition to democracy in Latin America*. Washington, The Woodrow Wilson Center Press / Baltimore, The John Hopkins University Press, 1993.
- SODRÉ, Muniz. *A comunicação do grotesco*. 6.ed. Petrópolis, Vozes, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil simulado e o real*. RJ, Rio Fundo ed., 1991.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2.ed. RJ, Graal, 1977.
- SPONHOLTZ, Liriam. *O Estado de S. Paulo (1942-1972), uma contribuição á história das técnicas jornalísticas*. Dissertação de Mestrado – Pós-graduação em História – Universidade Federal do Paraná, setembro de 1999.
- TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. RJ, Paz e Terra, 1992.
- TASCHNER GOLDENSTEIN, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. SP, Summus, 1987.
- VERON, Eliseo. *Construir el acontecimiento: los medios de comunicación masiva y el accidente en la central nuclear de Three Mile Island*. Buenos Aires, Argentina, Ed. Gedisa, 1983.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. 16.ed. SP, Record, 1998.
- Las escuelas de periodismo en América Latina*. Seminário. 2.ed. Ciespal. Quito, Equador, 1965.

## BRASIL REPÚBLICA

- ALMEIDA, L.F.R. *As redefinições do nacionalismo populista no Brasil (1930-1964)*. Dissertação de mestrado - IFCH, Unicamp, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Estado-Nação e Ideologia Nacional*. Tese de doutorado - IFCH, Unicamp, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Ideologia nacional e nacionalismo*. SP, EDUC, 1995.
- ALMEIDA JUNIOR, Antonio Mendes de. "Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas". In: FAUSTO, Boris (diretor). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III – O Brasil Republicano; Volume 3 – Sociedade e Política (1930-1964). SP, Difel, 1981, pp. 225-256.
- ANDRADE, César Ricardo de. "O conceito de populismo nas ciências sociais latino-americanas". *Estudos de História*. Franca, v.7, n.2, pp.69-84, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O conceito de populismo nas ciências sociais latino-americanas: história, representação e debate ideológico*. Dissertação de Mestrado. Unesp, Franca, 2000.
- ANTUNES, R. E FERRANTE, V. (org.). *Inteligência Brasileira*. SP, Brasiliense, 1986.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. SP, Boitempo, 1999.
- ARAÚJO, M.C.d'. *Sindicatos, Carisma e poder. O PTB de 1945-65*. RJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política; 1956-1961*. 3.ed. RJ, Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O PTB e o trabalhismo*. SP, Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BILAC, Olavo. *Vossa Insolência: crônicas*. Org. Antonio Dimas. SP, Cia. das Letras, 1996.
- BIROLI, Flávia M. *A nação diante do suicídio de Vargas*. Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Orientador: Ítalo Arnaldo Tronca. Dissertação de Mestrado defendida em março de 1999.
- BOITO JR, A. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. SP, Brasiliense, 1982.
- BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. RJ, Objetiva, 2001.
- BOSCHI, Renato Raul (coord.). *Pensamento liberal no Brasil*. RJ, IUPERJ, 1990.
- BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. RJ, Zahar, 1985.
- BRESCIANI, M.S.; SAMARA, E.M. et LEWKOWICZ, I. (org.). *Jogos da política: Imagens, Representações e Práticas*. SP, ANPUH/Marco Zero, 1991/1992.
- \_\_\_\_\_. *Liberalismo: ideologia e controle social*. Tese de doutorado, USP, 1976.
- \_\_\_\_\_. "O cidadão da República – Liberalismo versus positivismo; Brasil 1870-1900". *Revista USP – Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo*, n.17.
- \_\_\_\_\_. "Identidades inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar comum". In: BRESCIANI, M.S. e NAXARA, M. *Memória e res(sentimento)*. Campinas, SP, ed. da Unicamp, 2001.
- CÂMARA, José Sette. *24 de agosto*. SP, Siciliano, 1994.
- CAMPELO DE SOUZA, M. do C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964*. SP, Alfa-ômega, 1976.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. RJ, Guanabara, 1970.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Industrialização, dependência e poder na América Latina". In: *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. SP, Difusão Européia do Livro, 1972; pp.31-49.
- \_\_\_\_\_. "O modelo brasileiro". *Revista Debate e Crítica*. SP, n.1., julho/dezembro de 1973.
- \_\_\_\_\_. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. RJ, Zahar, 1978.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK-JQ*. 2.ed. RJ, Paz e Terra, 1978.
- CARONE, E. *A república liberal (evolução política: 1945-1964)*. n. 2., SP, Difel, 1985.

- CHACON, Vamireh. *História dos partidos políticos brasileiros*. 3.ed. Brasília, UnB, 1998.
- CHAUÍ, M.; FRANCO, M.S.C. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1978.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. SP, editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CONY, Carlos Heitor. *Quase memória, quase romance*. 10.ed. SP, Cia. das Letras, 1995.
- CORBISIER, Roland. *JK e a luta pela presidência: uma campanha civilista*. SP, Duas Cidades, 1976.
- DECCA, E.S. *1930: O silêncio dos vencidos (memória, história e revolução)*. 6. ed. SP, Brasiliense, 1994.
- DOURADO, Autran. *A serviço del-Rei*. RJ, Record, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Gaiola Aberta: tempos de JK e Schmidt*. RJ, Rocco, 2000.
- DULCI, Otavio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. BH, Ed. UFMG, 1986.
- DULLES, John F. *Unrest in Brazil: political military crisis 1955-1964*. University of Texas Press, Austin and London, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. RJ, Nova Fronteira, 1992.
- FERREIRA, Jorge. "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira". In: \_\_\_\_\_ (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. RJ, Civilização Brasileira, 2001, pp. 59-124.
- FONTES, Lourival. *A face final de Vargas*. RJ, Ed. O Cruzeiro, 1966.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "As idéias estão no lugar". In: *Cadernos de Debate 1* (História do Brasil). Ed. Brasiliense, 1976. p. 61-64.
- \_\_\_\_\_. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4.ed. SP, Unesp, 1997.
- GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. "Primeira República: um balanço historiográfico". *Estudos Históricos*. RJ, vol.2, n.4, 1989, pp.244-280.
- GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. RJ, Relume-Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito". In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. RJ, Civilização Brasileira, 2001, pp. 17-58.
- \_\_\_\_\_. (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2. ed., 2002.
- GOMES, Dias; GULLART, Ferreira. *Vargas ou Dr. Getúlio, sua vida e sua glória*. RJ, Civilização Brasileira, 1983.
- GOTLIB, Nádia. *Clarice: uma vida que se conta*. SP, Ática, 1995.
- HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*. SP, Record, 1966.
- IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. RJ, Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *A formação do Estado populista na Am. Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. *Classe e nação*. Petrópolis, Vozes.
- LACERDA, Carlos. *Caminho da liberdade*. RJ, Câmara dos Deputados, 1957.
- \_\_\_\_\_. *Depoimento*. RJ, Nova Fronteira, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Discursos parlamentares*. Brasília, Câmara dos Deputados / RJ, Nova Fronteira, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Rosas e pedras de meu caminho*. Brasília, DF, Ed. UnB, 2001.
- LAUERHASS JÚNIOR, L. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. BH, Itatiaia, 1986.
- LAMOUNIER, Bolivar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação". In: FAUSTO, Boris (ed.). *O Brasil Republicano*, III, v.1, História Geral da Civilização Brasileira, v.9. SP, Difel, 1977.
- LAVALLE, Adrián Gurza. *Espaço e vida públicos: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro*. Tese de Doutorado. PUC-SP.
- LENHARO, A. *Sacralização da política*. 2.ed., Campinas, Ed. da Unicamp, 1986.
- LIMA, Hermes. *Lições da crise*. RJ, José Olympio, 1954.
- LIMA, M.E. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas*. Campinas, SP, Ed. da Unicamp, 1990.
- LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. RJ, Rocco, 1999.
- MARSON, A. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. SP, Duas Cidades, 1979.
- MARTINEZ, Paulo. (1996). *Os nacionalismos*. SP, Scipione.

- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. SP, Brasiliense, 1984.
- MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e Cultura*. SP, Martins, 1969.
- MICELI, Sérgio. “Carne e osso da elite brasileira pós-1930”. In: FAUSTO, Boris (diretor). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III – O Brasil Republicano; Volume 3 – Sociedade e Política (1930-1964). SP, Difel, 1981, pp. 557-596.
- MONTENEGRO, Rosilene Dias. *Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas do Brasil moderno*. Tese de Doutorado. Campinas, SP, IFCH-Unicamp, 2001.
- MOTTA, M.S. *A Nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. RJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1992.
- Movimento Nacionalista Brasileiro* (1959). *Sopram os ventos brasileiros*. SP, Fulgor.
- MUNAKATA, K. *A legislação trabalhista (1945-1965)*. RJ, Paz e Terra, 1981.
- NEDER, Gizlene. *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. RJ, Achiame, Pesquisadores Associados em Ciências Sociais, 1979.
- NERY, Adalgisa et al.. (1958). *Brasileiros contra o Brasil*. SP, Fulgor.
- NEVES, Leo de Almeida. *Destino do Brasil: potência mundial – A era Vargas continua*. RJ, Graal, 1995.
- NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo*. In: Toledo, C.N.de (org.). 1964: Visões críticas do golpe. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. RJ, Civilização Brasileira, 2001, pp. 167-204.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. SP, Brasiliense, 1999.
- PANDOLFI, D. *Camaradas e companheiros: História e memória do PCB*. RJ, Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho., 1995
- PATARRA, Neide L. “Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30”. In: FAUSTO, Boris (diretor). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III – O Brasil Republicano; Volume 4 – Economia e Cultura (1930-1964). SP, Difel, 1984, pp.247-269.
- PERALVA, Osvaldo. *O retrato*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1960.
- PEREIRA, Astrogildo. *A formação do PCB*. RJ, Vitória, 1962.
- PEREIRA, Osny Duarte. *Estudos nacionalistas*. RJ, Conquista, 1962.
- PINTO, A. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. RJ, ISEB, 1959.
- QUARTIM DE MORAES, J. *Concepções comunistas no Brasil democrático: esperanças e crispções (1944-1954)*. In: História do marxismo no Brasil. v.III (Teorias e interpretações). p.161-200. falta cidade e editora, 1998.
- Revista Brasileira de História: “Brasil: 1954-1964”, n.27.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. SP, Unesp, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. RJ, Record, 2000.
- ROUANET, Sérgio Paulo. “Qualquer coisa de ausente”. Caderno Mais!. *Folha de S. Paulo*, 19/11/2000.
- SAES, Décio. *Industrialização, populismo e classe média no Brasil*. Cadernos do IFCH-Unicamp. n.6. Campinas, SP, 1976.
- SALLES, D. *As razões do nacionalismo*. SP, Fulgor, 1959.
- SANTOS, Joaquim Ferreira. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. 4.ed. RJ, Record, 1998.
- SANTOS, Wanderley G. “A imaginação político-social brasileira”. *Dados*. RJ, 2/3, 1967.
- SEGATTO, J. A. “Ideologia, política e revolução”. In: *Comunistas e comunismo*. Cadernos AEL. n.2. Campinas, Gráfica IFCH, 1995.
- SCHMIDT, Augusto Frederico. *Prelúdio à revolução*. RJ, Editora do Val, 1964.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Ordem burguesa e liberalismo político*. SP, Duas Cidades, 1978.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Cadernos do Nosso Tempo*. Brasília, DF, Ed. da UnB, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Col. Temas brasileiros, vol.12. UnB, 1982.
- “Série 100 anos de JK – Juscelino e o poder”. *Correio Braziliense*. Maio de 2002.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 5.ed. RJ, Paz e Terra, 1976.

- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart*. 13.ed. n.48. SP, Brasiliense, 1993.
- \_\_\_\_\_. *ISEB: Fábrica de ideologias*. Campinas, ed. Da Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas, SP, Unicamp, 1997.
- TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. SP, Cia. das Letras, 2000.
- TRONCA, Italo. *Revolução de 1930: a dominação oculta*. 8.ed. SP, Brasiliense, 1993.
- URÁN, A.M.B. *Nacionalismo, militarismo e dominação na Am. Latina*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- VERÍSSIMO, E. *Incidente em Antares*. Porto Alegre, Globo, 1986.
- VESENTINI, C. A. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo, Ed. Hucitec, História Social-USP, 1997.
- VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco)*. RJ, Civilização Brasileira, 1965.
- VIZENTINI, Paulo. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa 1951-1964*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- WEFFORT, Francisco. *Classes populares e política (contribuição ao estudo do populismo)*. Tese de doutorado. SP, USP, 1968.
- \_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. RJ, Paz e Terra, 1978.

## OUTRAS REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. “A Indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”. In: *Dialética do esclarecimento*. RJ, Jorge Zahar ed., 1985. pp. 113-156.
- ALGER, Dean. *The media and politics*. Belmont, Wadsworth, 1996.
- ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne, Suisse, L’Age d’Homme, 1983.
- \_\_\_\_\_. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Ed. da Unicamp, 2001; pp. 15-36.
- ARENDT, Hanna. “Verdade e política”. In: *Entre o passado e o futuro*. Coleção Debates. SP, Ed. Perspectiva, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A dignidade da política*. RJ, Relume-Dumará, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. SP, Hucitec, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 2.ed. SP, Martins Fontes, 1997.
- BALANDIER, Georges. *Le pouvoir sur scènes*. Paris, Balland, 1992.
- BENJAMIN, Walter. “O narrador”. “Sobre o conceito da história”. “O autor como produtor”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, v.1. SP, ed. Brasiliense, 1985; pp.197-221, 222-232.
- BIROLI, Flávia M. “Memória: tempos, sujeitos, projetos”. In: Possenti, S. e Chacon, L. (org.). *Cadernos da F.F.C. (Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp/Marília)*, julho de 1998.
- BOURQUIN, Jacques. *La libertad de prensa*. Buenos Aires, ed. Claridad, 1952.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3.ed. RJ, Paz e Terra, 1982.
- CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP, Edusc, 1999.
- CHOCIAY, Rogério. “Em busca do estilo”. In: Alfa: Revista de Linguística (Universidade Estadual paulista). São Paulo, 27:65-76, 1983.
- COOK, Timothy E. *Governing with the news: the news media as a political institution*. Chicago, The University of Chicago Press, 1998.
- COURTINE, Jean-Jacques. “O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político”. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C.L. *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Ed. Sagra/Luzzato.
- DARNTON, Robert. “Jornalismo : toda notícia que couber a gente publica”. In : *O beijo de Lamourette : mídia, cultura e revolução*. SP, Cia. das Letras, 1990.

- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. RJ, Contraponto, 1997.
- EDELMAN, Murray. *The symbolic uses of politics*. Urbana, University of Illinois Press, 1985.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna*. SP, ed. Ática, 1998.
- FOUCAULT, Michel. "Linguistique et Sciences Sociales". *Revue Tunisienne de Sciences Sociales*, n.19, 1969; pp. 248-255.
- \_\_\_\_\_. "Nietzsche, a genealogia e a história". In: *Microfísica do poder*. RJ, Graal, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. SP, Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Arqueologia do saber*. RJ, Forense Universitária, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. RJ, Nau Editora / PUC-RJ, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O que é um autor?* 3.ed. Vega, Passagens, 1992.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. SP, Ed. Perspectiva, Fapesp; Campinas, Ed. da Unicamp, 1994.
- \_\_\_\_\_. "Dizer o tempo". In: *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. RJ, Imago, 1997; pp.69-79.
- GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. SP, Martins Fontes, 1997.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose. Um novo paradigma estético*. RJ, ed. 34, 1992.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. "O corpo versus a imprensa: os meios de comunicação no início do período moderno: mentalidades no Reino de Castela e uma outra história das formas literárias". In: *Modernização dos sentidos*. SP, ed. 34, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. RJ, Tempo Brasileiro, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Discurso filosófico da modernidade*. Lisboa, Dom Quixote, 1990.
- JEANNENEY, Jean-Noël. "A mídia". In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. RJ, Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.
- KOSELLECK, Reinhart. *Le futur passé: contribution à la sémantique des temps historique*. Paris, Ed. de l'École des hautes études en sciences sociales, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Crítica e crise: uma contribuição à patogene do mundo burguês*. RJ, Eduerj/Contraponto, 1999.
- LACOUTURE, Jean. *L'histoire immédiate*. In: Le Goff, Jacques. *La nouvelle histoire*. Paris, Complexes, 1988.
- LAGROU, Pieter. "De l'actualité de l'histoire de temp présent". [http://www.ihtp-cnrs.ens-cachan.fr/page\\_accueil/index\\_publications.html](http://www.ihtp-cnrs.ens-cachan.fr/page_accueil/index_publications.html) [consultado em dezembro de 2001].
- LEE, Richard W. *Politics and the press*. Washington D.C., Acropolis, 1970.
- LEFORT, Claude. *As formas da história*. SP, Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. RJ, Paz e Terra, 1991.
- LICHTENBERG, Judith (ed.). *Democracy and the mass media*. Cambridge University Press, 1995.
- LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. New York, Free Press; London, Collier-MacMillan Limited, 1966.
- LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância. Segundo tratado sobre o governo. Ensaio acerca do entendimento humano*. SP, Abril Cultural, 1983.
- LÖWY, Michael. "A escola de Frankfurt e a modernidade". *Novos Estudos Cebrap*, n.32, março de 1992, pp. 119-127.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Semantique da la polemique*. Lausanne, Suisse, L'Age d'Homme, 1983.
- MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Petrópolis, Vozes, 1991.
- MILTON, John. *Areopagítica*. RJ, Topbooks, 1999.
- MONTESQUIEU, C. S. *O espírito das leis*. Brasília, UnB, 1982.
- NASCIMENTO, Milton Meira do. *Opinião pública e revolução*. Pref. Marilena Chauí. Edusp/Nova Stella, 1989.
- PERELMAN, Chaim. *Traité de l'argumentation: la nouvelle rhétorique*. Bruxelles, Éditions de l'Université de Bruxelles, 1976.
- POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. SP, Martins Fontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. "Discurso, sujeito e o trabalho de escrita". *SérisEncontros*. Publicação do curso de pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa. Ano VIII, n.1, Unesp, Campus de Araraquara, 1994.
- POSTER, Mark. *Internet and the public sphere*. University of California, Irvine, 1995.

- REBOY, Marc; DAGENAIS, Bernard (org.). *Media, crisis and democracy: mass communication and the disruption of social disorder*. London, Sage publications, 1992.
- REVAULT D'ALLONNES, Myriam. "Le dépérissement de la politique: généalogie d'un lieu commun". Paris, Alto-Aubier, 1999.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. SP, Cultrix.
- SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. Vol. 1 (O debate contemporâneo). Vol. 2 (As questões clássicas). SP, Ática, 1994.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. SP, Cia. Das Letras, 1988.
- STEWART, Donald. *O que é o liberalismo?* RJ, Instituto Liberal, 1988.
- TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. SP, Martins Fontes, 1992.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América*. Vol. 1 e 2. SP, Martins Fontes, 1998.
- TRONCA, Italo. *As máscaras do medo: lepra e aids*. Campinas, SP, Unicamp, 2000.
- \_\_\_\_\_. "Foucault, a doença e a linguagem delirante da memória". In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP, Ed. da Unicamp, 2001, pp. 129-148.

## FONTES

### LIVROS-FONTE – JORNALISMO

- ACHILLES, Aristheu. *Liberdades democráticas, liberdade de imprensa (estudos aprovados, com louvor, em Congressos de Jornalistas)*. RJ, 1957.
- AMMIRATO, Giacomo. *Homens e jornais*. RJ, Gráfica Editora Aurora, 1963.
- ATAÍDE, Austregésilo de. “O jornalismo atual”. In: *Curso de jornalismo – Conferências realizadas na Associação Brasileira de Letras*. RJ, ABL, 1958.
- BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. Coleção Clássicos do jornalismo brasileiro. SP, Edusp/ComArte, 1990. (conferência de 1920)
- BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. 2.ed. SP, Brasiliense, 1961. (a primeira edição é de 1909)
- BELTRÃO, Luiz. *Iniciação à filosofia do jornalismo*. RJ, Livraria Agir ed., 1960.
- BOND, Fraser. *Introdução ao jornalismo*. RJ, Livraria Agir Ed., 1959.
- BRADLEY, Duane. *A imprensa: sua importância na democracia*. RJ, Edições O Cruzeiro, 1966.
- CANTERO, Francisco. *Arte e técnica da imprensa moderna*. SP, Jornal dos Livros, 1959.
- CARVALHO FILHO, Aloysio. *Cultura e liberdade*. RJ, Casa de Rui Barbosa, 1956.
- DENOYER, Pierre. *La press dans le monde*. Presses Universitaires de France. Paris, 1950.
- \_\_\_\_\_. *A imprensa no mundo*. Trad. Raul Lima. SP, Difusão Européia do Livro, 1957.
- DORÍ, Francisco Antonio; KATZ, Chaim Samuel LIMA; Luiz Costa. *Dicionário crítico de comunicação*. RJ, Paz e Terra, 1971.
- GERALD, J. Edward. *A responsabilidade social da imprensa*. RJ, Edições O Cruzeiro, s/d. (original em inglês publicado pela editora da Universidade de Minnesota em 1963).
- GOMES, Fernando da Silva. *Aspectos da história da imprensa*. RJ, Serviço de documentação do MTIC, 1956.
- HERRÁIZ, Ismael. “Reportagem”. In: *El periodismo*. Barcelona, ed. Noguer, 1948.
- HOHENBERG, John. *Manual de jornalismo*. RJ, Ed. Fundo de Cultura, 1962.
- HORA, Mario. *48 anos de jornalismo (Memórias de um dromedário)*. RJ, Ouvidor editores, 1959.
- JOBIM, Danton. *Espírito do jornalismo*. Col. Clássicos do jornalismo brasileiro, v.6. SP, Com arte/Edusp, 1992.
- LACERDA, Carlos. *A missão da imprensa*. Série “Temas Atuais”. RJ, Livraria Agir Editora, 1950.
- LEÃO, Anis José. *Limites da liberdade de imprensa*. Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 14. MG, Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1961.
- LIMA, Raul. *Jornalismo e democracia*. Ministério da educação e cultura / serviço de documentação. (não tem data) (conj. de textos escritos entre 1943-1958)
- MARQUES DE MELO, José (org.). *Normas de redação de cinco jornais brasileiros*. SP, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1972.
- MEIRELES, Cecília. Rui: pequena história de uma grande vida. Edição comemorativa do centenário de Rui Barbosa. Casa de Rui Barbosa/Empresa gráfica da “Revista dos Tribunais”. RJ, 1949.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Pela liberdade de imprensa*. RJ, José Olympio ed., 1957.
- NORBERTO, Natalício. *Jornalismo moderno*. RJ, Gráfica Editora Itambé Ltda., s/d [data suposta: 1953].
- RAMOS, Nabantino. *Jornalismo: dicionário enciclopédico*. SP, Ibrasa, 1970.
- RABELO, Genival. *O capital estrangeiro na imprensa brasileira*. RJ, Civilização Brasileira, 1966.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. 1946.
- \_\_\_\_\_. *O ensino do jornalismo*. RJ, Departamento de Imprensa Nacional, 1953.
- \_\_\_\_\_. *Liberdade de imprensa*. Org., pref. e notas de Antonio F. Costella. Campos do Jordão, SP, Ed. Mantiqueira, 1998. (coletânea de textos escritos pelo autor nos anos 50)
- SEGISMUNDO, Fernando. *Imprensa brasileira: vultos e problemas*. RJ, Editora Alba, 1962.

- SILVEIRA, Joel. *Meninos, eu vi*. RJ, Tribuna da Imprensa, 1967.  
 SOBRINHO, Barbosa Lima. "O jornalismo e a literatura". In: *Curso de jornalismo – Conferências realizadas na Associação Brasileira de Letras*. RJ, ABL, 1958.  
 SOUSA, Fernando Tude. *Jornalismo e educação*. RJ, Dep. de Imprensa Nacional, 1955.  
 TIMOTHEO, Pedro (seleção, preâmbulo e biografias). *Antologia do jornalismo brasileiro*. Col. Jornalistas Contemporâneos. RJ, Livraria e Editora Zelio Valverde, 1944.

## PERIÓDICOS

### Jornais diários

- Correio da Manhã* (RJ)  
*O Estado de S. Paulo* (SP)  
*Tribuna da Imprensa* (RJ)  
*Folha da Manhã* (SP)  
*Folha de S. Paulo* (SP)

### Revistas semanais

- Manchete*  
*O Cruzeiro*

### Outros

- Boletim da Associação Brasileira de Imprensa*  
*Indicador dos Profissionais de Imprensa*  
*Jornal da APISP (Associação dos Profissionais de Imprensa de S. Paulo)*  
 Jornais de sindicatos de jornalistas  
 Publicações resultantes de congressos de jornalistas  
 Leis de imprensa  
 Documentos avulsos citados no corpo do texto

## ARQUIVOS CONSULTADOS

- Arquivo Carlos Lacerda – UnB (Brasília-DF)  
 Arquivo Edgar Leuenroth – IFCH – Unicamp (Campinas-SP)  
 Arquivo Nacional (Rio de Janeiro-RJ)  
 Arquivo Público do Estado de São Paulo (São Paulo-SP)  
 Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa, ABI (Rio de Janeiro-RJ)  
 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, Cpdoc, Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro-RJ)  
 Faculdade Cásper Líbero (São Paulo-SP)